

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARIÁH DOS SANTOS MARTINS

PALAVRAS QUE PRESERVAM: OS CONCEITOS NA PRESERVAÇÃO E O
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM SITUAÇÃO DE DESASTRE

RIO DE JANEIRO
2020

MARIÁH DOS SANTOS MARTINS

PALAVRAS QUE PRESERVAM: OS CONCEITOS NA PRESERVAÇÃO E O
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM SITUAÇÃO DE DESASTRE

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Histórias das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas

RIO DE JANEIRO
2020

CIP - Catalogação na Publicação

M386p Martins, Mariáh dos Santos
Palavras que preservam: os conceitos na preservação e o patrimônio cultural edificado em situação de desastre / Mariáh dos Santos Martins. - Rio de Janeiro, 2020.
214 f.

Orientadora: Regina Maria Macedo Costa Dantas.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2020.

1. Patrimônio cultural em risco. 2. Preservação. 3. Memória. 4. História. 5. Museu Nacional. I. Dantas, Regina Maria Macedo Costa, orient. II. Título.

MARIÁH DOS SANTOS MARTINS

PALAVRAS QUE PRESERVAM: OS CONCEITOS NA PRESERVAÇÃO E O
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM SITUAÇÃO DE DESASTRE

Tese submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 19 de fevereiro de 2020



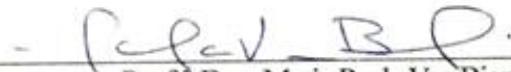
Prof.^a Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas
Universidade Federal do Rio de Janeiro



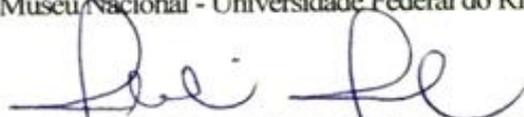
Prof. Dr. Ricardo Silva Kubrusly
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Rundsthen Vasques de Nader
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof.^a Dra. Maria Paula Van Biene
Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof.^a Dra. Claudia Suely Rodrigues de Carvalho
Fundação Casa de Rui Barbosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida orientadora, Regina Dantas, por todo o apoio durante os anos de pesquisa, incentivando a continuidade dos trabalhos nas adversidades sentidas, e acreditando na relevância do tema.

Agradeço aos amigos que conheci no curso de História, que permanecem unidos pela amizade construída a partir do desejo de conhecer o outro e a si mesmo. Aos amigos do HCTE, alunos e professores, dos quais dividi muitas horas de vida, salas de aula, almoços na Cidade Universitária, trabalhos e Congressos.

Aos companheiros do Museu Nacional agradeço o companheirismo dos últimos anos de trabalho, os mais difíceis e mais desafiadores vividos em minha vida. Em especial agradeço à Paula van Biene pela constante troca nos trabalhos administrativos, técnicos, e acadêmicos. Assim como o Diretor Adjunto, Wagner Martins, e o Diretor, Alexander Kellner, líderes e parceiros que apoiaram o desenvolvimento desta etapa de minha trajetória.

Agradeço a compreensão de amigos pessoais e familiares pela distância necessária durante a execução deste trabalho, apoiando a conquista deste mergulho profundo que consiste o desenvolvimento de uma tese de doutorado.

Raiando nas manhãs, o Sol aqueceu os dias, trazendo brilho e vitalidade necessários aos anos de pesquisa.

Conta a lenda que dormia
Uma Princesa encantada
A quem só despertaria
Um Infante, que viria
De além do muro da estrada

Ele tinha que, tentado,
Vencer o mal e o bem,
Antes que, já libertado,
Deixasse o caminho errado
Por o que à Princesa vem.

A Princesa Adormecida,
Se espera, dormindo espera.
Sonha em morte a sua vida,
E orna-lhe a fronte esquecida,
Verde, uma grinalda de hera.

Longe o Infante, esforçado,
Sem saber que intuito tem,
Rompe o caminho fadado.
Ele dela é ignorado.
Ela para ele é ninguém.

Mas cada um cumpre o Destino
Ela dormindo encantada,
Ele buscando-a sem tino
Pelo processo divino
Que faz existir a estrada.

E, se bem que seja obscuro
Tudo pela estrada fora,
E falso, ele vem seguro,
E, vencendo estrada e muro,
Chega onde em sono ela mora.

E, inda tonto do que houvera,
À cabeça, em maresia,
Ergue a mão, e encontra hera,
E vê que ele mesmo era
A Princesa que dormia.

(Eros e Psique. Fernando Pessoa)

RESUMO

MARTINS, Mariáh dos Santos. **Palavras que preservam**: os conceitos na Preservação e o Patrimônio Cultural edificado em situação de desastre. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A Preservação do Patrimônio Cultural é área do conhecimento que vem congregando os saberes relativos à proteção do Patrimônio Cultural, conceito ampliado que hoje constitui conjunto de obras de arte, edifícios, monumentos, tradições, acervos de diversas características, e paisagens. A partir da perspectiva discursiva conceitual e historiográfica, esta pesquisa busca demonstrar a relevância da área da Preservação no campo do conhecimento e da vida humana. Comporão seus objetivos a apresentação dos conceitos que preenchem os discursos sobre a Preservação e se inter-relacionam, assim como a análise do desenvolvimento da trajetória da área a partir do encadeamento de relações que esses conceitos estabelecem. A **Preservação** tem como missão conservar os valores e significados sociais que um patrimônio cultural detém. A **Conservação** e a **Restauração** são disciplinas da Preservação. O **Patrimônio** é objeto ao qual a área se dedica, e pelo qual deve-se prezar. O **Valor** manifesta a relevante dimensão subjetiva da área, sendo um elemento da concepção intuitiva. A **História** e a **Memória** representam um importante processo da constituição das sociedades e de sua formação identitária. Associações e instituições de caráter internacional e nacional representam os agentes, e as Cartas Patrimoniais são principais produtos próprios do campo: exemplificações das relações conceituais e a formação da Preservação pelos discursos advindos de suas práticas. Contemplando os casos específicos da Preservação, a temática de riscos e desastres ao patrimônio apresenta experiências paradigmáticas à Preservação, caracterizando a constituição da área. O caso do Museu Nacional demonstra a singularidade do Patrimônio para o campo cultural, e deste para a política e sociedade. A Preservação do patrimônio cultural vem marcando o desenvolvimento das nações e é também determinada pelos processos da humanidade. Estabeleceu-se como um tema central aos valores, à memória e à identidade social sendo objeto de desejo pelas comunidades e motivo de manifestações sociais pelo mundo. O complexo cenário político brasileiro registra a relevância em manterem-se reflexões constantes acerca do patrimônio cultural e sua preservação, num esforço contínuo de fortalecimento de seus alicerces intelectuais e práticos.

Palavras-chave: Preservação; Museu Nacional; História; Memória; Patrimônio Cultural em risco.

ABSTRACT

MARTINS, Mariáh dos Santos. **Palavras que preservam**: os conceitos na Preservação e o Patrimônio Cultural edificado em situação de desastre. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The preservation of Cultural Heritage gathers different areas in the protection of Cultural Heritage, embracing works of art, buildings, monuments, traditions, several collections and landscaping. By discussing Preservation's concepts in a discursive and historical perspective, this research demonstrates the relevance of Preservation as a discipline while highlighting its academic position as well as its importance in human affairs. Diverse discourses about Preservation, in their mutual relations, and a critical evaluation on the history of their development are essential to this presentation. **Preservation's** mission is to maintain values and social meanings that a cultural heritage holds. **Conservation** and **Restoration** are disciplines of Preservation. This area has as a valuable object the **Heritage**. **Values** unveil a relevant subjective dimension, being an intuitive concept. **History** and **Memory** compose an important process for social constitutions and identity formation. Associations and Institutions, at national and international levels, are pivot agents in Preservation, specifically because of the Heritage documents they produce: examples of conceptual relations and the Preservation formation by theoretical discourses based on their practices. A specific case of Preservation, Heritage in risk or in disaster contexts furnishes models to Preservation, enhancing practices and concepts. The National Museum in Brazil demonstrates some Heritage singularities to Culture; therefore, to politics and society. Preservation of Cultural Heritage is an element for national development, being a result and a product of humanity. Values, memory and social identity are main themes on Preservation, as a communitarian desire and a cause for social manifestation are observable around the globe. The complex Brazilian political situation emphasizes the need to vigilance and paramount reflections about Cultural Heritage and its preservation, strengthening their intellectual foundations as well as their social practices.

Keywords: Preservation; National Museum; History; Memory; Cultural Heritage in risk.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	23
2 PALAVRAS QUE CONSTROEM: A PRESERVAÇÃO E SEUS CONCEITOS	41
2.1. PRESERVAÇÃO-CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO: A INTERVENÇÃO E A CONCILIAÇÃO.....	44
2.2. PATRIMÔNIO-MONUMENTO: PELO DESEJO DE (SE) MANTER VIVO.....	75
2.3. VALOR: ESSÊNCIAS EM EVIDÊNCIA.....	86
2.4. HISTÓRIA-MEMÓRIA: O RESGATE.....	96
2.5. PALAVRAS QUE RESTAURAM: A RECONSTRUÇÃO E O MUSEU NACIONAL.....	113
3 CONCEITOS A CONSOLIDAR: AGENTES E DOCUMENTOS DA PRESERVAÇÃO	125
3.1. PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL INSTITUCIONALIZADO.....	126
3.1.1. Organizações Internacionais	127
3.1.2. Instituição Nacional para o Patrimônio	137
3.2. CONSOLIDANDO CONCEITOS E PRINCÍPIOS: CARTAS PATRIMONIAIS.....	142
3.3. RISCOS E DESASTRES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA PRESERVAÇÃO.....	166
3.4. PALAVRAS QUE CONSERVAM: RISCOS E DESASTRES NA PRESERVAÇÃO.....	182
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESTAURANDO MEMÓRIAS E IDENTIDADES	191
REFERÊNCIAS	205
ANEXOS	215

APRESENTAÇÃO

A busca pelo entendimento sobre como as coisas se dão, o porquê de se encontrarem de uma forma e não de outra, e como elas chegaram a ocupar o espaço em que estão, são perguntas comuns aos indivíduos de nossas sociedades. A intensidade em que elas se tornam inquietudes se distingue, caracterizando um corpo que decide pensar e repensá-las continuamente. A outra distinção se dá sobre a forma em que o pensamento sobre as coisas será estruturado.

Minha virada à formação em História ocorre exatamente pelas inquietudes surgidas em meu espírito acerca da sociedade e de suas criações. A relação com o tempo, a qual todos os indivíduos estabelecem, me pareceu questão singular para o reconhecimento deste corpo a qual faço parte. O passado gerava fascínio, mesmo aquele não tão distante, possuidor de tantas especificidades, aparentemente tantas explicações, e logo entendido o inalcançável de sua face.

A descoberta dos textos enquanto produtos culturais, pertencentes a um sistema específico de produção, e assim, um outro mundo a ser compreendido, foi a primeira profunda sedução que a História me proporcionou, e permitiu minha entrada aos temas da História das Ciências.

Os estudos em História e Filosofia das Ciências iniciados no mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE, em 2010, promoveram o conhecimento de um campo multi e interdisciplinar, incorrendo no maior interesse pela reflexão acerca do pensamento científico e sobre disciplinas acadêmicas, isto é, sujeitos que desejam explicar o mundo.

Meu interesse crescente pela problemática patrimonial e sua preservação, iniciado na época da graduação,¹ quando mantive o estágio de pesquisa na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR/MN/UFRJ), compondo o projeto de preservação da memória institucional, foi direcionado às pesquisas da conservação e restauração, uma área que parecia de extrema complexidade e aparentava certa maturação em desenvolvimento.

Compreendendo as relações entre Patrimônio Cultural, Preservação, Conservação e Restauração, junto ao conhecimento de outros temas fundamentais ao campo, observei o terreno fértil a pesquisas, pelas características interdisciplinares, pela necessária produção de

¹ Curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no período de 2005 a 2009.

base historiográfica e pelas questões singulares existentes ainda pouco exploradas. Programas de pós-graduação que se dediquem integralmente aos estudos da Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural eram praticamente inexistentes², o que limitou o investimento nas pesquisas da área. O crescimento de Programas desta temática vem ocorrendo, mas ainda são localizados como cursos de mestrado profissional, e sem cursos de doutorado.

Cabe ressaltar que linhas de pesquisa de História da Arte, Arquitetura, Museologia e Ciência da Informação têm desenvolvido trabalhos sobre a História da Conservação, com destaques aos estudos de Aloisio Arnaldo Nunes de Castro e Yacy-Ara Froner. Estudos historiográficos permitem não somente a leitura dos processos no tempo, indicam ainda interações fundamentais ao pensamento social como os debates éticos, considerando por exemplo as escolhas para um mundo que configura hoje uma difícil relação para com a finitude. No prolongamento cada vez maior da expectativa de vida promove-se, também, uma negação daquele que virá, ou seja, do outro.

O trato com o tempo, o qual a História e seus diálogos se ocupam, permite ainda o investir sobre a memória e suas possibilidades. Como lidar com elas? Desconstruir, rever e reconstruir memórias? Esquecer? A memória em recente status de elemento historiográfico, a partir do século XX, é apropriada por desejos políticos de manifestação sobre a temporalidade, onde o patrimônio cultural se torna sujeito social.

Iniciei as pesquisas para proposta de projeto de doutoramento com a temática à formação da Conservação enquanto disciplina. Inicialmente o desejo era de estabelecer comparações entre as produções acadêmicas de caráter teórico e as práticas observadas fora daquele espaço. A cientificização da disciplina também foi uma proposta anterior. O projeto formalizado inicialmente, considerando meus interesses e as condições para a pesquisa, objetivou a uma perspectiva dialógica entre conceitos e os sistemas discursivos que formam a Preservação enquanto disciplina e saber, buscando a compreensão sobre sua constituição e a forma como se desenvolve atuante na esfera sócio-cultural.

Juntamente à proposição inicial, minha participação na composição da equipe de trabalho do Escritório Técnico do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, em 2017, com direcionamento às atividades de preservação do edifício

² A Universidade Federal da Bahia possui o curso de mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, iniciado em 2010. Juntamente há linhas de pesquisa em cursos na área da Arquitetura que, como o mestrado citado, tem como público alvo arquitetos e engenheiros. Apesar da fundamental contribuição que esses cursos oferecem aos estudos da Preservação, acabam por restringir as pesquisas nas áreas de formação. Na última década foram iniciados importantes cursos de mestrado profissional, como na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e no Museu de Ciências, Artes e Afins (MAST), nas temáticas da gestão de preservação do patrimônio científico, estabelecidos na área interdisciplinar da CAPES.

histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi um importante impulso à pesquisa, que estabeleceu o Museu Nacional como parte dos estudos. Especificamente as salas históricas³ do Paço de São Cristóvão se tornaram o objeto para análise das relações conceituais propostas.

Enquanto a pesquisa era desenvolvida fui convidada a atuar como Chefe de Gabinete junto à nova Diretoria da instituição, gestão do professor e paleontólogo Alexander Kellner, iniciada em fevereiro de 2018. O ano do Bicentenário do Museu Nacional marcou as atividades da Direção, que se empenhou profundamente em fazer deste momento uma virada institucional, com maiores reconhecimentos de autoridades e da sociedade. Além de diversas frentes de trabalho para as atividades de comemoração do Bicentenário, e de atuação para estabelecimento de relações externas, na busca efetiva de um novo marco institucional, o contrato de colaboração financeira com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente ao conjunto de projetos elaborados desde o ano de 2015, finalmente chegava a sua formalização, se tornando uma realidade e efetivando o principal projeto institucional.⁴

Enquanto vivíamos o entusiasmo das comemorações do Bicentenário⁵, e a ansiedade do aguardo pela liberação de recursos para iniciar os projetos do Plano Diretor, no domingo,

³ São nomeadas como salas históricas do Museu Nacional a Sala do Trono e a Sala do Corpo Diplomático, ou dos Embaixadores, espaços que pertenciam à área expositiva. Locais primordiais de continuidade da referência palaciana e imperial, pelos vestígios que apresentam, compunham parte de um todo maior de áreas notadamente imperiais. Constituíam dois salões contíguos no 2º pavimento do Torreão Norte, no Paço de São Cristóvão. Estes espaços se caracterizavam por seu valor histórico avultado primordialmente pela arte decorativa que seus tetos e paredes possuíam. As salas históricas foram retratadas nos relatos de viajantes, comuns ao século XIX, tornando-se singulares registros de características materiais e de usos da época. Detinham as funções de recepção das autoridades e lugar para rituais da época, e.g., como o beija-mão. In: BIENE, Maria Paula van. **O Paço de São Cristóvão, antigo palácio real e imperial e atual palácio-sede do Museu Nacional/UFRJ**: a definição de uma arquitetura palaciana. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013; e DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

⁴ O contrato de colaboração financeira não reembolsável entre a Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN) e o BNDES, no valor de R\$ 21.699.921,00, foi estabelecido visando a implementação da Fase "200 anos" do Plano Diretor do Museu Nacional, no qual consta a reforma do prédio da Biblioteca, a restauração das salas históricas, a ampliação das exposições, e o projeto de Prevenção e Combate de Incêndio e Pânico, e sua implementação, garantindo a retirada de parte das coleções científicas do edifício histórico. MARTINS, M. S. NARA JR, J. C. BIENE, M. P. A caminho de nossa história: revitalização do patrimônio cultural no bicentenário do Museu Nacional. **Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais**. 15 a 18 de maio de 2018. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. MUSEU NACIONAL/ UFRJ. **Programa de Revitalização do Museu Nacional**. Documento de lançamento do Programa por ocasião da reunião interministerial de 22 de outubro de 2003. Palácio Gustavo Capanema, MEC, Rio de Janeiro/RJ. DUARTE, L.F. D. & ARANHA FILHO, J. M. Um museu de história natural na encruzilhada. A fundamentação conceitual para uma nova exposição no Museu Nacional. In: BITTENCOURT, BENCHETRIT & TOSTES (eds) **História repensada: o dilema dos Museus**. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, pp. 197-218.

⁵ Algumas publicações registraram o momento singular das comemorações do Bicentenário como o artigo de DANTAS, Regina Maria Macedo Costa, "Museu Nacional: 200 anos de história", In: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Ana Lourdes de Aguiar Costa & Eneida Braga Rocha de Lemos

02 de setembro de 2018, o Paço de São Cristóvão, sede do Museu Nacional, sofreu um incêndio de proporções extremas, marcando para sempre sua história e a vida de seus funcionários. A tragédia foi televisionada e recebeu a comoção de brasileiros e estrangeiros, muitos marcados pela lembrança de infância do museu, das múmias e dos dinossauros, e também pelo reconhecimento naquele momento da relevância do Museu Nacional para a História das Ciências e o desenvolvimento do conhecimento no país.

Infelizmente, assisti as salas do Trono e dos Diplomatas, duas das salas históricas, serem consumidas pelas chamas durante horas. Imediatamente, muitas foram as mudanças existentes em minha realidade. A imensa tristeza e decepção existentes tiveram de caminhar juntamente com a responsabilidade de assessorar a Direção no momento mais crítico da história da instituição, num movimento de dia a dia aprender a lidar com os mais distintos cenários e possibilidades que uma situação da gravidade e da notoriedade necessitam.

Cabe destacar que, um artigo acerca da importância do resgate memorial dos espaços históricos do museu foi concluído e encaminhado à publicação na semana anterior ao incêndio. Objetivando minha participação em evento acadêmico, o trabalho marcou o desenvolvimento do projeto e o reconhecimento da reflexão do resgate memorial das salas históricas do Museu Nacional, objeto da pesquisa.⁶

Consequentemente, a pesquisa doutoral (interrompida ao longo do segundo semestre de 2018) incorreu em modificações. A reflexão sobre as relações que a Preservação estabelece a partir de sua trajetória, do entendimento de conceitos que a constroem, de exemplos dos diálogos discursivos permanecem neste trabalho, com o intuito de subsidiar o conhecimento e reconhecimento da singularidade do tema. Os estudos das salas históricas do Museu Nacional, definidos como casos a serem aplicados à análise das relações conceituais, deu espaço para a entrada do tema inédito e necessário a ser refletido pela instituição: o patrimônio em situação de desastre. Assim, fora incluído no desenvolvimento da pesquisa a análise dos conceitos

(Orgs.). Brasília, DF: Ibram, 2018, e o capítulo de DANTAS, Regina Maria Macedo Costa & MARTINS, Mariáh dos Santos, "O Museu dá samba: comemorações do Bicentenário do Museu Nacional/UFRJ", In: **Ciências Humanas e a Dimensão Adquirida através da Evolução Tecnológica**. Denise Pereira (Org.). 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

⁶ O artigo intitulado "A Perseverança da Memória nos escombros do Esquecimento: Constituições e construções históricas do Patrimônio a partir de uma consideração das salas do trono e do corpo diplomático do Museu Nacional" de minha autoria junto a Jean Felipe de Assis, foi uma infeliz coincidência, considerando o título, e sua publicação após o incêndio. Contudo, representou a evidência existente do descompasso acerca da preservação da memória nacional. Os escombros do título se referem ao que se esconde no esquecimento, e a necessidade de reavivar a memória nacional e institucional que os espaços marcavam. MARTINS, M. S & ASSIS, J. F. A Perseverança da Memória nos escombros do Esquecimento: Constituições e construções históricas do Patrimônio a partir de uma consideração das salas do trono e do corpo diplomático do Museu Nacional. In: **Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia**, 15 a 18 de outubro de 2018. No evento, o artigo foi apresentado no "Simpósio: 200 anos do Museu Nacional", como parte das comemorações do Bicentenário da instituição.

previamente estabelecidos no tema dos desastres em patrimônio e no planejamento acerca da reconstrução do Museu Nacional.

Esclarece-se que, este estudo, desenvolvimento de tese a ser defendida como requisito parcial para obtenção do título de doutorado, pertencente à linha de pesquisa “Historicidades de Saberes Tecnocientíficos no Brasil”, compõe parte dos estudos do projeto “História das Instituições Científicas, Museus e Coleções”, versando sobre a formação e a trajetória da área do conhecimento *Preservação*, especificamente daquela que se ocupa dos bens patrimoniais culturais, partindo das relações entre os conceitos que a compõem em seus aspectos prático e teórico.

A seção introdutória apresenta reflexões autorais sobre a área da Preservação com base nos debates atuais, levando em consideração os fazeres técnico, histórico, científico e artístico do campo e suas disciplinas. Esta reflexão objetiva-se ainda a alcançar e discorrer sobre o caráter dialógico entre subjetividade e objetividade ao qual a Preservação deve ser entendida. A materialidade,⁷ fundamental às disciplinas de Conservação e Restauração, que encerra a prática em um objeto concreto, não deve se descolar do saber essencial que a concebe - a Preservação.

O saber preservacionista, de interesses à salvaguarda de bens culturais, atua sobre e sofre tensões do Patrimônio, modelado pelas concepções culturais, e cada vez mais ampliado a seu escopo imaterial e intangível. A objetividade a qual alguns temas da Preservação se configuram, pelos conhecimentos tecnológicos de intervenção na matéria e análises da passagem do tempo sobre o material, se dinamiza à perspectiva subjetiva da significância do objeto enquanto patrimônio pertencente a uma comunidade. Caracterizada pelas relações com a Conservação e a Restauração, de diretrizes técnicas disciplinares, possui pontos basilares nas relações subjetivas da Cultura, não podendo se colocar fora da dinâmica de um sistema que funciona a partir dos referenciais valorativos, das construções históricas, e dos meios sociais.⁸

⁷ A materialidade citada não é compreendida apenas pelo elemento do patrimônio material. O próprio fazer técnico existente, com seus instrumentos e equipamentos, compõe a percepção proposta. Assim como a dimensão imaterial que será tratada é composta pelo patrimônio imaterial, mas também outros elementos característicos, como o desenvolvimento teórico, as reflexões sobre a temática, e os valores e significados que a Preservação busca proteger.

⁸ O artigo "*Science, value and material decay in the conservation of historic environments*" apresenta reflexão importante sobre a maneira que os elementos científicos da conservação interagem com o valor. Propondo uma pesquisa de caráter social qualitativo observa diferentes casos de intervenção conservativa diretamente influenciados pelas referências valorativas que a comunidade possui sobre o bem cultural. In: DOUGLAS-JONES, Rachel. *et al.* Science, value and material decay in the conservation of historic environments. *Journal of Cultural Heritage*. (21) 2016, p. 823-833.

Serão apresentadas formas de desenvolvimento da pesquisa em sua perspectiva teórico-metodológica, por meio da apresentação dos métodos, dos teóricos e dos principais conceitos que serão utilizados. Obras de referência e o levantamento de publicações produzidas sobre o tema ou que abordem a temática serão identificadas para fundamentação do estado em que se encontram os debates atuais e o entendimento sobre a maneira como o tema tem sido discutido.

Concluindo, apresenta-se o debate a respeito de caminhos que os estudos sobre a Preservação podem levar. Ao percebê-la enquanto uma área do conhecimento para além dos manejos técnicos e da atenção aos produtos socioculturais propõe-se a análise sobre a função do valor dessas produções, influenciando nas atividades disciplinares e também nas ações externas ao campo, traçando primeiramente a trajetória dos discursos conceituais. As significações são objetos não menos importantes ao trabalho da Preservação, sendo também fundamentais para a construção deste campo, sua auto-reflexão, o reconhecimento de seus atores e o estabelecimento para demais áreas do conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende a Preservação como campo e área do conhecimento, estando a Conservação, termo às vezes mais utilizado, inserida como disciplina específica ao patrimônio tangível no campo da Preservação. Quando se trata de Preservação, se considera também, mas não somente, a Conservação. Restauração e Conservação são termos utilizados anteriormente à Preservação enquanto definição de uma área. Caminhavam juntos, e por vezes permanecem, como Conservação-Restauração, Conservação e Restauo, ou mesmo um em substituição ao outro, partilhando dos mesmos significados. Obras clássicas dos teóricos da Conservação também são explicativas como a "*Teoria del Restauo*" de Cesare Brandi. Tem-se buscado normatizar o uso dos termos a partir do desenvolvimento da área, compreendendo Preservação como área do conhecimento, Conservação como uma disciplina, e Restauração, assim como a Conservação preventiva, como subdisciplinas da Conservação.

Esta será a utilização neste trabalho, com base no documento do Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums - Committee for Conservation / ICOM-CC*), de 2008, que formaliza a terminologia para a conservação do patrimônio cultural tangível.⁹ Assim como o trabalho de Michael Petzet, de 2004, "*Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter*" que apresenta detalhadamente diversos conceitos da Preservação, seus significados e exemplificação das práticas.¹⁰

A Preservação é um conhecimento formal estabelecido em parte significativa do mundo, atuando sobre a salvaguarda do patrimônio cultural. Há dois séculos e meio vem continuamente se configurando de formas distintas nas diversas regiões do planeta, com termos que se alternam, se diferenciando ainda pelo tipo de bem ao qual se relaciona.

As significativas mudanças sofridas pela Preservação se configuram não apenas nas nomenclaturas utilizadas, mas também nos métodos e nas subdisciplinas constituídas na área. A experimentação das perdas propaladas pelas grandes guerras mundiais no século XX, unidas ao interesse pelos avanços científicos e tecnológicos daquele período, fomentaram mudanças epistemológicas especiais na Preservação. A comunicação possibilitou a expansão dos novos conceitos e práticas prontamente para muitas regiões, saltando processos de

⁹ Pode ser consultado em <http://www.icom-cc.org/242/about/terminology-for-conservation/#.WhHN5rZDTeQ>.

¹⁰ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: **ICOMOS. International charters for conservations and restoration**. 2004, pp.7-30.

desenvolvimento da área, permitindo um acompanhamento das ações mais complexas. A comunicação, apreensão, e mesmo a compreensão e transformação de informações não ocorre de forma equilibrada. Distintos são os motivos que produzem assimetrias nesta interação. O Brasil possui uma fundante história de desigualdades e desequilíbrios. Para alguns, representante de contradições, para outros de alta coerência, claramente dependente dos discursos aos quais se toma para análise.

O Brasil do século XXI possui substancial interesse e trabalho em Preservação. Por um lado, nossas diversas instituições culturais com programas que englobam educação, comunicação e preservação. Por outro, trabalhos particulares, autônomos, dentro e fora da institucionalidade. O Patrimônio, enquanto um material de profunda importância nacional e social, a tal ponto que se institui como utilidade pública, está sendo amplamente divulgado. Os fatores não sublevam as desigualdades de trabalho, condições e resultados. O que não pode ser esquecido. Entretanto, nosso país, hoje, está presente nos debates que rondam o Patrimônio e a Preservação.

A Preservação necessita atualmente desenvolver uma unidade discursiva para suas ações, assim como promover um equilíbrio maior entre os espaços promotores. A Conservação, enquanto uma das principais disciplinas da Preservação, em sua crescente vertente cientificizante, cai também nos interstícios contemporâneos dos conhecimentos, alguns dos quais não se sabe se científico pelo o que é ou pelo que deseja tomar, rebaixando os estudos subjetivos e culturais em virtude da verdade científica das bio-físico-químicas.

O processo historiográfico é um caminho possível ao conhecimento, reflexão e aproximação a uma área, assim como a Preservação, em sua capacidade educacional e comunicativa, é tema singular para a reflexão simbólica e identitária sociocultural. As reflexões acerca da Preservação constituem os caminhos para uma aproximação tanto social como institucional à área.

A formação da Preservação, primordialmente tendo atenção aos conceitos e discursos constituintes, resgatam significados apagados na organização sistemática de conhecimentos em construção, que a cientificização e disciplinarização podem acabar abandonando. O processo epistemológico, o historiográfico e o preservacionista se unem neste olhar interior, que perpassa métodos sistemáticos formais, mas não perdem de vista o fundamental propósito subjetivo da significação. Preservação, História, Memória, Patrimônio e Valor são elementos fulcrais à percepção das objetividades e subjetividades que associam o indivíduo a sua sociedade.

Por isso, esta pesquisa pretende abordar a trajetória e os conceitos na formação da Preservação do patrimônio cultural visando compreender a forma como se dá a constituição da área partindo dos conceitos que fundamentalmente compõem os debates teóricos e práticos, com vistas à valorização do caráter multidisciplinar e suas bases sociais e culturais.

A Cultura é um conjunto de significados partilhados e construídos pelos indivíduos sociais¹¹ para explicar o mundo. Não deve ser concebida enquanto sinônimo de conjunto de artefatos, e sim como um tipo de relação que se constitui considerando uma miríade de diversidades, que derivam em ações sociais, políticas, entre outras.

Roger Chartier faz emergir, a partir de seu trabalho sobre a história do livro e da leitura, um repensar sobre a história que recai na dimensão da história cultural. Manifestada no pós 1968¹² a historiografia deste período inicia a pensar sobre uma nova ordem de poder, não mais exercido pelas grandes esferas, pelos grandes eventos, mas em uma dimensão microscópica, ou seja, na dimensão de um poder que não se mostrava visível como tal, a saber, poderes como os das práticas educacionais, e das relações familiares. Tratam-se de poderes que se desenvolvem no conjunto da sociedade. A historiografia¹³ será marcada por uma visão aos novos agentes históricos, onde o tema da cultura ganha centralidade.

A concepção deste trabalho se dá prioritariamente pelo viés da História Cultural, como definido por Chartier, a qual "tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler", identificando na formação discursiva da Preservação uma construção cultural de práticas

¹¹ Norbert Elias compreende as sociedades como configurações de indivíduos ligados por relações de interdependência específicas a partir de funções individuais sempre dirigidas a outros. Ver: ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹² O fim da década de 60 do século XX é marcado por movimentos sociais em diversas partes do mundo. O pós 2ª Guerra Mundial é espaço de reflexões sociais e ações que repensaram os caminhos da humanidade e o mundo capitalista. Ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. do inglês por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.; e; PONGE, Robert (Org.). **1968, o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal, 1998.

¹³ Chartier nos fornece um panorama dos anos 60 onde ocorre um crescimento das ciências sociais que visavam um posicionamento perante a excelência dos estudos das conjunturas econômicas. A História das mentalidades utiliza novos objetos e vai até as ciências sociais para lidar com eles. Contudo, lida com esses novos objetos fazendo uso da mesma percepção da história das economias e das sociedades. A História intelectual visava a produção de estudos socio-históricos utilizando apenas a produção cultural, como se os objetos culturais pudessem ser entendidos fora de seu contexto de uso. Os trabalhos eram sustentados por conceitos como a consciência existente na relação entre a intenção do autor e sua obra; a prerrogativa da invenção intelectual dada como única na criação intelectual e estética; a existência de um "espírito do tempo" para explicar a consonância de determinadas produções intelectuais ou artísticas. A história cultural necessitou de novos conceitos para pensar de forma diferenciada as relações entre obra e produtor, obra e seu tempo, e entre as obras de um determinado período. Noções essas como a de *habitus* de Norbert Elias, *práticas* de Pierre Bourdieu, marcaram a passagem da História social da cultura para a História Cultural (das práticas sociais). In: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA, jan/abr, vol.5, n.11, pp.173-191, 1991; e CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

sociais e de representações. A noção de representação como imagem da realidade social possibilita a relação com o mundo por meio das práticas.¹⁴

O patrimônio edificado ao ser tomado como exemplo ao entendimento deste regime é uma representação, enquanto construção, da prática de arquitetar edifícios, e, em outro plano, enquanto patrimônio, é a representação da prática de valorar bens imóveis a um conjunto de significados compartilhado socialmente. Esta noção se torna ponto fundamental, na visão de Chartier, para a abordagem na dimensão da história cultural. A singularidade é encontrada nas relações interdependentes a aspectos do mundo social, a saber:

(...) em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.¹⁵

As representações das práticas sociais assim como as práticas e apropriações dessas representações dependem da composição de um espaço social para atuação dos grupos. Pierre Bourdieu traz importantes elementos para elucidar a noção de campo cultural que propõe, e da qual contribui notavelmente à história cultural.

O campo é lugar das possibilidades de produção e recepção. Exemplificando o caso do campo artístico, Pierre Bourdieu demonstra a relação entre campos autônomos e seu desenvolvimento, assim como a compreensão que se tem desses. O campo artístico já se entende como autônomo definindo o primado da forma sobre a função, a estética pura. Contudo, as condições sociais de produção e reprodução das disposições classificatórias são abstraídas da recepção.

Conforme o sociólogo indica, somente um trabalho de filogênese (que percebe o olhar específico à arte pura imposto pelo campo artístico autônomo) e de ontogênese (que compreende as condições particulares de aprendizado como a ida a museus) seria eficaz para a percepção das condições sociais e históricas de possibilidades das práticas (produção e recepção) ao longo do tempo que a análise de essência, de um campo autônomo, silencia.¹⁶

O olho puro, citado por Bourdieu, é produto do campo, e se encontra em harmonia com o sentido e o valor também produzidos pelo campo. A obra de arte é dotada de valor e

¹⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

¹⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002. p.23.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

sentido pela eficácia do *habitus*¹⁷ e do campo artístico, pois a obra de arte só se constitui como tal por ser compreendida por olhares que são capacitados para tal necessidade. Logo, é o olhar que produz a obra de arte, levando em conta as condições sociais e históricas que o produziram também. As categorias utilizadas por críticos de arte, por exemplo, são armas utilizadas nas lutas simbólicas do campo artístico, lutas pela verdade. E o que as ciências podem proporcionar é a verdade dessas lutas pela verdade, através da lógica dessas lutas, apresentando a estrutura histórica do campo.

Há nos campos culturais uma economia movida pelo desinteresse estético em substituição ao interesse econômico vigente em grande parte dos campos. Há interesses no campo cultural, entretanto esses interesses não são contemplados por meio de acúmulo econômico. A relação entre o presente e um passado extenso no campo cultural é mais vigorosa do que em outros campos. E o campo cultural não é juridicamente codificado.¹⁸

O campo científico também é categoria de análise de Bourdieu. É espaço de práticas específicas, produções e lutas simbólicas. Sua autonomia reflete a competência em impor suas categorias aos demais campos, exercendo uma dominação simbólica.

De uma definição rigorosa do campo científico enquanto espaço objetivo de um jogo onde compromissos científicos estão engajados resulta que é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas.¹⁹

Conceitos como autoridade, que identifica a capacitação técnica tanto como científica quanto social, e capital simbólico, definindo as maneiras de disputas pela autoridade, são desenvolvidos para apresentar a análise. Identificando as disputas existentes, o sociólogo revê a concepção de que ações praticadas neste campo seriam desinteressadas dos jogos sociais.²⁰

A Preservação, assim como as disciplinas científicas, tem em seu escopo uma busca pelas certezas e verdades, concebendo a inviabilidade da verdade absoluta, os interesses em jogo nos campos científicos, e as características particulares a algumas ciências, como as

¹⁷ Bourdieu rompe com o estruturalismo por se opor a uma abordagem de negação da consciência do sujeito, porém não promove um retorno à filosofia do indivíduo. Para isso busca categorias como a de *habitus* social, que deem conta deste algo entre o estruturalismo sem sujeito e a filosofia do indivíduo. O *habitus* se institui como o saber social incorporado, uma adequação à disposição, ligando a subjetividade individual e as estruturas socialmente constituídas. É a subjetividade em uma dinâmica social.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.; e BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense: Papyrus, 1996b.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983, p. 124-125.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983.

humanas. A prática das ciências deve versar pelo caminho do compromisso com a verdade garantindo uma produção responsável. Contudo, mesmo não tolerando discursos ficcionais, os campos científicos não se eximem das condições sociais estabelecidas, por vezes mais ou menos autônomas.

A pesquisa concebe os discursos sobre a Preservação para a compreensão de sua constituição. Assim serão oportunos conceitos cunhados por Michel Certeau, como “estratégia” e “tática”. Propondo um modelo, não estático, para se pensar a produção e a recepção, Certeau cunha a estratégia como uma escolha em um campo de possíveis, o que se produz, impõe, deixa marcas e resíduos. A tática é a apropriação do que está sendo imposto.²¹

Já Michel Foucault apresenta o problema do objeto intelectual, relevante ao deslocamento do objeto e à reavaliação das evidências. Os objetos (representações), na forma de discurso como Foucault apresenta (discurso como prática discursiva), necessitam de uma análise crítica e genealógica, considerando as condições da produção, e as apropriações, para sua manipulação. As categorias não são pensadas universalmente, o vocabulário pode permanecer durante um longo período, mas as objetivações vão sendo construídas pelas práticas (que são datadas). Os usos dos termos “Conservação” e “Restauração” são exemplos das apropriações de conceitos.²²

As Cartas Patrimoniais são documentos elaborados por especialistas que objetivam orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais.²³ Apresentam continuamente termos como Conservação e Restauração, mas é preciso avaliar as condições em que foram produzidas, no caso, a região e o período, membros que compuseram e aprovaram, evento onde foram aprovadas, os acontecimentos da época, propondo uma análise que por um lado observa diversas produções de um mesmo período, mas em níveis distintos e, por outro, produções similares de mesmo escopo, mas partindo de uma temporalidade diferente. As cartas patrimoniais são excelentes representações a essas análises, pois podem ser relacionadas aos documentos patrimoniais de outras esferas do mesmo período, e aos documentos de outras épocas advindos de uma mesma organização. Isto é, é necessária, primordialmente, a identificação das relações que constituem o objeto, para assim, analisá-lo.²⁴

²¹ CERTEAU, M. Um lugar comum: a linguagem ordinária. In: **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

²² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

²³ GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Souza; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018. <http://www.uel.br/revistas/informacao>.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

A partir do referencial teórico-metodológico apresentado será tomado como principal viés do trabalho o método historiográfico considerando o levantamento de documentação, a validação dos materiais coletados, e a análise sobre o alcance das informações para os problemas apresentados na pesquisa. Para isso também será utilizada a perspectiva da Micro-história italiana, pela valoração ao tratamento das fontes documentais, tal qual estabelecida por Carlo Ginzburg em seu "paradigma indiciário". O paradigma cunhado por Ginzburg representa um modo de funcionamento de saberes indiciários, praticados pela identificação de indícios. A avaliação de um patrimônio depende muitas vezes de um conhecimento ao qual não se possui, as marcas (indícios) existentes no objeto são fundamentais a sua interpretação. Identificar as alterações num patrimônio, que podem ser estéticas, conservativas, deteriorativas, intencionais ou não, são práticas singulares ao trabalho da conservação.²⁵

Ainda sobre o referencial teórico, o estudo encaminha, estimulado pelas proposições de intelectuais que se dedicaram ao tema correlato a esta tese, a construção da Preservação, seus conceitos fundamentais e sua trajetória. Nicholas Stanley Price em seu *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage* contribui significativamente para a apresentação de uma construção teórica da conservação, revelando um olhar às ciências humanas ao considerar a relação que o patrimônio possui com as sociedades.²⁶

Paul Philippot é reconhecido por seu esforço para a formação historiográfica da Preservação com intuítos ao conhecimento e reconhecimento da área.²⁷ Sua contribuição abrange desde leituras da obra de Cesare Brandi, visando o caráter fenomenológico²⁸, à compreensão da Preservação e da Conservação enquanto ato crítico e cultural, cada vez mais carente das pesquisas científicas, mas sendo invariavelmente saber de bases culturais. A noção da Preservação enquanto ato crítico de bases culturais é ratificada também por Ana Maria Macarrón Miguel. A autora produziu importantes trabalhos acerca da história da conservação na perspectiva crítica sobre o avanço científico na área, além de abarcar estudos sobre a legislação da preservação.²⁹

²⁵ GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁶ PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.). **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

²⁷ PHILIPPOT, Paul. *Historic preservation: Philosophy, Criteria and Guidelines I*. In: PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.). **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

²⁸ PHILIPPOT, Paul. *The phenomenology of artistic creation according to Cesare Brandi*. In: BRANDI, Cesare. **Theory of Restoration**. Firenze: Nardini, 2005, p. 27-41.

²⁹ MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria. **Historia de la Conservación y la Restauración**. Madri: Tecnos: 1997.

A história da Preservação no Brasil tem despertado crescente interesse. Por esta temática ressalta-se a pesquisa doutoral da Prof^a Yacy-Ara Froner Gonçalves acerca da epistemologia da conservação, assim como da museologia e da arqueologia, pela relação à formação da Preservação. Em um dos capítulos se dedica a analisar especificamente o caso brasileiro a partir da influência das diretrizes internacionais no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).³⁰

Aloisio Arnaldo Nunes de Castro dedicou tanto os estudos para a dissertação de mestrado quanto à pesquisa doutoral na linha da história da Conservação no Brasil. O primeiro trabalho foi desenvolvido a partir da perspectiva direcionada à trajetória da conservação em papel e o segundo sobre a história o profissional conservador a partir de cargos públicos.³¹

A conservação do patrimônio edificado no Brasil já alcançou um maior número de trabalhos que remetem à atuação do IPHAN, como Claudia dos Reis Cunha em “Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil”, abrindo uma perspectiva nacional ao tema.³² Cabe ressaltar a contribuição da Prof^a Beatriz Mugayar Kühl aos estudos sobre teoria e história da Preservação pela ampla pesquisa e trabalhos de tradução sobre as obra clássicas e materiais base, como a Carta de Veneza³³.

³⁰ GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. **Os Domínios da Memória - um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos 'campi' da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação**. Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.479 f.

³¹ CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação e restauração de acervos em papel no Brasil**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **Do restaurador de quadros ao conservador restaurador de bens culturais: o *corpus operandi* na administração pública brasileira de 1855 a 1980**. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em artes). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

³² CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

³³ Kühl faz parte da equipe responsável pela publicação de diversos textos clássicos da conservação como tradutora, e/ou revisora e/ou autora da apresentação. Dentre eles estão os quatro textos que apresentam elementos teóricos fundantes da disciplina (o verbete "Restauração" de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, o capítulo "A Lâmpada da Memória" de John Ruskin, a conferência "Os Restauradores" de Camillo Boito, e "Teoria da Restauração" de Cesare Brandi). As publicações compõem a coleção "Artes & Ofícios" da editora Ateliê Editorial. Além disso, a autora produziu os trabalhos "Notas sobre a Carta de Veneza", "História e ética da conservação e da restauração em monumentos históricos" e a apresentação em "Questão de restauro na Itália". KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, v. 1, p. 9-25.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, v. , p. 9-28.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Revisão de Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 18, p. 193-227, 2010.

Os referenciais acima apresentados são significativos para impulsionar alguns questionamentos: como a Preservação lida com a diversidade de conceitos que formam seu escopo epistemológico? A história, a teoria e a prática da Preservação podem ser mais bem entendidas a partir da compreensão das relações conceituais estabelecidas? Como a Preservação é construída? Quem a constrói e como pensam-na? Quais as funções sociais que possui?

Na busca de explorar a compreensão sobre a Preservação enquanto saber, esta pesquisa pretende analisar as relações conceituais de termos compreendidos como fundamentais e seus usos na prática preservacionista, como uma maneira de alcançar sua significância social e sua abrangência.

A trajetória destes estudos terá como objetivos identificar e apresentar os principais conceitos que fomentam a constituição da Preservação; apresentar a trajetória da Preservação a partir do uso dos conceitos nas obras referenciais, nos documentos característicos da área e na trajetória dos principais agentes; compreender o debate conceitual e prático da Preservação sobre o aspecto do patrimônio em risco e em desastre; e, por fim, iniciar uma análise das questões relativas à reconstrução do Museu Nacional da UFRJ, enquanto um caso da Preservação do Patrimônio Cultural.

O Museu Nacional, primeira e mais antiga instituição museológica e científica do Brasil, possuidora de uma transversalidade da história brasileira e científica, será o exemplo para análise e compreensão de formas de desenvolvimento dos trabalhos preservacionistas. O desastre vivido no edifício-sede do Museu abriu também a necessidade de atuações à reconstrução institucional e patrimonial. Ações governamentais em decorrência da catástrofe demonstram a singularidade do tema e sua relação junto aos interesses políticos e sociais da atualidade.

Num cenário de continuidade do acirramento de disputas políticas, posterior ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, o governo do Presidente Michel Temer, em seus últimos seis meses de atuação, teve de lidar com a tragédia do Museu Nacional. Sendo noticiado pelo mundo, o desastre do Museu Nacional delatava as consequências de práticas limitadas de proteção ao patrimônio nacional, dirigidas pelos governos. A primeira e imediata

Idem. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista do IEEE América Latina**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 1-11, 2005.

Idem. Questões de restauro na Itália: atualizando o debate. **Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 18, n. 30, pp.228-249, 2011.

providência foi a promulgação de duas medidas provisórias diretamente relacionadas à tragédia: a Medida Provisória nº 850 e a Medida Provisória nº 851.³⁴

A primeira das medidas provisórias, MP 850 de 10 de setembro de 2018, visava a instaurar a Agência Brasileira de Museus (ABRAM), extinguindo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado em janeiro de 2009, durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na proposta, a ABRAM se caracterizava como pessoa jurídica de direitos privados sem fins lucrativos, na modalidade nomeada como um serviço social autônomo, objetivando a gestão de instituições museológicas. A agência seria contratada pelo Poder Executivo federal, e no artigo 11, 1º parágrafo, a medida provisória estabelecia cláusulas que deveriam constar do contrato, dentre elas constava o compromisso de desenvolvimento de fundo patrimonial (MP 851) para "arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas" para a reconstrução e modernização do Museu Nacional e restauração e recomposição de seu acervo. Além disso, o artigo 22 destinava a responsabilidade da reconstrução do Museu Nacional à ABRAM.

A proposta segue como uma exposição de motivos interministeriais ao Presidente assinada pelos Ministros do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Cultura, da Educação e da Casa Civil, indicando a motivação da proposta a partir do incêndio do Museu Nacional, evidenciando "a urgência em modernizar a estrutura dos imóveis que abrigam o patrimônio artístico e cultural do país". A proposta recebeu muitas críticas, principalmente pela extinção do IBRAM, e foi rejeitada pela Câmara dos Deputados.

A MP 851 de 10 de setembro de 2018 regulamenta o uso de fundos patrimoniais entre a Administração pública e organizações gestoras, proposição que estava sendo desenvolvida junto a outras instituições, em especial o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), mas que acaba por ser publicada no imediatismo da tragédia do Museu Nacional. O texto da medida não cita o Museu Nacional, todavia consta na exposição de motivos interministeriais (EMI) ao Presidente a citação do caso do Museu Nacional na justificativa da urgência na regulamentação da proposta do financiamento às instituições públicas. Assinam a MP os mesmos Ministros excetuando-se a Casa Civil.

A partir disso, o planejamento da reconstrução do Museu Nacional, matéria de ações preservacionistas, será analisado, abrindo caminho para as reflexões da Preservação. Além de

³⁴ Medida Provisória nº 850 de 10 de setembro de 2018:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2183835#:~:text=MPV%20850%2F2018%20Inteiro%20teor&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20federal,a%20Lei%20n%C2%BA%2011.906%2C%202009.>

Medida Provisória nº 851 de 10 de setembro de 2018:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2183836.>

exemplificar um caso, a reconstrução do Museu Nacional apresenta análise frutífera que o campo encerra em suas diversas relações conceituais. A maneira em que os conceitos relativos à Preservação podem ser empregados, assim como os que vêm sendo utilizados neste planejamento é um dos objetivos que norteiam esse trabalho.

Outrossim, serão ressaltados os aspectos subjetivos da área na compreensão da acepção da reconstrução da memória institucional, a ressignificância dos valores e a construção da identidade social a qual a instituição pode ser formada. Estas temáticas serão analisadas a partir de conceitos tratados no início da tese, como História, Memória e Patrimônio, e a partir das observações iniciais da prática da Preservação no exemplo da reconstrução do Museu Nacional. Permeando as identificações, exemplificações e historicidades constituintes da tese, pretende-se alcançar o valor que a Preservação, enquanto um saber relacional das humanidades e das tecnociências, tem se apropriado perante o conhecimento humano.

O marco da tragédia do Museu Nacional no cenário político não encerra nas MPs anteriormente citadas. No apagar das luzes do ano de 2019, já no governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, é publicado o Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019,³⁵ que instaura um grupo de trabalho interministerial visando estudos e proposição para a gestão de museus de responsabilidade do Governo Federal e em especial aos museus universitários. O grupo de trabalho instaurado contará com 2 grupos técnicos, um primeiro destinado aos museus das universidades públicas federais e o segundo a temáticas mais amplas acerca da gestão dos museus federais como o sistema de inventário nacional de bens dos museus, mitigação de riscos, despesas e identificação dos museus com maiores riscos. Em nota à publicação, o IBRAM declarou que terá o papel de assessoramento técnico e que o decreto é resultado do esforço do Instituto a seu fortalecimento e da solução de questões que atingem os museus federais. Além disso, registrou que a motivação inicial se deu a partir do acórdão nº 1243 do Tribunal de Contas da União que solicita ações do IBRAM após o incêndio do Museu Nacional.³⁶

O âmbito cultural é marcado por seu capital simbólico perante os governos, assim como por sua fragilidade. Após a reestruturação do Ministério da Cultura (MinC) e o desenvolvimento de programas no primeiro mandato do governo Lula, os últimos anos não

³⁵Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.175-de-13-de-dezembro-de-2019-233563728>.

³⁶ ANEXO I.

obtiveram o mesmo êxito.³⁷ A passagem da Presidente Dilma Rousseff não garantiu o fortalecimento da pasta, e após a posse como Presidente interino, Michel Temer extingue o MinC reintegrando-o ao Ministério da Educação (MEC), ação que teve a durabilidade de 10 dias. Diante de diversas manifestações contrárias à extinção, o MinC é restabelecido. O atual governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, completando em janeiro de 2020 um ano de mandato, extinguiu o MinC. O Ministério da Cidadania, criado em janeiro de 2019, absorve os Ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social e da Cultura, instituindo-os como Secretarias Especiais. Em novembro de 2019 a Secretaria Especial de Cultura é transferida para o Ministério do Turismo,³⁸ juntamente aos institutos a ela vinculados, incluindo o IPHAN e o IBRAM.

Até o início de janeiro de 2020 não havia menção à Secretaria de Cultura no site do Ministério do Turismo, inclusive no organograma da pasta.³⁹ O final do ano de 2019 foi marcado por muitas polêmicas na Secretaria principalmente por nomeações às direções de institutos vinculados à pasta,⁴⁰ em consequência a essa instabilidade em dois dias a presidente do IPHAN, Kátia Bogéa foi exonerada, uma nova Presidente, Luciana Rocha Feres, foi nomeada e no dia seguinte sua nomeação foi tornada sem efeito, estando o IPHAN com o Presidente substituto Robson Antônio de Almeida, atuando como técnico do IPHAN desde 2003. Além disso, no dia 16 de janeiro de 2020, Roberto Alvim, Secretário de Cultura do Governo de Jair Bolsonaro, divulga um vídeo anunciando o Prêmio das Artes, com fala semelhante ao discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler, copiando uma comunicação do representante do governo nazista. A demissão do Secretário foi anunciada no dia seguinte.⁴¹

Os fatos narrados são simbólicos à compreensão do estado em que a cultura nacional vem sendo tratada. No caso especial do patrimônio, infelizmente desastres vêm se

³⁷ CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Rev. Instituto de Estudos Brasileiros**. no.58, São Paulo: junho, 2014. Acesso:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100008

³⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml> (ANEXO II).

³⁹ <http://www.turismo.gov.br/institucional/organograma.html>. Acesso em 04/02/2019 (ANEXO III).

⁴⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/governo-renova-quadro-na-cultura-e-articula-projeto-mais-conservador.shtml>

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,nomeacoes-da-secretaria-de-cultura-de-roberto-alvim-preocupam-produtores-culturais,70003106198>

<https://www.terra.com.br/diversao/classe-artistica-e-politicos-reagem-as-novas-nomeacoes-na-funarte-e-na-biblioteca-nacional,d5ccdfcf9e00fc5361c19223b246iguc9ehn.html> (ANEXO IV).

⁴¹ <http://portal.iphan.gov.br/quemEQuem/detalhes/75/robson-antonio-de-almeida>

<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/01/17/as-polemicas-de-roberto-alvim-no-governo-bolsonaro.ghtml>
<https://theintercept.com/2020/01/17/cultura-ideias-do-nazismo-roberto-alvim/> (ANEXO V).

configurando como fatalidades, contudo, anterior à materialização de desastres observam-se ações que ressaltam o esquecimento de nossos patrimônios e logo de nossa memória, práticas que se configuram em catástrofes educacionais e culturais. Apesar do valor simbólico que a cultura possui, e é reconhecida na esfera política, a falta de programas bem definidos e contínuos vem corroborando às perdas culturais, patrimoniais e memoriais.

A Preservação do patrimônio cultural vem marcando o desenvolvimento das nações e é também determinada pelos processos da humanidade. Estabeleceu-se como um tema central aos valores, à memória e à identidade social sendo objeto de desejo pelas comunidades e motivo de manifestações sociais pelo mundo. O complexo cenário político brasileiro registra a relevância em manter-se reflexões constantes acerca do patrimônio cultural e sua preservação, num esforço contínuo de fortalecimento de seus alicerces intelectuais e práticos.

Estabelecendo um entendimento acerca da Preservação a partir da perspectiva discursiva conceitual e historiográfica, a primeira parte da tese (**2. PALAVRAS QUE CONSTROEM: A PRESERVAÇÃO E SEUS CONCEITOS**) busca demonstrar a relevância da área da Preservação no campo do conhecimento e da vida humana. Comporão seus objetivos a apresentação dos conceitos que preenchem os discursos sobre a Preservação e se inter-relacionam, assim como a análise do desenvolvimento da trajetória da área a partir do encadeamento de relações que esses conceitos estabelecem. A constituição da Preservação poderá ser observada partindo de referenciais base como obras de Cesare Brandi⁴² (1963), Alois Riegl⁴³ (1903), Françoise Choay⁴⁴ (1992) entre outros. Há termos primordiais onde, sem seu entendimento, será improvável uma compreensão capaz de abarcar uma reflexão sócio-histórica e cultural.

Preservação, Conservação e Restauração; a definição desses termos e a maneira como se relacionam será o ponto de partida para a análise. Esses vocábulos demonstram a complexidade da área e apresentam a trajetória partindo das teorias clássicas e da aplicação ao longo do tempo. Significam práticas, áreas e disciplinas. As confusões conceituais demonstram um intenso desenvolvimento do campo. Obras clássicas, até hoje estudadas, compõem as reflexões variadas que durante os séculos XIX e XX, propuseram o estabelecimento da Preservação, desenvolvendo de alguma maneira os termos analisados. As obras de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900), Camillo

⁴² BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 2ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

⁴³ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70, 2013.

⁴⁴ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

Boito (1836-1914), e Cesare Brandi (1906-1988) demonstram formas como os termos foram definidos, e se configuram como o ponto de partida à reflexão conceitual.

A composição do vasto campo de ações sobre o patrimônio não se basta por estes termos, apesar de sua relevância para iniciar a análise sobre a área. Novos conceitos devem ser agregados e deve-se manter a constante reflexão e a contínua definição dos termos utilizados, considerando a fluidez conceitual no campo. A cultura material foi fundamental para o aprimoramento da área, ao mesmo tempo em que somente pela dimensão da imaterialidade o campo pode existir, sustentar-se e desabrochar. A partir dos termos Conservação e Restauração as principais teorias e práticas serão desenvolvidas. Assim como será no contato com a materialidade, o monumento, que se perceberá o interesse no que está “por trás”, o que é invisível, mas muito sentido. Será principalmente no século XIX que as intervenções se multiplicarão, assim como as críticas a elas. Quanto mais se restaura mais se reflete sobre a modalidade de ação implementada e suas justificativas.

Patrimônio e Monumento são os objetos da Preservação. Sua existência justifica comportamentos e presenças, sendo indispensável compreender o quanto seu significado vem influir na Preservação, e as formas em que seu uso foi modificado pelas diversas disciplinas que se debruçam sobre o campo do Patrimônio. O Patrimônio é representante da história de nosso fazer sobre a memória. Sua trajetória, por meio de seu conceito, como será apresentado, demonstra a maneira como a humanidade lida e como respondeu ao longo dos anos, à memória social. No Patrimônio se encontra a consumação, de maneira física ou não, de nossa memória e nossa história, refletindo sobre quem somos.

O **Valor** é fundamental à noção de Patrimônio, pois a partir dele avalia-se a significação de um bem cultural. O valor representa o significado e colabora para a definição do Patrimônio Cultural. Contribui também para as ações de preservação, os métodos da conservação, considerando que qualquer intervenção deve ser baseada em reflexões sobre a significância do bem e o que se deseja preservar dele.

O desenvolvimento da noção de Patrimônio se dá em consonância aos conceitos de **Memória e História**. Assim como o evento passará a "existir" em meio ao estabelecimento do processo histórico, dando sentido a ele dentro de um processo, o monumento em seu caráter memorativo se esvazia de sentido para valorização do patrimônio histórico, aquele que se estabelece como patrimônio *a posteriori*, a partir de um processo de significância dentro da História. É nesse contexto que a Preservação se constitui refletindo em suas práticas valores firmados pelo Patrimônio, cada vez mais pujante em seu aspecto subjetivo. As reflexões sobre

o conceito de História demonstrarão a necessidade de diálogo constante sobre as noções da Preservação que se reconstitui continuamente.

A reflexão sobre a singularidade da Preservação partiu da intenção de compreender a formação da área por meio de suas relações conceituais. Os conceitos estabelecem bases às propostas preservacionistas. A questão conceitual é fundamental à prática preservacionista. Preservação, enquanto campo de saber, se estabelece a partir do debate conceitual relacionado a sua prática. A preservação se faz no ato de conservar, reconhecendo e restaurando o valor em relação ao tempo e ao lugar de reflexão. Ao revisitarmos os conceitos que formam e constroem a Preservação estabelecemos também um processo de reconstrução do saber, que ao mesmo tempo que se dedica à Preservação do patrimônio, aqui reconhecemo-la como um patrimônio a ser preservado-conservado-restaurado.

Partindo das primeiras interpretações, a segunda parte (**3. CONCEITOS A CONSOLIDAR: agentes e documentos da Preservação**) será formada pela exemplificação das relações conceituais e a formação da Preservação pelos discursos advindos de suas práticas, considerando a lógica (espaços, agentes e dinâmicas) em que se desenvolvem, provendo assim os utensílios mentais à reflexão profunda das relações conceituais que constroem e significam a Preservação.

Serão apresentados agentes primordiais, associações e instituições de caráter internacional, em especial as Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO*), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council of Monuments and Sites - ICOMOS*), e o Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property - ICCROM*), e local, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Serão contempladas as trajetórias de constituição destes órgãos, visando a compreensão de suas atividades no campo da Preservação, estabelecendo-se como agentes singulares na área.

Além dessas trajetórias, serão analisadas práticas que se firmaram como exemplos das atividades dos agentes do campo preservacionista: as Cartas Patrimoniais. A apresentação e a análise de um dos principais produtos próprios do campo da Preservação se darão na observação sobre a representação em que as relações conceituais, apresentadas anteriormente, aparecem na produção teórica da área. Por meio da análise acerca dos usos dos termos "Preservação", "Conservação" e "Restauração", assim como das definições apresentadas nas cartas, será possível observar fundamentos das atividades preservacionistas desenvolvidas nos

âmbitos nacionais e internacionais, inclusive considerando a apropriação, ou mesmo refutação, das ideias apresentadas pelas teorias clássicas.

Partindo das relações conceituais desenvolvidas na Preservação, do reconhecimento de organismos e de instituições como agentes para o estabelecimento da área, e da compreensão do desenvolvimento por meio dos textos normativos como representações da constituição da Preservação, exemplificaremos as atividades da Preservação num tema específico, visando a compreensão destas relações na prática preservacionista.

A apresentação do desenvolvimento de atividades da Preservação, a partir de um espaço institucional público e de valor histórico, cultural e científico singular para a história brasileira, permitirá apresentar uma possibilidade de usos, atores, discursos, recepções e compreensões especiais à pesquisa.

Os desastres em patrimônio cultural, assim como a situação de patrimônio em risco, são temas particulares e simbólicos à Preservação. Marca uma situação ímpar que a área necessita atuar de maneira específica, além de ser um marco paradigmático na trajetória de constituição da área.

Portanto, será discutido o tema dos desastres e do risco que o patrimônio cultural passa por meio de um panorama das reflexões desenvolvidas sobre o tema, ações apresentadas pelos organismos, e experiências realizadas, permitindo a compreensão sobre o tópico na Preservação. As análises anteriormente travadas demonstram que os conceitos primordiais da Preservação (Conservação e Restauração) necessitam ser ampliados para contemplar os casos específicos que a área possui.

Os riscos e desastres ao patrimônio exemplificam o campo da Preservação, demonstrando as implicações e considerações que a área propõe. A temática de riscos e desastres acaba por apresentar experiências paradigmáticas à Preservação, caracterizando a constituição da área. No bojo das experiências com a destruição de patrimônios durante a 2ª Guerra Mundial, serão repensados modelos para a preservação do patrimônio destruído, principalmente considerando as implicações na memória e na identidade social das comunidades que vivenciaram o trauma do conflito. As reflexões e exemplos, principalmente o caso do Museu Nacional, demonstram a singularidade do Patrimônio para o campo cultural, e deste para a política e sociedade. A cultura é um capital simbólico de extrema relevância, por isso objeto de disputas políticas. De fato quando se busca preservar estamos intencionando a preservação de nossa identidade, urge continuamente às reflexões no campo subjetivo da Preservação.

A Preservação atua sobre o patrimônio por meio de seu valor e significância cultural, assim como também atinge esses âmbitos no indivíduo em sua dimensão coletiva. Logo, a Preservação conserva e restaura não apenas o objeto, como seu valor e o próprio indivíduo cultural. O patrimônio cultural possui valor simbólico pela significância dentre aspectos sociais e culturais. O processo preservacionista é um processo não apenas do bem cultural, mas do próprio ente social. Ao preservar, conservar, e restaurar o patrimônio, se restaura a comunidade, assim como o indivíduo, que se reconhece nas representações que objetos, tradições e cenários reproduzem, sendo dispositivo fundamental para propor, fundamentar e executar os problemas relativos à destruição do patrimônio cultural e à perda da memória social.

2. PALAVRAS QUE CONSTROEM: A PRESERVAÇÃO E SEUS CONCEITOS

A relação conceitual de uma área do conhecimento forma diálogos internos e os estabelece também entre saberes. Os aspectos disciplinares e científicos que caracterizam uma área podem ser observados pelas relações conceituais que a formam, mas seu desenvolvimento apresentará ainda fronteiras em que o campo se expande colaborando, preenchendo e inserindo elementos próprios em campos de conhecimento correlatos.

Como um campo do conhecimento recente, com sua gênese no continente europeu entre os séculos XVIII e XIX,⁴⁵ a Preservação vem se formando em paralelo aos desenvolvimentos de outras disciplinas e aos paradigmas científicos mundiais, como marcado pelo período das grandes guerras do século XX. No que pese a situação da área no Brasil, caracterizada por aspectos culturais que vão além da especificidade da Conservação, mas considerando a relevância da História da Conservação e da Restauração, a Preservação para além de nosso país é caracterizada por uma constante reorganização em vista da essência de sua atividade, artesã, técnica, prática, advinda das práticas da conservação e da restauração primordialmente, assim também das alterações de importantes campos, como o do patrimônio cultural.

A existência de uma diversidade de nomenclaturas (conservação, restauração, preservação, requalificação, reabilitação, conservação curativa, conservação interventiva, manutenção...) associa-se ao desenvolvimento de disciplinas em campos de conhecimentos diferenciados pelos objetos aos quais se debruçam (arquitetura, arte, biblioteconomia, arqueologia, entre outros) e ainda à especificidade das subjetividades que caminham e constroem a base em essência para se constituir as práticas preservacionistas, que dependem profundamente da formação sociocultural de uma comunidade.

Compreender a Preservação é, em primeiro estágio, alcançar os conceitos que a constroem e dialogam entre si, como essa pesquisa propõe. A prática preservacionista necessita de um conhecimento substancial acerca dos fazeres dedicados ao patrimônio, e dos significados que ele encerra, por ser especificamente o objeto de trabalho do campo.

⁴⁵ Jukka Jokilehto apresenta questões importantes em “A History of Architectural Conservation” (1999), diante do desenvolvimento da Conservação que possui sua origem na área da arquitetura. In: JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Elsevier: Burlington, 1999.

A Preservação do patrimônio vem se instaurando enquanto uma área de conhecimento e um campo de trabalho de características humanísticas, e de reflexões subjetivas, filosóficas, sociológicas e históricas. Todavia, em sua história, sua tradição e trajetória, e ainda na atualidade, sua principal disciplina é a Conservação, marcada pelas ações práticas e com entrada cada vez mais singular da cientificação. Apesar da força que a Preservação vem ganhando principalmente pelo reconhecimento de sua atuação sobre o patrimônio imaterial e os aspectos subjetivos deste campo, onde observou-se na Conservação certa limitação ao tratamento necessário a outras modalidades do Patrimônio, a Preservação não se torna uma disciplina com trabalho de autonomia profissional, o que pode garantir a amplitude necessária ao campo. Pela Conservação, com suas características práticas, a Preservação conquista espaços para definição disciplinar e profissional, no Brasil ainda em vias de reconhecimento.

A apreensão da Preservação, enquanto saber e disciplina, carece do entendimento dos conhecimentos relacionados diretamente a sua prática, como um olhar interior, mas ainda deve considerar as relações que estabelece nas fronteiras do conhecimento, apreciando suas perspectivas socioculturais e suas trajetórias, um caminho característico de saberes inter e multidisciplinares que propõem formas mais efetivas e reais de lidar com os problemas cotidianos. Tratar das bases clássicas para a teoria da Preservação requer ainda a reflexão sobre a compreensão da conceituação de teoria. O termo *theoria* foi associado à *contemplação* durante o pensamento antigo, considerando a iluminação da Ideia obtida após constantes embates racionais com os objetos que se desejam conhecer. O valor especulativo dessas tradições filosóficas redundaria em discussões a respeito das bases de argumentação do saber mediante sistemas racionais e as relações com princípios norteadores da razão. Nesse desenvolvimento cronológico, há um gradual uso intuitivo do termo, o qual passa a designar um sistema formal de conhecimento a partir de princípios evidentes e racionalmente estipulados. Assim, o vocábulo teoria pode ser entendido como “um corpo coerente de conhecimento sobre um domínio de objetos; quando esse corpo de conhecimento é formalizado, origina-se uma teoria axiomática”.⁴⁶

Partiremos da elucidação sobre a relação entre o Patrimônio Cultural e a Preservação em seu estado atual, como Jukka Jokilehto e David Lowenthal⁴⁷ abordam. A Preservação é indissociável da avaliação de valores do patrimônio, mesmo em suas ações práticas sobre a matéria. A significação patrimonial, advinda da atribuição de aspectos valorativos, é tema

⁴⁶ MORA, Ferrater. **Diccionario de Filosofía Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, p. 3475.

⁴⁷ JOKILEHTO, Jukka. *op cit.*; Elsevier: Burlington, 1999; e LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. New York: Cambridge University Press, 1995. Tradução espanhola, Akral.

caro e complexo ao campo do patrimônio e deve ser acompanhada e tratada também pela Preservação.

A análise sobre a interação entre o Patrimônio Cultural e a Preservação abre caminhos para as ramificações de diversas conexões com a área. Identificados os principais temas para o domínio e reflexão da Preservação (preservação-conservação-restauração, patrimônio-monumento, valor, e memória-história)⁴⁸ serão apresentados seus conceitos, que, como linhas fronteiriças de um mapa, constroem o território da Preservação. Para a formação destes caminhos serão consideradas obras de referências que representem os discursos fundamentais sobre a temática numa avaliação que pese o caráter da área e ainda o interesse ao escopo primordial da pesquisa. Dentre as referidas estarão obras dos autores: John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc, Cesare Brandi, Alois Riegl, Françoise Choay, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Françoise Hartog, e Eric Hobsbawn. Os conceitos apresentam possibilidades que cada termo conserva por meio de suas interpretações ao longo do tempo e permitem alcançar clareza aos usos nessa pesquisa. Os significados asseguram as trilhas por onde podem perpassar intentos da Preservação.

A Preservação em sua disposição será mais facilmente delineada ao considerar as ideias que incorpora e divisa. A percepção do estado da arte em que se encontra e as profundidades em que se estabelece será a conclusão desta seção. Por um lado pode-se chegar a um clareamento de questões advindo da tentativa de apresentar definições, todavia há probabilidade de se encontrar a amplitude complexa na qual o tema se encerra, abrindo a outras questões e maiores reflexões.

⁴⁸ A definição destes conceitos se deu a partir das pesquisas desenvolvidas sobre o tema para este trabalho, além do amplo contato por meio de disciplinas, cursos, trabalhos na área patrimonial, entre outros. A partir das pesquisas observou-se a necessidade de compreensão em conjunto dos termos preservação, conservação e restauração, que aparecem na bibliografia, na história e nas atividades da área como termos principais. O início da compreensão do campo necessita principiar pelo entendimento destes termos e as dinâmicas que estabelecem e estabeleceram ao longo do tempo. A Preservação é hoje campo autônomo, reconhecido como área de ações e estudos. A Preservação fala primordialmente de seu objeto, o Patrimônio. São ideias, conceitos e áreas que caminham unidas, e partilham de trajetórias. O Patrimônio foi identificado como termo fundamental ao entendimento da Preservação e de sua trajetória. A pesquisa inicial demonstrou que o termo Monumento compõe junto a Patrimônio o entendimento de sua formação conceitual, sendo escolhido também como termo base. Preservação (Conservação e Restauração) e Patrimônio (Monumento) sendo singulares ao tema demonstraram que necessitam de um aspecto essencial as suas efetivas conceituação e atividades. Por que um bem cultural é escolhido a ser preservado? Quando identificamos um patrimônio? Isto foi observado, e respondido, pela identificação do valor, e assim optou-se por incluir o termo no conjunto de conceitos base para a compreensão da Preservação. Compreendendo as limitações da pesquisa, contudo, definindo a singularidade de aspectos simbólicos à pesquisa, observou-se que memória e história compõem conjunto conceitual primordial na formação da área da Preservação, aparecendo como tema especial na trajetória e análises, concebendo também significado fundamental às reflexões propostas neste trabalho.

2.1. Preservação-Conservação-Restauração: a intervenção e a conciliação

Os termos Preservação, Conservação e Restauração representam práticas, áreas e disciplinas, sendo primordiais à compreensão da constituição do campo da Preservação. Os três termos ao longo dos anos vêm adquirindo diversas conceituações, algumas mais reconhecidas que outras, assim como representatividades distintas, o que gera em determinados contextos certa ambiguidade na compreensão da área e dos termos, caracterizando também o intenso desenvolvimento sofrido. A Preservação do patrimônio cultural é o campo do conhecimento no qual seus agentes se dedicam ao estudo e promoção de práticas da proteção ao patrimônio cultural, enquanto conjunto de bens culturais de valor excepcional, para a manutenção das memórias sociais, das identidades e ao desenvolvimento humano.

No Brasil o uso do termo preservação com sua concepção ampla do conhecimento já é bastante difundida, tendo o IPHAN papel fundamental nesta compreensão. O instituto que leva Patrimônio em seu nome é um exemplo do destaque que o campo da Preservação conquistou dentre áreas e disciplinas que possuem o Patrimônio como objeto. O IPHAN foi criado objetivando a salvaguarda do patrimônio nacional, compreendido primordialmente em sua materialidade. Contudo, hoje já abarca o patrimônio imaterial em seu escopo de ações de proteção e promoção.⁴⁹

A ampliação de tipologias do Patrimônio, principalmente com o estabelecimento dos bens imateriais, assim como a valorização dos aspectos subjetivos nos estudos e práticas da Conservação e da Restauração, disciplinas anteriormente estabelecidas e mais populares, parecem ter motivado a emergência da Preservação como área superior na constituição do campo que se dedica à proteção do patrimônio.

A cultura material foi fundamental, enquanto objeto, à Preservação, ao mesmo tempo em que apenas pela dimensão da imaterialidade o campo pode existir, sustentar-se e desabrochar. Será pelos termos Conservação e Restauração a emergência das principais teorias e práticas desenvolvidas. Assim como será no contato com a materialidade, o

⁴⁹ Em "3.1. Preservação e Patrimônio Cultural institucionalizado" serão apresentados o instituto e seu desenvolvimento.

monumento, que se perceberá o interesse no que está por trás, o que é invisível, mas extremamente sentido.⁵⁰

O século XIX marca o crescimento dos registros e divulgação de intervenções em monumentos antigos, assim como as críticas sobre eles. Quanto mais se restaura, mais se repensam a modalidade de ação e suas justificativas.

É neste contexto em que surgem dois personagens primordiais para a formação da Preservação: o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e o inglês John Ruskin (1819-1900). Os dois personagens representam as distintas visões que se estabeleciam acerca da preservação dos monumentos em importantes países da Europa. Seus escritos marcaram a época respondendo às práticas em que se estabelecia a Preservação e fundamentaram o que hoje entendemos da área.

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc⁵¹ escreve o "*Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI au XVI Siècle*" em 10 volumes, entre os anos 1854 e 1868, onde possui o maior reconhecimento no campo da Preservação pelo verbete "Restauração" em que apresenta sua concepção idealizada sobre essa prática.

Apesar da singularidade do verbete Restauração, hoje compondo os estudos sobre a teoria da Preservação, é parte de uma obra do gênero dicionário, com intenções explicativas de certa objetividade, e de fato não se caracteriza como uma obra em que o autor tenha desenvolvido em detalhes uma teoria compatível à Preservação. Contudo a maneira com que o autor desenvolve seus escritos mesmo que expondo a prática de seu trabalho, assim como questões teóricas, é de característica idealizadora e dogmática, como é possível observar no início do verbete Restauração:

A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.⁵²

O início do verbete já é consideravelmente significativo sobre a compreensão que Viollet-le-Duc fazia do que era a Restauração. Sua perspectiva sobre a possibilidade de tornar o objeto a algo que pode nunca ter existido naquele formato caracterizou fortemente o seu desapego à matéria original, questão bastante observada nos trabalhos que fez.

⁵⁰ PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.). **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

⁵¹ Sobre a formação, referências e perspectiva entre Viollet-le-Duc e sua obra ver KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o Verbo Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, p. 9-25.

⁵² VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006.

O desenvolvimento da obra teórica, assim como os diversos exemplos que temos sobre trabalhos de restauração do arquiteto, marcou uma época demonstrando um desenvolvimento do campo a partir de trabalhos práticos que se relacionavam diretamente a princípios, justificando as ações. Esse complexo trabalho, que demonstrou o esforço de organização de uma área, acaba por se constituir em uma teoria, que atualmente tem renovadas reflexões e a compreensão acerca da mesma.

Viollet-le-Duc sofreu muitas críticas, principalmente pela forma intervencionista, de massiva modificação no objeto, em que desenvolveu suas obras de restauração. Todavia o final do século XX traz a relevância do trabalho do teórico da Restauração para um novo olhar em que são consideradas também as importantes contribuições que seu trabalho, nos aspectos prático e teórico, contribuiu para a constituição da Preservação. Demonstrou a singularidade dos registros fidedignos do bem antes de qualquer intervenção, ter a concepção originária como foco para dar conta de questões estruturais, ter o olhar voltado à situação existente para a proposição e resolução compreendendo que diretrizes pré-definidas não alcançam a diversidade de circunstâncias dos trabalhos, ainda a relevância da função do bem, compondo com sua visão sobre os aspectos imateriais dos trabalhos de restauração, advindos da compreensão de que monumentos não são objetos puramente estéticos e que carregam um significado e uma função.⁵³

O conceito primordial para Viollet-le-Duc é Restauração, não há verbetes de Conservação ou Preservação em seu *Dictionnaire*. É importante compreender que ele fala especificamente da esfera da arquitetura, onde há um desenho próprio para estas ações. Por exemplo, há trabalhos de restaurações muito próximos a reconstruções ou reformas, já que há uma necessidade precisa de segurança relativa a este tipo de patrimônio, onde uma não intervenção ou um trabalho mal feito podem acarretar risco de vida aos que ali circulam.

Sendo um dos primeiros nomes populares a relacionar teorias e práticas da restauração, Viollet-le-Duc concebe o significado de Restauração de forma peculiar, como registrado acima, onde a intervenção possui papel fundamental. Observou que um bem não pode retornar a seu estado de origem, contudo, mais que isto, compreendeu que o esforço estaria em idealizar um projeto novo, do mais alto nível de conhecimento estético e conceitual de uma vertente estilística da arquitetura.

Na busca por esclarecer o que é a Restauração Viollet-le-Duc compara a outros termos como restabelecer, reedificar, reconstruir e restituir. Comparará também a outras culturas e ao

⁵³ KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, p. 23.

modo em que estas se relacionavam com seus monumentos, frisando a maneira inovadora em que, naquele momento, lidavam com os edifícios históricos. Claramente, pela definição dogmática que inicia seu texto, citado anteriormente, o arquiteto afirma a distinção sobre os outros conceitos, que objetivavam ao "construir novamente", em oposição ao tipo de "construção inédita", com base em todos os detalhes da construção original e considerando a função atual do monumento.⁵⁴

Apenas um profissional com muito conhecimento técnico, estilístico e teórico poderia propor um projeto de restauração que considerasse os diversos fatores necessários, entregando uma obra prima.

Ele afirma que "a ciência existe" caracterizando a Restauração. E complementa ser necessário "consolidá-la", não sendo esta uma tarefa reduzida.⁵⁵ Viollet-le-Duc apresenta um histórico de ações que antecederam o que compreendeu como trabalhos de restauração, citando ações em séculos anteriores, XVIII e XVII, esclarecendo que se definiam como substituições. O principal desenvolvimento da Restauração e da teoria de Viollet-le-Duc se dá pela colocação dos edifícios da Idade Média como objetos primordiais às restaurações. Este ímpeto também sentido na Inglaterra e na Alemanha será singular para a constituição da Restauração já numa conceituação que antecede o que hoje podemos compreender como Conservação e Preservação.

Submeter monumentos da Idade Média às restaurações possibilitou a aproximação desta prática já que se procedia a intervenções em edificações mais recentes em comparação às ruínas da antiguidade, principais objetos de reconstruções. Os estudos detalhados sobre os diferentes estilos da Arquitetura Medieval, e suas respectivas características estruturais, foram primordiais para a concepção da Restauração como Viollet-le-Duc forja, onde o conhecimento estilístico e estrutural é basilar para a restauração. Trará exemplos da complexidade da restauração dos exemplares medievais para ressaltar a necessidade de se considerar a circunstância e não se trabalhar com princípios norteadores absolutos.⁵⁶

A teoria de Viollet-le-Duc considera necessário um largo conhecimento que possibilite atingir o objetivo final a partir das situações mais adversas que possam surgir. Além do estilo, da estrutura, o conhecimento dos materiais empregados e suas reações são imprescindíveis, inclusive dos novos materiais que devem ser utilizados visando a maior durabilidade da edificação. Tudo isto para que o monumento ganhe vida novamente:

⁵⁴ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006. p. 30.

⁵⁵ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006. p.43.

⁵⁶ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006. p.49.

Se o arquiteto encarregado da restauração de um edifício deve conhecer as formas, os estilos pertencentes a esse edifício e à escola da qual proveio, deve ainda mais, se for possível, conhecer sua estrutura, sua anatomia, seu temperamento, pois antes de tudo é necessário que ele o faça viver.⁵⁷

Fazia parte da Restauração, em sua concepção, que o arquiteto se colocasse, dado a necessidade de intervenção, no lugar do arquiteto autor do projeto considerando que, apenas com o conhecimento acerca do autor, de sua época, do estilo arquitetônico, seria possível chegar a uma eficiente restauração.

Seu pensamento apresentado no verbete é exemplo da maneira em que este campo, considerando Preservação, e as disciplinas Conservação e Restauração, se formaram. Seu texto é formado por reflexões sobre exemplos práticos da atividade, possíveis situações as quais os restauradores se encontrariam. Todavia não deixa de compreender a restauração em seu aspecto subjetivo e teórico, formando o conceito por essa relação entre prática e teoria. Viollet-le-Duc abarca objetos singulares na composição da Restauração como a função do bem, o registro detalhado do bem antes de qualquer intervenção, e o conhecimento amplo tanto do estilo arquitetônico como da experiência em obras de restauração, tudo isto desejando renascer um monumento por meio do respeito à própria obra e seu criador, juntamente à consideração das necessidades atuais.

John Ruskin (1819-1900) publica em 1849 sua obra "As Sete Lâmpadas da Arquitetura", alguns anos antes da publicação de Viollet-le-Duc. O período na Inglaterra era de força econômica e militar, e Ruskin foi um expoente nas críticas à industrialização e seus desdobramentos como a urbanização. O capítulo "A Lâmpada da Memória" se tornou texto fundamental no campo da Preservação tratando principalmente sobre as práticas executadas em edifícios antigos e a relação a uma oposição ao que se pretendia, a conservação dos bens.

A obra de Ruskin apresenta sete capítulos, o que demonstra a relação que a Preservação estabelece em outras áreas e aspectos, não sendo possível se desenvolver alheia aos temas da Cultura. Os capítulos "A Lâmpada do Sacrifício", "A Lâmpada da Verdade", "A Lâmpada do Poder", "A Lâmpada da Beleza", "A Lâmpada da Vida", "A Lâmpada da Memória", e "A Lâmpada da Obediência" compõem a obra de Ruskin, constituída num momento em que o autor observa as bases morais e estéticas do mundo em que conheceu sendo desfeitas. Com princípios do Romantismo, em aproximação aos ideais socialistas, e

⁵⁷ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, p.56.

uma formação protestante, Ruskin constrói sua obra, hoje lida principalmente em partes, mas que fundamenta uma resposta crítica a um olhar ao mundo que se constituía.⁵⁸

Um dos principais movimentos influenciadores das bases teóricas da Preservação se desenvolve na Inglaterra no início dos anos 1850, o Movimento Anti-Restauração (*Anti-Scrape*⁵⁹ *Movement* ou *Anti-Restoration Movement*). Resultante das ações de restauro do século XVIII e XIX do arquiteto inglês James Wyatt (1746-1813), responsável pelas obras de diversos monumentos históricos. Esse movimento foi uma resposta às propostas do arquiteto e seus seguidores, como George Gilbert Scott, que submetiam os monumentos ao interesse da estética clássica, conferindo ordem e proporções em detrimento da estética gótica dos patrimônios. Valorizando as perspectivas contínuas e a unificação espacial, para o que era compreendido como o ideal à percepção do monumento, não limitavam as modificações arquitetônicas, inclusive com supressão de partes do monumento. William Morris (1834-1896) leva a cabo as ideias manifestadas por John Ruskin por meio do Manifesto de 05 de março de 1877, publicado na *The Athenaeum*, que funda a SPAB, Sociedade para a proteção dos Edifícios Antigos (*Society for the Protection of Ancient Buildings*).⁶⁰

Ruskin é conhecido pelas contradições que se coloca ao rever seus escritos. As edições de "As Sete Lâmpadas da Arquitetura" são exemplo disto ao apresentarem prefácios com indicações distintas às diferentes publicações. Kenneth Clark (1903-1983) escrevendo sobre o estilo Gótico afirma que Ruskin acreditava apenas chegar à verdade quando já se contradizia ao menos três vezes.⁶¹

A escrita de Ruskin se caracteriza por uma ampla reflexão a partir de analogias, conforme constata-se no início da Lâmpada da Memória, com a descrição do belo e do sensitivo na natureza. Partindo menos de indicações acerca dos principais conceitos, discorre sobre o caráter fundamental da imaterialidade para a Preservação, valorizando também, em seguida, a relevância da materialidade, no exemplo da arquitetura. Compreende que se

⁵⁸ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura - Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, pp.9-48.

⁵⁹ Scraping era conhecido como uma das medidas aplicadas por Wyatt e seus seguidores nos projetos de restauro. Consistia na raspagem de paredes que continham pinturas murais. PINHEIRO, M. L. B. William Morris e a SPAB. *Rotunda*. nº 3. Campinas:CPAB. 2004.p.25.

⁶⁰ Wyatt foi responsável pelas obras nas Catedrais de Salisbury (1789) e Durham (1791) entre outras. PINHEIRO, M. L. B. William Morris e a SPAB. **Rotunda**. nº 3. Campinas:CPAB. 2004,pp.22-35. A SPBA fundada no encontro convocado por Morris capitaneou importantes personalidades na participação como Carlyle, Ruskin, Prof. James Bryce, Prof. Sydney Colvin, entre outros. A Sociedade conquistou amplo alcance de suas prerrogativas acerca da restauração. In: JOKILEHTO, J. *A History of Architectural Conservation*. Elsevier: Burlington, 1999.p.317.

⁶¹ CLARK, Kenneth. *The Gothic Revival - an Essay in the History of Taste*. London: Constable, 1950.

encontra naquilo que não está no presente a significância fundamental da matéria presente. É o que ela guarda o mais relevante a ser preservado:

(...) o peso dos ramos da floresta escurecida mostrou quanto do seu poder anterior dependera de uma vida que não era sua; quanto da glória da imortal - ou continuamente renovada - criação é um reflexo de coisas mais preciosas do que ela para serem lembradas, em sua renovação. Aquelas flores sempre a desabrochar e ribeirões sempre a correr tinham sido tingidos pelas cores profundas da persistência, do valor e da virtude humanas;⁶²

Para Ruskin o principal valor do monumento está na função de rememoração pelo homem, sendo possível "viver sem" a Arquitetura, "orar sem ela, mas não (...) rememorar sem ela".⁶³ Considerando que a Poesia e a Arquitetura são as duas produções capazes de subverter o esquecimento humano de maneira viva e pulsante, Ruskin encaminha-se ao que promulga ser seu 27º aforisma: "A Arquitetura deve ser feita histórica e preservada como tal". Considerando que os fragmentos de construções e produções serão os principais meios para se aprender sobre o passado, assim como a validade de legarmos às futuras gerações nossas histórias, deve-se, para Ruskin, transfigurar a Arquitetura enquanto uma produção histórica, e preservá-la, por ser o principal testemunho do tempo passado.

Ruskin utiliza o termo "preservar" como o ato associado ao valor histórico e memorial que o patrimônio arquitetônico carrega. Por sua produção em estrutura forte, possivelmente de longa vida, e o complexo detalhamento que compõem sua construção, trazendo características de uma época e de um estilo, Ruskin encontra como principal aspecto da formação da Arquitetura a Memória, associando a esta a preservação.

Ao trazer a questão das moradias domésticas e a relação dos homens com seu lar, Ruskin perpassa questões atuais sobre a função do patrimônio, novamente a memória, e a educação patrimonial. Compreendendo que há descaso acerca das construções domésticas demonstra que essas espelham a vida dos homens e deveriam ser exemplo de lugar de memória, respeito, tradição, e local do sagrado, o que devido a construções simples e volúveis traziam à vida do indivíduo o oposto, a falta de uma memória familiar e o desejo de não estar no lar. O pensamento de Ruskin aproxima a perspectiva de que o patrimônio a ser preservado necessita ser valorado pela sociedade e seus indivíduos, iniciando em suas casas e sua vida cotidiana o respeito pela memória e pelas tradições, quando da compreensão de que se

⁶² RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.54.

⁶³ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.54.

constrói para outras gerações temos também o desejo de preservar e rememorar para as épocas futuras.⁶⁴

Compondo uma obra sobre a Arquitetura, Ruskin prioriza a ideia de história e memória envolvidas nesta produção, compreendendo como aspectos primordiais à vida das sociedades e seus indivíduos terem suas construções e compreendê-las como espaço memorial e histórico. Traz a visão de que as construções devem considerar os tempos vindouros, não sendo produzidas apenas para a satisfação presente, e sim compreendendo que no futuro será reverenciada por sua história. Ruskin alcança a complexidade do patrimônio, pela Arquitetura, diante de seu poderio memorial e identitário:

“Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que - através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar - mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações. É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, a cor e o valor da arquitetura; e somente quando um edifício tiver assumido este caráter - apenas quando ele tiver se imbuído da fama dos homens, e se santificado pelos seus feitos; apenas quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares ascenderem das sombras da morte - sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agraciada com os mesmos dons de linguagem e de vida que estes possuem.”⁶⁵

Ruskin apresenta a relevância dos aspectos da imaterialidade do patrimônio, onde está para além da construção e suas partes a grande significância do bem. A complexidade de representações, conceitos, sensações e emoções que o patrimônio congrega possui sua significância envolta na valoração do tempo em que resiste, contemplando principalmente a existência e finitude de objetos, grupos e fenômenos. Junto a isso está o simbolismo das marcas dessa história, onde Ruskin atribui os efeitos do tempo na matéria à representação da complexidade imaterial que subsiste.

Esta dialética entre valor e significância da materialidade e da imaterialidade forma e fundamenta a Preservação, defendida por Ruskin. Considera fundamental a glória de uma construção pelo seu tempo de vida, tempo este que guarda valores dos homens, suas histórias e suas memórias. Sendo as marcas físicas, de deterioração da matéria, a representação dos

⁶⁴ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.58.

⁶⁵ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.68.

valores que o bem congrega. Para Ruskin um edifício ou monumento deveria ser pensado com esta finalidade, que fosse possível sua manutenção ao longo de séculos sem a perda significativa, mantendo sua importância e simbolismo junto às marcas do tempo.

É nessa valorização da deterioração que a teoria de Ruskin demonstra a relevância da Preservação, primordialmente ao valor histórico que encerra, respeitando as trajetórias que perpassam por meio da não intervenção, em que marcas do tempo devem ser compreendidas e valoradas. Para Ruskin os sinais exteriores da idade do edifício "tem poder e finalidade mais importantes do que quaisquer outros pertencentes a sua mera beleza sensível, podem colocar-se entre suas características mais puras e essenciais", considerando acerca do ideal aos trabalhos arquitetônicos a inviabilidade de que "um edifício tenha atingido sua plenitude antes do decurso de quatro ou cinco séculos".⁶⁶

Ruskin define duas categorias de deveres a serem desenvolvidos no âmbito da arquitetura e sua relação com a memória, sendo a primeira a transformação da arquitetura contemporânea em histórica, das quais diversas questões foram mencionadas acima, e a segunda categoria de dever é a preservação da arquitetura. Desenvolvendo este tema define o aforismo 31º: "A assim chamada restauração é a pior forma de destruição".

Nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura. Aquilo sobre o que insisti acima como sendo a vida do conjunto, aquele espírito que só pode ser dado pela mão ou pelo olhar do artífice, não pode ser restituído nunca.⁶⁷

Ruskin trata da restauração principalmente pelo fenômeno que atinge seu tempo acerca dos trabalhos de restauro que se desenvolviam. Sua obra vem condenar a possibilidade da restauração, particularmente demovendo esta como possibilidade de um trabalho preservacionista. Para o autor, ao desenvolver os trabalhos de restauração, destruía-se o que um edifício guardava. A alma do passado que ali ainda sobrevivia é perdida pela impossibilidade de se retornar ao estado anterior da obra, ao espírito de seu autor, criando assim um novo edifício e encerrando a existência do anterior. As principais ações que

⁶⁶ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, pp.77-78.

⁶⁷ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.79.

compunham o trabalho do restauro foram definidas como um "despedaçar" da obra, e o desenvolvimento de uma imitação "ordinária e vulgar".⁶⁸

Definindo ainda a restauração como uma "mentira", o autor clama em seu texto que seja concebida como definitivamente ela é. Compreende que não há um processo de preservação e que ocorre uma mentira, já que a necessidade de restauração a qual relacionavam, para Ruskin se dava como uma "necessidade de destruição". Além disso, considerava que um desabamento acabava por ser menos agressivo do que os processos de restauração, intencionais e falsos. Traz ainda a reflexão acerca da manutenção, e o que chamamos hoje de conservação preventiva, ao indicar medidas objetivas que limitam a deterioração de edifícios. E assim exclama: "Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los."⁶⁹

Ruskin utiliza os termos preservação e restauração em sua obra, sem trazer a conservação. No desenvolvimento de seu trabalho considera a preservação como uma das principais necessidades a serem desenvolvidas na arquitetura primordialmente por seu caráter valorativo histórico e memorial. A preservação é o reconhecimento pela história do patrimônio e pelas que o perpassam, definindo principalmente a consideração da existência da deterioração no bem. O valor histórico é o primordial ao desenvolvimento da Preservação pelo autor, remetendo a constituição da memória e identidade social. Ruskin retira a restauração do campo preservacionista ao considerá-la uma oposição aos interesses da Preservação. Vê na Restauração uma destruição do bem ao considerar inviáveis intervenções para a manutenção de toda a significância que o patrimônio possui. A impossibilidade de um retorno à obra original contribui para compreensão de que a restauração não faz parte dos deveres de preservação do patrimônio. Cuidar de um Monumento é necessário, todavia reconhecer a singularidade das marcas que o tempo provoca é fundamental para a compreensão da complexidade que o patrimônio representa à humanidade.

Formando junto à Viollet-le-Duc e John Ruskin um importante grupo de personalidades do século XIX para o campo da Preservação, Camillo Boito (1836-1914) é reconhecido como um dos principais teóricos da Preservação. Além de seu reconhecido papel na Preservação, como teórico e como restaurador, o italiano também foi arquiteto, professor e literato. "Os Restauradores", conferência apresentada na exposição de Turim, na Itália, em 1884, se torna a principal obra teórica de Boito acerca da Preservação. Figura junto às obras analisadas anteriormente como um texto base à teoria da Preservação, reconhecida por trazer

⁶⁸ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.80.

⁶⁹ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, pp.81-82.

uma crítica aos textos anteriores e um equilíbrio entre as mesmas. Formado na Academia de Belas Artes de Veneza, Boito atua como professor na Academia de Belas Artes de Brera, Milão, de 1860 a 1909. Sua atuação contou com a Direção da Academia, se desenvolvendo como historiador e teórico, exercendo papel relevante no desenvolvimento do campo arquitetônico e seu ensino na Itália.⁷⁰

Reconheceu os trabalhos de Ruskin e Viollet-le-Duc, identificando neste último a importância para o conhecimento da arquitetura medieval. Itália e França desenvolveram processos de preservação dos monumentos em cenários aproximados pela busca da formação de uma nacionalidade a partir do uso de símbolos, de maneira renovada, da Idade Média. Possui papel relevante na crítica e na proposição do estabelecimento de uma arquitetura moderna na Itália, representando a nacionalidade. Seus trabalhos como arquiteto restaurador demonstraram aproximação aos métodos de Viollet-le-Duc, desenvolvendo vasta pesquisa documental sobre o monumento, buscando a unidade estilística e propondo intervenções de retirada de elementos espúrios e acréscimos ao bem.⁷¹

A consolidação do campo da Preservação no século XIX, a partir da visão cultural que passa permear profundamente a área no contexto do desenvolvimento dos estados modernos, passando pelo conceito de patrimônio histórico, assim como o cenário de importantes movimentos como o Iluminismo, as consequências da Revolução Francesa aos monumentos, a Revolução Industrial na Inglaterra, com mudanças fundamentais acerca da percepção do passado e da formação social, promoveram distintas percepções acerca da Preservação do patrimônio que foram observadas por Boito, analisadas e renovadas, para composição de sua obra.⁷²

Seu trabalho ficou conhecido como "restauro filológico", consistindo primordialmente na valorização do papel documental de uma obra. Assumindo que um bem cultural guarda informações fundamentais sobre o tempo, os locais e as pessoas, que devem ser preservadas. "Os Restauradores" apresenta princípios gerais para Preservação, principalmente em sua vertente da Restauração. Parte desses princípios e discussões integrantes da obra compôs o trabalho desenvolvido para o Ministério da Educação da Itália sobre a restauração de

⁷⁰ Para bibliografia de Boito ver GIACHERY, E. Boito, Camillo. In: MIANO, Giuseppe. **Dizionario Biografico degli Italiani**, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1969, vol. 11. [http://www.treccani.it/enciclopedia/camillo-boito_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/camillo-boito_(Dizionario-Biografico)/)

GIOVANNONI, Gustavo. Boito, Camillo. In: **Enciclopedia Italiana**, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1930, vol.7. http://www.treccani.it/enciclopedia/camillo-boito_%28Enciclopedia-Italiana%29/

⁷¹ KÜHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.14.

⁷² KÜHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.16-18.

monumentos. A obra acabou ampliando as reflexões para além da arquitetura e alcançando a escultura e a pintura.

Boito no início de sua obra afirma a necessidade de amar e entender o monumento para ser possível restaurar, independente de que tipo de material se esteja lidando. Traz a perspectiva da Restauração aos diferentes tipos de bens culturais, e não mais se dedicando apenas à arquitetura como os exemplos anteriores. O seu tempo também parece, a ele, ser o momento perfeito para as ações de restauração como nunca antes se viu na história. A possibilidade de alcançar grande gama de informações sobre os diferentes estilos e produções ao longo das épocas garantiu essa percepção, assim como a reflexão crítica, questões que encontraria sua determinação pela necessidade de conhecimento da obra.

Boito, apresentando o cenário atual, ressalta que apesar do amplo conhecimento existente naquele momento acerca dos monumentos o principal seria não intervir, salvo em alguns casos, e garantir que restaurações equivocadas e com técnicas antiquadas não fossem executadas. Sobre conservação afirma que é uma obrigação de "todo governo civil, de toda a província, de toda a comuna, de toda a sociedade, de todo o homem não ignorante e não vil" para que as obras importantes do passado fossem contempladas mundialmente. Compara a Conservação e a Restauração, esclarecendo que representam ações distintas e em grande parte das situações, são opostas. Distingue os profissionais conservadores e os restauradores, nomeando aos últimos função negativa, adjetivando-os como "supérfluos e perigosos". Para ratificar sua determinação acerca das restaurações exemplifica em diversas situações, inicialmente no tipo escultórico de obras, o quanto restauros incorreram em erros, unindo peças que na verdade não pertenciam a mesma obra e apresentando informações equivocadas posteriormente reveladas.⁷³

Trazendo as reflexões sobre restaurações e suas problemáticas às distintas tipologias de patrimônio, em especial estátuas, pintura e arquitetura, define que, de maneira geral, para a escultura "Restaurações, de modo algum; e jogar fora imediatamente, sem remissão, todas aquelas que foram feitas até agora, recentes ou antigas".⁷⁴

Define que "não se pode chamar restauração a qualquer operação que, não se intrometendo de fato naquilo que é arte na obra antiga ou velha, busca apenas a sua conservação material" para distinguir a conservação da restauração. Mesmo existindo algum tipo de ação sobre a obra pode ser tratada de maneira distinta, primordialmente considerando

⁷³ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.37.

⁷⁴ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.44.

o tipo de intervenção, da qual não se trata de uma ação que altere a “arte”, priorizando a conservação material.⁷⁵

Esta reflexão busca compreender a necessidade de intervenções no objeto, as quais serão benéficas no controle de sua destruição ou deterioração ao longo do tempo, de forma distinta às situações de restauração citadas pelo autor, em que desejou-se reconstruir parte da obra, braços, pernas e nariz de esculturas, sem ao menos obter nenhum documento como referência a essa reconstrução. Esta ainda é uma questão polêmica na área, pela grande dificuldade em conseguir uma definição geral de um tema bastante específico para cada circunstância. Boito busca distinguir o que hoje consideramos como uma reconstrução de uma restauração, enquanto medida de uma disciplina da Conservação, isto é, uma intervenção embasada nos princípios da Preservação, de manutenção de valores e significados do bem, e compondo com as prioridades do controle da deterioração concernente à Conservação. Desta maneira rechaça a atuação dos restauradores, compreendendo em seu caráter intervenções enquanto tentativas de reconstrução sem as necessárias informações, todavia não desconsidera intervenções que não “modifiquem” determinadas características da obra, como exemplifica no caso da construção do barbacã para reforço do Coliseu e o banho de mármore para sua conservação⁷⁶. Boito alertou e bradou contra as restaurações caracterizadas pelo não respeito aos materiais originais e à mínima intervenção, onde apenas ações para facilitar o entendimento e uso da obra deveriam ser implementadas.

Pensando sobre o caso específico da pintura Boito afirma sobre restaurações: "Parar a tempo; e aqui está a sabedoria: Contentar-se com o menos possível.", indicando que no caso geral de pinturas é necessário conhecê-las a fundo e compreender o que é possível fazer considerando a dificuldade nas ações. No caso das pinturas há técnicas importantes de intervenções que garantam a segurança e preservação da obra, contudo algumas medidas, como a remoção de restauros insatisfatórios anteriores, podem causar danos irreversíveis.⁷⁷

Boito refletirá especificamente sobre a restauração na arquitetura, trazendo a análise sobre linhas anteriores como a de Viollet-le-Duc e John Ruskin. Sobre o arquiteto francês, Boito ressalta que o mesmo já esteve "aos céus" por seu trabalho, e se encontrava "no inferno" tendo suas ações em restauração condenadas por grande parte. Reconhece a importância do arquiteto e de seu trabalho para o campo da Conservação, contudo esclarece que sua teoria se abria grandemente ao arbítrio na intencionalidade de alcançar as ideias, desejos e propostas do

⁷⁵ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, pp.46-47.

⁷⁶ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, pp. 46-47.

⁷⁷ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.53.

criador de uma obra e colocá-las em prática, aproximando-se geralmente de uma fantasia.⁷⁸ Considerando que no caso das restaurações para arquitetura "nenhum campo é tão difícil operar e tão fácil refletir quanto naquilo que se refere a restauração dos monumentos arquitetônicos".⁷⁹ Referencia um trecho da publicação "O Futuro dos monumentos em Veneza", de 1882,⁸⁰ em que o fragmento citado se origina da obra de John Ruskin, "A Lâmpada da Memória", em que considera impossível restaurar, comparado ao ato de ressuscitar um morto, afirmando que a restauração é uma destruição e que todo responsável por ela deve ser honesto e compreender que desenvolve a destruição de um edifício.⁸¹ Boito também discorre acerca da afirmação de seu caráter demasiado impositivo trazendo a reflexão para a possibilidade de não permitir a "morte" caso seja possível limitá-la, compreendendo que é mais adequado que se atue para uma continuidade do monumento, mesmo que este não esteja em sua plena integralidade. Dessa maneira o autor, mesmo sem citar o teórico inglês, acaba por ponderar as principais visões acerca da Preservação, conservação e restauração, anteriores, embasando-se em seus principais axiomas.

Concluindo as afirmações que desenvolve acerca das restaurações nos diferentes tipos de bens culturais, Boito afirma para as restaurações arquitetônicas que:

1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco; 2º É necessário que os complementos, indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje.⁸²

Boito traz a perspectiva de que a Conservação de um monumento é de extrema dificuldade, por isso imprime o caráter milagroso na busca pelos objetivos, demonstrando que são poucas e singulares às possibilidades dessas ações. Reafirma ainda dois dos principais princípios da conservação atuais, a mínima intervenção e a distinguibilidade.

Cesare Brandi (1906-1988) encerra o grupo de autores basilares do campo da Preservação a serem apresentados por este trabalho. São reconhecidos por fundamentarem os primeiros conceitos, dogmas, princípios e diretrizes da área numa aparência mais próxima do que identificamos hoje.

Brandi foi um historiador e crítico de arte italiano. Acadêmico de alguns institutos como a *Accademia di San Luca di Roma*, teve papel primordial na fundação do *Istituto Centrale del Restauro* (Instituto Central de Restauração - ICR), sendo diretor do instituto de

⁷⁸ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.57-61.

⁷⁹ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.53.

⁸⁰ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.56.

⁸¹ Assunto tratado anteriormente, na apresentação sobre a obra de John Ruskin.

⁸² BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p. 60-61.

1939 a 1960. Foi professor universitário na Universidade de Palermo atuando na cadeira de história da arte, e posteriormente em Roma. Possui uma produção bibliográfica extensa nas áreas da história e crítica da arte, estética, restauração, como a obra "Teoria da Restauração"⁸³, de 1963, resultado de seu esforço em prol do patrimônio cultural e sua preservação.⁸⁴

A obra de Cesare Brandi é formada por modelo distinto das publicações anteriormente analisadas. Como o próprio título já demonstra o autor de maneira consciente e direta identifica a construção de uma teoria.⁸⁵ Em uma obra mais extensa se dedica a conceituar a Restauração⁸⁶ de modo geral e nas diferentes instâncias que propõem, além da apresentação de apêndices que identificam questões prementes no que intitula como Restauração.

Inicia a conceituação de Restauração com a definição que caracteriza como pertencendo a um entendimento mais geral, definida por "qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana". Desenvolvendo sua reflexão principalmente sobre a noção de reconhecimento da obra de arte, enquanto um tipo singular de "produto da atividade humana", em que a funcionalidade não é o prioritário para intervenções, diferente dos produtos da indústria da atividade humana, consolida sua definição acerca da Restauração, onde⁸⁷

a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro.⁸⁸

O conceito de Restauração trazido por Brandi pode ser facilmente compreendido como parte da conceituação de Preservação, principalmente em sua dimensão da Conservação, mais específica no caso de patrimônios materiais. Desta forma trataremos como Preservação o campo em que estas reflexões se situam. O termo conservação é utilizado durante o texto, trazendo um sentido de ação de conservar, na expressão "imperativo da conservação", em referência direta ao "imperativo categórico" do filósofo Immanuel Kant (1724-1804),⁸⁹

⁸³ CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 10-11.

⁸⁴ Para bibliografia de Brandi ver ZUCCARO, Rosalba. Brandi, Cesare. Enciclopedia Italiana - V Appendice, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1991, App. IV, I, p. 309. http://www.treccani.it/enciclopedia/cesare-brandi_%28Enciclopedia-Italiana%29/

⁸⁵ MORA, Ferrater. **Dicionário de Filosofia Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, p. 3475.

⁸⁶ Brandi não utiliza a palavra Restauração em letra maiúscula. Este trabalho sempre utilizará em maiúscula quando se referir à área disciplinar.

⁸⁷ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 25-30.

⁸⁸ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, p. 30.

⁸⁹ Para Kant, o imperativo categórico é uma máxima que o humano deve seguir em suas ações, desejando que essa possa torna-se uma lei universal. A proposta deontológica desse autor busca rejeitar, portanto, uma análise de fins específicos para determinados contextos, ao pressupor a possibilidade de uma racionalidade humana que

tratando do plano moral em que o reconhecimento de uma obra de arte atinge ao indivíduo acerca da conservação, isto é, há um "momento metodológico" em que o indivíduo ao reconhecer um obra de arte como tal identifica que esta deve ser conservada e disseminada para as próximas gerações. Todavia o autor não propõe uma distinção entre os termos, utilizando conservar em outros momentos enquanto a manutenção da situação de determinada obra. O termo preservar é utilizado em poucos momentos também no sentido de salvaguardar, juntamente ao tema de paisagens e natureza.⁹⁰

Como seu primeiro axioma define: "restaura-se somente a matéria da obra de arte"; princípio este diretamente relacionado à reflexão sobre a obra de arte, em que a matéria sustenta a "manifestação da imagem", aspecto primordial para a herança a ser legada às gerações futuras.⁹¹

A imagem tão singular na teoria de Brandi é encontrada na importante questão acerca da dicotomia existente no campo da Preservação, especificado em sua obra na relação entre "consistência física" e "polaridade estética histórica", relativa às questões da matéria e da imaterialidade definitivas para o desenvolvimento da Preservação. Para Brandi a principal dialética está entre a materialidade e a imaterialidade na Preservação, principalmente tomada pela dialética dos valores histórico e estético, que reverberam de forma diferente nas ações sobre o bem cultural em seus níveis material e imaterial. Todo esse complexo de fatores caracteriza a importância do conhecimento e reconhecimento do objeto, nomeado pelo autor como obra de arte.

Trata como obra de arte a gama de patrimônios que se dedica a pensar por privilegiar o aspecto estético dos objetos. Por compreender que os bens, sejam pintura, escultura, arquitetura, são obras de arte, será na instância estética que a Restauração deverá recair.

A importante questão do reconhecimento da obra de arte ressalta a singularidade do conceito de patrimônio. As ideias de Alois Riegl, que tratam dos valores referentes aos monumentos, são importantes para seu desenvolvimento. Brandi considera que é o objeto, conceituado enquanto artefatos industriais ou obra de arte, por exemplo, que ditará a restauração, e não o contrário. Desta maneira demonstra quão singular é o conceito de

não dependa da subjetividade. Assim, cogita que as ações éticas possuam seus meios e seus fins nelas mesmas. Desse modo, o arbítrio individual, consequência racional necessária para a harmonia da prática, desvela o arbítrio de todos os seres racionais, pressupondo uma universalidade de direitos e de deveres. Discute-se, portanto, a possibilidade de *autonomia e heteronomia*: uma lei produzida por si e uma lei imposta por outros. In: KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Companhia Editora Nacional. 1964.

⁹⁰ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 31, 66-70 e 98-99.

⁹¹ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, p. 31.

patrimônio cultural para o estabelecimento da conceituação de Restauração. Apenas a partir do reconhecimento da "obra de arte" é possível manifestar a existência da Restauração e propor as medidas necessárias.

Brandi é categórico em afirmar a prioridade do que chama "artisticidade", representando a "instância estética", a qual considera primeira e fundamental para as intervenções das obras de arte, em que tanto a "instância histórica" como a "consistência física" de nada serviriam sem a primeira, numa valorização direta à estética para as ações de Preservação. Contudo considera que está no equilíbrio entre as instâncias histórica e estética o reconhecimento da obra de arte, trazendo a reflexão aos dois aspectos e sua valorização, donde define em seu segundo axioma: "a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo".⁹²

Permanecendo nesta perspectiva de compreensão do bem ou, no caso, da obra de arte, Brandi ressalta que esta deve ser compreendida de forma mais ampla inclusive abarcando o espaço ao qual está inserida e os meios entre ela e o observador, com base na percepção de que a imagem da obra não se limita à matéria da obra em si. Dessa maneira traz a perspectiva de que a Preservação deve considerar o ambiente também como parte da obra e torná-lo objeto de análise, desenvolvendo medidas que considerem a conservação da obra no ambiente que está inserido, alcançando ainda reflexão ao ambiente como local a ser controlado, princípio que atualmente faz parte da Conservação Preventiva. Além disso, apresenta um capítulo intitulado Restauração Preventiva trazendo diretamente a perspectiva sobre o cuidado preventivo para as obras, com base nos princípios da teoria apresentados.⁹³

Ressalta-se que a teoria de Brandi dialoga de maneira satisfatória com as dimensões apresentadas pelo restauro crítico, principalmente pela valorização do aspecto estético, e pela crítica ao restauro científico, primordialmente nas certezas que preconizavam. Por isso afirma que "todo caso de restauração será um caso à parte e não um elemento de uma série paritária",⁹⁴ configurando a não aceitação de agrupamentos, de base científica, para direcionar as ações.

Opondo-se a defesa integral pelo aspecto histórico conforme Ruskin defendeu, assim como Boito desenvolveu, Brandi retorna ao valor estético de uma obra, compreendendo-o

⁹² BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 32-33.

⁹³ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 39-40 e 97-109.

⁹⁴ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, p. 63.

como fundamental e prioritário ao estabelecimento de uma restauração, todavia não abre mão da importância de conhecer detalhadamente o objeto, atuar com rigor, considerando a singularidade que cada situação de conservação apresentará. O restauro crítico assim como a "Teoria da Restauração" de Brandi se desenvolvem no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, momento paradigmático à Preservação e ao Patrimônio pelo alto grau de destruição obtido em importantes cidades históricas. Novas reflexões foram exigidas para dar conta do cenário inesperado trazido no momento de pós-guerra.⁹⁵

Trazendo uma nova perspectiva a partir do campo da arte Cesare Brandi contribui largamente para uma teoria que trata da Preservação, da Conservação e da Restauração, partindo não mais da arquitetura, mas sim da arte, o que permitiu sua afirmação de que "a restauração é função da própria atualização da obra de arte na consciência de quem a reconhece como tal", lembrando do papel ativo da Preservação na vida humana e no patrimônio cultural.⁹⁶

Os autores analisados, assim como suas respectivas obras, são considerados principais contribuições para o que hoje reconhecemos como campo da Preservação, principalmente sobre sua perspectiva teórica. Nos discursos observa-se que em grande parte está na dimensão da Restauração, principalmente, e da Conservação, o desenvolvimento das ideias.

Os autores transitam principalmente sobre o conceito da Restauração, que é formado pelo tipo de objeto ao qual se dedicam, em sua maioria arquitetura, e posteriormente, com Brandi e Boito, a ampliação às obras de arte e outros. Assim como é de fundamental singularidade a perspectiva dos valores que nortearam as decisões das práticas. De maneira geral são considerados os aspectos históricos e estéticos, variando sobre sua predominância na teoria proposta.

Conservação e restauração, assim como demais termos aplicados na área, são utilizados para significar práticas similares. Desse modo, são confundidos, ou mesmo possuem definições distintas dependendo do período, local, e autor. Conforme analisado anteriormente, Camilo Boito propõe que Restauração seja o amplo campo em que se dedique à atualização de materiais da atividade humana, em especial o que nomeia como obra de arte, abarcando o que hoje compreendemos como Conservação. Já John Ruskin, em meados dos oitocentos, considera a restauração como uma destruição, não permitindo que esta faça parte das ações de Preservação.

⁹⁵ CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, pp. 12-13.

⁹⁶ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 2ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004, p. 91.

Atualmente Salvador Muñoz Viñas, professor do Departamento de Conservação e Restauração de Bens Culturais da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha, publica a "*Teoría contemporánea de la Restauración*" ou "*Contemporary Theory of Conservation*", onde, apesar do título na língua original, em espanhol, apresentar a Restauração como objeto da teoria, esclarece logo no início do texto que trata do sentido Conservação-Restauração. Outra questão importante no tema trata da tradução. Novamente, ao comparar as publicações em espanhol e inglês de Muñoz Viñas, observa-se a distinção no uso dos termos onde, na versão inglesa, traz-se o termo *Preservation* para a tradução de *Conservación* em diversos momentos. Apesar do esforço na busca por normatizar os termos, nem sempre esta busca se torna a norma a ser seguida. Observa-se ainda certa resistência, ou mesmo desinteresse, no debate sobre o termo Preservação, enquanto área de conhecimento, junto aos debates da Conservação e Restauração. A tipologia do patrimônio cultural também caracteriza alteração nos usos de termos, entretanto, os esforços são constantes para se estabelecer uma adequada coerência na determinação dos conceitos, e um diálogo conciso.

A proposta de Salvador Muñoz Viñas traz para nossos tempos uma série de questionamentos sobre as práticas e os princípios da Conservação. Apesar de descontentamentos causados, e da desconsideração acerca de questões desenvolvidas atualmente no campo, esta é hoje a obra mais recente que busca se efetivar como uma teoria da Conservação.

Partindo da análise das publicações e obras dos teóricos clássicos da Preservação, Muñoz Viñas desenvolve questionamentos acerca das limitações que essas teorias apresentam no contexto atual, por exemplo, no que tange ao tipo de patrimônio. Também questiona os valores que predominam nesse processo, que em sua perspectiva estão para além do artístico e do estético. E numa crítica direta à teoria brandiana, questiona a ideia de que está no reconhecimento do objeto as definições da restauração, julgando que demais valores, que devem se encontrar nas proposições de restauração, reverberam um complexo cultural existente e não apenas inerentes ao objeto e cientificamente definidos.

Define "restauração", iniciada com letra minúscula, como o conjunto de atividades do restaurador, que incluem medidas de conservação e de restauração. Esclarece que a diversidade de significantes e significados que se relacionam dificulta a compreensão precisa na área, contudo por motivos de tradição opta por utilizar o vocábulo "Restauração", diferenciando-o na obra pela inicial maiúscula, no lugar de Conservação e Restauração,

referente ao campo de atuação "próprias do restaurador". A "restauração" será utilizada para definição de medidas específicas de restauro, num sentido mais restrito do termo.⁹⁷

Após análise sobre definições gerais da conservação, propõe que esta é "a atividade que consiste em adotar medidas para que um bem determinado experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível". Visando também uma definição "finalista", que determine o objetivo buscado, e não focando no fato, se utiliza da definição da carta de Veneza de 1964 para a Restauração, sendo esta "uma operação altamente especializada. Seu objetivo é preservar e revelar o valor estético histórico do momento". Deseja constituir os conceitos a partir da pergunta "para quê que se faz" e não mais a partir da questão "o quê se faz".⁹⁸

Muñoz Viñas compreende a Restauração, Conservação-Restauração, como detentora de 3 categorias: a preservação, que atua na adequação do ambiente em que o bem se encontra; a conservação, atuando sobre o bem, visando a diminuição de necessidades de intervenção para sua sobrevivência, com intervenções praticamente imperceptíveis; e a restauração, que atua na busca por retornar a um estado anterior das deteriorações de um bem.⁹⁹

Outro aspecto importante para análise conceitual dos termos aqui propostos se encontra no trecho em que o autor avalia os distintos tipos de bens culturais a serem conservados, o último deles são os bens culturais intangíveis, que neste trabalho significariam o patrimônio imaterial. Muñoz Viñas descreve a singularidade deste novo tipo de bem cultural, considerando seus registros como possíveis de conservação. Desenvolve sua análise também esclarecendo que a restauração não trata apenas de bens tangíveis, inclusive que não são apenas os restauradores os profissionais que compõem essas ações, ampliando, nesse contexto, a conceituação de restauração para o que entendemos como Preservação. Contudo ressalta, ao final do trecho, que seu trabalho pretende-se deter apenas à restauração no que concerne aos bens tangíveis.

(...) la Restauración de bienes culturales no es estrictamente hablando una tarea exclusiva de los restauradores, porque la labor que éstos realizan no es sino una parte de un conjunto amplio de actividades que pueden incluir todo tipo de bienes culturales tangibles e intangibles, como automóviles, danzas tradicionales, obras maestras de la pintura, liturgias religiosas, documentos contables o lenguas minoritarias. La Restauración de bienes culturales físicos y metafísicos (la Restauración del *cultural heritage*) es, por lo tanto, una

⁹⁷ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p.17-18.

⁹⁸ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, pp.19-20.

⁹⁹ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p.24.

actividad para la que no existe una categoría profesional correspondiente y única.¹⁰⁰

Muñoz Viñas esclarece que a Restauração, a qual compreende de maneira ampla, tem o espaço para lidar com o material e com o imaterial; logo, estaria no lugar da Preservação, nesta pesquisa compreendida como o campo do conhecimento. Todavia, afirma que sua obra não se dedica a esta área. Desta maneira constrói uma teoria da Restauração que se detém ao que compreende-se neste trabalho como Conservação, às medidas dedicadas ao patrimônio material ou bens culturais tangíveis.

Ressalta-se ainda que a versão inglesa da obra apresenta outras perspectivas conceituais como o título do trabalho demonstra, intitulado como "Teoria Contemporânea da Conservação". Além disso, nessa mesma versão, a Preservação é apresentada como uma das medidas da Conservação nas quais não se intervém diretamente no objeto¹⁰¹. Na versão original a Preservação faz parte das ações de Conservação também, sendo a Conservação parte da Restauração.

O autor analisa os princípios fundamentais para a conservação, e também conceitos hoje largamente utilizados na área, um exemplo é o termo autenticidade. Considera que os conceitos e as teorias atualmente em voga, assim como seus princípios e ideias, são limitados para lidar com as necessidades atuais da conservação. Por isso propõe uma nova teoria que possa dar conta deste momento, ampliando desta maneira as possibilidades numa proposta que compreende ser mais democrática. Além disto, propõe uma reflexão que abarque um maior número de tipologias do patrimônio e suas distintas necessidades, o que considera omissos nas teorias clássicas e atuais.

Para o autor, a ciência pode estar a serviço dos trabalhos de conservação, porém, não se encontra nela a prioridade para se ditar as escolhas de medidas e intervenções. Considera também a objetividade, que referencia ao restauro científico, como algo inadequado para conservação. Compreende que as restaurações e os trabalhos de conservação são de caráter cultural não podendo ser definidos por uma objetividade científica, desconsiderando a possível existência de um restauro científico. Assim como compreende que a utilização do termo retratabilidade no local de reversibilidade garante um avanço considerável na compreensão e sentido do princípio, já que é impossível reverter em sua integralidade a adição de materiais a uma obra.

¹⁰⁰ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p.36.

¹⁰¹ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford; Burlington, MA: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005, p.24.

O autor buscou valorizar o caráter subjetivo da Conservação ressaltando que não estão nos dados objetivos ou mesmo científicos as escolhas pelos procedimentos. Refletindo sobre a opção que se faz ao propor ações e intervenções, ressalta que o fundamental se encontra na motivação da proposta e não nos instrumentos e técnicas da mesma.

A obra de Muñoz Viñas vem sendo reconhecida pelo que traz acerca da definição do aspecto subjetivo, encontrado nas questões do porquê se restaura e para quem se restaura, ressaltando a complexidade do campo em comparação há uma verdade objetiva, a qual associa como existente nos debates atuais. Afirmando que será a partir de uma escolha subjetiva justificada que se desenvolverão os trabalhos de conservação. Esta questão se aproxima de seu desejo pela maior diversidade nos processos de conservação, considerando um número maior de possibilidades que respeitem e aproximem os diversos interlocutores.

A obra de Muñoz Viñas congrega reflexões já existentes no campo acerca da análise dos conceitos e dos princípios existentes. A questão que apresenta acerca do diálogo necessário para a formalização de ações da conservação, em oposição a princípios rígidos, já se encontra em contínua implementação. Além disso, ressalta que prioritariamente devem ser considerados as necessidades e os gostos das gerações presente e das futuras para determinação ética dos trabalhos, agregando nesse aspecto a sustentabilidade.

O autor buscou constituir uma nova teoria a partir da análise de conceitos e teorias clássicas, considerando ações e desenvolvimento já existentes. Desejou alterar a verdade dos dogmas das teorias clássicas para o benefício do público, como novo parâmetro de reflexão. Obviamente a iniciativa é de importância singular, representando um grande esforço na reflexão e análise de diversos temas relevantes do campo. Outra importante iniciativa está na atualização das questões apresentadas pelas teorias clássicas, que representam momentos muito distintos da realidade atual. Contudo, não nos parece que a teoria de Muñoz Viñas se sobrepõe à relevância dos princípios basilares da Conservação. A maneira com que trataremos esses princípios deve continuamente ser revisitada, todavia a teoria proposta não parece apresentar uma proposição efetiva para alterar a relevância dos princípios norteadores da Conservação.

Além disso, apesar do autor desejar se dedicar em grande parte às questões subjetivas e teóricas da Conservação, o mesmo opta por não trazer esse diálogo a Preservação, que nos parece ser o nível fundamental e norteador dos temas da subjetividade da Conservação. A opção por estabelecer a "teoria da Restauração" também nos parece curiosa. O autor esclarece que o termo restauração que segue no título se refere ao conceito de conservação-restauração, uma escolha que acaba por reforçar seu desejo em pensar as intervenções e materialidades e

não ampliar o debate às questões da imaterialidade. Além de parecer contribuir para uma ambiguidade conceitual e de significado.

Trazer a relevância das pessoas para a Conservação é um *insight* fundamental e de grande pertinência aos debates na Preservação. O autor soergue algumas questões que por vezes se encontram espalhadas no cotidiano de trabalho, unindo-as em uma publicação. Os indivíduos sociais sempre estiveram como dimensão primordial na finalidade da Preservação. Pensar as tradições, as heranças e às identidades foram primordiais ao campo. Com certeza devemos pensar o lugar de protagonismo dos indivíduos nos processos da Conservação e da Preservação.

Algumas perguntas ficam abertas acerca da constituição da obra de Muñoz Viñas, principalmente no que tange ao debate conceitual dos termos propostos. A opção do autor pelo termo restauração para nomear a teoria não pareceu a melhor opção diante do bom trabalho que a Preservação nos países de línguas latinas tem efetuado em uso do termo conservação. Por outro lado uma das principais obras refutadas pelo autor é a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, o que pode ter influenciado a escolha do título de sua publicação. Apesar do intenso debate acerca da subjetividade e da valorização desta dimensão para a área da Preservação, o autor não considera a "preservação" enquanto o amplo campo de conhecimento que congrega a "conservação" e a "restauração". O tempo demonstrará a singularidade do trabalho de Viñaz perante o campo preservacionista. Sua afirmação mais relevante se encontra na conclusão, trazendo uma importante contribuição a este trabalho, compreendendo que

(...) o que fundamentalmente se restaura quando se restaura um bem não é o bem em si, senão seu valor simbólico, sua capacidade para funcionar como símbolo, e esta capacidade depende essencialmente de suas características perceptíveis (...) ¹⁰²

demonstrando o que acreditamos ser fundamental no entendimento da Preservação: sua atuação ao valor simbólico, assim como a relação inseparável entre a materialidade, por meio das marcas que asseguram também a significância do patrimônio.

A partir das diversas obras analisadas observa-se que está inicialmente na Conservação a compreensão do desenvolvimento do campo e da aplicação das referências no conhecimento atualmente estabelecido.

A Conservação do patrimônio cultural é uma disciplina caracterizada pela conjunção de elementos distintos do conhecimento, como os aspectos técnicos, científicos, e culturais. A

¹⁰² MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p.80.

centralidade de seu objetivo está na aplicação de técnicas. Contudo, estas devem ser pautadas por diretrizes éticas e humanísticas, e fundamentadas no conhecimento científico. Pelo desenvolvimento histórico é uma disciplina inserida por vezes nos estudos da Arquitetura, outras no campo museológico, arqueológico e das artes. Considerando seu atual estado autônomo, prioritariamente no que condiz ao patrimônio não edificado, ou móvel, é uma ciência social aplicada. O aprofundamento científico que estudos da conservação tem tomado, a partir das pesquisas sobre agentes naturais de deterioração e seus respectivos produtos de qualidades biológicas, físicas e químicas, emergem a Conservação como uma ciência quase natural, com seus profissionais cientistas, biólogos, físico-químicos, como agentes primordiais da disciplina.

Os termos conservação e restauração foram comumente relacionados, intercambiados entre si, e postos juntos. Os teóricos clássicos da Conservação utilizavam um, outro ou os dois, mas nem sempre se preocuparam em definir o escopo de cada um. A terminologia adotada pelo ICOM-CC, "*Terminology to characterize the conservation of the tangible cultural heritage*",¹⁰³ do início deste século, apresenta a síntese do trabalho do Conselho Internacional de Museus em organizar e esclarecer o uso e o significado de termos indispensáveis para a Conservação do patrimônio cultural tangível, em vistas à unificação da terminologia e à comunicação efetiva.

O documento, esclarecedor e sucinto sobre o tema, busca apresentar a terminologia não apenas aos profissionais, mas ainda ao público que deve ser integrado ao conhecimento das práticas, direciona apenas à sintetizar em 3 os tipos de medidas que pertencem à Conservação, se diferenciando pelos objetivos a se atingir. Conservação preventiva, Conservação curativa e Restauração compõem as ações da Conservação. O documento também normatiza a tradução entre as línguas espanhola, francesa e inglesa. Tanto nas línguas inglesa, espanhola, quanto na portuguesa o termo Conservação foi aplicado como o nome da disciplina (*Conservation, Conservación*). Já no francês o termo é traduzido como *Conservation-Restoration*.

Sobre termos há que se ter atenção sobre os motivos que influem na utilização de outros vocábulos. Muitas vezes percebe-se apenas uma alteração do significante,¹⁰⁴ mas não do significado. Há que se avaliar se é realmente necessário o estabelecimento de um novo

¹⁰³ Resolução adotada pelos membros do ICOM-CC na 15ª Conferência trienal, realizada em Nova Delhi, em 22 até 26 de setembro de 2008.

¹⁰⁴ O significante aqui é a palavra. Isto é, altera-se de Conservação para Preservação, para manutenção, para Conservação-Restauração, contudo mantendo em grande parte o mesmo significado. Sobre os conceitos de significante, significado e signo a Enciclopédia EINAUDI, vol. 31, Lisboa, INCM, 1995, é uma importante referência.

termo diante da compreensão de um processo distinto em desenvolvimento, ou se há apenas o interesse em se fundar novo termo em uso na área para apresentar novidades num determinado campo. A ação pode promover certo *marketing* privado, mas tende a ser prejudicial à área que permanece com dificuldades de unificar a terminologia e logo a compreensão de conceitos e práticas em si.

A Conservação do patrimônio cultural é a disciplina que objetiva manter as propriedades do bem patrimonial o mais próximo possível de seu original, salvaguardando o bem em seu estado material e seu significado para as gerações presentes e futuras. Grande parte destas ações se relaciona a controlar, com vistas a encerrar ou diminuir, a deterioração, a partir do reconhecimento dos agentes desses processos. Primordial ao entendimento desta disciplina são os princípios basilares que a compõem. Estes princípios além de possibilitarem a reflexão sobre as bases de pensamento da área dialogam com os principais teóricos da Conservação desde o século XIX. Como síntese de alguns pensamentos acerca da disciplina Conservação há 4 princípios básicos que fundamentam e direcionam as atividades e as reflexões da prática da Conservação. Esses princípios podem ser estamentados em vista do núcleo a qual pertencem.

Compreende-se como 1º princípio a *mínima intervenção*, diretriz que estimula a ação intervencionista da conservação apenas quando não se puder recorrer a outra ação. Diretriz de base ética que reflete a responsabilidade do profissional da conservação, e faz presente o aspecto primordial das disciplinas que lidam com o passado e a passagem do tempo: a impossibilidade de atingir o passado de maneira integral. A Conservação não é a disciplina que visa reaver o objeto em seu estado original, esta é afirmação inalcançável. A mínima intervenção pretende respeitar a passagem do tempo e a história do próprio objeto, consciente da impossibilidade de atingir o objeto em sua originalidade e integralidade, e ratificando a finalidade da disciplina em salvaguardar as propriedades materiais e também o significado do patrimônio cultural para a comunidade e gerações futuras.

No pensamento de John Ruskin já se podia encontrar esse respeito à história do objeto e às marcas que o tempo incide. O historiador faz parte do movimento Anti-restauração, *Anti-scrape*, que questionou a prática de raspagem de materiais com vistas à aparência de novo. Ruskin em sua obra afirma que "É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, a cor e o valor da arquitetura",¹⁰⁵ numa valorização das marcas do tempo e da aparência antiga do monumento. Boito e Brandi também apresentam afirmações que seguem

¹⁰⁵ A citação completa está na nota 65. In: RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, p.68.

este preceito. De maneiras distintas ressaltam que a intervenção deve ser escolha última no interesse da preservação. O 1º princípio da Conservação busca negar a prática da disciplina essencialmente técnica por um olhar simplificado.

O arquiteto Eugène Viollet-Le-Duc estabelece a prática posteriormente reconhecida como "Restauração estilística" que identifica, no que chama de Restauração, a possibilidade de desenvolvimento estilístico das obras. Para Viollet-le-Duc restaurar era "tornar algo melhor", talvez alcançando um patamar estilístico não antes imaginável.¹⁰⁶ A obra de Viollet-le-Duc, conforme analisada anteriormente, dialoga com a noção de que não se retornaria à obra original, entretanto o arquiteto deseja propor uma nova obra, sem limitações de intervenção dirigidas pelo fato de não serem originais. Para ele as limitações de uma intervenção ocorriam no âmbito estilístico.

O 2º e o 3º princípios se encontram em seu caráter essencialmente prático. Ressaltam a base técnica desta disciplina. A *Distinguibilidade* e a *Reversibilidade ou Retrabalhabilidade*¹⁰⁷ são princípios que mantêm o caráter ético, pela responsabilidade que a ação solicita, mas refletem especificamente os trabalhos práticos da intervenção no objeto. A distinguibilidade é a garantia de que uma intervenção considere ser facilmente percebida pelo olhar técnico e não se confunda com a obra original. A retratabilidade é o caráter potencial de que se trabalhe uma intervenção caso seja necessária, já que em grande parte não é possível garantir as consequências da intervenção considerando todos os elementos que se relacionam: materiais originais, materiais de restauração, técnicas da obra, técnicas de intervenção, agentes de deterioração.

Esses princípios são regidos pela noção básica da Conservação a qual não se pretende alcançar o objeto em sua forma e conteúdo original. A teoria brandiana apresentará com maior profundidade, por vezes mais detalhada em alguns casos, os princípios citados. A obra de

¹⁰⁶ O arquiteto francês foi figura importante apesar de sua obra ser alvo de muitos questionamentos com base no entendimento das premissas bases da Conservação atual. Em sua época também foi questionado, entretanto, seu trabalho era fruto de um momento de constante destruição de monumentos históricos pelo esforço de restabelecimento de uma nova ordem política. As implicações da perda patrimonial que as ações de destruição e vandalismo da época revelaram, garantiram o avanço singular no desenvolvimento do campo pela consideração aos valores simbólicos compreendidos com a possibilidade iminente da perda não apenas da fisicalidade monumental, mas da própria memória e história. Esse cenário impulsionou importantes práticas administrativas para a proteção e preservação do patrimônio fundamentando também a função moral de cada cidadão na garantia da permanência dos patrimônios e seus valores para as gerações futuras. Ver: JOKILEHTO, J. **A History of Architectural Conservation**. Elsevier: Burlington. 1999. p.211 e 266.

¹⁰⁷ Mais conhecido como Reversibilidade, este princípio tem sido atualmente referenciado como Retrabalhabilidade, conforme Kühl, numa precisão mais adequada do termo. In: KÜHL, B. M. Cesare Brandi e a Teoria da Restauração. **Pós**. n. 21. São Paulo, junho de 2007. Muñoz Viñas cita como Retrabalhabilidade, a partir da referência de Appelbaum, 1987, In: MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p.113.

Camilo Boito também fez referência à necessidade de se identificar o que era a obra e o que eram intervenções, visando não cair num falseamento.

A Conservação prega o respeito pelo patrimônio, comprometendo-se a manter o possível de sua matéria original em busca a cuidar de seu valor. É premente que a prática da disciplina tenha como requisitos o respeito à obra original, a partir da possibilidade de identificar o que é e o que não é original, assim como ser possível a retirada do que não é original. A Conservação possui um desenvolvimento de caráter técnico, onde o profissional não aplicará criatividade pura. Nem sempre as correntes que fundaram a prática da conservação tiveram essas diretrizes como base.

Atualmente há algumas críticas sobre o princípio da retrabalhabilidade, considerando a impossibilidade de se proceder efetivamente a esse princípio. Assim como considera-se impossível o retorno ao objeto em seu formato original, como seria possível reverter uma intervenção a se chegar no estado anterior? É um princípio impossível de se cumprir e que negaria a própria noção de impossibilidade de retorno ao estado anterior e original da obra. Salvador Muñoz-Viñas, em seu livro anteriormente citado, "*Teoría Contemporánea de La Restauración*", questiona as teorias clássicas da Conservação, em especial o princípio da reversibilidade, citado como retratabilidade, considerado uma especificidade desnecessária, e ainda apresentando um caráter inatingível na prática conservacionista.¹⁰⁸

A compatibilidade de materiais e técnicas também é compreendida como um possível princípio, entretanto, pode ser vista como um quesito dos últimos 2 princípios apresentados, já que aqueles que especificam a prática da conservação, considerando aspectos técnicos, inevitavelmente dependerão da relação entre técnicas e materiais, avaliando sempre o uso em conjunto dos elementos.

O 4º princípio é a necessidade de *documentação e registro completos* dos trabalhos de conservação. O registro dos trabalhos permite o desenvolvimento da disciplina a partir da criação de uma memória de cada experiência, sendo um facilitador às escolhas sobre técnicas a serem utilizadas, assim como a formação de uma base ampla de conhecimento a fundamentar a disciplina. A obra de Viollet-Le-Duc foi uma das primeiras a aparecer a preocupação da documentação no trabalho de conservação, incluindo os registros fotográficos. O arquiteto francês mantinha sua atenção ao trabalho minucioso da restauração que necessitava de detalhamento e conhecimento específico da obra, de sua constituição e de seu estilo.

¹⁰⁸ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010. pp.112-113.

A Conservação tem características históricas fundamentais no fazer técnico: a prática, os modos de fazer e os materiais são marcas desse conhecimento. A constituição disciplinar fortaleceu a essência ética da Conservação, vinculando-se ao interesse patrimonial e à relação com a memória e a história.

A Restauração como disciplina singular da Conservação, representativa de ações de intervenção direta no objeto, faz parte da grande disciplina, e parece ter muitas vezes se confundido ao papel desta. Nem toda conservação será passível de restauro, mas todo restauro faz parte de um processo de conservação, compondo o campo do conhecimento da Preservação. Desde os primeiros teóricos do século XIX, Viollet-le-duc e Ruskin, que a Conservação era abordada com vistas à restauração, ações de intervenção direta no objeto, apesar da recorrência de correntes que criticavam a postura intervencionista da restauração.¹⁰⁹ A emergência da mínima intervenção a partir da obra de Camilo Boito apresenta novos paradigmas à área. O processo de autonomia, com o desenvolvimento das distintas técnicas, e a necessidade de esclarecimento e classificação dessas técnicas põem a Conservação e a Restauração em processo de distinção. Mesmo que ainda ocorram dúvidas e equívocos no uso desses termos o estado atual é de propenso avanço da unificação da terminologia.

Nas últimas décadas do século XX significativas mudanças no campo influenciaram o desenvolvimento conceitual e, conseqüentemente, a área. Por exemplo, a compreensão da Preservação em situações mais amplas como paisagens, cidades históricas e sítios arqueológicos, além de desenvolverem a própria temática ainda influenciaram a emergência de outros temas a se relacionarem como o desenvolvimento sustentável. Assim como ampliação da cooperação internacional, em vista do papel protagonista que organizações internacionais obtiveram, e a formação de especialistas. O tema do desenvolvimento sustentável em relação ao patrimônio cultural se dá como prioritário à UNESCO, no contexto de fomentar os problemas comuns na visão da área da Preservação ainda pouco aprofundados. A isso são referidas desde ideias relativas a processos de conservação junto ao desenvolvimento sustentável, até a aproximação das sociedades diretamente envolvidas a um

¹⁰⁹ O debate capitaneado pela oposição entre os movimentos restauradores e anti-restauradores promoveu importante diálogo contribuindo aos fundamentos da Preservação e Conservação. As defesas por uma ou outra visão impulsionaram as reflexões sobre as bases da prática restauradora. Diferenciando-se primordialmente pelo objeto de percepção, os restauradores desejavam seguir rigorosamente a reconstrução ou restauração da forma arquitetônica original privilegiando os aspectos funcionais do bem. Os anti-restauradores viam no aspecto histórico o principal elemento de preservação de um bem, sendo impossíveis ações que alcançassem a circunstância original do objeto, sendo a única possibilidade a preservação dos materiais originais. As discussões ganharam espaço alcançando maior popularidade e as críticas às práticas do restauro, até culminar no Manifesto do SPAB em 1877, marcada pelos personagens William Morris e Sir George Gilbert Scott.

patrimônio para colaboração efetiva na preservação do mesmo, de seus valores e de seus significados.¹¹⁰

A noção de patrimônio imaterial marcou de forma fundamental o desenvolvimento da Preservação no final do século XX e início do século XXI, primordialmente por demonstrar que o contexto do patrimônio imaterial, ou intangível, nunca deve ser desassociado da materialidade, principalmente do papel dos indivíduos e da sociedade, inclusive para as propostas relativas à preservação do patrimônio.

Ressalto que, a Conservação enquanto uma disciplina da Preservação obteve um esforço reconhecido por diversos profissionais para a constituição de teorias no limite disciplinar, esclarece-se que a Preservação, como campo do conhecimento que congrega a Conservação e suas disciplinas, vai se constituindo a partir dessas teorias que especificam situações de intervenção e práticas, mas dialogam ainda com a amplitude de princípios que nortearam outros temas da Preservação. Por isto tratamos dos debates acerca das teorias da Conservação e da Restauração como debates conceituais da Preservação.

A exposição apresentada buscou demonstrar a partir dessas experiências o quanto se desenvolveu de um complexo tema considerando a diversidade de compreensões existentes e as diversas culturas, tempos e espaço envolvidos. O entendimento e os usos dos principais termos que representam as práticas da Preservação demonstram que de maneira intermitente, todavia num contínuo caminhar, se deu a concepção do campo preservacionista e de sua formação.

A materialidade possui papel singular nesse processo onde grandes reflexões, ideias e proposições se desenvolveram principalmente em debates conceituais, impulsionados pela dimensão do patrimônio material, na Conservação e na Restauração, mas com um substancial e complexo conteúdo indispensável ao campo da Preservação, de maneira ampla e inclusive abarcando o contexto do patrimônio imaterial.

Alguns estudos que enfocaram nos últimos anos o contexto de formação dos profissionais da área demonstram ainda uma consideração diferente ao uso da Conservação e Restauração, geralmente associadas à formação base de um profissional especializado, o conservador-restaurador, necessitando geralmente de formações complementares para a especialização, visando a manipulação de materiais de caráter distintos da formação inicialmente desenvolvida. Observa-se hoje no Brasil uma ampliação de cursos de pós-

¹¹⁰ CARVALHO, Cláudia S. R. **Preservação da Arquitetura Moderna: edifícios de escritórios construídos no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960**. Tese (Doutorado em História da Arquitetura e Fundamentos do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005, p.100.

graduação na área de gestão e preservação do patrimônio, visando a formação de profissionais multidisciplinares, com amplo olhar ao campo, numa formação acadêmica e profissional de mestres.¹¹¹

Essas análises e reflexões a respeito do desenvolvimento dos conceitos e das relações da Conservação, para além de uma representação de práticas, definem-na como um campo disciplinar de grande relevância, em que a Restauração representa uma das modalidades de possíveis práticas, mas que, apesar de sua singularidade, compõe o campo do conhecimento da Preservação, destinado à atuação e à reflexão de toda a complexa área que busca por diferentes práticas a manutenção, por vezes com a reconstituição, de nossos valores, significados e referenciais identitários. Nossa proposição vem da reflexão de que todo o ato de restauração só é válido se compuser também um ato de conservação, assim como todo o ato de conservação somente será válido se for um ato de preservação, que possui premissas sem as quais nenhum ato de restauração e conservação poderá assim ser desenvolvido.

Há, atualmente, algumas possibilidades de significados e de relações entre os termos analisados na área da Preservação do patrimônio. A identificação de que Conservação e Restauração são medidas da Preservação está em consonância com a compreensão internacional dos principais organismos desta área. Apesar do tratamento geral dado à Conservação-Restauração, refletindo a relação indissociável entre estas medidas na atualidade, os termos também são compreendidos em seus sentidos restritos, separadamente. Atualmente reconhecemos que em vista de teorias distintas, assim como a tradução em diferentes línguas e o grande campo que a Preservação se tornou, contemplando os mais diversos tipos de patrimônio, dificilmente teremos uma unidade específica no uso dos termos, o que não representa um problema incontornável. Todavia é de extrema necessidade que os conceitos de cada termo utilizado sejam claros para que isso não intervenha no desenvolvimento dos processos de preservação e salvaguarda do patrimônio.¹¹²

Desta maneira, possuímos algumas compreensões que conseguem alcançar um número maior de adeptos. Isso se dá primordialmente na compreensão de que a Conservação é a área que se caracteriza por medidas sempre aceitáveis, sendo a Restauração caracterizada

¹¹¹ CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **Do restaurador de quadros ao conservador restaurador de bens culturais: o *corpus operandi* na administração pública brasileira de 1855 a 1980**. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em artes). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. e PAGANI, Carlo. **O valor da formação profissional para o patrimônio cultural**. 2017. Tese (Doutorado Políticas Públicas e Formação Humana). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

¹¹² PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles. 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.9.

por medidas, em alguns casos, aceitáveis e desejadas, primordialmente pelo risco que representam e ainda seguindo os princípios da Conservação debatidos, os quais se caracterizam por uma complexidade advinda primordialmente da intervenção.

A contribuição de Michael Petzet à publicação em comemoração aos 40 anos da Carta de Veneza, em 2004, apresentando um conjunto de cartas patrimoniais, é valiosa às definições conceituais atuais, onde refere-se aos artigos da primeira carta e às definições e práticas atuais, representando de maneira próxima o que hoje é possível considerar como uma compreensão geral.

A Conservação pode ser definida como a área onde se desenvolve o princípio primeiro da Preservação: "*To conserve (conservare) means to keep, to preserve. Thus the basic attitude of preservation comes most purely to expression in conservation: to conserve is the supreme preservation principle*". As medidas de conservação buscam a salvaguarda e a estabilização do bem cultural, por meio da proteção à matéria original e da prevenção à deterioração e perdas desta matéria.¹¹³

Restaurar é restabelecer um bem visando a preservação de seu valor e de sua aparência. A restauração tem como medida a inserção de novos elementos ao bem sem a perda da matéria original existente.

Um terceiro conceito é desenvolvido em complementação aos anteriormente expostos, é a Renovação, caracterizada por medidas de formação de unidade estética. Uma das principais críticas à Renovação, inclusive que a coloca em oposição à Conservação, é a limpeza necessária em ações de renovação que sempre retiram juntamente parte da matéria original do bem. Esta deve ser considerada quando as medidas de conservação não se fizerem mais com efeito, como em casos que o material original não pode ser conservado. Geralmente será aplicada em monumentos arqueológicos e arquitetônicos.

Essas conceituações demonstram que seguem uma graduação de medidas de preservação, onde não sendo possível processar a partir de um grupo de medidas, deve-se avaliar a próxima fase pode dar conta, sendo a Conservação, a Restauração e a Renovação constituintes de um "sistema de graduação" de medidas da Preservação.¹¹⁴

¹¹³ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles. 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.9.

¹¹⁴ Outra interessante percepção é que a renovação acaba por ser indicada apenas em alguns tipos de bens culturais, por seu tipo de intervenção, sendo desprezado geralmente nos casos de pintura e escultura por exemplo, contudo sendo necessário em algumas situação do patrimônio construído. PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.13.

À medida que casos específicos da Preservação são apresentados observa-se a necessidade do desenvolvimento de novos conceitos que possam reunir os princípios existentes e os parâmetros necessários. Desta maneira conceitos como Reconstrução, ação específica ao restabelecimento de estruturas danificadas por destruição, e a Reabilitação, medidas que priorizam a modernização inserindo novos projetos para adequação de normas modernas, se formam e se tornam componentes deste complexo campo da Preservação contribuindo para ações adequadas que consigam alcançar o primordial princípio da Preservação: preservar os sentidos de nossa história em cada um de nós.

A Preservação depende de debates contínuos e integram necessariamente outras áreas. A partir deste primeiro tópico pudemos observar a relevância de compreender as aplicações do significado de Patrimônio, indispensável às definições da área da Preservação. Como objeto da Preservação o Patrimônio será apresentado refletindo sua trajetória, a qual auxilia consideravelmente na compreensão do que se entende hoje como Patrimônio e suas implicações à sociedade.

2.2. Patrimônio-Monumento: pelo desejo de (se) manter vivo

O Patrimônio Cultural se encontra atualmente como objeto tão caro a um conjunto de disciplinas, e ainda, permeando questões importantes para um número maior de saberes que, atualmente, ele próprio aparenta ser tomado como uma área específica do conhecimento. A bem da verdade, usualmente quando concebido enquanto área, Patrimônio se confunde com Preservação. Fato é que a existência de algumas disciplinas justifica-se primordialmente pela instituição do Patrimônio Cultural.

A gênese do termo Patrimônio Cultural possui fértil e detalhada trajetória, representativa da história do ser humano em sua relação com materiais, o edificar e os valores atribuídos a esse. Esta história é ainda permeada pelo sentido que os valores incidem à memória social.

Monumento é o termo anteriormente utilizado que se preenche com o signo associado ao Patrimônio. Entretanto, seu significado acaba por não mais suportar os avanços dos bens culturais. Tanto monumento quanto o monumento histórico carregaram, até meados dos anos 60 do último século quando o termo patrimônio é cunhado para este novo uso, significado marcante, mas sem preencher todas as possibilidades que se apresentaram. Importantes bens históricos não eram monumentos e careciam de tratamento singular. Não tendo sido criado

com a função de rememorar, o patrimônio histórico necessita passar por um processo subjetivo de significação, no qual tem sua função transformada.¹¹⁵

A etimologia do termo monumento, da palavra latina *monumentum*, alude à raiz *men*, associada a *memini*, memória. *Monere* significa 'fazer recordar', e *monumentum* é o signo associativo do passado. Monumento, na origem de seu termo, vincula-se explicitamente às funções diretas da memória e a ação de lembrar. A associação entre um significante e seu significado pode representar o processo característico do monumento. Ao deparar-se com o significante se estabelece um processo de lembrança contínua de seu significado. Sua criação é uma intenção de produção material ao processo de rememorar¹¹⁶. Patrimônio, hoje, palavra possuidora das mais importantes funções culturais que se referem à memória, história e identidade, remete, em sua origem, à estrutura familiar, baseando-se em preceitos jurídicos e econômicos, acerca da transmissão material entre os membros de uma família.

O monumento é caracterizado por sua materialidade, tendo como função lembrar aos membros de uma sociedade os itens constitutivos de sua identidade. É construído por indivíduos e destinado a um grupo de indivíduos. Uma das circunstâncias significativas no monumento é seu caráter de um universal cultural, encontrado em grande parte das sociedades do mundo¹¹⁷. Cumpre o papel de reforçar, fortalecer e estimular os símbolos que a linguagem, às vezes volúvel, não transmite de maneira eficaz. Sua atuação estabelece relações diretas com a memória, rememorando fatos, rituais e mitos, de modo que o passado e o presente se conectem ao indivíduo, que rememora os acontecimentos passados vivenciando a sensibilidade presente.

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.¹¹⁸

O monumento, criação que nasce destinada à missão de manter a memória viva, tocante aos indivíduos que compreendem-na, atuando na identidade social e individual, "apresenta-se como um dispositivo fundamental no processo de institucionalização das

¹¹⁵ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

¹¹⁶ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.95.

¹¹⁷ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001. p. 18.

¹¹⁸ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p.18.

sociedades humanas" ao contribuir com o vínculo que uma comunidade e seus indivíduos possuirão com determinado espaço social, em suas vertentes culturais e naturais.¹¹⁹

Aos poucos, o monumento em sua funcionalidade perde prestígio, ao mesmo tempo em que o uso do termo é atribuído a outras qualificações: ora como representante de vestígios arqueológicos; ora como símbolo valorativo estético, esvaziando seu poder memorial. O desígnio ao qual o monumento havia se estabelecido, a sensibilidade da memória viva num constructo social de identidade e pertencimento, agora jazia na parte mais alta da balança, que progressivamente dissipava a função memorial do monumento a seu fito estético. Como signo, significante e significado que se relacionam para o processo memorial, o monumento desloca-se a sinal, o monumento em si, em sua configuração colossal, apresentando proeza técnica e despertando a atenção ao presente, à grandiosidade que se compõem à face.

A valorização da arte enquanto representação do ideal de beleza, iniciada na Renascença¹²⁰, assim como a concepção da imprensa são apresentados por Choay como responsáveis significativos, atuantes a longo prazo, pelo processo de esvaziamento e alteração da significância do monumento. A imprensa, massificando o advento da escrita, cria novas práticas. O papel do monumento enquanto memória já não se perfaz de tanta importância. O documento escrito toma esse papel ao mesmo tempo em que altera a funcionalidade demandada.¹²¹

A História é o processo científico da memória coletiva. Os dois principais objetos destes processos, historiográfico e memorial, são exatamente o documento e o monumento. A História se estabelece com a escrita, sem ela a História é memória¹²². Seu desenvolvimento enquanto disciplina será alavancado com o advento do impresso. O aprimoramento permitido pela guarda de informações, dados, estórias, narrativas, etc, conclui na sistematização do conhecimento historiográfico e seu produto, seguindo um processo inverso ao

¹¹⁹ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p. 12. A autora apresenta exemplos de como o termo "monumento" se desloca em seu uso memorial. Sobre o assunto, ver também RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, onde o autor desenvolve reflexão sobre os valores atribuídos aos monumentos, compreendendo esta concessão enquanto evento histórico da modernidade. A partir da apresentação e análise dos valores dos monumentos Riegl constrói um conceito de monumento característico nas sociedades modernas, do início do século XX. O subcapítulo 2.3. apresentará em grande parte estas reflexões.

¹²⁰ Sobre Renascimento Eugenio Garin afirma sua potencialidade no estabelecimento cultural, um período fundamentado em seu cotidiano "nas artes, nas letras, nas ciências, nos costumes". A compreensão do Renascimento como fato cultural ressalta sua amplitude para além de um movimento estético. In: GARIN, E. *La cultura del Rinascimento*. Saggiatore, Milão, 2012, p. 13.

¹²¹ BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. vol.16, no.44, São Paulo Jan./Apr. 2002. E LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.95-106.

¹²² O subcapítulo 2.4 tratará das temáticas acima referenciadas e suas relações.

desenvolvimento do processo de memória coletiva, aquele que rememora, em memória viva, no presente, seu passado. À memória são necessárias escolhas mais limitadas, o monumento encarnava a escolha e produzia, de imediato, a experiência memorial. A imprensa permite documentos em quantidade para um sistemático e contínuo processo de construção historiográfica.

A partir do final do século XVIII, "história" designa uma disciplina cujo saber, acumulado e conservado de forma cada vez melhor, lhe empresta as aparências de memória viva, ao mesmo tempo em que a suplanta e lhe tira as forças. Contudo, "a história só se constrói quando é olhada, e, para olhá-la, é preciso colocar-se fora dela"*: a fórmula demonstra a diferença e o papel inverso do monumento, encarregado, por sua presença como objeto metafórico, de ressuscitar um passado privilegiado, mergulhando nele aqueles que o olham.¹²³

A História, em aparência, toma a memória coletiva como uma de suas facetas. A bem da verdade, os processos aos quais lhe produzem se distinguem da forma como a memória é construída, em foco os objetos dos processos, como o monumento. Apesar do uso do termo monumento permanecer em voga, inclusive para a referência historiográfica, desde a segunda metade do século XVII, quando os primeiros trabalhos acerca da crítica histórica começam a surgir no continente europeu, a valorização do documento, na concepção de formato textual, é sentida sobre o monumento. O século XVIII¹²⁴ representará essa virada, permanente e dilatada, do documento sobre o monumento, representativo de uma história crítica à história memorativa, baseada em testemunhos documentais, e produzida com rigor¹²⁵. O monumento rivalizou com o desenvolvimento da imprensa e trouxe a forte possibilidade, como diz Choay¹²⁶, da memória artificial. Aos poucos o monumento foi perdendo sua característica primeira de memorial, que remete a uma memória viva no presente, para o monumental, algo majestoso e imponente.

¹²³ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p.21. *R. Bathes, *La chambre claire*, Paris, Cahiers du cinéma, Gallimard-Le Seuil, 1980.

¹²⁴ O século XVII ainda sentia a História como uma obra concluída, baseado na afirmação de que não era possível alterar os eventos passados, e que as obras antigas já apresentavam os fatos, sendo apenas possível pequenas complementações e tímidas inserções. A crítica da História vem demonstrar que apesar do passado não ser passível de modificação, seu conhecimento sobre ele está em contínuo desenvolvimento. Os séculos XVI à XVIII, principalmente, marcaram um período de singularidade ao historiador pela força que a história alcança no processo de constituição dos estados monárquicos. BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; LEFEBVRE, Georges. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Martinez Roca, 1974; e COLLINGWOOD, Robin. **A idéia de História**. Lisboa: Presença, 1981.

¹²⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.97.

¹²⁶ CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

O século XX produz exemplos esclarecedores do esvaziamento e simplificação dos monumentos. Passam a poucas novas criações, e se tornam, a partir de elementares inserções, monumentos de celebração. A relação entre o monumento e o edificar se decompõem.¹²⁷ A criação do monumento se torna subjetiva, um constructo social. A ideia de monumento não morre, mas sua relevância edificada é suprimida. O documento, que já vencera as disputas pela visibilidade da História, é levado a monumento. O processo se inverte. No passado a História empenhava-se a documentar os monumentos, na incessante busca por memorizá-los e decifrar seus traços e fisionomia. O documento transfigura-se ao monumento, mandatário de um processo arqueológico que descortina camadas de informação, divide-as, recompõe-nas, e oferece sentido.¹²⁸

O mergulho proporcionado pela presença física do monumento edificado para sua experimentação real se finda para dar espaço ao tratamento sistemático do documento, aquele que carece de afastamento do objeto e conjunto de métodos para o melhor entendimento. O processo memorial alavancado pelo monumento constituía-se de uma sensibilidade premente, subjetiva, mas eficaz ao tocar a memória viva no indivíduo. A História buscava, a partir do refinamento documental, a reconstituição das intenções, dos pensamentos e dos desejos presentes no momento passado. Uma intenção de entendimento do que precede e sucede o momento do discurso, buscando recuperar a fala, reconhecendo a recuperação desse "núcleo fugidio onde autor e obra trocam de identidade".¹²⁹

O monumento atual é aquele que se torna monumento geralmente pelo caráter profundamente trágico de sua lembrança, como os campos de concentração. O monumento histórico se estabelece com a escolha dos objetos que devem ser rememorados. Um processo especificamente datado e simbólico da sociedade ocidental, perpetuando o declínio do monumento edificado, visto que qualquer objeto pode ser apropriado de valores memoriais. O monumento histórico carece de um desenvolvimento mais sistematizado para sua compreensão, ao envolver consistentes características estéticas e históricas, demandam um

¹²⁷ A complexidade que o conceito de monumento, junto à constituição da Preservação, se caracterizou solidifica uma nova percepção do monumento enquanto patrimônio cultural no qual diversos tipos de bens culturais se encontram, necessitando de seu reconhecimento, a compreensão de sua significância, de seu papel enquanto documento, ultrapassando os limites de monumento edificado em sua acepção memorial, sem ignorar a singularidade do patrimônio edificado na área. CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 13.

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, pp. 157-158.

regime de abstração cognitiva para sua acepção e para seus desdobramentos na relação estabelecida.¹³⁰

Monumento e monumento histórico foram apreciados, em grande alcance, pelo trabalho de Alois Riegl (1858-1905) para o governo da Áustria em 1903. Como presidente da Comissão central de monumentos históricos austríacos, em funcionamento desde 1856, Riegl, historiador da arte austríaco, coordena os trabalhos para publicação do *Projet de législation des monument historiques*, do qual foi autor especificamente da introdução de caráter teórico.¹³¹ Essa introdução será publicada posteriormente como sua obra *Der Moderne Denkmalkultus: sein wesen, seine entstehung* (O culto moderno dos monumentos), que se torna singular às discussões a respeito da preservação dos monumentos. O debate acerca dos valores, apresentando diferenciação basilar entre eles e além da relação temporal com os monumentos, conformou uma tipologia dos valores fundamentais às pesquisas e ações da preservação até os dias de hoje.¹³²

Riegl se detém à discussão do significado de valor no monumento, e empreende uma categoria historicizante aos valores. No processo sócio-histórico das sociedades ocidentais o monumento, aquele criado pelo homem para manter a memória coletiva acerca de algo ou de um evento, é tomado por monumento histórico, que não possui intencionalidade memorial inicialmente, não é criado com a função de lembrar. A sociedade moderna não mais se interessa pela lógica em que o monumento traz o valor em si, e sim pela produção de significado que ela mesma atribui aos bens que se tornam monumentos.¹³³

A Revolução Industrial marca a fase em que o monumento histórico se consagra. A primeira metade do XIX se configura terreno fértil à efetiva solidificação até a década de 1960. Há quatro características especiais a configurar esse formato conceitual do monumento

¹³⁰ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p.95.

¹³¹ A Comissão central de monumentos históricos austríacos previa a atualização e elaboração da legislação de conservação e tutela dos monumentos do país. O documento foi composto ainda pelo texto da lei e pela normativa de aplicabilidade da mesma. WIECZOREK, Daniel. Introduction du traducteur. In: RIEGL, **Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse**. Paris, Seuil, 1984.

¹³² CHOAY, Françoise. Op.cit., p.168. A nota 108 apresenta um esquema explicativo dos valores representados por Riegl o qual reproduzo abaixo:

Valores de rememoração (ligados ao passado):

- *para a memória (monumento);*
- *para a história e a história da arte (monumento histórico);*
- *de ancianidade (monumento histórico).*

Valores de contemporaneidade:

- *artístico;*
 - *relativo (monumento histórico);*
 - *de novidade (monumento e monumento histórico);*
- *de uso (monumento e monumento histórico).*

¹³³ WIECZOREK, Daniel. Introduction du traducteur. In: RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse**. Paris: Seuil, 1984, p.43.

histórico do XIX: uma nova disposição hierárquica dos valores; a limitação de período e lugar; a qualificação jurídica; e a sistematização técnica.¹³⁴

Os dois marcos textuais apontados por Choay na representação da consolidação do monumento histórico são: o relatório administrativo do Ministro do Interior da França, em 21 de outubro de 1830, indicando ao rei a criação de um cargo para inspecionar os "monumentos históricos da França"; e o texto sobre "A abertura do Palácio de Cristal e suas relações com o futuro da arte" do inglês John Ruskin.

No relatório do ministro francês, François Guizot, o monumento é colocado no local de símbolo ao sentimento de nacionalidade. Os monumentos franceses, espalhados pelo território nacional, são representantes do país, mas sua funcionalidade não se encontra mais em fundar um saber, "aquele que é construído por sua disciplina, mas para ilustrar e com isso servir a um determinado sentimento, o sentimento nacional." A percepção e a compreensão do monumento histórico no século XIX se dá cada vez mais por um processo cognitivo relacionado propriamente à história da arte do que à arte. O olhar racional à arte e à experiência artística, como duas vias que se chocam delimitando valores distintos sobre a obra de arte, é tema de debates intelectuais no período.¹³⁵

A experiência artística é difícil e instável. O monumento pode gerar melhor aproveitamento aos estados que desejam se consolidar, sendo mais objetivo, lúdico, mas coerente. O desejo utilitário do XIX dá xeque-mate no monumento para o monumento histórico, aquele que pode ser apreendido socialmente e pertencente a uma objetiva utilidade.

A fluidez da experiência artística não é eficaz, não é de fácil uso. Unido ao desejo de tudo dominar que desenvolve a crítica artística e a história da arte, o monumento é uma possibilidade de uso funcional ao Estado, e torna-se monumento histórico, aquele que servirá, como ilustração, ao nacionalismo, como símbolo nacional.

Criado para exercer função diversa ao monumento, o monumento histórico se caracteriza por aspectos de uma lógica dependente da abstração intelectual, em vistas à construção historiográfica, além de elevar o valor estético à sua significação, requerendo distinto entendimento, pois que

(...) na sua relação com a história (...), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado,

¹³⁴ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p. 127.

¹³⁵ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, pp. 128-130.

na sua relação com a arte, ele requer a sensibilidade estética resultante de uma experiência concreta (...).¹³⁶

Apesar da expansão do uso do termo monumento histórico e, atualmente do patrimônio histórico, sua origem demonstra a não caracterização em categoria universal, conforme o monumento possuía aos fins memoriais de uma determinada coletividade. A relação precisa que a trajetória dos conceitos "monumento", "monumento histórico" e "patrimônio histórico" encerra ao processo histórico que os estados nacionais modernos da Europa Ocidental pertencem, configura estrita limitação da aplicação do conceito às nações ocidentais.¹³⁷

O período da Renascença é caracterizado por uma mudança na compreensão do que é o ser humano. Não necessariamente um afastamento da fé. A questão está no papel criador ocupado pelo homem, antes não considerado como elemento central em sua atividade. A relação entre o criador e suas criaturas foi alterada. A partir desse momento se tem modificações no entendimento sobre a história e as artes.

No século XV a Renascença não só elevou os interesses pelos monumentos romanos, mas também os aproximou da Antiguidade Clássica pelas edificações. As chamadas "antiguidades" receberam tratamento específico principalmente entre o XVI e até o XIX pelos chamados antiquários que estudavam e de certa maneira salvaguardavam as antiguidades em modelo de coleções das mais variadas matérias. As coleções conservadas por eruditos, artistas, príncipes em seus gabinetes¹³⁸ foram os antecessores do museu público, tradição iniciada também na Itália.¹³⁹ Essa trajetória será característica de uma outra vertente dos bens patrimoniais. Também teve na Renascença motivações e impulso de desenvolvimentos. Foram geradores de importantes informações dos objetos, marcadamente uma das fases fundamentais do processo de preservação. O sistema de informações possuía três fases: apresentação textual das informações descritas acerca da coleção; documentação formada por iconografia em grande quantidade; com as informações iconográficas e textuais, em fins dos

¹³⁶ CHOAY. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 14.

¹³⁷ A representatividade de países não ocidentais nas práticas e conceituações do patrimônio cultural e sua preservação vêm se desenvolvendo principalmente em virtude dos esforços que organizações internacionais, com composição crescente de países não ocidentais, aplicam à inserção de debates que contemplem a realidade de demais culturas e a ampliação do entendimento de conceitos básicos na área de patrimônio e preservação. O que não apaga a formação de uma instância com bases ocidentais. O capítulo 3 abordará estas formações e práticas de organizações internacionais.

¹³⁸ Sobre diferença entre gabinetes e museus, ver: DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2007, p. 213-214.

¹³⁹ CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 19.

setecentos, os antiquários dão início a produções de caráter científico objetivo, lembrando que também foi período de desenvolvimento das atividades das ciências naturais¹⁴⁰.

A Revolução Industrial projeta uma mudança fundamental na organização espacial das sociedades. O trauma das drásticas alterações, desordem urbana e rural, como Choay demonstra a partir do pensamento de Carlyle, sentidas a partir das destruições da Revolução Industrial, promove uma "consciência reacional" que cai na transformação das "antiguidades" em "monumentos históricos", seguindo a uma institucionalização da conservação.¹⁴¹

Junto a isso, a História, como disciplina, se desenvolve, amplamente difundida, no século XIX pelos interesses das nações europeias em formação. Esse processo impulsiona a institucionalização e a promoção do monumento histórico, enquanto parte dos discursos e das práticas nacionalistas em construção de identidades. Além disso, a História fundamentará outras disciplinas, como a história da arte e a arqueologia, que se reconstituem a partir da segunda metade do século XIX. O Romantismo marca o período a partir do interesse pela natureza, pela obra de arte e concepção artística. Uma nova sensibilidade é percebida, e o valor do saber das coleções de antiquários dá espaço ao valor estético.

A expansão do turismo de arte envolve fortes questões econômicas com mudanças no panorama do patrimônio. Com um número cada vez maior de bens patrimoniais, o Patrimônio se afastou de sua gênese tipológica: o monumento. O afastamento das edificações será uma característica do século XX que promoveu a insignificância na construção de monumentos que atinjam a memória afetiva no presente.¹⁴²

O conhecimento científico é um poder simbólico. Para além de sua aura de imparcialidade, é utilizado para a distinção daqueles que tem o domínio do conhecimento. Os Estados reconhecidos como detentores do saber científico, dominaram mais. O desejo de levar civilidade também é o desejo de levar o conhecimento. O conhecimento levado, que também acaba por ser reinventado nos novos espaços e com as novas informações locais, é o que o dominador possui para dominar. O poder simbólico, como Bourdieu concebe, é "esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem".¹⁴³

¹⁴⁰ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.51-86.

¹⁴¹ CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 20. Para Revolução Industrial ver: HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

¹⁴² CHOAY. Op. cit., pp.13-16.

¹⁴³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989, p.7.

O processo de estabelecimento do patrimônio cultural, advindo do monumento histórico, está inserido em um contexto de centralização de poder e dominação pela conservação do conhecimento. O processo civilizatório que os Estados Nacionais aplicarão, assim como o processo de construção da identidade nacional, perpetuado pelas Repúblicas, utilizará objetos e saberes para constituição de seus projetos centralizadores políticos. O patrimônio cultural, assim como a Preservação são, senão frutos, pertencentes e possuidores dessa lógica. Isso não pode ser ignorado pelos agentes e principalmente pelos que constituem esse campo. Conservamos para quê e para quem?! O valor nacional deve sempre ser predominante? A inserção da visão local e regional nos saberes, especificamente nos debates do Patrimônio e da Preservação, é indispensável para conseguirmos lidar com a complexa construção social que nos inserimos.

A constituição disciplinar da Preservação, carente de debates conceituais, impulsionou a reflexão sobre o monumento. O processo de colonização permitiu o alcance da noção de monumento histórico fora da Europa. Os primeiros eventos internacionais como o congresso internacional de monumentos na cidade de Atenas, na Grécia, em 1931, foram fatores que corroboraram ao período de transição caracterizado pela concretização da noção de monumento histórico e o início do estabelecimento do patrimônio.¹⁴⁴

O período pós Revolução Francesa,¹⁴⁵ em outubro de 1789, estabelece a Constituinte que apresenta legislações de proteção ao patrimônio, insere processo de alteração na própria configuração de significância do bem. Os bens do clero e da coroa foram postos ao dispor da nação. A mudança de funcionalidade produz uma grande perda do propósito ao qual foram edificados e influenciam alterações na lógica de compreensão. O valor dos bens passa a ser unificado por uma medida econômica, era este o valor a ser devolvido à população. A própria preservação deste patrimônio é justificada a partir da perda econômica.¹⁴⁶

¹⁴⁴ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, pp. 171-173.

¹⁴⁵ O século XIX na França foi período fundamental para o desenvolvimento das práticas administrativas sobre o campo do Patrimônio. Enquanto os cenários da Revolução Francesa sofriam com a destruição de monumentos e bens históricos durante os anos de 1830 substanciais esforços para a proteção dos patrimônios foram estabelecidos, inclusive com a criação do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos pelo então Ministro dos Interiores, o historiador François Guizot. Uma das primeiras ações relevantes do Inspetor foi apresentar um inventário dos principais edifícios históricos do país, assim como coordenar os trabalhos de restauração em curso. Além disso, foi estabelecida a Comissão para Monumentos Históricos, que auxiliava os trabalhos do Inspetor. Nesse período foi declarado o quanto importantes símbolos monumentais da História existiam em França, todavia a falta de ações para sua proteção era considerável. Personagens como o escritor Victor Hugo representaram as vozes que emergiam sobre a falta de proteção aos monumentos. In: JOKILEHTO, J. **A History of Architectural Conservation**. The University of York, England. 1986, pp.211-266.

¹⁴⁶ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p. 98.

A noção de patrimônio uniformiza os bens, ignorando em certa medida os limites que o tempo e a espacialidade impunham. A nacionalização vai dispor os bens uniformemente como nacionais e o "conceito de patrimônio induz então à homogeneização do sentido dos valores".¹⁴⁷ Uma nova lógica integrada dos bens precisa ser definida. Função, organização, proprietários funcionais, locais de guarda, disponibilidade ao povo etc. Esse processo, iniciado pelo estabelecimento entre bens móveis e imóveis, ainda é a base da sistemática inventarial em voga na França, assim como no Brasil. A instituição do tombamento:

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.¹⁴⁸

A intervenção legislada possibilita a posse do bem e coloca a responsabilidade de preservação à nação. O processo de conservação nada possuía de sistemática prática até o momento, se limitando à produção de documentação iconográfica de representação de bens.

Durante os séculos XVI e XVII, pouco fora produzido sistematicamente em termos de preservação. Há indignação pelo abandono às antiguidades nacionais em França, mas pouco se fez de fato para limitar a perda dos bens. O processo de tombamento, instaurado no pós-Revolução, definindo a perda econômica para a nação com o definhamento do bem, produz uma necessidade de estabelecer novos parâmetros e ações para o intento.¹⁴⁹ O caso inglês apresenta uma distinção neste processo. As obras de restauração desenvolvidas desde o século XVIII, capitaneadas pelo desejo de aviltar a identidade nacional simbolizada pelos monumentos históricos góticos, que sofriam pelas mudanças da era da industrialização, proporcionaram debates aprofundados e alcançaram o desenvolvimento da Preservação, no caso da Inglaterra, com a participação da sociedade civil, Sociedade dos Antiquários (*Society of Antiquaries*) e da SPAB, e o estabelecimento de legislações já no século XIX.¹⁵⁰

¹⁴⁷ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p. 99.

¹⁴⁸ PORTAL DO IPHAN - BENS TOMBADOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

¹⁴⁹ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, pp 90-94.

¹⁵⁰ Entre os anos 1870 e 1880 serão desenvolvidas medidas para o estabelecimento de atos de proteção legal aos monumentos. Com o empenho de membros fundadores da SPAB o debate de projeto de lei atinge o Parlamento inglês, caracterizado pela tensão sobre os direitos da propriedade privada. Outras sociedades como Society of Antiquaries, Society of Antiquaries of Scotland and the Royal Irish Academy tiveram papel fundamental no apoio à aprovação da legislação, marcando o desenvolvimento do campo na Inglaterra. Em 1882 a Lei dos Monumentos antigos é aprovada, limitada a alguns monumentos, principalmente pré-históricos. In: JOKILEHTO, J. **A History of Architectural Conservation**. The University of York, England. 1986, p.320.

Obras do século XX como Riegl e Boito¹⁵¹ demonstrarão as contradições existentes no monumento, causado pela diversidade de conceitos que o termo agregou ao longo dos séculos. Essas contradições puderam ser observadas no estabelecimento da Preservação, em especial nos debates sobre suas diretrizes, como os valores de Riegl apresentam, contudo possibilitando resoluções a partir do entendimento histórico e cultural.

O desenvolvimento do conceito de patrimônio aqui apresentado, partindo da noção de monumento, é correspondente às mudanças políticas e sociais. O estabelecimento de novas compreensões sobre a história e a memória foi fundamental à compreensão do conceito patrimonial, assim como a reflexão subjetiva que o patrimônio começa a necessitar. Nessa perspectiva está no conceito de valor um singular aspecto do entendimento acerca do patrimônio, já que ele fundamentará o que pode ou não ser considerado patrimônio. Além disso, a complexidade que o conceito de valor patrimonial estabelece estará diretamente vinculada à complexidade do conceito de patrimônio cultural.

2.3. Valor: essências em evidência

O termo valor possui variados usos como preço de mercadoria, seleção, preferência e estima. É tema admirado pela filosofia, colaborando aos questionamentos fundamentais sobre o conhecimento.

Deve-se não apenas usar o termo, mas pensar sobre o valor, suas condições de existência e a natureza dos chamados “*juízos de valor*”. Bastante comum é a associação entre *ser* e *valor*, pois nas filosofias antigas o ser seria o mais importante, aquilo que assumiria o sentido de mais elevado, portanto, valoroso. Assim, seria possível criar escalas axiológicas, mas também se aponta para a impossibilidade de uma autonomia do valor, visto estar sempre associado ao ser.¹⁵²

Kant (1724-1804) utiliza o termo associando-o à moralidade – *echt moralischer Wert*. A filosofia pode pensar tais condições de um modo mais geral nas áreas da axiologia, como a teoria dos valores.

Em Nietzsche (1844-1900), por exemplo, os valores são vistos como as bases de sustentação das visões de mundo que propiciam as ações humanas e esses seriam possíveis de serem transformados. Destaca-se também o desenvolvimento do utilitarismo para uma melhor concepção dos valores. A pretensa independência dos valores destaca-se a partir do final do

¹⁵¹ Ver o subcapítulo deste trabalho "2.1. Preservação-Conservação-Restauração: a intervenção e a conciliação".

¹⁵² MORA, Ferrater. **Diccionario de Filosofia Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, pp. 3634-3641.

século XIX nas obras de: Lotze, Brentano, Meinong, Ehrenfels, Rickert, Orestano e outros. Seguindo esses: Dewey; Max Scheler; Nicolai Hartmann. Muitos buscam discutir os valores sem associar os mesmos a alguma teoria especial, como George Henrik von Wright: os valores são irreduzíveis a outras formas ou modos de realidade; são qualidades especiais; são produtos de valorações humanas, portanto, relativos; subsistem independente de valores individuais, tornando esses possíveis; estão relacionados com normas ou imperativos; mas também são independentes de normas e imperativos; é debatido se formam ou não uma hierarquia.¹⁵³

Max Scheler (1874-1928) compreende o valor a partir de uma hierarquia dos valores e na intuição de sentimentos sobre estes. Partindo da visão do **Platonismo**, o valor é absolutamente independente das coisas, algo que as coisas valiosas estão fundadas, algo considerado bem é devido a partilhar de um valor de bem. Entidades ideais, ainda que existentes (realismo idealista); no **Nominalismo** o valor é relativo ao humano e qualquer outro animal valorativo. Estaria fundado na subjetividade, em questões de agrado e de desagrado, desejo e repugnância, atração e repulsão. Todos esses constituem uma relação associativa ao valor, mas não são os valores. Assim, o que é considerado valioso produz agrado, desejo, atração e etc.; na **Teoria da Apreciação** o valor está dado em um ato ou objeto não por aquilo que esses são constituídos, mas pela apreciação do valioso que eles propõem.¹⁵⁴

Scheller não defende nenhuma dessas concepções, por considerar que não produzam uma condição afeita à razão pura, numa relação direta com o imperativo kantiano. Acredita que os valores sejam apreendidos por uma intuição emotiva. Distingue uma teoria dos objetos e dos pensamentos para a apreensão dos valores.

O termo valor, aprofundado nas questões de seu conceito, possui diversificados elementos a serem refletidos e considerados para sua compreensão como o valer: o que faz com que algo tenha valor? ou seja valente?; objetividade e subjetividade, considerando a dependência ou não das preferências individuais; não independência, já que sempre relativos a algo, como o Ser, objetos e ideias; polaridade, sempre apresentam-se com contraposição como, belo e feio, verdade e mentira; que os valores não são associados à quantidade, mas à qualidade; Hierarquias, relações mútuas das espécies de valor.

¹⁵³ MORA, Ferrater. **Diccionario de Filosofía Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, pp. 3634-3641.

¹⁵⁴ MORA, Ferrater. **Diccionario de Filosofía Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, pp. 3634-3641.

No campo do Patrimônio cultural e da Preservação, o conceito de valor se tornará singular à compreensão dos objetivos e justificativas para as atuações, teorias e práticas da área.

O termo valor se fundamentará primordialmente às bases da Preservação a partir da obra de Alois Riegl, em que desenvolve importante ideia acerca do monumento ressaltando o fundamental aspecto do valor aos bens culturais, na obra intitulada “*Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, sein Entstehung*” (O culto moderno dos monumentos). Produz uma análise para proposta de políticas públicas de preservação dos monumentos da Áustria. Sua análise reflete um breve olhar sobre o que significam os valores e assim como devem influir nas políticas que recairão sobre o monumento. O debate se desenvolve acerca do culto aos monumentos e os valores investidos.

Uma das questões primordiais e que refletem o tempo da escrita de Riegl no “*Denkmalkultus*” é o caráter evolutivo que dá ao culto dos monumentos. Há um caminho a ser percorrido pela modernidade, e o culto histórico será ultrapassado. Riegl também define o monumento retornando a seu sentido originário:

(...) compreende-se uma obra de mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjuntos de tais feitos e destinos).¹⁵⁵

Os monumentos modernos, artísticos e históricos, ressaltados por Riegl, já não encarnam mais esse sentido originário. As criações humanas as quais a sociedade moderna tem se interessado em qualificar são principalmente os objetos “não intencionais”, aqueles que não nascem monumentos, são inventados posteriormente como monumentos. Assim, suas funções primeiras não os qualificam como monumentos e sim a atribuição da sociedade.¹⁵⁶

O despontar do valor histórico e artístico, em meados do século XVI, é apontado por Riegl como o período em que o monumento em sua função memorial de criação transforma-se no monumento valorizado pelo que simboliza no espaço-tempo, sua compreensão em determinado período. As obras da antiguidade gregas e romanas, vistas como símbolos monumentais, passam a ser encaradas pelo valor histórico e artístico que representam. É histórico para Riegl tudo o que foi e não pode ser mais, a impossibilidade de substituir e alcançar.

¹⁵⁵ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.09.

¹⁵⁶ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, pp. 14-15.

Riegl traz um olhar distinto acerca do valor artístico. Baseando em seu conceito de evolução, ao qual fundamenta o desenvolvimento histórico, não atribui um valor absoluto à arte. Para ele o valor é de história da arte, onde todos os estilos deveriam ser considerados nessa evolução. Alguns conceitos utilizados por Riegl são fundamentais para compreender seu pensamento, como o caso de *kunstwollen*, definido pela vontade artística. Utiliza este termo para representar a historicidade que os monumentos, no processo de eleição ao qual se submetem, se caracterizam, isto é, serão monumentos os objetos que estiverem em consonância às premissas pautadas pelo critério artístico da época.

Riegl considera a existência, em seu tempo, de dois principais grupos de valores: valor de memória e valor de atualidade. No valor de memória existem três tipos de valores, dentre eles os valores de "antiguidade" e "histórico". Ressaltando as características desses, distingue os dois tipos de valores: o primeiro defini-se pelo entendimento objetivo, por meio de uma identificação visual direta deste valor; e o segundo, caracterizado por uma necessidade de pensamento cognitivo, entendimento subjetivo e que por fim se restringe aos detentores deste saber. Assim, Riegl compreende que a transição que ocorre entre alguns bens para enaltecimento do valor histórico em detrimento ao valor de antiguidade restringe o alcance de sua função, já que o valor de antiguidade possibilita uma compreensão facilitada e assim ampliada.¹⁵⁷

Riegl aponta que, apesar de uma fundamentação racional, em seu aspecto histórico, o valor de antiguidade se dirige à compreensão de todos, e isto se dará por meio de uma experiência sensorial, no caso visual, sendo preponderante ao processo racional crítico ao qual o valor histórico demanda. Compara a relação entre o valor de antiguidade e o valor histórico com a Filosofia Grega e o Cristianismo. O autor percebe a realidade a sua volta, compreendendo que a cultura de massas se estabelecia alterando a produção e a recepção cultural.

Claro que a raiz do valor de antiguidade foi outrora a raiz científica do valor histórico; mas o valor de antiguidade quer significar precisamente o progresso da ciência para todos, tornar útil ao sentimento o que o entendimento subtileza - analogamente àquilo que o Cristianismo fez no fim da Antiguidade, ao considerar de modo meramente histórico, à luz da razão humana e não à luz da revelação divina (em que não se podia naturalmente tocar) o núcleo constante daquilo o que a filosofia grega inventara para classe intelectual da Antiguidade, tornando compreensível às massas para sua salvação - àquelas massas que nunca podem ser conquistadas e

¹⁵⁷ Há de se observar que, no momento em que Riegl escreve, já há um amplo processo de globalização e a ampliação do entendimento do conceito histórico, conforme é possível encontrar em algumas críticas. A democratização do sentido histórico ao patrimônio é inclusive apontada como o fator homogeneizante da acepção do patrimônio, que faz perder o valor enquanto algo distinto.

convencidas com argumentos racionais, mas somente com o apelo ao sentimento e às necessidades que são as dela.¹⁵⁸

Os critérios para o enquadramento no valor de antiguidade, surgido na segunda metade do XIX, conforme Riegl aponta, são muito simples, se colocado como o valor mais facilmente identificável perante os indivíduos, sejam estes intelectuais ou não, escolarizados ou não, e independente de suas habilidades e experiências. O que dá ao valor de antiguidade uma vantagem perante os outros.

E, com efeito, os critérios pelos quais se reconhece o valor de antiguidade são, por via de regra, tão simples, que podem ser apreciados por pessoas cujo cuidado constante pelo bem-estar físico e pela produção material de bens reclama todo seu intelecto.¹⁵⁹

Isto é, um bem que detém o valor de antiguidade é facilmente identificado em comparação a outro bem que não o possui.

O valor de antiguidade apresentado por Riegl tem em seu poder memorial também sua destruição. Este valor representa a presença da construção do passado em união à destruição contínua e natural do tempo. Seu aspecto estético se relaciona à deterioração que o passar do tempo interfere na obra. Obviamente não se busca a ruína completa. A identificação da obra é importante, contudo, as artes que apresentam marcas do tempo se encarregam do valor de antiguidade.¹⁶⁰

Assim, o valor de antiguidade é visto por Riegl como o mais promissor dos valores, aquele que deve se sobrepôr a outros caso coexistam. Capta o maior número de adeptos e atinge o maior número de pessoas.¹⁶¹

O valor histórico definido por Riegl é encontrado no monumento que se distingue por seu papel em uma trajetória histórica e se distancia do interesse pelo desgaste do bem. O valor

¹⁵⁸ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p. 33.

¹⁵⁹ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, pp. 32-33.

¹⁶⁰ Riegl diferencia a concepção da modernidade da concepção romântica sobre a ruína. Apesar da aparente aproximação, a modernidade não vê na ruína a decadência do presente em oposição à grandiosidade das coisas passadas. Para o culto moderno de antiguidade, a ruína representa o processo natural de criação/destruição. RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, pp.31-32. Sobre a ruína como símbolo no barroco, ver: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p. 26. Sobre a ruína para o valor de antiguidade e a aceção moderna à proteção natural, como proteção da fauna e flora, ver: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.30.

¹⁶¹ Riegl apresenta, como nota, a relação entre a deterioração por parte da natureza, isto é pelos agentes naturais como processo de renovação natural. Refere-se ao valor de antiguidade como algo desenvolvido por sua própria destruição, considerando a intervenção humana presente, a restauração, como algo negativo. Ressalta que a partir do mesmo valor, de antiguidade, a cultura moderna inseriu igualmente a preservação de ambientes naturais e paisagísticos, até a preservação dos monumentos naturais. Entendendo que as diretrizes de preservação cultural devem abarcar também os ambientes naturais. RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p. 32.

se dá pela manutenção original da matéria, como, em partes, Ruskin previa, e tanto a deterioração como a intervenção num período posterior à criação não são bem vindas. O bem de valor histórico é representativo de um estágio específico da atividade humana, e este somente manterá sua significância permanecendo como representante original, símbolo integral da habilidade a qual representa. O monumento se torna documento neste contexto.

Desta maneira, a conservação é justificada pelo valor histórico, que precisa manter o bem em sua integralidade. A valorização histórica de Ruskin é encontrada, suportando alterações no monumento como parte de sua constituição histórica. Apesar de não mencionar, a forma reverenciada que o valor de antiguidade suscita, se aproxima do conceito de referência que Ruskin menciona para com os monumentos históricos. Contudo, o valor de antiguidade se insere no debate do autor inglês ao considerar nas ruínas o valor histórico.

Enquanto isso, Viollet-Le-Duc propõe a manutenção integral do monumento, mas com vistas à intervenção e permanência da estética de edifícios, para além da originalidade do bem. O valor histórico para Riegl é um valor documental, por isso deve ser mantido integralmente enquanto registro de um tempo, para além do registro de passagem do tempo. As ações que se dirigem a cessar o desgaste do monumento pelo tempo são bem vindas em virtude da proteção do documento histórico ao qual o monumento encerra em si.

John Ruskin tratará de debates acerca do monumento e sua conservação. Vivendo em um período em que muitos monumentos foram destruídos pela falta de atenção, mas já possuindo uma reflexão sobre a formação de um estilo nacional, Ruskin produz um debate caracterizado por intenções éticas e opinião moral sobre o monumento, dirigidas a um povo que não guiava-se por esses aspectos.¹⁶²

Apresentando as tipologias do valor de memória Riegl representa um progresso entre os três valores pertencentes ao valor de memória. Os monumentos de valor intencional são aqueles criados com a finalidade de rememorar, isto é, desde sua origem possuem essa função. Os monumentos de valor histórico dependem de uma escolha subjetiva para serem considerados. E o valor de antiguidade reflete qualquer monumento que alcance um determinado período de criação, independe de finalidades e construções subjetivas.

Enquanto o valor de antiguidade se funda exclusivamente no perecer, o valor histórico quer, na verdade, deter o perecer de hoje em diante, mas sem que o perecer que teve lugar até aos dias de hoje visse deste modo a sua existência justificada, o valor de memória intencional levanta a pretensão de imperecibilidade, ao presente eterno, a um incessante estado nascente. As forças naturais dissolventes que contrariam a realização desta pretensão devem por isso ser zelosamente combatidas; os seus efeitos, repetidamente

¹⁶² CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001, p.169.

neutralizados. Uma coluna comemorativa, por exemplo, cuja inscrição estivesse apagada cessaria de ser um monumento intencional. O restauro constitui, por conseguinte, o postulado basilar do monumento intencional.¹⁶³

O debate apresentado por Riegl acerca dos valores se dá na busca da eficácia em termos de escolha de ação. A distinção que trava entre os valores de memória, de antiguidade, histórico e não intencional, se estabelece com o intuito de fundamentar as ações de preservação em monumentos que possuíam estes valores, e que muitas vezes se opõem às ações desta natureza. A relação dos valores com a degradação é distinta, logo, as medidas de preservação se distinguirão igualmente. Riegl propõem um entendimento dessas divergências fundamentando certa possibilidade de prioridade dos valores.¹⁶⁴

Na classe dos monumentos intencionais, só se integram aquelas obras que devem recordar, como propósito de seus autores, um momento determinado do passado (ou um conjunto de tais momentos); na classe dos monumentos históricos, o círculo alarga-se àqueles que se referem, sem dúvida, ainda a um momento determinado mas cuja escolha está determinada pelas nossas preferências subjectivas. Na classe dos monumentos da antiguidade entra, por fim, todas a obra de mãos humanas, sem consideração pelo seu significado originário e destino final, na medida em que lhe basta traír no exterior, de modo suficientemente perceptível aos sentidos, que já existiu durante um longo período de tempo antes do presente e que "viveu ao longo" dele. As três classes surgem aqui como três estádios que se desenrolam sucessivamente num processo de generalização crescente do conceito de monumento; Um relance geral à história da conservação dos monumentos até ao presente poderá mostrar como as três classes se formaram, inclusive na realidade, na mesma série sequencial.¹⁶⁵

Riegl apresenta no valor de memória intencional o valor que mais se aproxima do valor de contemporaneidade devido ao elemento de busca pelo presente que se tem expectativa. Ao associar este valor (intencional) ao monumento, seja ele antigo ou não, buscase a sensibilidade de um presente contínuo, uma imortalidade, evitando o deslocamento deste ao passado. Sua reflexão trará o presente e a memória viva a todos que se referenciam ao monumento.¹⁶⁶ Seu postulado primordial, conforme Riegl afirma, é a restauração, diante da impossibilidade de permanência deste valor a partir da deterioração do monumento, que não mais manteria suas bases no presente. A aparência é elemento principal desse valor, podendo, ao ser afetada, uma rápida associação aos valores de antiguidade e histórico. A presentificação

¹⁶³ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p. 42.

¹⁶⁴ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, pp.38-42.

¹⁶⁵ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.17.

¹⁶⁶ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.42.

contínua que quer estabelecer só é possível a partir da integralidade em aparência do monumento, os agentes deterioradores devem ser combatidos de todas as maneiras possíveis.

Por outro lado, definirá que o culto moderno apresenta ainda o valor de atualidade, que se distingue inicialmente pela expectativa similar a obras modernas em que é tomado. Espera-se que este monumento esteja em perfeito estado, apresentando suas feições de forma integral, em correspondência ao que representou no período de seu "nascimento". Divide-se em valor de uso e valor de arte. O valor de uso se distingue por encerrar os usos práticos materiais dos monumentos. Refere-se tanto a monumentos sem qualificação quanto a monumentos históricos que estabeleceram sua memorialidade ou novas funções, como os museus.

(...) um edifício antigo, por exemplo, que ainda hoje está ao uso prático deve ser conservado em boas condições relativamente às pessoas que utilizam, não fosse ameaçar a segurança das suas vidas ou a sua saúde (...). Em geral, podemos, pois, dizer que o valor de uso é decerto completamente indiferente, à partida, O tratamento a dar a um Monumento, desde que não se toque na sua existência, de tal modo que, a este propósito, não lhe é lícito fazer absolutamente nenhuma concessão ao valor de antiguidade. Só nos casos em que o valor de uso sem renda no valor de novidade é que cumpre traçar mais rigorosamente os limites em que se concede ao valor de antiguidade um livre desenvolvimento.¹⁶⁷

A obra de Riegl apresenta elementos de extrema importância à fundamentação do campo do património, e conseqüentemente às áreas que o cercam, como a Preservação. O valor de uso traz ao debate questões como a presença, segurança e bem-estar dos indivíduos nos monumentos. A reflexão acerca dos diferentes agentes, incluindo aqueles a que não se costuma dar relevância às ações, é indispensável aos distintos debates do saber e disciplinares, tanto à formação de diretrizes, à compreensão dos fundamentos, quanto à formulação de medidas de ação.

O valor de arte apresenta dois aspectos, o valor de arte relativo e o de novidade, todos se dirigindo às necessidades de espírito do indivíduo, opondo-se às necessidades materiais do valor de uso.¹⁶⁸ Monumentos que possuem o valor de arte relativo se caracterizam pela relação que submetem entre uma obra produzida em momento passado, logo a partir de uma concepção artística não-atual (*kunstwollen*), mas que consegue ser apreendida e atinge uma satisfação contemporânea. O desejo pela obra nova, de aparência recém-criada, refere-se ao valor de novidade. Para Riegl, este é o valor de arte mais simples de ser apreendido e identificado. Um monumento em estado acabado e novo. Há na modernidade um desejo pela

¹⁶⁷ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.44.

¹⁶⁸ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.44.

novidade que se sobrepõe ao valor relativo de arte. Para Riegl este é um cenário consolidado socialmente e que somente será alterado em um período de tempo considerável.

A primeira partilha o valor artístico moderno com o dos períodos artísticos anteriores, na medida em que qualquer obra de arte moderna acabando de ser executada e por isso formando um todo coeso, não pode mostrar que está já sujeita à dissolução, nem na forma nem na cor. Por outras palavras, toda obra nova possui já, só em função desta novidade, um valor artístico que se pode designar como o valor artístico elementar ou, abreviadamente, o valor de novidade. A segunda exigência, em que se manifesta não o que une mas o que separa a vontade artística moderna dos gêneros anteriores da vontade artística, diz respeito à constituição específica do monumento ao nível de concepção, forma e cor; para isso poderemos utilizar a designação "valor artístico relativo", por quanto esta exigência não apresenta ao nível do seu conteúdo nada de objetivo e permanentemente válido, antes está em mudança contínua.¹⁶⁹

Para Riegl, o valor de novidade seria ultrapassado pelo de antiguidade. Isto é, um valor de arte por um valor de memória diante da relação que este último criaria com o coletivo, a partir de uma percepção do autor acerca do crescente número de adeptos ao valor de antiguidade. Contudo, o que se depara na contemporaneidade é a permanência de um culto pela novidade, mesmo nos distintos grupos socioeconômicos. Apesar do aparente desejo pelo patrimônio cultural, compartilhado socialmente de maneira relevante, não é a concepção artística contemporânea fortemente requerente da produção de padrões antigos. Permanece-se apoiado na produção de novidades. A produção de novidades reflete-se na atualidade como desejo pela continuidade, pela imortalidade, e principalmente pela jovialidade. Ainda serão valorizados monumentos e produzirão um conforto maior à identificação com aquilo que aparenta estar novo.

A obra de Alois Riegl se detém especificamente sobre os motivos da Preservação, primordialmente ao que motiva as ações. A abertura que concebe ao apresentar distintas concepções de ações, por meio da diferenciação dos valores a elas relacionados, antecipa consideravelmente uma postura crítica, mas também reflexiva, de caráter consensual e de bom senso. Além disso, as práticas preservacionistas se inserem, definitivamente, como ato de cultura e interesse ao debate cultural, fundamentando-se em discurso crítico.¹⁷⁰

Riegl desenvolve seu pensamento sobre valores visando estabelecer diretrizes de ações e intervenções. As reflexões foram primordiais às definições do monumento e à compreensão principal de que o valor dita a definição das ações de preservação do monumento.

¹⁶⁹ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013, p.48.

¹⁷⁰ CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e "O culto moderno dos monumentos". **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, maio/out. 2006, p.11.

Os debates atuais acerca do patrimônio revelam um conceito atualizado de valor, reconhecido como o valor universal excepcional (*outstanding universal value*). Esse foi estabelecido primordialmente pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. Ocorrida em 1972, a Convenção determina que o valor dos patrimônios culturais a serem aceitos na Lista do Patrimônio Mundial, também estabelecida na Convenção, deverão abranger a "excepcionalidade" e a "universalidade". A excepcionalidade significa que o bem cultural, dentre um conjunto geral a que ele pertença, é seu melhor representante. A universalidade se encontra no reconhecimento de um determinado valor excepcional de forma geral e perante todo o mundo.¹⁷¹

Os requisitos ao valor excepcional universal estão no âmbito histórico, artístico, e científico, podendo ser desmembrado cada um destes três aspectos, Como no caso do aspecto científico, podendo contemplar as perspectivas da etnologia e da antropologia. Além disso, estes aspectos do valor serão avaliados a partir de alguns critérios apresentados na convenção como a obra-prima do gênio humano, o testemunho único ou excepcional, exemplo excepcional, e de significância universal excepcional.

A conceituação do valor excepcional universal pode ser compreendida enquanto uma resposta às questões da natureza universal comum às culturas humanas relativas ao patrimônio cultural ao ampliar a busca pela diversidade e maior equilíbrio entre os valores considerados.¹⁷²

As características do valor do patrimônio, implementadas pelo conceito de valor excepcional universal, buscaram impulsionar o sentimento de responsabilidade para a humanidade na preservação do patrimônio cultural, num contexto ao qual as afirmações do patrimônio nacionalista se tornam cada vez mais limitadas às demandas do patrimônio cultural e a sua preservação, reconhecendo a força da noção do patrimônio da humanidade nos tempos atuais.

¹⁷¹ JOKILEHTO, Jukka. The World Heritage List: What is OUV? ICOMOS Monuments and Sites XVI, Munich, 2008, p.08.

¹⁷² JOKILEHTO, Jukka. The World Heritage List: What is OUV? ICOMOS Monuments and Sites XVI, Munich, 2008, p.67.

2.4. História-Memória: o resgate

A memória pode ser compreendida como a "propriedade de conservar certas informações".¹⁷³ O processamento dessas informações encaminha-se às funções psíquicas, dentre essas informações serão contempladas ideias existentes do passado. Enquanto elemento fundamental da memória a ação de preservar é objeto característico pelo desejo de manter, fazer continuar, relacionando a Preservação enquanto área do conhecimento à memória.

A memória é questão complexa a ser abordada diante das possibilidades de se fazer pensar sobre. É objeto caro não somente às humanidades, que se debruçam primordialmente sobre seu aspecto coletivo, mas também é campo de pesquisas nas áreas das ciências naturais e nas ciências da saúde (psicologia, neurociência etc), desenvolvendo estudos da memória social individual à memória individual em termos cognitivos.

Pensar a memória coletiva é seguir a trajetória dos estudos em ciências humanas e sociais, pautando primordialmente a memória social enquanto uma memória coletiva. Porém, a memória individual também se faz presente na composição da memória social, estando, desta forma, a memória individual inserida nos debates das humanidades.

Os processos mnemônicos se dão por uma sistemática de organização. Eles são o resultado da ordenação que opta pelo o que deve ser mantido, abandonado ou reconstituído. É por esse processo fundamental de organização qualificante da memória que cientistas se aproximam dos fenômenos da memória nas Humanidades.¹⁷⁴

Pierre Janet¹⁷⁵ fundamenta a função social enquanto a primeira esfera necessária para se compreender a memória, observando no "comportamento narrativo" ato essencial para iniciar a sistemática mnemônica. É a comunicação daquilo que não está e não é, comunicação na ausência. A partir dessa reflexão é possível encontrar a linguagem em sua relação com a memória. A fala e a escrita são mecanismos fundamentais para a memória. A escrita funda as eras de armazenamento da memória, entendidas como memórias artificiais¹⁷⁶. Todavia há uma

¹⁷³ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.11.

¹⁷⁴ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.12.

¹⁷⁵ (1859-1947) Francês, psiquiatra, psicólogo e neurologista, considerado um dos fundadores da psicologia.

¹⁷⁶ Para Leroi-Gourhan "memória artificial" se difere das memórias "específica" e "étnica" por não ser referenciada a partir de instintos e reflexões. A concatenação das informações se dá em meio externo à mente e ao corpo humano. (1964-65, p. 269). LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.13.

linguagem de armazenamento das informações na memória, precedendo a comunicação e as linguagens escrita e falada¹⁷⁷.

Durante o século XX, psicanalistas e psicólogos adentravam o mundo da memória individual de maneira mais técnica, abandonando em partes os estudos empíricos e tendo como base novas ciências. Por interesses na potencialidade da lembrança e sobre o esquecimento, compreenderam que a memória individual respondia significativamente a estímulos culturais como o desejo e a censura. Diante dessa nova perspectiva, a memória social também é colocada em novo patamar, compreendida por sua ascendência sobre as tensões e disputas sociais. O ato de lembrar somente potencializa-se a partir do esquecimento de algo. A relação entre essas ações desenvolve mecanismos de estabelecimento da memória e passa a ser entendida como singular a respeito da influência que estabelece sobre o indivíduo em sua perspectiva individual e coletiva. Aos poucos, identificava-se que a manipulação sobre a memória, lembranças, e ausências que a delimitavam, constituía importante mecanismo de dominação sobre o pensamento e as práticas de um grupo¹⁷⁸.

Jack Goody, sociólogo e antropólogo, chama de "domesticação do pensamento selvagem" a transição entre as sociedades baseadas na oralidade e na escrita. Torna-se singular para os estudos da memória lidar com seu mecanismo de armazenamento. A possibilidade de escolhas sobre lembranças e esquecimentos para formulação da memória se caracteriza de maneira profundamente distinta a partir do surgimento de novas possibilidades de guarda. Assim, a relação do homem com a memória é marcada pelas fases de transição caracterizadas pelo uso dos mecanismos de guarda e principalmente pelas práticas da linguagem. As linguagens que caracterizam a memória social são primordialmente a oralidade, a escrita, e a virtualidade.

Essas três linguagens tem suas relações com a memória segmentadas nas seguintes fases definidas por Leroi-Gourhan, a saber: oralidade; da oralidade a escrita; desenvolvimento da escrita; seriação eletrônica.¹⁷⁹

Memória é termo atualmente pertencente ao escopo de diversas áreas do conhecimento dividindo-se primordialmente entre as científicas e as humanidades. Distinção primordial

¹⁷⁷ FLORES, C. La mémoire. Presses Universitaires de France: Paris 1972, p.461; LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 12.

¹⁷⁸ Sobre impasses entre memória e esquecimento com cunho político, ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & DOS SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, Memória e Esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dez 2007, pp. 95-111. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/728>, acesso em: dez de 2019.

¹⁷⁹ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.12-14

entre a "memória" que se torna objeto dessas áreas, e por vezes sujeito, é seu caráter individual e o coletivo.

A memória situa-se no âmbito individual e também no coletivo, isto é, há uma memória individual e uma memória coletiva. Além de características específicas destas duas vertentes de expressão da memória possíveis de se comparar, problemas relativos à memória podem ser encontrados nestas duas especificações. As problemáticas da memória auxiliam ao entendimento acerca deste fenômeno. A memória individual apresenta problemas de personalidade a partir de suas questões. Já a memória coletiva terá problemas de identidade coletiva quando do surgimento de problemas.

A memória é uma propriedade da mente com funções de guarda, organização e recuperação de informações. Estes aspectos serão prioritariamente desenvolvidos na perspectiva da memória individual por ciências biológicas e psicologia. Enquanto objeto, e ainda sujeito, a memória é fenômeno para as humanidades, lidando com o passado, a partir de linguagens, comunicação e informação.

A memória mantém relação com a linguagem. As linguagens refletem as informações da memória. É possível compreender as linguagens falada e escrita, mas o que vem antes? Há uma linguagem anterior.¹⁸⁰

Leroi-Gourhan¹⁸¹ apresentará uma perspectiva de relação entre a memória e a realidade, identificado processos de constituição da memória coletiva, em busca de um sentido lato da memória. Apresenta a distinção da memória entre *específica* (animal), *étnica* (humana), e *artificial* (eletrônica).

A década de 1950, influenciada pela extensão da memória à vida (biologia) e à máquina (cibernética), impulsiona estudos psicológicos, cada vez mais teóricos. A ideia de manipulações conscientes e inconscientes de sensações, emoções e sentimentos para a questão da memória e a falta dela para o indivíduo, é refletida nas manipulações da mesma e sua influência nas memórias coletivas. Entende-se o poder dessas manipulações diante do poder sobre as coletividades.

Goody estabelece fases do desenvolvimento da memória, ligado primordialmente a seu modo de armazenamento, oral, escrita, virtual, nomeando de "domesticação do pensamento selvagem".

¹⁸⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.12

¹⁸¹ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.13

Maurice Halbwachs aprofunda o termo "memória coletiva" cunhado na segunda metade do século XIX. Em sua obra "*La mémoire collective*", publicada em 1950, o sociólogo francês analisa a memória e propõe a distinção das memórias coletiva e individual, considerando a complementaridade inerente a sua constituição.¹⁸²

A memória coletiva é o conjunto de referências que um grupo de pessoas possui. Sua atuação atinge diretamente a memória individual ao mesmo tempo em que se constrói pelas memórias individuais sem ser isento de escolhas numa conciliação. Halbwachs associa positividade às funções da memória coletiva pelo sentimento de pertencimento e afetividade que esta gera ao indivíduo perante seu grupo. Corroborando ao pensamento do século XIX acerca do valor da nação, identifica na memória nacional a forma melhor acabada da memória coletiva.¹⁸³ A Grécia antiga foi espaço significativo da transição entre a oralidade e a escrita e representa maneiras de desenvolvimento da memória coletiva. Esta mudança não é de fácil acesso e não se estabelece sem questionamentos. Em *Fedro*, Platão¹⁸⁴, por meio da lenda do deus Thot, vê na atenção à memória, pelas possibilidades que o estabelecimento dos códigos da linguagem escrita encerram, o enfraquecimento da mesma. A lembrança se dará pelo resgate das coisas não mais de maneira interior, pela memória, e sim pelos registros externos. Aprender o alfabeto é esquecer. Este trecho evoca um retorno às tradições da oralidade. A assunção da memória enquanto deusa, *Mnemosine*, pela Grécia representa o teor mitológico que conceberam à memória. Mnemosine recordava os heróis e manifestava o passado aos poetas. Posteriormente a característica mítica da memória se esvai pelo elemento escatológico que se toma, afastando sua apreensão enquanto conhecimento e mantendo a distância da História. Em *Teeteto*¹⁸⁵ Platão referencia a memória como uma placa de cera que habita a alma e onde era possível armazenar as marcas produzidas por um estilete.

A difusão da imprensa impõe novo paradigma à memória, primordialmente a seu aspecto valorativo da arte da memória, memorização. No Renascimento tem-se um movimento de elementares herméticos que uniram magia e memória. Iniciado por Giovanni Pico della Mirandola¹⁸⁶, é desenvolvido por Giordano Bruno e por Giulio Camillo. Camillo cria o Teatro da Memória, espaço construído que apresentava representações do universo e da

¹⁸² HALBWACH, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2a. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

¹⁸³ POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

¹⁸⁴ PLATÃO. **Fedro ou da Beleza**. trad. Pinharanda Gomes. 6. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

¹⁸⁵ PLATÃO DIÁLOGOS. **Teeteto & Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

¹⁸⁶ Sobre o autor, ver: PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso pela Dignidade do Homem**. Trad. Antonio A. Minghetti. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

criação do mundo, com base nos planetas e nos signos do zodíaco, em busca de um espaço em que qualquer um pudesse refletir sobre qualquer assunto. Giordano Bruno será o principal teórico das "teorias ocultistas da memória". Sistematizará uma memória mágica relacionando símbolos do zodíaco com imagens de planetas que justificavam a afirmação de que forças não identificadas dirigiam o universo.¹⁸⁷

Uma memória artificial é a escrita. É um artifício, uma criação humana. Em oposição à voz, algo inerente ao homem, a memória escrita, artificial, se contrapõe à memória oral, baseada em capacidades naturais do ser humano. A memória nas culturas orais é construída, durante a oratória¹⁸⁸, quase sempre baseada em mitos perpetuados pela oralidade, a partir do contato direto entre quem fala, o público ouvinte e as reações de ambos. Os elementos da trama mítica eram enfatizados ou não, de acordo com a receptividade do público, no desenrolar da narrativa.

A memória oral é recorrente, é uma memória mítica, sacralizada, na qual o mito é o elemento que ratifica os costumes e as práticas sociais na medida em que ele é revivido coletivamente durante sua transmissão oral. A oralidade torna em presente o que se relata, ou seja, o passado. A reação do público ouvinte dá o tom da eloquência do orador.

A escrita surge como solução para questões relativas às limitações da oralidade como a capacidade humana de reter conhecimento e informação e o alcance da voz humana, conforme afirma Jan Assmann.¹⁸⁹ A memória escrita amplia a possibilidade de se reter uma quantidade sensivelmente maior de dados em relação à memória oral. A mensagem do texto escrito atravessa distâncias infinitamente maiores em comparação à ação da mensagem oral, aumentando o acesso à informação.

A transmissão da memória perde seu aspecto ritualizado, possui potencialmente maior alcance através da leitura, possibilitando ainda a amplitude de caráter laico em relação à memória. Uma nova relação com o passado pode ser construída, passando a ser visto como

¹⁸⁷ YATES, Francis A. **A Arte da Memória**. Trad. Flavia Blancher. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁸⁸ O orador era um indivíduo cuja função o caracterizava socialmente. A comunidade o reconhecia como detentor da memória, e como o único que poderia evocá-la através de sua fala, o que acontecia em um momento normalmente associado ao sagrado. ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e Memória Cultural. **Revista Oral**. v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun. 2016. Para além da voz, para além do mito. A escrita foi inventada como memória artificial para dados que nenhuma memória natural pode reter, e como forma de comunicação que abarca milênios. Humboldt. Bonn, (86): 5-9. 2003.

¹⁸⁹ O acesso à memória nas culturas orais se dá através do orador, normalmente inserido em um contexto religioso, contemplada pela ritualização necessária a tal momento. Estes são espaços e momentos singulares que apresentavam limites específicos ao acesso por parte dos indivíduos. ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e Memória Cultural. **Revista Oral**. v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun. 2016

algo que existiu, e que, certamente, não retornará. A emergência da memória escrita estabelece novos elementos que alteram a realidade dos processos sociais relativos à memória.

A escrita apresenta ainda a capacidade de eternizar pensamentos, eventos e indivíduos por meio do exercício da lembrança contínua de tais elementos, considerando a eternidade de algo ou alguém possível primordialmente pela manutenção destes em nossa memória.¹⁹⁰

Oralidade e cultura escrita conviveram em parceria, até o pleno estabelecimento da cultura escrita, não representando uma situação definitiva, como identificado no exemplo da antiguidade, quando em Roma, região que viveu plenamente a cultura oral e que, posteriormente, retorna, a ponto do domínio da escrita tornar-se pontual, exercido por número relativamente pequeno de pessoas. Fundamental é compreender a relação entre as sociedades de cultura oral e de cultura escrita não se dá de maneira hierárquica, e sim como duas formas diferentes de organização e percepção de valores, de se relacionar com o tempo e com a memória.¹⁹¹

O alfabeto é uma tecnologia cultural, representa uma ruptura e uma mudança qualitativa na relação entre escrita e elementos simbólicos. A invenção da escrita, ao potencializar a relação do humano com o tempo e com a memória, ratifica que a necessidade da recordação é inerente a sociedades de cultura oral ou escrita. Um parâmetro para diferenciar a humanidade das outras espécies de animais, a oralidade e a escrita representam importantes dimensões do que é a nossa própria humanidade, constituindo-se pela capacidade de lembrar.¹⁹²

A escrita potencializa o lembrar, assim como potencializa o esquecer, inerentes à humanidade. A escrita abre possibilidades para outros exercícios da memória que não a lembrança do que foi escrito: o mecanismo da leitura garantirá o acesso à memória. Passa-se a necessitar da lembrança para o conhecimento sobre o que se escreveu e onde se encontra. Dando forma a um conteúdo, a escrita organiza algo absolutamente fluido, conferindo limites que outras modalidades não apresentavam. Descrições de eventos, por exemplo, apresentarão pelo texto escrito um começo, um meio e um fim, estabelecidos por quem o descrever. A escrita é uma tecnologia que permite o alargamento da capacidade imaginativa das culturas

¹⁹⁰ Neste aspecto a escrita tem um papel fundamental, ao deixar, para os pósteros, o registro da existência desses elementos. É o processo de leituras sucessivas deste registro que determinará a fixação em nossa memória desses elementos, sejam eles pessoas ou conceitos.

¹⁹¹ Erick Havelock se refere ao alfabeto como uma mudança qualitativa, excluindo possível depreciação da oralidade. O uso eficiente do alfabeto dependia, nas palavras do autor, “de que o vocabulário oral do leitor fosse fluente e cultivado.” In: HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹⁹² HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

que a dominam, concedendo o intercâmbio de experiências entre culturas diversas. O texto escrito viabiliza um tipo de encontro improvável nos aspectos tempo e espaço, onde distâncias espaciais e temporais são superadas na relação entre autor e leitor. A escrita possibilita ainda uma nova maneira de construção do “outro”, ao ler sobre ele, e a construção do “eu”, ao observar como somos iguais ou diferentes ao “outro”.

A escrita faz parte do desenvolvimento da política cultural nas sociedades. A relação que o alfabeto e uma cultura estabelecem representa aspectos possíveis deste desenvolvimento.

A cultura letrada na idade clássica se fez pelo intercâmbio entre as culturas grega e romana através da escrita, que permitiu a troca e a construção de universos de representação. A possibilidade de tradução tornou a produção intercambiável, organizando uma comunidade de leitores que se funda a partir da escrita, e que domina o conhecimento do alfabeto grego e latino. A cultura clássica é uma construção, uma herança cultural selecionada, na qual seus atores partilham um depósito textual, dividindo, desse modo, imagens, ideias e valores.

A formação de uma língua nacional teve um papel importante na construção dos Estados Nacionais no contexto do século XIX. Num processo de canonização da língua nacional, a construção dos projetos nacionais possui a dimensão política do uso da grafia desta língua tornada canônica. É a fusão entre a escrita visível, a língua falada e a cultura nacional.

O surgimento da escrita foi o primeiro instituto fundamental para o estabelecimento da História. A disciplina que analisa eventos ocorridos, desenvolvendo uma narrativa textual composta por causas, consequências e demais perspectivas para o passado, é também produção de conhecimento sobre o passado. Tendo como uma de suas principais características a narrativa textual.

A historiografia possui função fundamental na construção e reflexão da História, significando uma polissemia capaz de se confundir com a própria História. Seu aspecto de meta-história, objetivando a análise sobre seu fazer, é o cerne de seu elemento básico enquanto escrita da História. Na disciplina, a historiografia é fundamental àqueles que se dedicam ao estudo da teoria e da metodologia da História, e se torna recorrente para as áreas da História ao permitir a contínua reflexão acerca da constituição de um determinado tema da disciplina.

A busca por um começo se relaciona diretamente a uma concepção de segurança. Na construção da gênese da historiografia, a memória ocidental percebeu Heródoto e Tucídides como os primeiros historiadores. A escrita desses é instituída como dois modelos

paradigmáticos, construídos como figuras significativas para se pensar a origem da escrita da História. O esforço de construí-los como os primeiros a produzir uma narrativa histórica, vista como origem da historiografia moderna, foi uma escolha histórica, feita no contexto que determinou a construção da civilização grega como berço da civilização ocidental. Os gregos não foram os primeiros a produzir um texto de gênero histórico. Quando Heródoto escreve, ele possuía referências para fazê-lo. Os gregos foram os primeiros a inventar uma figura: o historiador, ou melhor, o *histor* como historiador.¹⁹³

Entre o *histor* Heródoto e o *histor* Tucídides existem pontos em comum e diferenças fundamentais. Ambos não questionavam a pressuposição de que a tradição oral era mais importante do que a tradição escrita. O método de Heródoto para a escrita da História era baseado no testemunho. “Eu vi”, “eu escutei”, “eu escutei de alguém que viu”. A memória, o que podia ser retido, e o “eu vi”, baseado nas viagens que fez, eram métodos válidos à época. Como Heródoto, Tucídides confiava primeiramente em seus olhos e ouvidos e depois nos olhos e ouvidos de testemunhas confiáveis.

Porém, o texto de Heródoto é um texto mais aberto, sem um final definido. Ele chama o leitor, ele coloca o leitor em contato com o que se relata. Os textos de Heródoto não eram para ser lidos, e sim ouvidos. Heródoto buscava a atenção do ouvinte. Ele registrava algo sem assumir uma responsabilidade pelo que registrava. Citava detalhadamente suas fontes informativas construindo, segundo ele, a veracidade do que era narrado. Para Heródoto o passado tinha significado em si mesmo.

Diversamente, Tucídides busca uma verdade. Sua narrativa busca uma moral, que tem uma finalidade intrínseca. O texto tucidedeano é para ser lido. Seu autor não busca um auditório. Para Tucídides o passado é apenas um prelúdio do presente. A compreensão do passado se faria partindo-se do presente. Não havia história verdadeira ou verdadeiramente interessante a não ser a do presente. Além disso, ele acreditava que a veracidade de sua narrativa era dada por ele mesmo e pela relação de confiabilidade que existiria entre ele e seu leitor, não necessitando se deter em relatar minuciosamente suas fontes.

A “Odisseia” atribuída a Homero poderia ser tratada como um texto “histórico”, construção marcada pela figura do *aedo*, Demódoco, que narra por inspiração.¹⁹⁴ A narrativa

¹⁹³ As situações que registram o aparecimento do termo “histor” nos textos clássicos (séc. IV a.C.) se estabelecem de duas formas: (a.) convocado a dirimir uma controvérsia; (b.) convocado na qualidade de testemunha de determinado evento, como uma visão que confirma este evento. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP:EDUSC, 2004.

¹⁹⁴ A obra de Homero traz aspectos de uma dualidade marcada pelo poético, de inspiração divina, mas também pelo aspecto humano, estando Odisseu (Ulisses) presente à narração. Ele é a testemunha que dá veracidade ao narrado, pois se trata de uma volta à origem, de sua memória, da rememoração de um evento – a guerra de Tróia

de Heródoto se distingue neste posto, como narrativa dos feitos humanos. Heródoto introduz um método crítico em sua narrativa separando fatos das fantasias. Os deuses não desaparecem, mas não há hierarquia entre as narrativas divinas e humanas. Ele narra eventos baseados apenas na ação e na razão humanas. A narrativa muda o evento, que quando narrado nunca será o evento de fato, característica da historicidade. Este é o legado que chega à modernidade, fundamentando a construção da narrativa humana, onde o tempo da História é o tempo do homem.

História e política são criações humanas com surgimento simultâneo. A lei, um artifício, constructo humano, surge como fator de diferenciação das sociedades humanas. O civilizado se submete às suas leis. O bárbaro se submete às forças naturais. A diferenciação entre eles não é dada em sua origem natural, mas é baseada na política, na decisão humana. É a construção do sujeito político, do cidadão da *pólis*, de sua inserção na *pólis* democrática, do enaltecimento de se ver fazendo parte do corpo da *pólis* democrática. A narrativa histórica ratifica tal construção, tornando-a memória do cidadão *políade*.

A relação entre História e política se expressa claramente em Tucídides. Ele convenceu seus sucessores de que a história é a história política. A descrição de terras e de costumes ao modo herodoteano não se configurava, mesmo entre os antigos, como história. Heródoto chegou a ser classificado como não confiável, ou pior, como mentiroso. A noção de verdade histórica, a distinção entre causas profundas e superficiais dos eventos, e a noção de história política e contemporânea são aspectos tucidedeanos aceitos e seguidos por historiadores como Políbio, na Roma antiga.

As ideias herodoteanas e tucidedeanas se alternaram como métodos válidos ao longo do tempo. No contexto da formação dos Estados Nacionais no século XIX a história política tornou-se predominante, dando certo privilégio à perspectiva de Tucídides.

Heródoto e Tucídides contribuíram na construção do ateniense. As obras desenvolveram as expectativas desses atenienses, de modo que esses se vêem como parte de um mundo povoado por outros. Está na diferença entre o ateniense e os “outros” a construção da identidade, promovendo o reconhecimento do ateniense como parte de Atenas e de Atenas como parte dele. A narrativa histórica e a narrativa “memorialística” da oração fúnebre, atribuída a Péricles, e transcrita por Tucídides, colaboram nesta construção. A oração é uma ritualização da memória. Ela tem um protocolo e somente alguns podem proferi-la. É um evento ritualizado que faz parte do calendário cívico. A oração fúnebre é unicamente

– cuja perspectiva mudou com o tempo transcorrido até então, alterando assim a própria experiência do evento. É a ação humana, e não mais a intervenção divina, que se destaca.

ateniense. É uma criação única, ligada a uma experiência cultural também única, a polis ateniense.

É possível compreender as orações fúnebres como parte de um gênero de narrativa própria aos gregos, que enaltece os valores da polis democrática muito mais do que os feitos individuais, ou seja, uma evocação à vida civil, não à morte heroica. Uma narrativa que promove uma culturalização de um processo natural para que se possa transcendê-lo, ou seja, transcender a morte. A oração é um mecanismo que ajuda a tornar a relação entre o “nós” e o mundo mais tolerável. A oração fúnebre é uma instituição, uma construção da *polis* ateniense. Ela dava uma concretude, uma dimensão visível aquilo que construía a identidade ateniense. A oração recriava constantemente a *polis* ateniense, transformando os mortos em passado e conduzindo os atenienses daquele determinado presente a um futuro, dando a *polis* um caráter atemporal. A oração fúnebre é uma forma de narrativa histórica.¹⁹⁵

Loraux acentua que essa obra é criação ateniense inserida no contexto de seu próprio tempo. É importante compreender o uso que foi feito da oração ao longo dos séculos, mas é preciso compreender também o seu caráter único, como construção de uma cultura específica. As sociedades do século XIX, em seu projeto de construção como sociedades civilizadas, estabeleceram laços que as ligariam à civilização grega clássica, construindo sua autoimagem como herdeiras do legado grego.

A ideia de dar a vida por um bem maior, que no contexto original da oração seria a *polis* ateniense, caracterizando o que seria a “bela morte” para o ateniense do sexo masculino, é capturada pelas sociedades do século XIX, para dar sentido a possível morte de indivíduos nos processos de formação dos Estados Nacionais. Dar a vida pela pátria é construído na época como algo sublime.

Já a narrativa de Heródoto torna o “outro” representável, ou seja, do estranho absoluto em algo que tem significado, permitindo o estabelecimento de relações entre quem lê ou ouve a narrativa e o “outro”. Esta narrativa funciona como um espelho no qual os atenienses, percebendo o “outro”, percebem-se a si mesmos por alteridade a esse “outro”. Este é traduzido nos códigos de significação do leitor/ouvinte. A legitimidade das histórias narradas pelo autor é dada pela representação do que foi visto, traduzindo a fala e a imagem do “outro” em algo que possa ser assimilado pelo leitor, ou pelo ouvinte, promovendo o auto-reconhecimento deste último quando do ato da leitura. O enunciado de Heródoto integra

¹⁹⁵ LORAUX, Nicole. **A invenção de Atenas**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. A oração permite a *polis* se ver e se reconhecer. É o começo e o fim. É o começo de uma forma de viver e sua manutenção é a finalidade fundamental. A partir desse discurso, não se poderia existir fora da *polis* e que dar a vida pela sua continuidade faria parte dos aspectos que construiriam a identidade do ateniense.

experiências estranhas à realidade de seus pares. O mundo de povos estranhos passa a integrar a memória dos atenienses. O que torna crível o que Heródoto escreve é o que o autor define como marcas de enunciação.¹⁹⁶

A primeira marca do discurso de Heródoto é a sua própria presença no começo do texto. Ele é o sujeito que narra seu esforço investigativo, transitando entre a oralidade e o texto escrito. Sua preocupação é também com o prazer do ouvinte/leitor. Logo a seguir ele marca sua cidade de origem. Porém, sua narrativa não será o cotidiano face-a-face da cidade, será o lugar de encontro daqueles que não estão inseridos na sociedade políade. Mesmo não estando face-a-face, o autor pode estabelecer um diálogo entre os da polis e os além dela, e promover a construção de identidades, tornando visível um mundo através da escrita.

Outra marca de enunciação é o “eu vi”. A autópsia é a crença que diz que o olho que analisa desvendará algo que não se conhece. Contudo, vê-se o que se está treinado, condicionado a ver. Há todo um código referencial por trás do ato de ver definindo e classificando o que se vê. O olho torna visível o que um conjunto de possibilidades permite. Isto torna possível que duas pessoas vejam de formas diversas um mesmo evento, fazendo com que a narrativa deste evento apresente versões variadas.¹⁹⁷

No contexto acadêmico do século XIX as marcas de enunciação características das narrativas clássicas, o “eu vi” e o “eu ouvi”, comprometiam a escrita histórica. Era preciso evitar a subjetividade, denotada por tais marcas, entendidas como perniciosas à narrativa histórica. Há uma definição de protocolos e o estabelecimento de regras mais gerais, como métodos mais objetivos que passaram a serem as bases da construção da escrita da história, buscando um distanciamento do autor na elaboração de seu texto.

Nota-se que, a partir do século XIX, a nota de pé de página se configura em um elemento que sinaliza a legitimidade da narrativa, indicando fontes, referências, considerações de outros autores etc. Ela torna-se parte da construção do texto histórico. O “eu vi” é substituído pelo “eu li”. Apesar disso, pode-se perceber um grau de subjetividade no “eu li”. Isto se dá pela seleção de fontes e arquivos e pela conexão destes na construção do discurso do historiador, de suas interrogações e de suas possíveis conclusões.

O conceito de arquivo é construído nesse novo contexto de elaboração da narrativa histórica. O arquivo torna-se o elemento central da pesquisa histórica a partir do século XIX. Ele é um conceito produzido pelo homem letrado, ou seja, por aquele que tem o domínio da

¹⁹⁶ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

¹⁹⁷ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

língua escrita. Algo só é denominado arquivo por aquele que o organiza, cataloga, constrói. O que torna viável um arquivo é este homem letrado que questiona, seleciona e organiza aquilo que é construído como preservável, tornando-o visível ou não.

O desenvolvimento da disciplina implicará na profissionalização da História compartilhada a outras áreas como a Política. O século XVIII e início século XIX desenvolveram a categoria de ensino sob a qual estavam circunscritos saberes como direito, história e teologia. O final do XIX marcou-se pelos processos de definição enquanto Ciências Morais, onde posteriormente se deu a constituição de disciplina a parte onde se relacionavam o Direito e a História até a separação das duas, marcando a autonomia da História. O desenvolvimento da profissão se dá no contexto de estabelecimento de espaço de convívio de sociabilidade de letrados, por pesquisadores de ofícios jurídicos e pensadores do passado. O campo de diálogo incorporava políticos e historiadores, numa aproximação pela semelhança na relação ofício/ganho honorário experimentado por ambos.¹⁹⁸

Na Inglaterra os cargos do parlamento tinham um salário ínfimo, tornando o exercício da política algo não rentável. Ocorre uma elitização do Parlamento, já que para estes indivíduos abastados o salário pouco significava. Do mesmo modo ser historiador na época também não era rentável. Assim, a narrativa histórica produzida é um saber elitista. No caso inglês, ratificam-se os valores aristocráticos. História profissional “silencia” e exclui toda uma coletividade. Há um silenciamento do homem comum posto que a relação com o passado é deslocada do campo da memória para o diagnóstico “político” e para o linguajar dos especialistas.¹⁹⁹

O conceito moderno de História marcará o século XVIII como espaço temporal de seu surgimento, baseado na relação história/imortalidade terrena, dado a emergência do conceito de processo, que articula uma compreensão dos fenômenos humanos e da natureza. Tal processo é dotado de uma lógica deduzível pela observação e análise desse mesmo processo. O conceito de processo separa o moderno do antigo. Ele é o divisor de águas entre duas realidades. Isto tem a ver com o novo modo de se pensar os eventos em si. Para os antigos o evento era eloquente em si. Na moderna narrativa processual o evento é narrado quando ele se torna peça significativa no processo. O moderno conceito de História esvazia o evento de

¹⁹⁸ BANN, Stephen. **As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994. A História como discurso lícito se relaciona com a Política profissional, pois ambas foram exercidas por pessoas munidas da capacidade de administrar e também diagnosticar os problemas sociais, excluindo do direito da política aqueles que não estão envolvidos ou familiarizados com a política profissional.

¹⁹⁹ BANN, Stephen. **As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994.

significado, passando esse significado a ser construído pelo processo que o insere na narrativa histórica. A narrativa transcende o evento.²⁰⁰

A dimensão de alguns eventos se apresenta possuidora de tamanha complexidade, sendo questionada sua compreensão pelo conceito de processo. Hannah Arendt buscou recuperar a relevância do evento em si, como no caso do holocausto, para dar conta do entendimento da barbárie, como parte da experiência humana, concebendo a História como o espaço da ação do homem no mundo.²⁰¹ O conceito de processo, enquanto medida do tempo humano, é expressão da laicização da História. Os fenômenos não se explicam mais pela determinação divina, e sim pela ação do homem, em um tempo que não se repete, em oposição à ideia dos antigos, para quem o tempo era cíclico. Na perspectiva moderna da História, compreender a política passa primeiramente pela compreensão da História. Compreende-se primeiro o todo e posteriormente o específico, como a Filosofia da História do século XVIII estabelece. Eventos não previsíveis não são tolerados na moderna concepção histórica, estando essa história processual encarregada de produzir uma explicação, um sentido para eles.

Em sua crítica, Hannah Arendt se volta para os gregos, buscando a possibilidade de outras formas de se pensar a História. A História moderna torna-se um sujeito em si, dotada de uma lógica, de uma racionalidade. As ações humanas parecem ganhar significado apenas pela lógica processual da História. Todas as ações humanas, inclusive as políticas, são esvaziadas de relevância. As ações de regimes políticos, como o nazista, seriam explicáveis pelo processo histórico, o que Arendt caracteriza como insuficiente para compreender eventos como a instauração do Regime Nazista. Retornando ao conceito antigo da História, a autora estabelece a inexistência de uma certeza, verdade ou perenidade do modelo atual da História. Os gregos ajudariam a problematizar nosso próprio tempo na busca de alternativas de leituras e de produções sobre a História. Estando a contemporaneidade em sofrimento com esse conceito moderno de História, que retira o sentido e a relevância das ações humanas, esta História processual torna o passado um espelho de determinado presente. No passado, o homem moderno vê a si mesmo, e não produz a diferença. Ele vê em outras sociedades, contemporâneas ou não, uma projeção da sua própria sociedade. O enriquecimento proveniente da troca de informação entre os diferentes é silenciado.²⁰²

²⁰⁰ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. pp. 69-126.

²⁰¹ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

²⁰² O conceito moderno de História não produz nexos significativos com o passado ou o diferente, estando o homem moderno em solidão decorrente desta visão histórica. Uma solidão instaurada na não existência do “outro”. ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

O passado é representado conceitualmente exercendo a hermenêutica sempre associada a determinado tempo, pois que a apropriação do passado se dá no presente. A interpretação do passado carrega as marcas de um tempo, sendo sempre elaborada a posteriori, mas expressada em determinado tempo.

O passado, produzido socialmente, está relacionado às alternâncias sociais e, conseqüentemente, à alteração dos conceitos. Nem todo o futuro, planejado como tal, se tornou um presente.²⁰³ O passado pode comportar diferentes possibilidades de futuro, que são apagadas pela filosofia processual histórica. A versão final dos eventos fica determinada com o futuro determinado já no passado, como se tal futuro fosse a única possibilidade.

Historia magistra vitae, ou, História mestra da vida, é uma sentença que chega até os tempos atuais desde a antiguidade. Parece sugerir que da História se possa extrair ensinamentos, sugerindo repetição, onde o passado apresentaria soluções para o presente, dado a repetição e semelhança de situações e eventos ao longo do tempo. A concepção moderna de história determina uma não repetição do tempo. Passado e presente são tempos distintos, realidades distintas. A modernidade apresenta a ruptura entre estas realidades, se tornando uma oposição à primeira ideia.²⁰⁴

Para Koselleck a formulação da História como mestra está relacionada com categorias como "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", onde a primeira refere-se à ideia de tempo passado, assim como a segunda aponta um futuro. O espaço de experiência é a presença do passado em determinado presente, assim como o horizonte de expectativa é a formulação do futuro em determinado presente. A modernidade é marcada pelo distanciamento entre estas categorias. A percepção no presente é a deste presente como ruptura. Não há mais uma continuidade de tempo plena. Se na Idade Média percebia-se uma continuidade temporal, na Modernidade a tensão criada pela ideia de ruptura esvazia cada vez mais esta continuidade. O homem moderno produzirá outros laços com o passado. O passado não é mais modelo ou exemplo, mas origem, ou seja, uma nova e diferente visão do passado. O tempo está cindido pela modernidade. O estabelecimento da História como disciplina se tornará um novo modo de lidar com o passado.

O moderno conceito de História processual revela uma novidade, ao produzir uma nova possibilidade de leituras do passado, não existente até então. Projetos de futuro que seriam impensáveis até aquele momento passam a integrar as reflexões, quando o passado

²⁰³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Paidós, 1993, p. 41-66.

²⁰⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Paidós, 1993.

deixa de ser exemplo e passa a ser o lugar de diversos tempos e de experiências diversas. O passado passa a explicar o que somos.

A esse espectro se insere ainda o lugar do historiador. O trabalho do historiador se insere no processo de construção do homem moderno, no contexto do século XIX. O historiador produz um sentido para o passado, sobretudo em relação às demandas que se colocam para aquele homem do século XIX. É a apropriação do passado para atender as demandas de um novo tempo, para dar forma a um novo homem, um novo *humanismo*. No *humanismo* renascentista o passado é um modelo a ser copiado. Esse novo *humanismo* vê o passado como um caminho para atender às necessidades do presente e aos projetos de futuro. A verdade histórica, conforme Humboldt²⁰⁵ definia, não está nas fontes. Ela demanda um trabalho daquele que as lê. A ideia da verdade está ligada à tarefa de dar forma à matéria-prima pesquisada. Neste momento é preciso, segundo Humboldt, intuir o que não está revelado.

A Escola dos Annales no início do século XX conjuga ideias sobre uma nova historiografia marcada pela construção de sua própria escrita da História em oposição ao vazio dos “fatos”, contra a pobreza de visão que reduzia o mundo ao jogo entre “grandes homens”, exércitos e povos, elementos pelos quais formam a caracterização da produção historiográfica do século XIX, atestando uma luta por representação desta escrita. É a busca por uma História totalizante. Para isso a História tradicional era incompleta e incompetente. Era preciso saquear as “Disciplinas do Homem” para transformar a História numa reflexão e numa prática afiadas. A “narrativa histórica” (a História romance) é substituída por uma “História Problema”; as Histórias parciais (militar, política), por uma História total, ambição hegeliana e marxista, anterior aos Annales. O historiador Marc Bloch foi um dos principais nomes do movimento. Fernand Braudel apresenta um entendimento novo da História ao

²⁰⁵ Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), filólogo alemão, participante do projeto de criação da Universidade de Berlim, afirmava que o acesso às fontes primárias e a narração dos fatos ali descritos não é suficiente para produzir história. A existência de uma história está diretamente vinculada a um trabalho para produzi-la como tal, sendo esta a função do historiador. O trabalho do historiador é a combinação de duas etapas: documental e interpretativa, trabalho que se insere no processo de construção de um novo humano, sendo realizado no contexto das profundas mudanças que operaram na sociedade europeia a partir da Revolução Industrial. O homem está se tornando mais urbano e sem referências, um indivíduo anônimo, reduzido a uma mera unidade em uma sociedade que ia se industrializando. Ou seja, um homem esmagado pela modernidade. Além disso, Humboldt ressalta para o historiador o sentido de transitoriedade dos fenômenos, eventos ou culturas. Estes têm seu momento próprio, sua duração, implicando em uma ideia de finitude. Como Leopold Von Ranke (1795-1866), Humboldt contraria a filosofia histórica que encadeia os eventos, explicando-os *a priori* e estabelecendo uma ideia de evolução. Ressalta ainda que os fenômenos não se transferem para outra época ou evoluem para outros eventos. Eles são parte de contextos específicos, não passíveis de reprodução no tempo. Eles pertencem ao seu recorte temporal. HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador (1821). Tradução Pedro Spinola Pereira Caldas. **Anima: História, teoria e cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2001, pp.79-89; e RANKE, Leopold von. As grandes potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **Ranke**. São Paulo, Atica, 1979. p. 146-80.

dispor da aliança da História com disciplinas como a economia, antropologia e a geografia na análise da História Mundial.

Um novo passo é iniciado ainda no século XX com o movimento reconhecido como pós-modernismo. A reflexão em História nesta perspectiva se dá na visão do trabalho do historiador como algo produzido através do conhecimento prévio de referências linguísticas. É, também, a recusa a teorias gerais da História, uma crítica às filosofias gerais da disciplina que constroem a História em princípios gerais e universais, produzindo-lhe um sentido.

Hayden White, nos anos 70, inaugura o debate da “virada da linguística”. Em sua tese: ao se debruçarem sobre a história, os historiadores o fazem com referências de linguagem, acionando uma estrutura linguística, tornando o passado significativo. O trabalho do historiador guarda a dimensão da linguagem como condição de produção do conhecimento. Tradicionalmente a linguagem era um meio de expressão de ideias fornecidas pela fontes. Neste novo contexto, a História só adquire sentido através da narrativa.

A visão pós-modernista em História identifica a natureza do trabalho historiográfico a partir da tradução em maior atenção ao sentido do que à conclusão. A produção de uma conclusão sobre determinado tema ou evento não se configura como o mais singular. Está na discussão, ou mesmo na abertura para futuros e constantes debates, a contribuição qualitativa para a produção de conhecimento, se constituindo como cerne da produção historiográfica pós-moderna.²⁰⁶

Maio de 1968 é instituído como o começo no pensar de uma nova ordem de poder, não mais exercido pelas grandes esferas, pelos grandes eventos, mas em uma dimensão microscópica, ou seja, na dimensão de um poder que não se mostrava visível como tal, a saber: o poder da escola, das relações familiares etc. Tratam-se de poderes que se desenvolvem no conjunto da sociedade. A historiografia será marcada por essa nova visão desses agentes históricos.

O tema da cultura ganha centralidade a partir de então. É um outro e novo olhar sobre a cultura, que passa a ser pensada como objeto para estudo das ações humanas. Cultura deixa de ser sinônimo de conjunto de artefatos, configurando-se em um tipo de relação que se constitui, derivando em ações sociais, políticas e etc. O processo de descolonização faz

²⁰⁶ ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 113-135. O autor crê que a historiografia sempre teve algo de pós-moderno. Em História sempre se trabalha com diálogos, interpretações e contraposições sobre determinado tema ou evento. Nós não lidamos com o evento. Nós lidamos com as várias interpretações sobre o evento, que o tornam como tal, ou seja, como evento. Conteúdo de narrativa e forma de narrativa são aspectos inter-relacionáveis. Pensar, por exemplo, a escravidão não é pensá-la como um conteúdo, uma essência. A escravidão se constitui pelas várias formas de narrativa sobre o evento “escravidão”. Essas narrativas constroem esse conteúdo denominado escravidão, que difere do evento em si, já que este está no passado. É a partir dos fragmentos deste evento, encontrado no passado, que se constroem as narrativas.

emergir experiências, que antes estavam encobertas pelo discurso colonizador, tornando o que era construído sob o signo da homogeneidade em algo que se configura como uma miríade de diversidades.

“A História Cultural”, apoiada por Roger Chartier, é uma forma de conceber o trabalho do historiador. Trata-se de uma leitura teórico-filosófica, não mais como uma mera história do pensamento, onde se estudava os grandes nomes de uma dada corrente ou escola, mas enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Uma teoria instigadora de questões, de interrogar a realidade, que toma como base temas do domínio da cultura e salienta o papel das representações. O social deve ser pensado como uma representação. As ideias de representações estão conectadas ao real, estimulando as ações neste real, e não é o conceito de abstração.²⁰⁷

O modelo de uma teoria universal de História tendo a Europa como referencial vem sofrendo questionamentos. Os movimentos de minorias dos anos 60 começaram a problematizar a produção de uma História homogênea e universal. As mulheres, os homossexuais e as minorias étnicas procuraram se configurar como atores históricos com discursos próprios. Além disso, o processo de descolonização e de independência das antigas colônias europeias – com destaque para as colônias europeias na África – abre a perspectiva de uma História não universal. O modelo etnocêntrico europeu é questionado. A Europa deve ser vista como uma história entre tantas outras que começam a serem construídas e a se posicionarem paralelamente umas às outras na construção de suas identidades.

A História, seu processo historiográfico, relacionando-se com a memória, é um dos aspectos fundamentais nas inter-relações entre os conceitos basilares na formação do campo da Preservação. Os monumentos, monumentos históricos, patrimônios e patrimônios históricos, os valores patrimoniais, fundamentais às reflexões e constituições da Preservação, tangenciam a singularidade da História, e assim como as reflexões apresentadas, vêm modificando as formas de compreensão. A Preservação segue reverenciando seu passado, mas compreendendo que o futuro deve constituir-se de elementos antes não apreendidos, valorizando e descortinando novas concepções. Para isso, é no presente em que novas aplicabilidades devem ser propostas, em busca de um campo mais solidificado, de características relevantes ao desenvolvimento humano e social.

O Processo em que a historiografia do século XIX se encaminhou, fundamentando um desenvolvimento maior de subjetividades às práticas humanas, onde o evento em si não é

²⁰⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

mais fundamental, e sim a percepção de um evento, e desta maneira o processo em que ele se funda, influenciou diretamente às percepções sobre o Patrimônio e seu conceito, assim como a Preservação.

O monumento, que se refletia a uma constituição dedicada originalmente à memória viva, pertencente a um processo dedicado diretamente às lembranças para as quais foi construído, perde espaço para o patrimônio histórico, que seguindo o desenvolvimento e compreensão da historiografia moderna, necessita de um processo subjetivo, de maior complexidade, para sua aceção. É necessário um afastamento do bem cultural já que ele se torna patrimônio histórico refletindo memórias construídas e definidas posteriormente, num processo de percepções de valores ali relacionados assim como as histórias correspondentes.

A Preservação refletirá esses novos conceitos e será impulsionada aos novos tratamentos caracterizados pela subjetividade necessária à compreensão de processos históricos, valores patrimoniais e sua significância, em uma constituição complexa entre as práticas preservacionistas e a fundamentação subjetiva das ações e do saber de modo geral. Desta maneira é possível compreender a relevância dos conceitos aqui estudados como fundamentais à concepção da Preservação e de sua formação.

2.5. Palavras que restauram: a reconstrução e o Museu Nacional

A reflexão acerca dos conceitos aqui apresentados demonstra o quanto se relacionam e se desenvolvem em conformidade. O desenvolvimento da noção de patrimônio histórico, por exemplo, se dá em consonância ao desenvolvimento do conceito de história. Assim como o "evento" passará a "existir" em meio ao estabelecimento do processo histórico, dando sentido a ele dentro de um processo, o monumento, em seu caráter memorativo se esvazia de sentido para valorização do patrimônio histórico, aquele que se estabelece como patrimônio *a posteriori*, a partir de um processo de significância dentro da história. É nesse contexto que a Preservação se constitui, refletindo em suas práticas os valores firmados pelo patrimônio, cada vez mais influente em seu aspecto subjetivo.

As considerações sobre o conceito de história demonstram a necessidade de reflexões contínuas sobre as noções da Preservação, alternando à medida que novos pensamentos e novas compreensões de mundo se estabelecem.

O processo de manifestação da funcionalidade do monumento em favorecimento ao monumento histórico caracterizou ainda o estabelecimento de uma relação distinta entre

indivíduos, passado e o bem. O monumento impulsionava o reviver de um passado "mergulhado no tempo". Ao historicizar o monumento é necessário estabelecê-lo a um determinado espaço e tempo do passado, determinando-o integralmente como um objeto do saber histórico. Ou ainda, ao determinar como a obra de arte atinge nosso "desejo de arte", como apresentado por Riegl, o monumento histórico "se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória da história".²⁰⁸

Esses monumentos, encarnados pelos valores que formam suas significações ao viés histórico ou ao artístico (história; história da arte; ancianidade; relativo; de novidade; de uso)²⁰⁹, demandam rigorosamente o trabalho de preservação. A Preservação se volta aos monumentos, que possuem em sua condição a exposição às intempéries da passagem do tempo, além das circunstâncias de destruições planejadas e não intencionais. O monumento histórico, estabelecido em seu lugar no tempo, a partir da normatização que um saber o estabeleceu, terá a Preservação como necessidade impreterível.

A Preservação, em consonância com a Conservação e a Restauração, por meio de seus princípios norteadores, e resultante das relações com o Patrimônio Cultural, é também uma maneira de compreender como as sociedades puderam lidar com o tempo e suas ações, e com a formação da identidade.

A trajetória do estabelecimento dos monumentos históricos se deu pela relação de diversos elementos em relacionamento como a percepção de antiguidades enquanto bens representativos do tempo e de si, o entendimento das antiguidades enquanto arte, a história como instrumento para lidar com a temporalidade, o desenvolvimento de documentos iconográficos, substituindo os testemunhos escritos, e a formação de uma cultura visual ao conhecimento e formação da identidade e da história. A institucionalização do monumento histórico consagra-o, ao colocá-lo, a partir da história, em um lugar definido do passado. Nas alterações da era industrial recai sobre o monumento histórico uma função memorial desconhecida por aquela sociedade, que parece desejar o que vê acometido.

As teorias clássicas da Preservação do século XIX refletem a apropriação que aquele tempo fez sobre o passado, visando estabelecer bases para a origem da história do homem daquele tempo. Os trabalhos de preservação são exemplos dessa relação entre o que a geração presente deseja como sua origem, a maneira pela qual se apropriam do passado e como ambicionam marcar sua atualidade. O patrimônio e sua preservação são importantes

²⁰⁸ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001. p.26

²⁰⁹ Ver "2.3. Valor: essências em evidência".

estratégias para se alcançar o planejamento futuro. O passado se faz como importante medida para as necessidades presentes e para a aspiração sobre o futuro.

As instituições brasileiras, principalmente no contexto pós-colonial se tornaram mecanismos fundamentais para a formação de uma identidade nacional partindo do conhecimento e da construção de uma memória. São espaços importantes à compreensão de processos historiográficos, ao desenvolvimento científico, e às relações estabelecidas na história nacional. Suas criações tinham como proposição a sistematização do conhecimento.²¹⁰

O Museu Nacional, antigo Museu Real, é uma das instituições nacionais em que pode ser observado o potencial institucional para a história e a formação de identidades nacionais, possuidor de um espírito que congrega em si temáticas das mais diferentes áreas a partir das funções que aduna, de sua história institucional e da história que seu edifício sede possui.²¹¹

O Museu Nacional teve no ano de comemoração do Bicentenário sua maior tragédia, televisionada e noticiada pelo mundo, quando um incêndio de grandes proporções causou uma enorme destruição em seu palácio sede, em suas exposições, coleções e áreas de trabalho acadêmico-administrativas, no dia 02 de setembro de 2018. Esta catástrofe colocou a instituição em uma situação completamente inesperada tendo como principal meta sua reconstrução. Enquanto local de memória possuidor de extenso patrimônio, sendo a instituição em si um patrimônio nacional, as reflexões e as práticas preservacionistas se tornaram ainda mais prioritárias e prementes nesta nova fase, tanto ao objetivo de recuperação

²¹⁰ Maria Margareth Lopes (2009) ressalta a significância do estabelecimento de um museu como representação de valores fundamentais aos estados modernos nacionais, como a razão, civilidade e o espírito científico, e Maria Amélia Dantes Dantes (2001) apresenta o lugar das ciências no século XIX brasileiro. O tripé que configura a *operação historiográfica* de Certeau (o lugar, a prática e a escrita) relacionado à memória indica os usos contínuos da escrita da história e do lapidar da memória pelos organismos políticos estatais (1982). A autoridade a qual os governos imperial e republicano ocuparam validou as práticas que cunharam referências à história e à memória, preenchendo e moldando a escrita e o imaginário social. LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 2a Ed. 2009; DANTES, M. A. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001; e CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²¹¹ Estas são algumas das obras que versam sobre as temáticas que transpassam e dedicam-se ao Museu Nacional, como sua significância à produção e difusão das ciências no Brasil, o papel de Dom Pedro II para a construção de uma nacionalidade no Império brasileiro, e o resgate do prédio sede do MN como espaço residencial das monarquias que ali viveram: BIENE, Maria Paula van. **O Paço de São Cristóvão, antigo palácio real e imperial e atual palácio-sede do Museu Nacional/UFRJ**: a definição de uma arquitetura palaciana. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil. Ciência e Educação nos Museus. 1870-1915**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008; LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 2a Ed. 2009; SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

do patrimônio atingido, com seu maior símbolo sendo o Paço de São Cristóvão, assim como o patrimônio não atingido, principalmente coleções que não se encontravam no local.

As dúvidas sobre o quanto seu patrimônio imaterial possa ter saído ileso são reparadas a partir das reflexões preservacionistas, onde se compreende que principalmente o aspecto subjetivo necessita ser analisado, inicialmente por ter em sua história a guarda de parte da história nacional, sendo um espaço memorial singular para o país, concatenando principalmente a história da família Real e Imperial no Brasil, a história das ciências e das instituições científicas no país e a origem e trajetória do campo museal, demandando a reflexão das maneiras a se resgatar este simbolismo independente dos materiais afetados.²¹² Além disso, dentre os preceitos preservacionistas atuais compreende-se que é fundamental repensar os usos do patrimônio, em aproximação às comunidades interessadas, e permitir que a identidade desejada possa se estabelecer considerando um novo momento.

A história do Museu Nacional está marcada por essa catástrofe fazendo parte também de sua memória. Todavia a comunidade do Museu Nacional, formada por seus servidores e alunos, assim como as comunidades locais e globais, que demonstraram em diversas ações, apresentando seu apoio e contribuindo com doações, afirmam o desejo de que a instituição retorne às suas funções de propagadora de conhecimento e espaço de cultura, mas devendo alcançar novo papel no cenário museal brasileiro.

O caso do Museu Nacional é emblemático às discussões aqui travadas, se encontrando no local de resgate memorial e projeções futuras. O Museu Nacional é um patrimônio

²¹² A trajetória do MN perpassa a memória nacional em pontos fulcrais como a instituição que ocupa a antiga sede residencial da Família Real Portuguesa no Brasil colonial, a criação de órgãos na nova capital monárquica inclusive de caráter museológico, a aspiração pela produção de conhecimento. O estabelecimento do governo republicano e o apagamento da memória imperial são questões singulares de nossa história elucidadas na transversalidade de processos que o Museu Nacional encerra. Dantas (2007) em busca de vestígios que representem a residência nos períodos Real e Imperial apresenta o Paço de São Cristóvão como símbolo monárquico maior. Ao resgatar as funções de cômodos do edifício e objetos pertencentes a eles demonstra ainda um universo de referências adormecidas do *habitus* público e privado da corte que habitou o território brasileiro. A revisão da história do Paço de São Cristóvão é um caminho fértil ao resgate da história brasileira em seu período de formação de uma monarquia, inicialmente portuguesa, e brasileira, conforme apresenta Paula van Biele ao identificar a existência de diversas construções ao redor do Paço que sustentavam a dinâmica funcional das atividades monárquicas públicas e privadas. O edifício configura até hoje aspectos que perfazem sua representação real e imperial, tanto por elementos externos como o cenário paisagístico do parque da Quinta da Boa Vista, quanto pelos símbolos do interior encontrados singularmente nas salas históricas. Sobre o estabelecimento do governo monárquico e sua relação com o palácio, José Murilo de Carvalho indica as intenções de substituição de referências simbólicas como estratégia para o êxito na instauração do novo regime, assim como Nicolau Sevcenko elucida pela retirada de insígnias imperiais em espaços do antigo Paço Imperial, edifício do Museu Nacional, simbólico ainda por abrigar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte da primeira constituição republicana durante os anos de 1890 e 1891. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; e SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

cultural, detém diversos tipos de patrimônios como o arquitetônico, paisagístico, artístico e científico, citando de forma geral, debruçou-se continuamente sobre a preservação, inclusive com o planejamento imediato de início de trabalhos de restauração em áreas do edifício no momento da tragédia. É um exemplo que congrega distintos momentos da historiografia e das concepções científicas, demonstrando a diversidade da cultura humana em seu conhecimento. Este momento representa a reflexão sobre os conceitos acerca da instituição, do que ela deseja ser, do que a sociedade gostaria que ela fosse, e o que ela necessita ser. Momentos como esse mantém a porta aberta para revisões e avaliações, reconhecendo os caminhos e caminhos da humanidade. A sociedade deve se reconhecer, também ter a liberdade de repensar e de reinterpretar suas origens e a si mesma.

A preservação possui uma série de temáticas que podem ser especificadas em sua análise. É possível observar nesses casos, com maior detalhamento, como a relação conceitual a qual temos refletido nesta pesquisa se inserem numa prática e ainda em desdobramentos das ações de preservação. Análises específicas também contribuem para a compreensão acerca da complexidade que a preservação se constitui.

Um tema caro é a situação do patrimônio em risco e dos desastres em patrimônio. Ao lidar com situações como essas, novos conceitos relativos ao campo preservacionista são necessários para dar conta da realidade presente. O tema dos desastres em patrimônio, principalmente, surge prioritariamente à reflexão sobre como intervir e pensar no resgate da memória.

Observa-se a necessidade de ampliar os conceitos para lidar na especificidade de casos da preservação. Os desastres em patrimônio exemplificam isso. Não há apenas medidas de conservação ou de restauro a serem propostas.

O conceito de Reconstrução é o primeiro que emerge a partir das experiências de desastres no patrimônio cultural, principalmente nos casos do patrimônio edificado. Esses eventos geralmente finalizam numa destruição, evidenciada em níveis diferentes.

Enquanto uma medida da Preservação, a Reconstrução se refere ao restabelecimento de estruturas que sofreram uma destruição por desastres naturais, acidentes ou mesmo consequência de conflitos armados. A cópia ou duplicação se diferencia por referir-se a um monumento existente. No caso da reconstrução serão evidências da própria matéria, ou registros documentais e gráficos, que basearão as ações. A reconstrução foi objeto de certa descrença e rejeição, principalmente pela orientação determinada de que a história não é reversível. A experiência de reconstruções do século XIX também marcou a compreensão do campo onde as grandes intervenções, caracterizadas como reconstruções, ocasionaram perda

das evidências históricas, principalmente por acabarem propondo reconstruções que continham demolições e nova construção idêntica ao estilo anterior. Sendo muitas vezes o fragmento e as ruínas o que continham os valores e os significados do monumento original.

A Carta de Veneza, por exemplo, não contemplou a reconstrução, indicando a possibilidade de substituições restritas. A avaliação negativa à reconstrução baseia-se na compreensão que o campo tem das experiências do século XIX primordialmente, em que um conjunto de edifícios foi afetado. Observa-se constantemente que a reconstrução equivalha a uma demolição ou mesmo uma reconstrução nos parâmetros do século XIX. Assim como é comum proceder a uma renovação ao invés de reparos, também desenvolvem-se reconstruções com inserções de partes nunca antes existentes que acabam por descaracterizar o monumento. Ressalta-se ainda a comum reconstrução de fachadas com o interior totalmente modificado, e geralmente com apenas um pequeno símbolo como registro da evidência mantido.²¹³

Propostas de reconstrução em alguns casos acabam indicando a desmontagem e remontagem com materiais existentes, o que não contribui para a preservação de monumentos na maior parte dos casos, consumando perdas significativas do monumento. Poucos são os casos em que materiais possam resistir a essas propostas. Outro problema comum é a perda de contexto entre o edifício e alguns elementos simbólicos incorporados. Todavia, a reconstrução pode ser considerada um método da preservação, objetivando o restabelecimento do estado perdido do monumento, a partir de uma reconstrução total ou parcial, utilizando ou não fragmentos existentes. Muitas são as possibilidades de restabelecimento, inclusive de pinturas decorativas, sendo necessária a análise caso a caso, onde se justifique a ação proposta.²¹⁴

Além das diversas considerações técnicas a serem avaliadas para uma possível atuação da Preservação em patrimônio que sofreu um desastre, para além da estrutura e da documentação existente, há o aspecto simbólico que envolve a catástrofe sofrida por um patrimônio. Justificativa singular à reconstrução se encontra na representatividade do bem para a história de uma comunidade ou nação e seu desejo de reconstrução. A reconstrução pode obter importante papel na história de uma comunidade que vive a perda, inclusive sendo legitimada e tornando o patrimônio a ocupar novamente a função que possuía, mesmo que possuindo em grande parte materiais não originais. Também há que se decidir se a

²¹³ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.19

²¹⁴ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.20.

reconstrução representará a catástrofe sofrida, integrando representações à reconstrução. A ela também cabe, em alguns casos, a intervenção visando estados anteriores da edificação, antes da destruição, contudo deve-se atentar aos elementos documentais sobre seu estado, e não incorrer em equívocos pela suposição e falta de informações.

As grandes guerras do século XX se tornaram cenário de diversos exemplos de como lidar com as catástrofes em patrimônio. A compreensão no pós-guerra já apresentava que o patrimônio destruído deveria ser objeto de reconstrução, considerando seu sentido enquanto uma medida vinculada à Preservação do patrimônio. A reconstrução primordialmente deveria partir da justificativa de que os "valores espirituais" e o "desejo de reconhecê-los intelectual e politicamente" bastavam como razões para iniciar a reconstrução.²¹⁵ Muitos são os questionamentos acerca das reconstruções de bens culturais à época em vista da obviedade de não se ter ali a construção original. Todavia observa-se hoje o entendimento de que essas reconstruções são testemunhos do processo vivido no pós-guerra, sendo uma maneira de lidar com as perdas e destruições de grande porte à vida de diversos cidadãos, sendo esta maneira um próprio registro histórico em si. O que Petzet nos traz é que a experiência do pós-guerra não fala de uma época específica, já que posteriormente também se procedeu à reconstrução. Esta experiência da humanidade fala que, juntamente aos aspectos da preservação que devem ser considerados, a reconstrução dialoga principalmente com a "motivação que está por trás da vontade de reconstruir, marcando a consciência da perda" independente da idade do monumento e da época de reconstrução.²¹⁶

But the preservationist who, as a sort of lawyer for the historic heritage in a world that is changing as never before, tries to preserve at least a certain degree of continuity by saving historical evidence must be conscious of all the authentic values of a monument, including a "display" value that may be purely aesthetically motivated or the often neglected "feeling" value that perhaps tends toward reconstructions of a particular form or situation. In conjunction with the deep-felt human concern that arises over rebuilding after catastrophes, there is also always the additional issue of the perceptible presence of the past at the monument site, an issue that involves more than extant or lost historic fabric.²¹⁷

A realocação é outro conceito que integra em grande parte casos de destruição do patrimônio. Consiste em realocar um monumento diante de sua não preservação a longo prazo

²¹⁵ Declarations of Dresden on the "Reconstructions of Monuments Destroyed by War, de 1982, do ICOMOS.

²¹⁶ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.21.

²¹⁷ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.21

no local de origem, e não podendo ser preservado de outra maneira. Esta medida, apesar de não ser comum, pode ocorrer considerando a possibilidade precisa de desmantelamento e reconstrução dos materiais originais, e a colocação em paisagem similar ao local originalmente habitado. As mais comuns ações são às construções em madeira, que permitem este movimento de demolição e reconstrução de maneira mais adequada.²¹⁸

Outra importante medida da Preservação, que contempla também o patrimônio em caso de desastre é a Reabilitação, também compreendida como modernização. O conceito de reabilitação acaba por ser de extrema relevância no âmbito da reconstrução já que algumas possibilidades são abertas neste contexto. Reabilitação é composta por medidas que estão para além das orientações da Preservação, por exemplo, não priorizando os materiais originais. Usualmente está mais aproximada ao planejamento de revitalização, ampliando bastante as operações no monumento. Contemplam às necessidades da reabilitação orientações técnicas atuais, como de segurança, e muitas vezes relativas à alteração de função do monumento.

A reabilitação geralmente abrange medidas de modernização que ultrapassam os limites do reparo orientado pela Preservação. Todavia os princípios da preservação permanecem como norteadores primeiros, mesmo que em muitas propostas necessitem ser seguidos parcialmente. Desta maneira, mais uma vez, a análise aprofundada do caso é necessária, visando a menor perda possível de matéria original, por exemplo, e o planejamento mais vantajoso à preservação. As medidas práticas da reabilitação podem necessitar da remoção de paredes, sistemas estruturais mais adequados e sua correção, dutos melhor posicionados, assim como é reconhecida pela instalação de sistemas de segurança, rotas de fuga, e acessibilidade.

Durante uma reconstrução poderão ser consideradas medidas de reabilitação pelo monumento estabelecer uma nova função ou mesmo pela necessidade de adequação de novas normativas num cenário de grande intervenção.

O Museu Nacional, sediado no Paço de São Cristóvão, após o desastre sofrido em virtude do incêndio de grandes proporções é um patrimônio destruído em uma catástrofe e com grande potencial de reconstrução. Seguidamente ao evento, a instituição e demais organismos iniciaram debates acerca das possibilidades de ações em busca de sua reconstrução, desejada por todos comprometidos com a valorização da memória, da história e do patrimônio nacional.

²¹⁸ PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004, p.22.

Os primeiros passos foram unir o planejamento institucional, adequando-o à situação presente, e as diretrizes do órgão fiscalizador, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). O Paço, à época um espaço que congregava as atividades museológicas, educativas, administrativas, científicas, acadêmicas e de guarda de coleções, estaria a partir daquele momento sendo preparado para uma nova situação, planejada em anos anteriores, mas com expectativas de um prazo mais longo para conclusão, onde todas as áreas da edificação seriam destinadas para as exposições e atividades de apoio. O primeiro consenso formado foi de que ali seria o espaço do Museu Nacional em sua plenitude tão almejada, três pavimentos de exposições, contemplando longa e curta duração, com circuitos expositivos interligados e representativos das atividades e conhecimentos desenvolvidos na instituição, assim como representante de sua história e singularidade ao país.

A definição de sua função foi um primeiro passo para o estabelecimento de orientações que pudessem direcionar o planejamento futuro. O IPHAN emitiu o ofício 629/2019 apresentando "premissas e critérios para intervenção no edifício do Museu Nacional".²¹⁹ O documento contempla, em uma avaliação geral, o Parque da Quinta da Boa Vista, o Paço de São Cristóvão, o acervo arqueológico e coleções e bens tombados.²²⁰

Do que trata sobre o parque da Quinta da Boa Vista, o IPHAN Ressalta a articulação entre o Museu Nacional e o parque como referenciais às ações de preservação dos bens culturais. Além disso, informa a necessidade de preservação dos Jardins, pátio/Jardim de

²¹⁹ Ofício N° 629/2019/GAB PRESI-IPHAN, de 17/05/2019:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QAsycAUP_w9XMN4wqP4Jewb-vOtDEtZ_oaMEPTFrjmGCsfMfNqs7shRd3yEKrtw9eNU1FgczykSlm47YaZ5mRj.

²²⁰ A primeira ação desenvolvida e acompanhada pelo IPHAN foi o desenvolvimento de um termo de referência para contratação das obras emergenciais imediatamente após o incêndio. No dia 03 de setembro de 2018 as equipes técnicas do Museu Nacional, do Escritório Técnico da UFRJ, e representantes do IPHAN se reuniram para definir o que iria compor a contratação, enquanto a Reitoria da UFRJ e a Direção do Museu Nacional se reuniam com os Ministros da Educação e da Cultura, acompanhados da Presidência do IPHAN, buscando garantir os primeiros recursos para essa contratação, o que se efetivou logo em seguida. O IPHAN emitiu nota técnica sobre o avaliando a proposta de contratação desenvolvida onde constavam principalmente às necessidades de 1. Diagnósticos e projetos: a) Diagnóstico e relatório do estado de conservação do edifício; b) Elaboração de projeto de cobertura provisória; c) Elaboração de projeto de escoramento. 2. Proteção e escoramento: a) Instalação de cobertura provisória; b) Instalação de andaimes; c) Escoramento; d) Fechamento de vãos; e) Colocação de cobertura de lona anti-chamas; 3. Instalações: a) Energia elétrica; b) Água; c) SPDA – Sistema de proteção de descargas atmosféricas; 4. Retirada dos escombros e triagem: a) Retirada do escombros; b) Triagem do acervo; c) Retirada de entulho; A nota ressalta ainda a necessidade de comunicação acerca dos responsáveis pelo acompanhamento arqueológico e a retirada de acervo.

NOTA TÉCNICA n° 176/2018/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ, de 11/09/2018:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDSzXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzPfcLxAe69g2zK9JtZZmZw_ZhGuWG7qqmdhT03VcubJMD1lIP9nuuikjvHtZmCIceVWBhFv9S-sLmBnXjHZUxT1.

honra e Jardim das princesas, assim como a restauração da área do Horto Botânico do Museu Nacional e a proibição de novas edificações na localidade.

Sobre o Paço de São Cristóvão, edifício sede do Museu Nacional, o Instituto ressalta o desenvolvimento do projeto de "intervenção e adaptação", considerando também o conceito museográfico. O documento afirma que "novas intervenções serão aceitas", sendo necessária a justificativa para as medidas intervencionistas, assim como declaram priorizar as intervenções que "agregue valor ao Edifício". Esclarece que a volumetria do prédio deverá ser restabelecida, como as fachadas restauradas, esquadrias externas reproduzidas ou restauradas, dependendo do caso.

Considerando a portaria 420/2010 do IPHAN, sobre as autorizações para intervenção em bens edificados tombados e suas áreas de entorno, intervenção se constitui de qualquer alteração do estado físico, da situação de visibilidade e/ou ambiência inclusive de seu entorno, definindo como possíveis intervenções a reforma simplificada, reforma/nova construção, restauração, colocação de equipamento publicitário ou sinalização e instalações provisórias. Dessa maneira, alguns dos conceitos presentes nas premissas encaminhadas não possuem definição objetiva, como o termo "adaptação" que caracteriza o projeto a ser desenvolvido para reconstrução do Paço de São Cristóvão. Assim como pela definição de intervenção presente na portaria 420/2010, toda intervenção é nova, pois efetuando-se alterações sempre estará presente o uso de materiais não originais. A definição de "agregar valor", no contexto da apreciação das intervenções propostas também não é bem definida sobre o ponto de vista da forma de avaliação a qual os valores envolvidos serão objeto.

O documento ressalta também a importância de dois blocos, 01 e 02, caracterizados por um maior número de elementos decorativos, registrando a singularidade no trabalho de consolidação e de restauração dessas áreas e seus elementos, assim como a compreensão de que elementos arquitetônicos que necessitem ser retirados devem ser integrados ao acervo do edifício. O documento registra também que o IPHAN compreende nos blocos 3 e 4 a possibilidade de "maior intervenção interna", pelo menor valor histórico e estético das áreas, solicita a consideração pela área da antiga Capela e arco Cruzeiro, a restauração da escada do pátio principal, e a possibilidade de coberturas nos pátios existentes.

As premissas apresentadas pelo IPHAN em seu documento não apresentam um desenvolvimento conceitual acerca das intervenções. O documento nomeia como projeto de "restauração e de adaptação" do Paço de São Cristóvão e trata constantemente com as ideias de intervenção a toda e qualquer ação. O documento é sucinto visando encaminhar diretrizes simplificadas sobre a compreensão do Instituto acerca do que deve orientar as ações no

âmbito arquitetônico ao bem tombado. Os conceitos definidos na portaria não parecem contemplar casos como o do Museu Nacional, de extrema complexidade nas relações entre restauração, preservação, conservação e reconstrução, assim como as premissas e critérios não desenvolvem uma reflexão conceitual sobre as propostas de projetos a serem desenvolvidos.

O processo de desenvolvimento da preservação do Museu Nacional, em sua especificidade de um patrimônio a ser reconstruído, representa a necessária reflexão e definição entre os conceitos utilizados visando um amplo planejamento de propostas a serem avaliadas e projetos a serem implementados, onde a compreensão para o diálogo entre instituições, assim como a comunicação com a sociedade é indispensável. Desta maneira, a referência que os termos do campo da Preservação possuem auxilia o estabelecimento das práticas preservacionistas possibilitando o sucesso dos empreendimentos de grande complexidade.

3. CONCEITOS A CONSOLIDAR:

agentes e documentos da Preservação

A Preservação caminhou por um período de importantes alterações em seu *modus operandi* durante o século XX, como observado pela ampliação dos laboratórios de conservação e respectivos equipamentos tecnológicos, assim como o desenvolvimento de legislações sobre o tema.

O período abrigou ainda a práxis dos conselhos internacionais e seus produtos, como as cartas patrimoniais, tornando-se *habitus* do campo preservacionista e patrimonial a formação de órgãos de representação global, ou mesmo a inclusão da temática nas entidades existentes. As cartas patrimoniais são documentos elaborados e aprovados por um colegiado representativo. Elas definem diretrizes para ações de preservação e comunicação de bens patrimoniais, e se destinam a fundamentar a elaboração de legislação pertinente ao tratamento desses bens.

Seguindo pelas primeiras décadas do novo milênio, a diversidade de cenários sobre a área é considerável e garantida pela desigualdade das nações. Outrossim, as práticas da Preservação, claramente datadas e construídas numa esfera sociocultural definida, europeia e anglo-saxã, alcançou, mesmo que ainda de maneira limitada, a recepção de princípios menos excludentes, como concebida no documento da Conferência de Nara.²²¹

Serão contemplados nesta análise agentes e produtos destinados às ações da Preservação. A percepção do campo de representações e de práticas preservacionistas permitirá a apreciação da lógica sociocultural forjada por atores, suas ações, produções e recepções das mesmas, num anseio de visualizar a Preservação em sua circunstância atual. O panorama da história da Preservação, enfatizado nas tradições europeias, será a porta de entrada para a compreensão dos modos e fazeres da área. As experiências do restauro e da conservação, principalmente no campo arquitetônico, unidas aos debates conceituais e ao estabelecimento de normas no âmbito legal, trazem a perspectiva da tradição que se amplia e também se modifica em culturas diversas pelo caminhar do campo da Preservação. A tradição de práticas e de representações marcará o início da análise.

²²¹ A Conferência de Nara, oficialmente nomeada Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, ocorreu entre os dias 1 e 6 de novembro de 1994 no Japão, e estabeleceu o "**Documento de Nara sobre autenticidade**". O documento pode ser encontrado na versão original em <https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>, e em português acessando <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>.

As instituições, enquanto agentes formadores do campo, e os produtos, representação das atividades, serão ressaltados como exemplos fundamentais à compreensão do *habitus* que marca o campo. As organizações internacionais serão a porta de entrada para a percepção das condições mais significativas em termos locais da área. Considerando as práticas de órgãos internacionais dedicados à preservação e conservação é importante identificar suas trajetórias e formações que refletem diretamente os trabalhos preservacionistas. As práticas estabelecidas por esses pautaram a relevância do tema a nível mundial.

As cartas patrimoniais, como produtos, representações das atividades da Preservação, trazem uma importante concepção dos momentos e do desenvolvimento da área. Seus discursos projetam recepções e delineam políticas. São frutíferos aos debates conceituais e expõem a diversidade e também a unidade a que se pode chegar. Essa análise se propõe a configurar fundamentos para a apreensão de uma imagem consolidada que a Preservação manifesta, ao mesmo tempo que desvela caminhos e estimula a busca essencial de seus significados.

3.1. Preservação e Patrimônio Cultural institucionalizado

As instituições são espaços importantes à compreensão de processos historiográficos, em particular ao desenvolvimento sociocultural. Olhar a trajetória da Preservação partindo do viés institucional possibilita elucidar a gênese e o desenvolvimento das práticas preservacionistas e conservativas em instituições e também as relações estabelecidas entre as histórias regionais, locais e nacionais, pela criação de órgãos que propunham sistematizar as concepções e práticas preservacionistas.

A compreensão acerca da Preservação dada pelos conceitos inicialmente analisados tem como singular substância a concepção da constituição da Preservação do Patrimônio, partindo dos discursos formados pelas organizações que se dedicaram e se dedicam ao patrimônio e a sua conservação, forjando, por suas atividades e produtos, o campo que se estabelece.

O estabelecimento dos espaços institucionais apresentam, por meio de suas histórias, as políticas governamentais em voga. Os elementos pertencentes às trajetórias de organizações e institutos representam formas em que a origem de diretivas preservacionistas apareceram, seguindo para a efetiva emergência de políticas de preservação e sua relação com os governos vigentes.

A gênese dos discursos preservacionistas, relativa às propostas institucionais, corrobora ao entendimento da Preservação como campo fundamental de articulação entre a Memória, a História e a construção de uma identidade nacional.

3.1.1. Organizações Internacionais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO) é destinada a colaborar para a construção da paz e da segurança promovendo a cooperação internacional entre nações nas esferas da educação, da ciência e da cultura. Como uma agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU ou Nações Unidas (*United Nation - UN*)²²² foi criada em 1945. Teve seus antecedentes na organização de alguns países que buscaram a reconstrução de seus sistemas educacionais formando a Conferência dos Ministros Aliados da Educação (*Conference of Allied Ministers of Education - CAME*) iniciada em 1942, com a representação de Ministros de 08 países.

As atividades e tarefas desenvolvidas nos encontros posteriores resultaram na Conferência das Nações Unidas para o Estabelecimento de uma Organização Educacional e Cultural (*United Nations Conference for the Establishment of an Educational and Cultural Organization - ECO/CONF*), realizada na cidade de Londres em 1945. Com a representação de 42 países, no último dia do evento foi assinada a constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e instituída uma comissão preparatória. A primeira sessão da Conferência Geral da UNESCO é realizada um ano depois em Paris.²²³

O tema educação foi o propulsor inicial para a instituição, a cultura foi observada como área importante a partir dos debates travados, e a ciência ingressa pelas ações de

²²² O termo *United Nations* se referia ao grupo de países que assinara a Declaração das Nações Unidas em 1º de janeiro de 1942. In: UN. **Yearbook of United Nations 1946-47**. Department of public information, United Nation Publications: Lake success, New York, 1947. Acesso em: <https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?bookpage=1&volume=1946-47>.

²²³ Também reconhecida como antecessora da UNESCO está a agência executiva do Comitê Internacional da Cooperação Intelectual, um dos comitês da Liga das Nações. O Instituto Internacional da Cooperação Intelectual (*International Institute of Intellectual Cooperation - IICI*) se baseou em Paris entre 1925 e 1946. A Secretaria Internacional de Educação (*International Bureau of Education - IBE*), também reconhecida como predecessora da Organização, se estabeleceu na cidade de Genebra em 1925 sendo incorporada à estrutura da UNESCO em 1969. In: VALDERRAMA, F. **A History of UNESCO**. Unesco: Paris, 1995.

interessados em relacionar os temas, ao final garantindo as três áreas no nome da organização.²²⁴ O princípio da constituição relata

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:

Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;

(...)

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas;

As concepções de ideias, reflexões subjetivas, são marcadas como provocação à importância da intelectualidade para a história da humanidade, inclusive nos momentos de guerra. Serão essas também fundamentais para a garantia paz.

O reconhecimento das histórias, das práticas e das culturas dos diferentes povos se torna fundamental ao esvaziamento de uma ignorância da diversidade humana, fazendo parte dos primeiros passos para o desenvolvimento de um mundo mais justo e mais digno. A cultura e a educação são tomadas como áreas centrais ao esforço de idealização entre nações em busca das melhores relações, sendo sua difusão um "dever sagrado", compreendidas assim como pilares do desenvolvimento da humanidade.

A criação da UNESCO se estabelece na busca da formalização e do reconhecimento das reflexões, no campo das ideias, visando a práticas e ações que garantam a liberdade, a justiça e a paz entre os povos. No âmbito cultural, desenvolveu-se relevante atuação, em especial nas questões acerca do patrimônio e sua proteção. A instalação de comitês, a instauração de institutos, a elaboração de textos doutrinários e o desenvolvimento de programas especiais para apoio de políticas públicas foram simbólicos na área.

A relação do Brasil com a Organização ocorreu imediatamente em seu princípio, sendo país membro da UNESCO desde 04 de novembro de 1946. É um dos 21 países que atualmente compõem o comitê do patrimônio mundial da UNESCO. Mandato que transcorre desde 2017 e seguirá até o ano de 2021.

Os comitês da UNESCO possuem membros compostos pelos estados-membros e também por órgãos consultivos. No caso do comitê do patrimônio Mundial, ao qual a temática

²²⁴ O bombardeio atômico das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki encerra a relevância do tema da ciência na atualidade, inclusive ao lado de tópicos fundamentais da humanidade, educação e cultura, ressaltando a necessidade em conectar a ciência e suas descobertas com as implicações sociais.

deste trabalho tem principal interlocução, os órgãos consultivos, nomeados em Convenção, são o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council of Monuments and Sites* - ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* - ICCROM) e a União Internacional para Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature* - IUCN). O ICOMOS tem como principal função apoiar a avaliação das propostas de inscrição na lista do patrimônio Mundial da UNESCO.²²⁵

A área do Patrimônio é uma das mais conhecidas acerca da atuação da UNESCO. A Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, marca a importante trajetória da Organização enquanto protagonista pela proteção do Patrimônio. O Centro do Patrimônio Mundial foi criado em 1992 para ser ponto focal das ações na esfera patrimonial.

A Convenção do Patrimônio Mundial trata da preservação do patrimônio cultural e da conservação da natureza,²²⁶ aproximando o conceito de patrimônio natural ao de patrimônio cultural, assim como a própria maneira em que o humano se relaciona com a natureza. A concepção do Patrimônio Mundial garantiu a potencialidade da Organização perante a salvaguarda de bens, e perante o campo da Preservação e do Patrimônio, a necessidade de reflexões que alcançassem para além das culturas tradicionais europeias e do hemisfério norte.

Conceber um patrimônio mundial é apreender distintas maneiras de compreender um patrimônio cultural. Mesmo que a Lista do Patrimônio Mundial, criada a partir da Convenção, acabe por representar uma hegemonia acerca dos valores patrimoniais, as ideias que são alavancadas na perspectiva da ampliação de conceitos sobre o patrimônio e sua preservação possuem relevante missão sentida nos anos posteriores. A Convenção concebe também o valor universal excepcional, ao estabelecer elementos que definem possibilidades deste valor, relacionando o tema a alguns pontos levantados por Alois Riegl²²⁷. A concepção efetua um cruzamento entre valores classificados por algumas áreas transversalmente a elementos da cultura humana e de fenômenos da natureza.²²⁸

O Comitê do Patrimônio Mundial²²⁹ é responsável pela implementação da Convenção, responsável pelas aplicações do Fundo do Patrimônio Mundial, com a palavra final acerca das

²²⁵ <http://whc.unesco.org/en/advisorybodies/>

²²⁶ No campo da biodiversidade conceitos como conservação e preservação ganham outros contornos.

²²⁷ Alois Riegl, conforme apresentado em 2.3, já apresentava a importância de valores relativos à história tanto para obras de arte quanto para monumentos e outras produções.

²²⁸ Ver "2.3. Valor: essências em evidência".

²²⁹ O início dos trabalhos ocorre em 1977. In: DROIT, Roger-Pol. **Humanity in the making: Overview of the intellectual history of UNESCO 1945-2005**. Paris: Unesco. 2005.

submissões para a inscrição na Lista. Atua ainda como responsável pelo acompanhamento do estado dos patrimônios inscritos, e com a atribuição da decisão sobre o ingresso ou retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

A instauração da UNESCO em fins dos anos 1940 se dá a partir primordialmente da vertente da educação. As primeiras ações propostas se encontravam ao estado de pós-guerra, onde, além do suporte ao princípio essencial da ONU, de estabelecer e assegurar a paz para o progresso humano das nações, estabeleceu-se como primeiras ações a reconstituição dos sistemas educativos, culturais e científicos dos países atingidos pela guerra. O campo museológico é tratado por sua perspectiva da educação em museus, estando reconhecido na orientação ao apoio de profissionais da educação.²³⁰

Em 1948 buscou-se aplicar as frentes e as recomendações estabelecidas na Conferência Geral. Registrou-se o princípio da publicação *Museum*, nas línguas inglesa e francesa. Abrindo um item em sua pauta de temas, a 3ª Conferência Geral, realizada em 1948 em Beirute, apresentou o tema Atividades Culturais, onde declarou aprovada a continuidade da revista *Museum*. Também foi proposto o planejamento para uma exposição itinerante organizada pela UNESCO, onde os estados-membros participariam ativamente do desenvolvimento de seu catálogo, desenvolvendo a cooperação, e aprovou-se a necessidade de apoio do Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums - ICOM*) para a formação de um comitê de profissionais para apoiar os países nos trabalhos de preservação de antiguidades e sítios históricos.

O projeto para a preservação de monumentos e sítios permanece em desenvolvimento nos anos seguintes, considerando o fomento para a conservação e restauração, assim como estabelecendo conceitos fundamentais a seus objetivos como a noção de patrimônio cultural da humanidade, que será posteriormente definida em detalhes e ocupará papel primordial nos textos doutrinários.²³¹

Desde a V Conferência Geral realizada entre maio e junho de 1950 em Florença, temas e ações fundamentais ao âmbito patrimonial e museológico emergem nas propostas, como a relação com o ICOM enquanto importante campo de ações vinculadas à Organização

²³⁰ A 2ª Conferência Geral da UNESCO, realizada no México no final de 1947, tem como ponto ações para promover os temas da educação, cultura e ciência nos planos de reconstituição dos países devastados pela guerra. Dentre estas ações estavam: "the adoption of measures for duty-free entry of the necessary educational materials; assistance to teachers, librarians and museum professionals in the solution of educational problems arising from war, and special attention to war-handicapped children; the dissemination, at meetings and in youth camps, of ideas conducive to international understanding;".In: VALDERRAMA, F. A **History of UNESCO**. Paris: Unesco, 1995. p.41.

²³¹ VALDERRAMA, F. A **History of UNESCO**. Paris: Unesco, 1995. p.56.

no âmbito cultural, inclusive com a vinculação junto ao programa da Organização, a proposta de elaboração de uma convenção para a proteção de monumentos e bens culturais em caso de conflito armado é um dos temas apontados no quesito relativo às atividades culturais, e a instituição de um comitê internacional dedicado à preservação de monumentos e bens culturais, e mais a frente, em 1955, a criação de um centro internacional de estudos dedicados aos trabalhos técnicos da conservação e restauro.²³²

A dedicação para com ações diretamente envolvidas à preservação do patrimônio esteve presente desde o início de suas atividades. A elaboração de textos normativos, aprovados pelos membros, foram os registros principais no começo da atuação. A Convenção que trata da proteção em casos de conflito armado, "*International Convention on the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict*", adotada em 1954,²³³ as Recomendações para os casos de escavação arqueológica, "*Recommendations of the General Conference to Member States on international principles applicable to archaeological excavations*", em 1956, e para a proteção de paisagens e sítios, "*Safeguarding the beauty and character of landscapes and sites*", em 1962, assim como a Recomendação de proteção de bens culturais em casos de obras públicas e privadas (*Recommendation on the preservation of cultural property endangered by public and private works*) também em 62, marcaram a papel ativo da organização nas políticas normativas da salvaguarda do patrimônio.

O evento do terremoto em Cusco, atingindo a antiga cidade Inca e a capital da Colônia Espanhola no Peru em 1950, foi cenário para a primeira participação da UNESCO na ação de socorro em patrimônio em risco devido ao acontecimento de desastres em um dos países membros. Uma equipe foi enviada para apoiar o planejamento da reconstrução proporcionando o estabelecimento do programa de socorro da organização. O programa para apoiar treinamentos, para a concessão de bolsas e para a aquisição de materiais, se tornou um dos programas regulares da UNESCO.²³⁴ Em seguida, o evento de reconstrução de monumentos da Núbia, Egito e Sudão, ao longo de diversos anos foram singulares para marcar o papel da Organização nos trabalhos de reconstrução do patrimônio, com a mobilização de arrecadação de fundos e a participação no processo de reconstrução e

²³² VALDERRAMA, F. **A History of UNESCO**. Paris: Unesco, 1995, pp.71-116.

²³³ A Conferência Internacional para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado foi realizada na cidade de Haia em maio de 1954, onde firmou-se a Convenção, sendo o Vaticano o primeiro Estado a submeter pedido de inscrição de monumento no registro de bens. In: *Ibidem*, 1995. p. 98.

²³⁴ DROIT, Roger-Pol. **Humanity in the making: Overview of the intellectual history of UNESCO 1945-2005**. Paris: Unesco. 2005, p.131.

conservação, aos poucos disseminado em outras experiências, como nas ações das cidades de Florença e Veneza, na Itália, após as enchentes de 1966.²³⁵

Temáticas relativas ao Patrimônio e sua preservação figuraram nos debates e atividades da UNESCO desde o princípio de sua atuação. Nas conferências gerais, assim como nas publicações de acompanhamento, observa-se a importância do tema registrado na documentação oficial, além do desenvolvimento que alcança. A proteção e a conservação de antiguidades, monumentos e sítios, como inicialmente apresentada, logo abarcaram a salvaguarda de paisagens e entornos.

Os temas em referência a museus também circularam junto ao Patrimônio, como o indicativo para uma recomendação, visando a potencialização de museus mais acessíveis a todos, assim como a promoção de museus e seu papel educativo e científico. Também foi crescente a relação entre a preservação do patrimônio e o turismo, considerado fundamental o desenvolvimento das áreas em conjunto. Tema da apropriação ilícita de bens culturais e o esforço para o retorno às suas origens por vezes foi clamado. Nos anos 80 importantes iniciativas para a preservação do patrimônio imaterial foram tomadas, marcando o tema como primordial ao campo do patrimônio e a sua preservação, objetivando o desenvolvimento cultural por meio de inventários e a disseminação de seus métodos.

Dentre os empreendimentos da UNESCO no âmbito do Patrimônio Cultural, cabe destacar o estabelecimento do Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property - ICCROM*). É responsável por promover conhecimentos, ferramentas, habilidades e o desenvolvimento para a preservação do patrimônio cultural em benefício da população aos Estados membros da UNESCO. As ações do ICCROM abarcam os aspectos da sustentabilidade do desenvolvimento ambiental e social.

Durante a IX Conferência Geral da UNESCO, de 1956, em Nova Delhi, é criado o Centro Internacional de Estudos para Preservação e Restauração dos Bens Culturais, com sede na cidade de Roma, voltando o apoio às ações de preservação ao patrimônio, devendo apoiar-se no suporte de institutos especializados da cidade e suas redondezas como o *Istituto Centrale del Restauro (ICR)*. Seu funcionamento é iniciado em 1958 com a ajuda do governo

²³⁵ VALDERRAMA, F. **A History of UNESCO**. Paris: Unesco, 1995; e RIBEIRO, Cecilia. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.03, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

italiano e recursos financeiros da UNESCO, até 1961, e dos 50 Estados-membros beneficiados pela fundação.²³⁶

A necessidade de reconstrução de monumentos e patrimônios após as destruições causadas pelos combates da Segunda Guerra Mundial colocaram os estudos técnicos acerca dessas ações como demanda prioritária. O centro de caráter intergovernamental atuou desde seu início na formação de uma rede de profissionais especializados acompanhando as missões internacionais para a preservação e reconstrução do patrimônio cultural.

Grande parte de sua atuação se deu nos cursos de formação profissional e especializada, objetivando a disseminação dos princípios da conservação e o conhecimento das metodologias e técnicas de cada tipologia. Tornou-se um apoio fundamental à UNESCO, principalmente nas primeiras campanhas internacionais para conservação e restauração, garantindo o conhecimento científico das técnicas mais modernas na área. Enquanto órgão consultivo do Comitê do Patrimônio Mundial foi responsável principalmente pelo acompanhamento dos bens inscritos na lista, efetuando missões periciais, formação profissional em conservação e coordenando equipes de especialistas. As ações de formação ampliaram-se para além das áreas com patrimônios inscritos para abarcar todos os países membro da Convenção de 1972.²³⁷ O ICCROM formou ainda um importante centro documental e biblioteca fundamentais aos estudos para a área.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council on Monuments and Sites - ICOMOS*) foi fundado em 1965 como uma organização não governamental, internacional, para a reunião de profissionais e instituições dedicados à preservação de edifícios, conjuntos arquitetônicos e grandes áreas de interesse arquitetônico, arqueológico e histórico. Tem como principal objetivo a promoção das metodologias e das técnicas para a preservação do patrimônio edificado.

Durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, na Itália, foi criado o Conselho, assim como a

²³⁶ Debates sobre a criação de uma organização exclusivamente dedicada aos monumentos históricos ocorreram inicialmente nos espaços de atuação já estabelecidos como a Conferência Geral do ICOM em 1948. A proposição foi encaminhada à UNESCO e passando por reformulações até a proposta do centro internacional visando a manutenção e difusão do conhecimento para a proteção do patrimônio, considerando os avanços científicos estabelecidos. In: JOKILEHTO, Jukka. ICCROM's First Fifty Years. **Museum international**, vol. LXI (61), nº 3 / 243. UNESCO: 2009. p. 26.

Cesare Brandi, um dos responsáveis pelo planejamento do *Istituto Centrale del Restauro* (ICR), teve importante papel na articulação desta da criação do ICCROM. O Historiador da arte, e teórico da Conservação, desejava disseminar o conhecimento e práticas da conservação visando a normatização das ações. In: VAROLI-PIAZZA, R. ICCROM and Italy. **Museum international**, vol. LXI(61), nº 3 / 243. UNESCO: 2009. p. 36-42.

²³⁷ JOKILEHTO, Jukka. Papel del ICCROM en el Patrimonio Mundial. **Revista del patrimonio mundial**, 63, 2012, pp. 80-81.

adoção da Carta de Veneza,²³⁸ simbolizando a atuação do ICOMOS na associação de profissionais para diálogos e permuta de ideias: na organização e na difusão de políticas, metodologias e técnicas de preservação; na cooperação internacional, principalmente na formação de centros documentais especializados na preservação e conservação; na atuação para a elaboração de convenções de alcance internacional para a preservação do patrimônio arquitetônico e histórico. A criação de um conselho dedicado ao campo da preservação de monumentos e sítios históricos já havia transcorrido como demanda da UNESCO, com base em outras organizações não-governamentais como o ICOM.²³⁹

O cenário do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela extrema destruição de cidades, lidar com a reconstrução de áreas urbanas. restauração do patrimônio e da identidade dos países foi prioridade. A instauração de uma organização dedicada exclusivamente a lidar com os monumentos e sítios históricos se tornou a principal viabilidade para se priorizar efetivas ações, com o estudo e com o direcionamento das metodologias e técnicas, assim como as políticas públicas.

A primeira Assembleia Geral do ICOMOS foi realizada na Polônia, em 1965, buscando primordialmente a formulação dos princípios do estatuto e o estabelecimento dos comitês nacionais. A reconstrução da cidade de Varsóvia se fez presente durante o evento, com visitas às áreas e uma sessão de filme. O local para sede foi escolhido, e proposta a criação de 05 comitês especializados em Conservação e Restauração, treinamento de arquitetos e qualificação profissional, doutrina, legislação, administração e documentação, uso e restauração de monumentos, complexos históricos e os sítios.

A II Assembleia Geral teve lugar na cidade de Oxford, no Reino Unido, com a temática sobre o valor do turismo para a preservação dos monumentos e sítios. O evento marcou a necessidade urgente de incluir o patrimônio arquitetônico e histórico no planejamento do dia-a-dia das cidades, a curto e longo prazo, garantindo os esforços possíveis a uma normatização internacional à demanda.

A Terceira Assembleia em 1972 na Hungria teve como tema a arquitetura moderna nos conjuntos e monumentos históricos buscando debater propostas teóricas e práticas para a unidade estética entre o novo e o moderno. O tema garantiu a possibilidade de ratificar o tratamento da Preservação enquanto um interesse pela humanidade e pela vida, aproximando a compatibilidade entre a arquitetura antiga e moderna, e reafirmando o compromisso com o

²³⁸ Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

²³⁹ Em 1965 é realizado a Primeira Assembleia Geral do ICOMOS na cidade de Cracóvia, na Polônia. In: ICOMOS. ICOMOS, a quarter of a century, achievements and future prospects. **9th General Assembly and International Symposium**. Lausanne, Switzerland, October 6th - 11th. 1990.

desenvolvimento da humanidade. Miklós Horler, durante sua apresentação, afirmou que o único propósito da preservação do patrimônio é a busca por preenchê-lo de vida, demonstrando que o fundamento conceitual da área tinha como prerrogativa básica a identidade e a significância do bem cultural com a sociedade, justificando-se apenas por meio desta consideração.

Preencher um monumento de vida é dar sentido a sua existência no cotidiano sociocultural de uma comunidade. Diversas contribuições ao debate foram apresentadas a partir de experiências. Os esforços a uma resolução previram a formatação de orientações para um desenvolvimento urbanístico ordenado com a consideração do valor do patrimônio edificado e sua preservação.²⁴⁰

A 4ª Assembleia ocorre na Alemanha, na cidade histórica de Rothenburg, sobre o tema das pequenas cidades históricas. A cidade foi justificativa para importantes debates acerca da relação entre os monumentos e seus usos no contexto do planejamento urbano dessas cidades, que possuem problemas específicos, como o caso do celeiro construído no século XVII revitalizado para abrigar a Assembleia Geral, medida utilizada em situações posteriores similares. Diversas palestras tiveram espaço para a exposição das perspectivas acerca das pequenas cidades históricas dos países presentes, em sua larga maioria europeus, com muitos exemplos de que os novos usos aos monumentos foram fundamentais à preservação das pequenas cidades.

Seguidamente, as assembleias apontam para novos temas como aqueles que tangenciam questões dos países do hemisfério sul, como os resultados de sistemas coloniais ao patrimônio cultural e o impacto dos estudos técnico-científicos da conservação para os países em desenvolvimento.

Ressalta-se a temática da identidade cultural, tema da 7ª Assembleia Geral de 1984, na Alemanha, onde refletiu-se sobre a importância da preservação do patrimônio em especial nos continentes asiático, africano, e na América latina, como justificativa para ações específicas e para o desenvolvimento social dessas regiões, assim como a influência da conservação do patrimônio para a identidade cultural. A significância artística e histórica dos monumentos é um poderoso e insubstituível componente do desenvolvimento humano que produz relações fundamentais com a nação.

O respeito das identidades culturais de outros grupos e da relação do patrimônio como colonialismo foram questões que direcionaram a reflexão. A atenção aos casos apreendidos

²⁴⁰ ICOMOS. Thirty Years of ICOMOS. *Scientific Journal*. 1995.

nos continentes não europeus e norte-americanos foi solicitada, com o reforço para que a transferência de métodos europeus fosse desencorajada, buscando maior independência cultural das regiões.

A 9ª Assembleia de 1990 na Suíça foi marcada por uma intenção de ultrapassar o eurocentrismo histórico da constituição do ICOMOS, tendo realizado a Assembleia Geral seguinte no Sri Lanka, em 1993, primeira vez no continente asiático.²⁴¹

Ações como o desenvolvimento dos ambientes urbanos e rurais, a industrialização, a poluição e os desastres naturais também ganham espaço como processos de deterioração que devem ser objeto dos estudos e técnicas da preservação. Os conhecimentos científico e tecnológicos são notados como fundamentais no processo da conservação do patrimônio. As Assembleias Gerais do ICOMOS demonstram a constituição, amplitude e reconhecimento que o conselho atingiu ao longo de seus anos de atuação.²⁴²

Com sede de sua secretaria internacional na cidade de Paris, o ICOMOS possui seu funcionamento caracterizado pelos comitês nacionais e internacionais²⁴³. Possui em sua sede um Centro de Documentação Internacional de conservação e restauração do patrimônio arquitetônico. O Centro faz parte de uma rede entre UNESCO, ICOM e ICOMOS. A base de dados em uso, ICOMMOS, está vinculada ao computador central da UNESCO, e pode ser acessada em terminais localizados em distintos centros. Desde 1986 o ICOMOS faz parte da *Conservation Information Network* (CIN), criada pelo Instituto Getty de Conservação. A base de dados BCIN, gerenciada pelo Instituto Canadense de Conservação (*Canadian Conservation Institute*) é alimentado com informações de diversos institutos como o ICCROM e o ICOM²⁴⁴.

A fundação do ICOMOS se deu pela necessidade da existência do instituto como um fundamental parceiro da UNESCO na elaboração e implementação de políticas internacionais de preservação do patrimônio cultural arquitetônico, arqueológico e histórico. Como órgão consultivo do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO possui o dever de participar das sessões, apoiando o Comitê de maneira objetiva e precisa considerando aspectos científicos de sua atividade. Ao se dedicar estritamente à conservação de monumentos e sítios, pautando debates, propondo políticas, e ratificando metodologias e seus princípios, o ICOMOS se torna

²⁴¹ ICOMOS. Thirty Years of ICOMOS. *Scientific Journal*. 1995.

²⁴² ICOMOS. Thirty Years of ICOMOS. *Scientific Journal*. 1995.

²⁴³ O Conselho foi iniciado com 25 Comitês Nacionais, chegando em 83 Nacionais e 25 Internacionais no ano de 1995, trinta anos de criação. In: *Ibidem*, p.13.

²⁴⁴ <https://www.icomos.org/en/about-the-centre/documentation-centre-s-history>

organização de valor ao campo da Preservação, estabelecendo importante organização do órgão e produção vasta na área, como as cartas patrimoniais.

3.1.2. Instituição nacional para o patrimônio

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a principal instituição do país de proposição, regulamentação e fiscalização da preservação do patrimônio cultural a nível nacional. A história da Preservação no Brasil possui cenas singulares esboçadas em colaboração ao Instituto criado em 1937.²⁴⁵ Antes do estabelecimento de um instituto estatal, houve experiências registradas em órgãos específicos geralmente ligados a funções museológicas.

Criado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), configurou um êxito às ações do Estado Novo, ao delimitar o prelúdio da noção de patrimônio nacional compondo o esforço de constituição do Estado e da nação, exemplificando as relações entre governos e o desenvolvimento da gênese da Preservação.²⁴⁶

A proteção às belezas naturais, aos objetos de interesse histórico, aos monumentos históricos e artísticos do país é responsabilidade do poder público conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1934. Refletia-se ainda a responsabilidade no impedimento a possíveis evasões de obras de arte. As constituições seguintes permaneceram neste caminho desde então ratificando a noção de patrimônio que figura entre os direitos e os deveres dos cidadãos brasileiros e do Estado.²⁴⁷

O Decreto/Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio nacional, é a primeira norma deste caráter no país, fundando também o principal órgão de proteção ao patrimônio. Antes de seu estabelecimento ocorrem algumas situações específicas, como, ao final da década de 1920, leis nos estados de Pernambuco e da Bahia que criam inspetorias estaduais de monumentos, assim como foram apresentados projetos na Câmara dos Deputados para o estabelecimento de normativas à proteção do patrimônio nacional, desde a organização da defesa do patrimônio até o combate à evasão de obras dos limites

²⁴⁵ Desde de 1936 alguns órgãos foram criados, de maneira experimental, na estrutura do então Ministério da Educação e Saúde (MES). A institucionalização dos órgãos experimentais ocorre com a Lei nº 378 de 10 de janeiro de 1937, que estabelece uma reforma ministerial. Dentre eles o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN é criado. In: CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009. p. 122.

²⁴⁶ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

²⁴⁷ BRASIL. Constituição Federal.

geográficos nacionais. O estado de Minas Gerais também se mobilizou à época, criando uma comissão visando coibir a destruição de patrimônios pertencentes a cidades mineiras. A missão acaba por conquistar efetividade nas questões ao estabelecer a cidade histórica de Ouro Preto Monumento Nacional por meio do Decreto 22.928, de 1927.²⁴⁸

É neste terreno que o SPHAN é criado, em um formato mais promissor e com importantes missões definidas. A Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934 e ligada ao Museu Histórico Nacional, foi desativada em vista da nova Secretaria, em 1937. O projeto, inicialmente traçado por Mário de Andrade (1893-1945), acaba se delineando no decreto/lei 25, quase que completamente de autoria de Rodrigo Mello Franco (1898-1969), definindo a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, e principalmente, propondo uma política à recuperação da cultura e da história nacional.²⁴⁹

O SPHAN teve como principal atividade, inicialmente, a catalogação do patrimônio histórico, primordialmente o patrimônio edificado, visando o futuro tombamento. O Decreto/Lei 25, que instaura o tombamento, inclui um elemento social na questão do direito à propriedade privada ou estabelecer limites a ele nos casos do patrimônio. A função social acabara sendo alicerçada na Constituição de 1934, sendo o Decreto/Lei um complemento neste aspecto.

O Decreto nº 25 cria os Livros do Tombo, onde os registros de tombamentos seriam feitos. Dividindo-se em Histórico, das Belas Artes, das Artes Aplicadas e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, esses livros representam a instituição do tombamento. Fundamentando a tutela do Estado sobre o patrimônio e sua preservação, o estabelecimento do tombamento foi a principal medida preservacionista na qual o Estado encerra o poder de decisão, e por meio do qual constrói a memória nacional.²⁵⁰

O Decreto/Lei 25 formaliza a noção de patrimônio nacional e justificativa a sua preservação

Artigo 1o - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por se acharem vinculados a fatos memoráveis da

²⁴⁸ As Leis 2.031 e 2.032, de 08 de agosto de 1927, e a Lei 1.918, de 24 de agosto de 1928, criam a inspetorias na Bahia e em Pernambuco. E por meio de um ato do Governo Federal, pela instituição de Ouro Preto à Monumento Nacional, firma-se a materialização do processo de reconhecimento do patrimônio nacional tornando-se um marco. In: MIRANDA Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 3.

²⁴⁹ FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009, p. 95-97.

²⁵⁰ FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. (...)

§ 2o - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.²⁵¹

Em seu primeiro artigo, importantes conceitos se relacionam como patrimônio, conservação, história e valor, apresentando desenvolvimento singular na proposição que compreende, vinculando a preservação do patrimônio, a seu valor excepcional e à história nacional. Integraram-se ainda os monumentos naturais, que farão parte da Convenção de 1972 da UNESCO, unindo os elementos culturais aos naturais para um complexo patrimonial. A excepcionalidade do valor do patrimônio marca importante presença que será também ressaltada na Convenção. Questões que podem indicar a participação e a atualização dos debates internacionais nos projetos do país, ou mesmo a vanguarda no estabelecimento de legislação, abrangendo não apenas monumentos, edificações e obras de artes, geralmente tipologias comuns. A noção abrangente do decreto possibilitou a inclusão de localidades como as cidades históricas, questões não presentes em outros países.²⁵²

O artigo 18, que destaca a atuação sobre áreas circunvizinhas do bem cultural, traz questão pouco debatida naquele momento, e que acaba por se desenvolver posteriormente, nos anos 70, quando se desenvolve a singularidade do entorno do bem tombado.

A instituição do SPHAN, criando uma prática cotidiana para a proteção do patrimônio, foi permeada pelo ideário nacionalista dos intelectuais da época, principalmente em diálogo com o movimento modernista da década de 20 do século XX.²⁵³ Os anos 1970 e 1980 foram momentos de alterações na noção de patrimônio, efetivamente sentidas a partir da década seguinte, primordialmente pela chegada do patrimônio imaterial compondo a abrangência da concepção patrimonial. A escalada do patrimônio imaterial ou intangível, contemplando tradições populares em locais ou representações, culmina na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial adotada em 2003 na Assembleia Geral da UNESCO.

²⁵¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

²⁵² CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009. pp.54-55.

²⁵³ A secretaria (SPHAN) teve sua nomenclatura modificada para Diretoria (DPHAN), em 1946, com um regimento interno de forma que os cargos técnicos foram sendo ocupados com a figura dos representantes que, em sua maioria, eram do movimento modernista. A partir de 1970, passa a ser denominado Instituto (IPHAN). Sobre o assunto, ver: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

No Brasil o estabelecimento de uma política de proteção ao patrimônio imaterial ocorre no mesmo período. A Constituição Federal de 1988 contempla a proteção ao patrimônio cultural imaterial,²⁵⁴ contudo é o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, singular neste campo ao instruir o registro de bens culturais de natureza imaterial e incluí-los como patrimônio cultural brasileiro. Foram criados também livros de registro, notadamente para as áreas dos Saberes, das Celebrações, das Fontes de Expressões, e dos Lugares, que abarcam patrimônios para a continuidade histórica e singulares à memória e à formação da identidade brasileira, permitindo que associações civis apresentem o interesse pelo registro. O Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial do IPHAN é responsável pelas avaliações das propostas de integração aos registros de patrimônio imaterial. O Instituto acaba por ampliar suas ações ao receber as atribuições para garantia da identificação e da promoção do patrimônio em sua dimensão intangível, dando o suporte ao desenvolvimento das políticas públicas que se alargam neste campo.²⁵⁵

Ações políticas do período de criação do SPHAN nas décadas de 30 e 40 do século XX estabeleciam fortes relações entre intelectuais e o Estado que culminaram também no esforço para constituição da nação, da identidade social e do nacionalismo. O processo que vem se desenvolvendo ao longo dos séculos passados, na busca pela formação dos Estados nacionais modernos, mostra um tipo próprio de integração para a sociedade. As sociedades estatais europeias do século XVIII originam este desenvolvimento que culminará nos Estados Nacionais, em que um novo modelo de relações entre os grupos sociais e entre governantes e governados é estabelecido.²⁵⁶

O processo de construção da nação se dá inclusive pela constituição de uma memória histórica, visando fundamentar uma existência pretérita e imagens desta origem que culminam na nação atual. A história ganha papel preponderante na constituição deste sentido, legitimando a nacionalidade formada por elementos internos a garantir aos Estados nacionais modernos seu reconhecimento. Distintas são as práticas sociais que compõem essa construção, podendo a preservação do patrimônio ser entendida como uma delas.

²⁵⁴ O artigo 216 afirma que patrimônio cultural brasileiro é formado por "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

²⁵⁵ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009, p.57.

²⁵⁶ Elias ressalta os fatores que estabelecem a existência da nação a partir da interdependência de funções entre as localidades e os grupos sociais onde, considerando a hierarquia e autoridades existentes se tornam suficientes para que todos os entes envolvidos não desconsiderem inteiramente o que os outros desejam e pensam. In: ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

As primeiras ações do SPHAN, apesar de não representarem a totalidade do território brasileiro, se estabeleceram, em boa parte, em áreas isoladas de regiões no sul, no sudeste e no nordeste do país, integrando práticas e informações. Conhecendo as construções do Brasil o SPHAN auxiliou a edificação de uma ideia de nação.²⁵⁷

O desenvolvimento institucionalizado da preservação do patrimônio no Brasil ocorre primordialmente em três frentes de representações práticas, que permanecem pautando as ações atuais:

"a identificação (...) do patrimônio nacional e sua consequente proteção mediante a aplicação do instituto do tombamento (...); o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional e sua divulgação, que resultaram na inauguração de um campo específico de estudos e numa série de publicações; e a sua conservação e restauração, concretizadas nas inúmeras obras realizadas nos bens tombados."²⁵⁸

O estatuto do tombamento foi fundamental desde o início das atividades do SPHAN, contudo os instrumentos para a prática preservacionista a nível nacional acabam se mantendo neste tradicional artifício. O tombamento é a mais relevante prática na política de preservação do Brasil. Os critérios para valoração e justificativa das escolhas de tombamento foram criados e recriados, apresentando processos de transição nesta prática. Durante os anos 70 e 80 se observou certa abertura da instituição para a abrangência dos bens culturais, todavia os critérios para o tombamento mantiveram uma modelagem anterior, mas coexistiram perspectivas distintas - inclusive, dentro da própria instituição. Apesar da reflexão acerca da representatividade do instrumento de tombamento, enquanto central nas políticas de preservação do patrimônio, a sociedade brasileira aos poucos foi concebendo esse também como o principal instrumento de preservação, visão refletida nos pedidos submetidos ao instituto por interesse civil.²⁵⁹

O IPHAN possui hoje 27 superintendências distribuídas entre os Estados brasileiros e o Distrito Federal, além de Escritórios Técnicos, em sua maioria localizados em conjuntos urbanos tombados, como as cidades históricas, e unidades especiais, como o Sítio Burle Marx. O Instituto permanece com suas ações de registro, inventário e tombamento do patrimônio nacional e dos bens culturais, assim como é responsável pela preservação e monitoramento

²⁵⁷ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009. pp.61.

²⁵⁸ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009. pp.56

²⁵⁹ FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e da Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, ambas da UNESCO.

O IPHAN construiu uma importante base para as medidas preservacionista regulando ações aos bens tombados. Assim como os organismos internacionais, continuamente desenvolveu o campo do Patrimônio e da Preservação por meio das atividades em seus espaços de atuação.

O IPHAN é um órgão de Estado caracterizado por um modelo de trabalho. Desde fins dos anos 1930 vem constituindo o campo da Preservação no Brasil. Seu contexto de criação e formação foi permeado pelo desejo de construção de uma nacionalidade brasileira, baseada em uma memória que representasse a identidade nacional desejada.

A criação da UNESCO se dá no cenário de pós-Segunda Guerra Mundial, momento de traumas principalmente às sociedades consideradas de maior desenvolvimento, especialmente o aspecto socioeconômico. Buscando a reconstrução dessa sociedade, às organizações internacionais foram fundadas, e a UNESCO é criada para se dedicar aos temas da educação, da ciência e da cultura. O Patrimônio desponta nesta trajetória como um tema de extrema relevância à organização, que vem buscando atuações para a proteção do Patrimônio Cultural numa perspectiva Mundial, legitimando a noção de que por meio dessas atividades é possível o desenvolvimento social.

As instituições apresentadas representam agentes do campo da Preservação, que intervém e disputam o espaço de autoridade na área. Esses agentes mantêm práticas e produtos, que podem ser compreendidos como representações do campo que constituem. As cartas patrimoniais serão analisadas a seguir enquanto representações das práticas e disputas existentes no campo da Preservação e do Patrimônio. Como já analisado anteriormente, as áreas mantêm relações contínuas com o desenvolvimento da história e da memória social. Desta maneira, as cartas patrimoniais são objeto relevante para a compreensão da trajetória de formação do campo da Preservação, a partir da análise de sua construção e das relações conceituais que estabelece às práticas da área.

3.2 Consolidando conceitos e princípios: cartas patrimoniais

O interesse em investigar os principais conceitos que tangenciam o campo da Preservação do Patrimônio Cultural tem como figura simbólica o grupo de documentos estabelecidos como cartas patrimoniais. Esses documentos permitem um acompanhamento de

um produto característico do campo, logo representam o *habitus*²⁶⁰ construído nessas práticas, assim como falam das questões que influenciam diretamente as políticas patrimoniais no tempo e no espaço. Se caracterizando pela construção de textos as cartas patrimoniais falam também sobre uma disputa pelas palavras, pelo significado e pelo valor que possuem.

Esses escritos são amplamente conhecidos no campo das pesquisas patrimoniais e compreendem documentos ou instrumentos que podem ser nomeados como cartas, documento, declarações, recomendações, resoluções, convenções e etc. Possuem em primeira instância caráter "indicativo" e/ou "prescritivo", relativo à origem internacional que os documentos detêm.²⁶¹ A carta patrimonial notadamente conhecida como a primeira deste gênero documental no campo é a Carta de Atenas,²⁶² de 1931.²⁶³ Apesar das distinções pelas quais os documentos foram se caracterizando ao longo do século, a Carta de Atenas apresenta aspectos que serão mantidos no desenvolver do campo patrimonial. A Carta de Atenas é produzida por uma organização composta por representantes profissionais de uma área e

²⁶⁰ ELIAS, Norbet. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994; e BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, M. Gostos de Classe e estilos de vida. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**. n. 5, 1976. Ver notas 13 e 17 da Introdução.

²⁶¹ Beatriz Kühl define as cartas patrimoniais como documentos a serem utilizados pelos profissionais da área da preservação, caracterizados pela apresentação de indicações e prescrições, isto é, indicações do que naquele momento e para aquelas pessoas se estabelece como a melhor possibilidade de ação. Há grande possibilidade de influenciarem documentos normativos, já que deverão ser constituídas normas mais precisas para o estabelecimento de ações que considerem as especificidades locais, o que não é o caso de grande parte das cartas patrimoniais adotadas para reconhecimento por diversas nações. KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista. São Paulo**. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010. p. 289.

²⁶² Carta adotada no 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Atenas, Grécia, em 1931, organizado pelo Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

²⁶³ O Manifesto SPAB de 1877 e a Recomendação de Madrid de 1904 foram documentos desenvolvidos antes da Carta de Atenas e apresentam debates sobre o campo preservacionista em formação. O Manifesto da SPAB, Society for the Protection of Ancient Buildings (Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos), publicado em 1877, se caracterizou por um documento autoral representativo de uma ideia sobre as ações preservacionistas. A Sociedade inglesa é fundada por William Morris (1834-96) no momento em que as ideias contra ações de "restauração" eram divulgadas por intelectuais como John Ruskin, conhecidas como *Anti-Scrape Movement*. O próprio cenário demonstrava um novo entendimento acerca das construções pelo desenvolvimento capitalista, como ressalta Bressan Pinheiro (2004). O século XIX apresenta as possibilidades de destruição dos edifícios históricos, também encarados como mercadoria e não mais detentores do simbolismo anterior. O estabelecimento do distanciamento entre as etapas de produção e o trabalhador tornou, para Morris, a arquitetura esvaziada de identidade para esse trabalhador. Diante da notícia da restauração da Abadia de Tewkesbury o Manifesto é publicado declarando direta e objetivamente a contrariedade às ações de restauração. O Manifesto se distingue dos documentos patrimoniais analisados por seu caráter panfletário apesar de ser documento antecessor de diversos debates emergentes nos espaços de construção das futuras cartas patrimoniais. A Recomendação de Madrid de 1904 é apresentada pelo website do *The Getty Conservation Institute* como um segundo documento, considerando a ordem cronológica, na lista de *Cultural Heritage Policy Documents*. O documento é um relatório do 6º Congresso Internacional de Arquitetos que, apesar de apresentar recomendações a respeito da preservação de edifícios históricos, é documento elaborado pelo Secretário do *Royal Institute of British Architects*, W. J. Locke, e publicado na Revista do instituto. http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/research_resources/charters/charter01.html. Acesso em: 05 de maio de 2019. In: PINHEIRO, M. L. B. William Morris e a SPAB. **Rotunda**. nº 3. Campinas:CPAB. 2004.

promulgada em um evento. Após o término da Segunda Grande Guerra, observa-se a produção contínua de documentos de caráter similar.

Juntamente à adoção das cartas, desenvolve-se também o trabalho de organismos internacionais. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como da UNESCO, sua aliada no campo da Educação, da Saúde e da Cultura, promove os procedimentos estabelecidos que abarcam o reconhecimento e o desenvolvimento dos instrumentos para o Patrimônio, mas não somente, pois também solidificam essa atuação, assim como a existência de um conjunto de cartas patrimoniais.²⁶⁴

A UNESCO e o ICOMOS são responsáveis pelas principais cartas do Campo Patrimonial no que tange a sua perspectiva preservacionista. Conforme a normatização da UNESCO,²⁶⁵ com a intenção de apresentar orientações e diretrizes universais, mais ou menos específicas sobre um determinado tema, os documentos se desenvolvem a partir de bases conceituais de documentos anteriores, e representam uma uniformidade de pensamento que um determinado grupo consegue estabelecer, na busca por certa reunião de ideias e de propostas. Geralmente se desenvolvem em um ambiente de evento, onde participam representantes de países e de organizações, com o objetivo de dialogar sobre alguns temas. O tema do evento interage tanto com o tempo e quanto com o espaço de realização. Assim, as cartas acabam por externar também esses aspectos. A Constituição da UNESCO cita, como parte do dever da conferência geral, apenas os procedimentos para adoção de Convenções e Recomendações.²⁶⁶

As **Convenções**²⁶⁷ podem ser submetidas à adoção, aceitação, assim como ratificação dos Estados-Membros, que também definirão que tipo de responsabilidade terão por essa

²⁶⁴ É fundamental compreender a distinção de documentos existentes no conjunto compreendido como Cartas Patrimoniais. Algumas diferenciações estão esclarecidas pelos regulamentos que organizações possuem, elucidando as finalidades que seus documentos possuem. Por outro lado, o próprio contexto de criação, período, local, organização, entre outros, demonstram as diferenças que precisam ser consideradas para plena compreensão do documento. Kühl também descreve estas diferenças. In: KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. jul.- dez. 2010. pp. 287-320.

²⁶⁵ Pode ser encontrado no website:

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1. Acessado em: 06 de fevereiro de 2019. A UNESCO possui regulamento interno destinado aos procedimentos de recomendações e convenções adotadas pela organização, In: UNESCO. **Basic texts**. Paris: Unesco, 2018. (Capítulo "*Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*")

²⁶⁶ Apesar da não citação cartas e declarações também costumam ser emitidas. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1.

²⁶⁷ São chamadas de Convenções internacionais. In: UNESCO. **Basic texts**. Paris: Unesco, 2018. (Capítulo "*Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*")

convenção. A adoção ocorre em Conferência Geral da UNESCO. Há regulação para a produção destes documentos e sua aprovação. O documento pode ser indicado à formatação de Recomendação.²⁶⁸

As **Recomendações** se caracterizam primordialmente por não seguirem a uma possível ratificação, isto é, os Estados-Membros são convidados a seguir as normas e as diretrizes apresentadas em uma recomendação, considerando a viabilidade legal em cada país. Questão que não caracteriza menor responsabilidade para com a recomendação. Diferente da convenção, a recomendação passa por uma adoção a partir do voto de maioria simples, na busca por influenciar o desenvolvimento da legislação dos países, que devem ter conhecimento dos documentos adotados. Tanto recomendações como convenções, mesmo que ratificadas e adotadas sem o voto de países, não colocam os não votantes fora da responsabilidade. Conforme a Constituição da UNESCO prevê, todo Estado-Membro tem de dar conhecimento da integralidade das Recomendações e Convenções internacionais adotadas nas Conferências Gerais da UNESCO às autoridades competentes do país que representa, independentemente da viabilidade de estabelecimento das normas ali previstas.²⁶⁹

A **Declaração** não consta da Constituição e regulamentação interna da UNESCO, contudo a primeira declaração vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a “Declaração dos Direitos Humanos”, já esclarecia qual papel uma Declaração possui para a prática das organizações internacionais. Questionado sobre a titulação do documento, o comitê responsável esclareceu que declarações são documentos mais formais, utilizados para assuntos que se considere uma importância longa, caracterizados por uma maior formalidade do que outros como a recomendação. Conforme a UNESCO esclarece, declarações e recomendações se caracterizam de forma similar, sendo a declaração apresentada por um dos organismos vinculados à ONU. Contudo, já que não há ratificação pelos Estados-Membros, a declaração não é instrumento vinculado aos países. O poder político de uma declaração se estabelece sobre os outros instrumentos devido a seu caráter

²⁶⁸ Os textos submetidos são avaliados primeiramente em termos legais e técnicos, para posteriormente avaliar a viabilidade de apresentação na conferência geral. O diretor-geral é responsável pela produção de um relatório primário e convida os estados-membros a apresentar comentários sobre o texto. O relatório final, também desenvolvido pelo diretor-geral, é encaminhado à conferência geral, sendo ainda possível o entendimento de formação de comitê governamental *expert* para sua avaliação. In: UNESCO. **Basic texts**. Paris: Unesco, 2018. (Capítulo "*Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*").

²⁶⁹ Artigo VIII e IV da Constituição da UNESCO.

solene se tornando um documento de adoção pela via do reconhecimento da singularidade do tema.²⁷⁰

O ICOMOS desenvolveu muitas cartas a respeito do patrimônio e sua preservação. Elevando a importância desta tipologia documental ao campo esclarece em seu regimento, com detalhes, os distintos instrumentos que utilizam. Enquanto a UNESCO apresenta o grupo de documentos como instrumentos legais, ICOMOS caracteriza como “cartas e textos doutrinários”. As cartas são adotadas pela Assembleia Geral. Esse conselho superior também resolve sobre a aceitação de declarações e de cartas adotadas pelos comitês nacionais do ICOMOS.

Nas Regras para Procedimentos²⁷¹ do ICOMOS os textos doutrinários têm como função formatar ideias estabelecidas como base para as ações e para as políticas da Preservação. Os textos doutrinários do ICOMOS estão compreendidos em **Cartas, Princípios, Diretrizes e Documentos**. Os documentos se diferenciam a partir dos aspectos de abrangência do assunto, responsabilidade para adoção, tamanho, estrutura, objetivo, abrangência de atualização, e importância, sendo a **Carta** o texto de maior relevância para a organização.²⁷²

As **Cartas** são as únicas que apresentam como possível assunto o Patrimônio e a Conservação como uma disciplina. Sua adoção somente ocorre na Assembleia Geral. Sua formação deve se dar por meio de uma estrutura formal de texto com introdução, objetivos, normas e métodos, e se diferencia principalmente por ser o documento onde é possível ter como objetivo práticas e políticas do Patrimônio e da Conservação de forma não específica. Sendo documento de maior relevância, a Carta não possibilita alterações em seu conteúdo sem que seja feita uma nova Carta.²⁷³

Princípios e Diretrizes seguem praticamente as mesmas orientações. Devem ter como objeto tipos ou atividades de patrimônio e da conservação. Podem ser adotados também pelo

²⁷⁰ http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1.

²⁷¹ ICOMOS. **Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites**. 2017. Disponível: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2018/Rules_of_Procedure/ICOMOS_Règlementintérierur_EN_20171212_final.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

²⁷² O detalhamento dos tipos de documentos e aspectos que os diferenciam é disposto na tabela de características dos textos doutrinários do ICOMOS Internacional, divulgado nas regras e procedimentos da organização. Princípios e Diretrizes possuem o mesmo nível de importância sendo Documentos os de menor relevância. As características que diferenciam os documentos são: *Subject covered; adopted by; length; structure; aim; ongoing relevance; hierachy / importance*.

Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites. 2017. Disponível: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2018/Rules_of_Procedure/ICOMOS_Règlementintérierur_EN_20171212_final.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

²⁷³ Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites. 2017. Disponível: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2018/Rules_of_Procedure/ICOMOS_Règlementintérierur_EN_20171212_final.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

comitê científico internacional e nas reuniões regionais. Os princípios costumam ter até 6 páginas, sendo as diretrizes de maior liberdade. A principal distinção está no objetivo, onde aos princípios se estabelece texto que formule fundamentos para práticas e políticas de tipos específicos de patrimônio ou de atividades que se relacionam à Conservação e ao patrimônio. Já as diretrizes devem ser apresentadas em textos de caráter operacional, apresentando iniciativas de cartas, detalhando informações relativas a elas, estabelecendo as boas práticas e as informações sobre implementação das mesmas. Apenas os Princípios necessitam de um novo nome caso sejam revisados. Porém, tanto Princípios quanto Diretrizes permanecem não podendo ser alterados caso constem nomes de lugares. Os dois tipos de documentos se situam com o mesmo grau de importância seguidamente às cartas.²⁷⁴

Os **documentos** são tipos textuais de menor relevância para os procedimentos do ICOMOS, o que os permite desenvolver outros assuntos e numa estrutura e metodologia diferenciada. Podem ter como objeto tanto tipos específicos de patrimônio e de atividades da conservação, assim como boas práticas e questões relevantes ao tema. Seguem o mesmo tipo de adoção dos documentos anteriores sendo flexível em sua construção e na estrutura textual, considerando suas necessidades. Seu objetivo deve ser especificado no texto, que tem características informativas, notas explanatórias e ilustrativas, além de apresentar boas práticas no tema. Também seguem a normativa de não ter alterações caso o nome de lugares sejam citados no texto, mas possibilitam alterações, atualizações e substituições.

Os procedimentos para adoção de um novo texto doutrinal do ICOMOS levam em consideração avaliação por Comitê Consultivo e Diretoria. É avaliada a pertinência ao tema e se o texto segue as características básicas para enquadramento em um dos tipos de textos doutriniais. O desenvolvimento do texto deve ser informado aos Comitês Nacionais e Internacionais, assim como aos membros, e deve ser produzido também em outros idiomas ao mesmo tempo. O rascunho do texto, comentários e revisão são compartilhados entre os Comitês e membros do ICOMOS. Para seu encaminhamento à Assembleia Geral o texto deverá ser objeto de debate no Comitê Consultivo e na Diretoria da organização por pelo menos um ano. O Comitê Consultivo deverá apresentar uma recomendação e a Diretoria fará aprovação para possível encaminhamento à Assembleia geral com antecedência de 6 meses de sua realização para adoção, e quatro meses antes para os comitês internacionais, nacionais e

²⁷⁴ Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites. 2017. Disponível: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2018/Rules_of_Procedure/ICOMOS_Règlementintérier_EN_20171212_final.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

membros. A versão final de um texto doutrinal deve ser elaborada nas línguas francesa, inglesa, e espanhola, podendo ser indicado a elaboração em outras línguas.²⁷⁵

Neste estudo temos considerado a importante atuação para o patrimônio mundial e para o campo da Preservação de outros órgãos como o ICOM. Apesar do ICOM ser parceiro formal da UNESCO, ocupando papel consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU, e apoiar o desenvolvimento de atividades e documentações, o campo museal possui ampla gama de assuntos e temáticas patrimoniais, não se detém unicamente acerca da Preservação. A Preservação é uma de suas funções primordiais. O órgão não possui documentação semelhante às observadas pelas organizações anteriormente citadas, no que tange às questões patrimoniais. Neste momento, os documentos desenvolvidos não serão matéria desta análise. Cabe ressaltar que o ICOM possui comitês internacionais que vêm atuando e desenvolvendo ações importantes e documentações de interesse desta pesquisa, como é o caso do ICOM-CC.

O ICCROM, importante organismo de ação sobre preservação, também é um dos órgãos que tem atuado e produzido resultados relevantes para avaliação e para a compreensão do tema da pesquisa. Por seu caráter de centro intergovernamental o mesmo não contribui com o desenvolvimento de documentações que compunham o grupo de cartas patrimoniais.

As cartas patrimoniais são constituídas por 04 aspectos significativos: a itemização de seus pontos; a referência a outros documentos; a definição de termos; e a apresentação de recomendações. Esses aspectos representam a intenção de constituição de documentos objetivos, que possam considerar a diversidade de culturas, tanto como guia para seus usos como para aprovação de seu texto. A própria questão dos idiomas que deve abarcar, a partir da tradução, também confirma esta objetividade. Diante disso, os documentos tendem a ser apresentados seguindo também um caminho como a denominação, que apresenta o contexto de criação, local, data e espaço de desenvolvimento, com o entendimento da “autoria/aprovação”; depois pela introdução que itemiza as referências. Geralmente apresentam termos como "considerando que", além de documentos anteriores e atividades desenvolvidas no próprio evento; parte-se para as recomendações, que podem ser iniciadas pelas definições de palavras, e posterior desenvolvimento do tema.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), instituição responsável pela proteção ao patrimônio brasileiro, é o principal organismo a apresentar acolhida às cartas patrimoniais no país. O Instituto teve participação protagonista na produção de cartas

²⁷⁵ As regras para procedimentos do ICOMOS apresentam ainda detalhes sobre o processo de alteração dos textos existentes, que dependerão do nível de substituições, podendo ser de caráter maior ou menor, e seguirem tramitações distintas. No caso de alterações de maior escopo necessitarão seguir o procedimento similar adoção de novos textos.

patrimoniais brasileiras, divulga em seu website atualmente uma listagem de documentos compreendidos em seu conjunto como Cartas Patrimoniais.²⁷⁶ Essas são elaboradas por organizações representativas de profissionais de uma área, ou mesmo de áreas distintas, mas que compartilham a temática tratada: o Patrimônio. Sua produção objetiva a estabelecer normativas e diretrizes orientadoras para a atuação na área e representam o desenvolvimento do campo, considerando que o texto é elaborado por diversas "mãos" e aprovado por um conjunto de indivíduos, necessitando do trabalho consensual para isto.

As Cartas Patrimoniais possuem por si só trajetórias representativas da história local, mas também geral, onde eventos e fatos históricos puderam ser apreciados e foram primordiais para a resolução de entraves comuns à área da Preservação.

A análise desses documentos assim como a avaliação a respeito da escolha de alguns para figurarem nas publicações do IPHAN permitem refletir sobre a trajetória da Preservação e seus mecanismos normativos. A singularidade das cartas patrimoniais no campo da Preservação decorre do fundamento conceitual que este saber desenvolve e necessita. As cartas são representantes deste importante aspecto da área do conhecimento. Caracterizadas pela informação textual e pelo tratamento com as palavras, semeadoras das práticas na Preservação, as cartas influem nas ações de preservação e de conservação. Os conceitos que fundamentam a Preservação estarão presentes em diversas cartas, para caracterização própria, atualização de seu significado, e ainda em complementação ao entendimento de outros temas. A valorização das cartas patrimoniais, construções textuais e documentais, se encontra na formação do campo da Preservação e de seu conhecimento teórico. São objetos primordiais para o estudo da Preservação e para o conhecimento de sua construção.

Os conceitos Preservação, Conservação, Restauração, Memória, História, Monumento, Patrimônio e Valor compõem a construção textual das cartas patrimoniais fundamentando a escolha destas palavras como objetos da pesquisa, por serem essenciais ao debate sobre o Patrimônio e a sua preservação. Seus usos nestes textos são diversificados e demonstram também como estas palavras não apenas transformaram o campo, mas ainda foram transformadas por ele. Preservação, conservação e restauração, encontradas ou não nas cartas, em maior ou menor incidência, poderão indicar o quanto o campo, por meio deste instrumento, teve interesse e foi bem-sucedido em debater sobre esses temas. Ou mesmo, como Memória e História, apesar de serem fundamentais ao debate e formação deste

²⁷⁶ O website do IPHAN, em sua área de publicações apresenta a listagem de 46 documentos que datam do ano de 1931 a 2013, não apenas materiais nacionais, como internacionais, europeus e latino-americanos. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Visitado em 28 de janeiro de 2019.

conhecimento, podem ter sido pouco desenvolvidas nas cartas, por falta de uso ou por seu uso acessório.

A produção dos documentos normativos indica significativas referências sobre as intenções e interesses que seguiam em pauta e eram disputados entre os atores do campo. A recepção destes materiais também é quesito singular para sua produção, já que esses comumente se dirigem a outros grupos, às vezes diretamente definidos. Esses documentos além de intencionarem a diretrizes que devem ser divulgadas e consideradas nas proposições e nas práticas de entidades, de órgãos e de indivíduos, também representam as definições que um determinado grupo conseguiu estabelecer como consenso, sendo de valorosa representatividade e poder.

O IPHAN apresenta em seu site 46 documentos, compondo uma coleção de cartas patrimoniais. Organizadas pela data de criação, os documentos se referem a textos produzidos entre as décadas de 1930 e os anos 2010.²⁷⁷

Inicialmente, local, data, entidade e evento de adoção, a temática e tipologia do documento, assim como a destinação do mesmo, foram considerados para esta análise. A maior parte deste material se refere a documentos de perspectiva internacional e adotados por organismos internacionais e reconhecidos, como a UNESCO e o ICOMOS. Conforme observado anteriormente, esses órgãos preveem em seu regulamento a elaboração e a adoção de documentos como atividade básica de seus trabalhos, que estão diretamente relacionados também ao patrimônio e a sua preservação. A influência destas ações é observada na existência de outras cartas promulgadas por diferentes organizações ou participantes. Além da própria ONU, outras agências vinculadas como a UNEP, e demais organizações como a OEA, apresentam documentos sobre o tema. O IPHAN propõe um conjunto de documentos que tangenciam as temáticas patrimoniais e preservacionistas que estabelecem correlações com as principais demandas do país, além da representatividade destes documentos, para formar a escolha deste conjunto documental divulgado pelo Instituto.

As temáticas europeias são comumente contempladas nas cartas patrimoniais. O conjunto de documentos analisado abarcou também textos referenciados pela representatividade regional no âmbito da América-latina²⁷⁸, e pela documentação nacional²⁷⁹.

²⁷⁷ A Carta de Burra é uma exceção por ter sua versão mais recente adotada em 2013, apesar de sua produção original datar de 1979. <https://australia.icomos.org/publications/charters/>

²⁷⁸ Cartagenas de Índias - Colômbia (1999), Carta de Mar del Plata (1997), Carta de Brasília (1995), Carta de Cabo Frio (1989), Declaração do México (1985), Declaração de Tlaxcala (1982), Carta de Machu Picchu (1977), Resolução de São Domingos (1974).

²⁷⁹ Carta dos Jardins Históricos (2010), Carta de Brasília (2010), I Fórum Nac Patrim Cultural (2009), Carta de Nova Olinda (2009), Carta de Fortaleza (1997), Declaração de São Paulo (1996),

Cartas como Atenas (1931), Veneza (1964), Conferência de Nara (1994) e Burra (2013)²⁸⁰, largamente conhecidas pelos atores do campo patrimonial e preservacionista, compõem o grupo de documentos analisados. Foram suprimidos da análise os documentos que se destinavam diretamente às temáticas de meio ambiente, ou que não compunham um documento com características de maior semelhança às cartas patrimoniais.

Os conceitos que este trabalho se dedica integrar as cartas patrimoniais de maneira distinta, a nível quantitativo e ainda qualitativo. Observar o uso, e, a continuidade ou não, destes termos nas cartas é significativo para a compreensão da formação teórica do campo da Preservação, assim como possibilita base substancial para avaliar a relação entre teoria e prática na área, permitindo a análise dos conceitos nas ações, auxiliando também na compreensão da forma em que atualmente utilizamos em maior quantidade alguns dos conceitos e ainda a transformação de seus significados.

Ao entendimento da Preservação estabelece-se necessária avaliação juntamente dos termos Conservação e Restauração pelos usos aproximados e referenciais. O conjunto de cartas patrimoniais é de extrema riqueza ao conhecimento do desenvolvimento do campo da Preservação, da Conservação e da Restauração. Por outro lado, a relevância do conjunto de cartas patrimoniais é ainda motivação para escolha dos conceitos basilares para este estudo, representando possíveis concomitâncias, ambiguidades e escolhas pelo uso dessas palavras.

Observando o bloco Preservação-Conservação-Restauração, a **Carta de Atenas** de 1931, adotada pelo Escritório Internacional de Museus, apresenta a Conservação como uma disciplina autônoma, possuidora de técnica específica, anterior ao nível da prática da Restauração. Essa última é retratada como técnica relativa à inserção de novos materiais, logo de ações invasivas ao objeto. Todavia a Restauração não deve alterar aspectos do objeto sendo também ação não aparente. Não é descrito no texto que deve ocorrer um trabalho de distinguibilidade, o que pode gerar confusão acerca da maneira de intervenção da restauração. Em passagem posterior, é declarada a necessidade de apresentar os novos materiais em uso, sem esclarecer se este reconhecimento deve ser no próprio objeto ou na documentação desenvolvida sobre a restauração efetuada.

In the case of ruins, scrupulous conservation is necessary, and steps should be taken to reinstate any original fragments that may be recovered (anastylosis), whenever this is possible; the new materials used for this

Carta de Brasília (1995), Carta do Rio (1992), Declaração de São Paulo (1989), Carta de Cabo Frio (1989), Carta de Petrópolis (1987), Compromisso de Salvador (1971), Anais do II Encontro Governadores (1971), Compromisso de Brasília (1970).

²⁸⁰ Sua última versão foi aprovada em 2013.

*purpose should in all cases be recognisable.*²⁸¹

O princípio da mínima intervenção é encontrado no texto, reconhecendo a necessidade especial das técnicas de restauração restrita às possibilidades de desagregação de partes do monumento ou mesmo quando a ação de restauro for benéfica à preservação do objeto, facultando sua aplicabilidade a essas condições.

A Carta demonstra continuamente a forte relação que os termos Preservação, Conservação e Restauração possuem, estando presentes, juntamente, em diversos pontos do documento. Possuindo subtítulos como "*RESTORATION OF MONUMENTS*" e "*THE TECHNIQUE of CONSERVATION*". Observando como os termos se relacionam em cada um destes pontos é possível identificar a articulação das ações e a formação do campo. A "Técnica da Conservação" esclarece questões importantes sobre as medidas de restauro, demonstrando a singularidade da Restauração como uma subárea da Conservação.

A Preservação está presente em todo o documento, como o objetivo final e prioritário. A utilização deste termo, assim como de seus correlatos, "preservar", "preservado" e etc, perpassa seu caráter de verbo/ação - preservar o monumento histórico - mas também apresenta a vertente do termo em seu aspecto mais amplo e subjetivo, em comparação à Conservação, utilizado para definição de medidas e técnicas. O documento, apesar de fazer uso em quantidade do termo "preservação/preservar", não apresenta o significado e nem a relação com a Conservação e a Restauração. Tal opção pode refletir a compreensão existente de que há um campo ampliado sobre a Conservação e a Restauração, mas ainda pouco definido. A materialidade sempre foi ponto primordial ao desenvolvimento do campo, conforme é possível observar pelos debates e publicações existentes, baseados principalmente na atividade da restauração. Ou mesmo, pode-se considerar o indicativo de que consensos são inicialmente encontrados nas temáticas próximas da materialidade, por motivos de urgência ou experiências práticas.

Há uma dualidade entre compreender a importância de utilizar um conceito mais amplo para definir a finalidade (preservar) das ações sobre o objeto e a opção por não conceituar o termo (preservação) e sua relação com as técnicas e as ações (conservação e restauração) existentes. Sendo mais interessante, ou mesmo possível, definir diretrizes e orientações sobre as práticas existentes.

²⁸¹ "Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis." In: Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Carta de Atenas. Atenas: 1931.

Ressalta-se que a tradução praticamente equipara os termos "Conservation" e "preservation" para "Conservação".

Como processos científicos, a carta enuncia princípios e diretrizes, estabelece ações sobre o que o grupo compreende como mais importante e de consenso, mas acaba por não definir o conceito de sua própria ação.

A primeira Carta Patrimonial do ICOMOS é também o documento reconhecidamente de maior singularidade para o campo preservacionista, sendo largamente citada pelos documentos futuros. Na **Carta de Veneza** (1964), Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, adotada na ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Conservação e Restauração são equiparados por seu aspecto prático, com base em pesquisas científicas e técnicas. A Preservação surge como campo amplo, ligado ao objetivo de proteger o bem, assim como a situação de seu estado atual. A Preservação é o objetivo da Conservação e da Restauração²⁸², caracterizadas pela distinção no uso das palavras "*preservation*" e "*conservation*". Estas características são identificadas ao observarmos a versão em inglês do texto. Já nas línguas francesa, espanhola e portuguesa o termo preservação é equiparado à conservação, não apresentando distinção no uso dessas palavras em seus textos. Precisamente, apenas é utilizado o termo "Conservação".

O uso do termo "*preservation*", na versão em inglês, não apresenta objetivamente sua intenção, objetivo e significação do termo em relação à "*conservation*", mas é possível considerar, conforme acima exposto, essa visão de caráter abstrato sobre os assuntos relacionados ao termo.

A Carta de Veneza, apesar de sua importância no campo patrimonial e preservacionista até os dias atuais, é um documento que vislumbra o objeto material do patrimônio, podendo desta maneira optar pelo uso do termo "conservação" enquanto área que atinge primordialmente, e dá conta, das ações e reflexões sobre o patrimônio material.

As **Normas de Quito** (1967), documento adotado pela OEA, representam a expansão da temática e da influência sobre outros organismos na elaboração de documentação sobre o patrimônio e sua preservação. Ao referir-se aos fundamentos da preservação, o documento tem como referência a Carta de Veneza. Apesar da não definição direta entre Preservação e Conservação, incluirá essa última num grupo de elementos que possuem problemas técnicos,

²⁸² CARBONARA, Giovanni. I trent'anni di una buona carta del restauro. **Restauro**, Napoli, 1995, v. 24, n. 131-132, p. 57-60. Trata da não substituição da carta e do surgimento de novos documentos que apresentam maior especificidade relativa aos distintos objetos e a ampliação da noção de patrimônio.

junto à restauração e reconstrução, podendo assim indicar a relação com medidas mais práticas e específicas da Conservação, em oposição à Preservação. A Restauração recebe caráter científico ao indicar seu distanciamento à implementação de hipóteses e necessidade de pesquisas que antecedam a sua execução. Conservação e restauração possuem especificidade em trabalhos sistemáticos.

O uso do termo preservação é quase uma possibilidade de substituição para o termo conservação. Não há nenhuma definição de Preservação e justificativa direta de seu uso nos trechos do texto. Contudo, no capítulo sobre "Medida técnica" não há uso do termo "*preservación*".

O documento é uma carta elaborada em língua espanhola e que já apresenta uma ampliação do uso do termo preservação, sendo também um documento de origem Latino-Americana, diferente dos documentos anteriores, europeus. Ressalta-se a participação de Renato Soeiro no evento de elaboração do texto, Diretor do DPHAN entre 1967 a 1979.

Em 1968, a UNESCO adota uma recomendação (PARIS) que já compreende a Preservação como o plano superior do espectro preservacionista do patrimônio. Desta maneira, como o documento pretende tratar de questões como responsabilidades, financiamento e leis relativas ao patrimônio cultural que pode ser atingido e entrar em risco diante de obras, não se detém em estabelecer aprofundamento nos conceitos da Preservação, Conservação e Restauração. Observado os usos dos termos é possível compreender o estabelecimento da linha relacional entre eles.

A **Recomendação de Paris**, de 1968, é o primeiro documento dentre os reconhecidos como gênero de Cartas Patrimoniais e documentos semelhantes que utiliza a expressão “Preservação do Patrimônio Cultural” em seu título.

Cabe ressaltar que de maneira distinta aos exemplos anteriores a Recomendação trouxe o termo Preservação também para a versão francesa do documento, se equiparando ao uso do termo em inglês. A versão portuguesa também segue o uso do termo Preservação, sendo apenas a versão em espanhol a manter uso constante do termo "*Conservación*" equiparado à "Preservação".

A Preservação é tema do documento desde o princípio. Sua definição não é apresentada de maneira objetiva, mas está direcionada pela relação que estabelece também ao patrimônio, no caso do documento o bem cultural ou "*cultural property*".

Considering that it is indispensable to preserve it as much as possible, according to its historical and artistic importance, so that the significance

*and message of cultural property become a part of the spirit of peoples who thereby may gain consciousness of their own dignity (...)*²⁸³

O trecho demonstra a singularidade das ações de preservação que remetem ao esforço pela valorização de significados da cultura e da sociedade, que, conseqüentemente, atingem o âmbito de sua dignidade, o reconhecimento de sua história e identidade. No trecho seguinte é o bem cultural, compreendido por seu significado e mensagem, como testemunho de uma memória social, que permite o conhecimento de um povo e a própria possibilidade de relações saudáveis entre os povos. A Preservação é colocada em seu imprescindível papel de suporte ao objetivo maior de proteção à humanidade, onde o patrimônio, ou bens culturais, representam tradições e produções que se revelam na condição social, da qual o desenvolvimento dos povos funda-se.

Como um dos primeiros documentos elaborados no Brasil que objetiva à definição de diretrizes para o tratamento do patrimônio nacional e sua preservação o **Compromisso de Brasília** (1970) trata brevemente dos conceitos de Preservação, Conservação e Restauração. A Preservação se destaca à medida que o documento propõe uma solidificação das ações preservacionistas de maneira geral, visando a salvaguarda dos bens nacionais representativos para a formação da identidade brasileira. A Educação patrimonial é inserida como medida à preservação, possibilitando a amplitude de ações esperadas. O documento, elaborado pelo MEC na década de 70, busca direcionar ações da federação aos Estados e aos Municípios, que devem também deter responsabilidade por seus patrimônios. A conservação é utilizada no tratamento de acervos bibliográficos, destinada à apresentação de um material específico, assim como a restauração é tratada como medida complexa, primordialmente na área da arquitetura.

Desenvolvida e publicada em nome do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália em 1972 a **Carta do Restauro** ou **Carta Italiana del Restauro**²⁸⁴ não se encontra vinculada a listagens de documentos base do pensamento preservacionista dos principais organismos internacionais do campo, assim como de websites que apresentam listagens e o acesso livre aos documentos²⁸⁵. Os documentos patrimoniais podem ser encontrados de

²⁸³ "Considerando que é indispensável preservá-los, na medida do possível e, de acordo com sua importância histórica e artística, valorizá-los de modo que os povos se compenetrem de sua significação e de sua mensagem e, assim, fortaleçam a consciência de sua própria dignidade." In: UNESCO. Recomendação de Paris. Paris: 1968.

²⁸⁴ Website da *La Società Storica Novarese*: http://www.ssno.it/html/tpa05_restauero1972.htm. Acesso em 01 de maio de 2019.

²⁸⁵ Foram verificados os websites da UNESCO, do ICOMOS, do *The Getty Institute*, da Direção-Geral do Patrimônio Cultural, e *Open Repository of Cultural Property*, que praticamente reproduz a listagem do Getty, mas com informações complementares.

distintas maneiras, como nas referências em trabalhos acadêmicos ou mesmo nas publicações que objetivam um levantamento destes materiais. Esse tipo de produção comumente é publicado em países europeus ou nos Estados Unidos, muitas vezes priorizando os documentos desenvolvidos nestas regiões e excluindo documentos de outras áreas como a América Latina. A Carta del Restauro é uma exceção já que tem sua produção na Itália e não se encontra nas referências dos principais websites. Contudo, o formato de sua elaboração, a partir de organismo ministerial de um Estado-Nação, caracteriza este documento de maneira mais restrita que o usual, em relação aos modos e práticas num determinado país, o que pode ocasionar a escolha de exclusão da Carta dentre os documentos apresentados nas diversas publicações e websites visitados.²⁸⁶

O termo preservação não é utilizado na Carta e a aparição em forma verbal (preservar) demonstra seu uso enquanto um sinônimo de proteger.

A Conservação é compreendida como salvaguarda e prevenção por um lado, e como ações de intervenção, reconhecidamente pelo trabalho de restauro, por outro. Visando o estabelecimento de normativas de medidas e atividades nos diversos órgãos da Itália que atuassem sobre o campo da Conservação. A Carta define conceitos e medidas, incluindo anexos destinados a quatro diferentes grupos de patrimônio: arqueológico; arquitetônico; pintura e escultura; e centro histórico.

A definição de salvaguarda e de restauração aponta para as duas conceituações primordiais no campo da Conservação:

*S'intende per salvaguardia qualsiasi provvedimento conservativo che non implichi l'intervento diretto sull'opera: s'intende per restauro qualsiasi intervento volto a mantenere in efficienza, a facilitare la lettura e a trasmettere integralmente al futuro le opere e gli oggetti definiti agli articoli precedenti.*²⁸⁷

Neste momento, inserindo na Conservação também a perspectiva intervencionista como a não intervencionista, inserindo a salvaguarda como uma medida específica do campo. A conservação é colocada como o argumento definidor e que propicia a tomada de decisões, já que, caso ocorra eventual impasse, é pela conservação do bem ou sua parte que defini-se as estratégias de atuação.

²⁸⁶ Ver CORDARO, Michele. *Sull'inutilità di una nuova carta del restauro*. **Restauro & città**, Veneza, n.11-12, 1989.

²⁸⁷ "Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes". In: Ministério de Instrução Pública. Carta do Restauro. Roma: 1972.

O termo **conservação** também aparecerá juntamente à restauração como uma medida, voltada a ações *para* ou *no* objeto, no que tange sua integridade. De maneira distinta da salvaguarda, a conservação também é um plano de medidas que focalizam a relação com o maior controle possível dos diversos fatores que podem ocasionar aceleração no processo de deterioração de um bem, atuando primordialmente na questão do controle ambiental e no apontamento sobre questões específicas relativas à integridade do bem cultural.

A **restauração** ganha destaque quando se especifica ações, como no caso dos anexos da *Carta Italiana del Restauro*, quando se deseja diretrizes para as ações específicas a conjuntos patrimoniais definidos. A restauração é tida, principalmente no caso do patrimônio arquitetônico, como o conjunto de operações complexas e grandiosas, ressaltando a motivação para que esta se torne uma disciplina isolada, mesmo concebida dentro da lógica da Conservação e de sua mínima intervenção.

Neste período, a teoria brandiana foi base para reflexões e entendimentos da área, influenciando a Carta de Veneza, e possivelmente a Carta del Restauro italiana, já que Cesare Brandi esteve durante 20 anos a frente do *Istituto Centrale del Restauro* (ICR) de Roma, durante as décadas de 40 e 50. Para Brandi o Restauro era o campo disciplinar único, em que busca-se a preservação de um objeto, em seu caráter estético e como documento histórico.²⁸⁸

Na **Declaração de Amsterdam** (1975), adotada durante o Congresso do Patrimônio Arquitetônico, organizado pelo Conselho da Europa, Preservação aparece junto à ideia de “histórico” e de “futuro dos povos”. De menor uso no texto, estabelece relação com os aspectos imateriais, da memória e dos elementos sociais, que tangenciam o campo da preservação.

A Conservação é utilizada em referência ao patrimônio arquitetônico e seus temas. É considerado um objetivo dos planos urbanísticos e tema também das políticas de planejamento regional urbano. A Conservação aparece mais uma vez como uma área mais específica da Preservação, não compreendendo apenas os aspectos materiais, contudo voltando debates da imaterialidade para proposições práticas e que envolvam patrimônio material, no caso o construído.

O limiar entre as questões dirigidas à Preservação e quando essas já se tornam Conservação não é claro. A Conservação pode, como é o caso, abranger mais ações que, em outra perspectiva, poderiam direcionar à Preservação. Políticas de Conservação que compõem também a integração entre o patrimônio arquitetônico e o cotidiano social. Todas as questões

²⁸⁸ KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a carta de veneza. *Anais of Museu Paulista*. v. 18. n.2. July.- Dec. 2010. pp. 309-310.

que tem como direcionamento medidas ou mesmo elementos para aplicação congregam a Conservação. A Conservação também se relaciona com maior proximidade à Restauração, geralmente fazendo parte da prática de intervenção direta no patrimônio a partir de um programa de Conservação. A Restauração é associada a métodos, técnicas e ferramentas para ações no patrimônio.

Diversas cartas patrimoniais seguem um alinhamento de não apresentar claras definições entre os termos preservação, conservação e restauração, sendo este último de uso mais restrito, e geralmente associado à exemplificação de procedimentos no campo da Preservação e Conservação. A **Declaração de Tlaxcala** adotada pelo ICOMOS em 1982, que apesar de se destinar aos aspectos preservacionistas das pequenas aglomerações, e considerando a importância dos elementos subjetivos e imateriais da área, faz uso em maior quantidade do termo conservação, sem diferenciá-lo da preservação. A Preservação é o único termo que aparece com inicial em maiúscula quando acompanhado de "patrimônio" (*Preservation of the heritage*), e também na definição de um comitê de preservação, caracterizando este uso para esferas de maior amplitude, representando a união de elementos da área. A Conservação aparece junto à citação do objeto, pequenas aglomerações, seguindo certa objetividade e materialidade da ação. Conservação é pensada como a prática a partir da existência de um objeto, com procedimentos para sua ação. O termo preservação também é utilizado como sinônimo de salvaguarda.

O termo salvaguardar é citado em alguns documentos como sinônimo de preservar, objetivando uma ação de proteção de bens culturais. Observa-se esses usos nas traduções, assim como os termos conservar e preservar. A **Recomendação de Nairobi** (1976), destinada à temática dos conjuntos históricos ou "*Historic and architectural areas*", apresenta dentre suas definições *Safeguarding*, substituindo seu sentido pelo o que muitas vezes é compreendido como Preservação, um conjunto de medidas e práticas, dentre elas conservação e restauração, visando à proteção do patrimônio, em especial os conjuntos históricos.²⁸⁹ Apesar da opção pela definição do termo "Salvaguarda" o documento faz uso contínuo da

²⁸⁹ A Recomendação define os conjuntos históricos como "Historic and architectural (including vernacular) areas' shall be taken to mean any groups of buildings, structures and open spaces including archaeological and palaeontological sites, constituting human settlements in an urban or rural environment, the cohesion and value of which, from the archaeological, architectural, prehistoric, historic, aesthetic or sociocultural point of view are recognized. Among these `areas', which are very varied in nature, it is possible to distinguish the following 'in particular: prehistoric sites, historic towns, old urban quarters, villages and hamlets as well as homogeneous monumental groups, it being understood that the latter should as a rule be carefully preserved unchanged." The **Recommendation Concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas** was adopted by the General Conference of UNESCO (19th Session), Nairobi, 26 Oct.-30 Nov., 1976.

preservação para associar às ações globais relativas à proteção, referindo-se à "*preservations law*" ou a "*preservation of cultural heritage*".

A definição de Salvaguarda não apresenta clareza na compreensão do alcance aos aspectos materiais e imateriais das ações. O desenvolver do documento, com aplicações do termo preservação, conforme acima mencionado, permite indicar a inclusão de um novo termo na base da formação deste conjunto (Preservação-Conservação-Restauração), onde Preservação é utilizada na referência de um campo amplo de informações, como o âmbito legal, o patrimônio cultural, e as comunidades rurais históricas, sendo a Salvaguarda o conjunto das medidas, práticas definidas, sobre o patrimônio.

Os termos Conservação e Restauração seguem o padrão comum de se referirem às práticas, relacionados à intenção de direcionar o trecho textual a medidas mais específicas do trabalho que se insere no escopo da Preservação.

Dedicada à temática das Políticas Culturais a **Declaração do México** (1985) do ICOMOS apresenta a preservação como importante termo para as cartas patrimoniais que estabelecem reflexões sobre o patrimônio imaterial, principalmente na década de 80 no continente americano. Apresenta a proteção e o conhecimento de fatores que se relacionam à memória e à história social de povos americanos, como a identidade, o Patrimônio Cultural, a educação, a ciência e comunicação, aproximando as significações da Preservação, enquanto um campo amplo de reflexões e procedimentos para a salvaguarda do patrimônio imaterial e aspectos que contribuem para sua formação.

A Preservação é o foco da **Carta de Petrópolis** (ICOMOS.BR em 1987) que trata dos sítios históricos urbanos. Engloba-se à preservação sua perspectiva cidadã a partir do objetivo final de continuidade e desenvolvimento das bases para o exercício cidadão. A preservação possui, assim, referenciais para uma "apropriação política do espaço urbano", melhorando a qualidade de vida. A preservação é compreendida como elemento centralizador de importantes valores sociais, que no caso dos sítios históricos urbanos congregam a aproximação dos aspectos cotidianos do cidadão; o trabalho e a habitação, assim como o lazer, geralmente vislumbrados ao patrimônio edificado. Estabelece a relação entre as referências memoriais e culturais, buscando a integração junto às necessidades relativas ao espaço urbano e seus habitantes. A apresentação deve enriquecer o processo do planejamento urbano e não se privar da participação da comunidade que circunda e vive o patrimônio. É um processo de fortalecimento da sociedade, carecendo de ações integradas entre órgãos, representantes e comunidade para a valorização do patrimônio cultural, de sua preservação, e de sua função cidadã.

Com o intuito de complementar a Carta de Veneza (1964), a **Carta de Washington** de 1987, adotada em Assembleia Geral do ICOMOS, apresenta a Conservação como principal ação para a preservação de propriedades culturais, especificamente das cidades históricas e suas áreas urbanas, novamente centrais ao documento. A Conservação aparece como base para políticas econômicas e sociais, como um programa que dialoga prioritariamente com os residentes da área, como plano multidisciplinar que determina os pontos de proteção, que considere as cartas patrimoniais adotadas. Deve ser acompanhada por manutenção continuada e ter como objetivo a melhoria da habitação.

A Conservação se estabelece como um conhecimento mais organizado e definido, como uma disciplina, concentrando o papel preponderante na área, embora a Preservação componha o documento por meio de sua referência a propriedades culturais e seu uso como "salvaguarda". A Conservação será base à capacitação de profissionais. Apesar desta representação ampla da Preservação, o documento não prioriza sua definição e seu uso, explorando as características e formações da Conservação. Ressalta-se que *Conservation* é traduzido como "salvaguarda".

A **Carta de Cabo Frio** de 1989, do ICOMOS.BR, trata da Preservação da História da América, estabelecendo primordialmente a ideia de preservação cultural, considerando a história e os costumes dos povos do continente. O termo Preservação é utilizado para apoiar as ações referentes a "línguas e fatores centrais de sua (sociedades indígenas) identidade", assim como a "sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais". O documento trata também do "processo de preservação" e da "política preservacionista", caracterizando a Preservação pela gama complexa de aspectos que englobam medidas e políticas sobre diferentes tipologias de registros e características sociais. A preservação deve se dar no âmbito cultural e natural, equacionando os elementos envolvidos, priorizando os fatores da identidade cultural, a história e os espaços possuidores de registros e lugares de desenvolvimento social. Transitando pela caracterização do processo preservacionista, compreende-se o conhecimento como apoio primordial a esse procedimento, ressaltando o compromisso com a participação das populações indígenas. A educação surge como mais um elemento participativo neste processo. O desenvolvimento das sociedades indígenas e sua qualidade de vida são fatores presentes nas políticas de preservação. Deseja-se, assim, que a Preservação pertença a um processo dinâmico de reflexão com possível estabelecimento de novas perspectivas sociais e contribua para o fortalecimento do desenvolvimento dos povos indígenas.

A **Recomendação de Paris** de 1989, adotada pela UNESCO, tratando do patrimônio imaterial, nesta circunstância reconhecida como cultura popular e tradicional (*traditional culture and folklore*), também não alcança a Restauração. A menção aos termos Conservação e Preservação se dá pela citação e desenvolvimento desses conceitos. O documento propõe que a Conservação, assim como a Preservação, são duas das oito ações compiladas a serem desenvolvidas em prol da salvaguarda da Cultura Popular e tradicional. A Conservação define-se como a ação de resguardar a documentação sobre a cultura, inclusive, sobre sua modificação, considerando a cultura popular e tradicional em sua perspectiva de constante transformação. A Preservação se refere principalmente à salvaguarda da cultura em seu aspecto autoral. Preservar a cultura popular não é apenas garantir sua salvaguarda e seu acesso, mas garantir que a população que a desenvolve tenha direito sobre sua definição e transmissão. Além das definições, o documento trata de apresentar proposições para a execução tanto da Preservação como da Conservação. Nessas, se ratifica a linha que compreende na Preservação o aspecto imaterial, com a preponderância para ações ligadas à pesquisa destes patrimônios com relevância ao papel primordial dos povos que desenvolvem a respectiva cultura popular, fortalecendo o lugar de fala sobre seu valor como disseminador da cultura. Já a Conservação, se dedica também ao aspecto material, pensando na documentação produzida e em seu tratamento, que garanta o registro, por meio de uma visão crítica e responsável, sobre a cultura popular e tradicional.

A **Carta de Nara**, elaborada a partir da Conferência na cidade japonesa de mesmo nome no ano de 1994, com participação dos principais organismos internacionais de desenvolvimento da Conservação (UNESCO, ICOMOS, ICCROM), é dedicada primordialmente à questão da “autenticidade”, que se torna prioritária à área a partir deste momento.²⁹⁰

O documento cita a Conservação como um campo, é um dos poucos documentos que faz essa referência. A Conservação é encarada como uma prática, algo que se exercita, não apenas em seu espectro de fisicalidade, na matéria. Trazendo a autenticidade e a diversidade do patrimônio como problemas ao campo, o documento de Nara dialoga com uma perspectiva ocidental, a ser elaborada em evento no oriente, e deseja fortalecer o diálogo da Conservação, em seu caráter de prática, ressaltando a subjetividade nesta prática, a compor o desenvolvimento da memória coletiva social.

²⁹⁰ Kühl comenta sobre a dificuldade na compreensão do termo autenticidade que passa por utilizações e entendimentos equivocados. Não considera um termo útil ao debate devido às dissonâncias existentes. KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 18, 2010, p. 193-227.

Não há menção ao termo Preservação, diferenciando-se dos documentos da época, ao mesmo tempo em que traz a perspectiva da diversidade ao patrimônio e ressalta os aspectos da imaterialidade tão caros à perspectiva preservacionista na cultura japonesa e na contemporaneidade.

A Conservação é tratada como o campo que abrange desde aspectos subjetivos até às práticas na materialidade de bens. Na definição do termo se categorizam como "*all efforts designed to understand cultural heritage, know its history and meaning, ensure its material safeguard and, as required, its presentation, restoration and enhancement*", iniciando com a relevância do conhecimento acerca do patrimônio, sua história e seu significado, juntamente às ações de salvaguarda material do mesmo. A definição das funções que compõem a Conservação reafirmam o caráter de campo do conhecimento, amplo, que traduz práticas e reflexões sobre o patrimônio e seu valor. Em especial, ressaltam a singularidade do aspecto da autenticidade às práticas e aos fundamentos subjetivos, considerando a responsabilidade com todo e qualquer entendimento e valoração sobre aquele bem, desde que respeitado o compromisso com a sociedade e sua relação com o patrimônio, incluindo a diversidade cultural e do patrimônio, i. e., as intervenções que um bem sofreu, *a priori*, devem ser compreendidas e estudadas pelo viés da autenticidade, revelando a importância de seu significado e do reconhecimento por parte da sociedade.

A **Carta de Brasília** (1995) apresenta a inserção do termo conservação no contexto da imaterialidade. Ao remeter à discussão da autenticidade, ampliada e solidificada com o Documento de Nara²⁹¹, afirma que “o suporte tangível não deve ser o único objeto da conservação”, permitindo a utilização do termo para além do escopo material, e, de certa maneira, ao analisar a presença dos termos “conservação” e “preservação”, pode-se sugerir que neste documento o primeiro termo toma a significado do segundo, sendo utilizado mais vezes e em posição singular, enquanto área do conhecimento. Já preservação, se insere apenas como sinônimo de salvaguarda e proteção, também no contexto do imaterial.

A **Carta de Juiz de Fora**, conhecida como carta dos Jardins Históricos, foi elaborada em 2010 na cidade mineira. Apresenta de maneira clara e direta a conceituação do termo Preservação, onde congrega ações destinadas à salvaguarda do patrimônio cultural. Além disso, o documento engloba valores da imaterialidade como significativos aos objetivos da Preservação ao registrar ter como meta "salvaguardar a qualidade e os significados do bem, proteger o material essencial e assegurar sua integridade e

²⁹¹ ICOMOS. Documento de Nara sobre autenticidade. Nara, 1994.

autenticidade para as gerações futuras".²⁹² Traz ainda o significado de Restauração, enquanto uma das ações de conservação, e que junto a outras atividades compõem desafios e meios para a Preservação. A Conservação, apesar de citada, não recebe uma definição no documento, sendo possível confundí-la com a Preservação por um lado e com uma de suas ações por outro, e ainda a hierarquia que mantém a respeito da Restauração. Todavia é categórico o entendimento da Preservação enquanto o campo dedicado ao patrimônio cultural e sua perspectiva material e imaterial.

A Carta inclui na Preservação o uso do patrimônio, junto à administração e ao planejamento, ressaltando o aspecto funcional para a devida preservação, questão que também permeia a significação do bem, já que além de valores históricos e artísticos, por exemplo, o mesmo precisa ser admirado e querido pela sociedade contemporânea, dando sentido a seu uso atual.

A **Carta de Burra** representa o documento principal da Austrália sobre diretrizes da preservação. Apesar de sua adoção em 1979, sofreu algumas revisões durante os anos subsequentes, sendo sua última versão datada de 2013. A Conservação, no documento, é compreendida em seu formato mais amplo, considerado um campo de conhecimento. Preservação e restauração, junto a outras ações, compõem o conjunto de procedimentos da Conservação. A Conservação é parte integral do gerenciamento do patrimônio cultural (ou bem de significância cultural). A organização da carta se baseia na conceituação da Conservação, seus princípios, processos e práticas, e suas definições.

A relevância que a Carta de Burra estabelece se encontra na representatividade que possui. Esta não é adotada pela Assembleia Geral do ICOMOS, como estabelecido no regulamento da organização considerando a normativa para "Cartas". É um documento nacional, e representa compreensões específicas, como para a significação da "Restauração", enquanto ação que busca o "retorno" ao bem, ideia que algumas opiniões declaram como superada desde a Carta de Veneza, e que não é representativa das aplicações das cartas de cunho internacional. A Carta permite, por sua construção e trajetória, compreender as possibilidades e diversidades da preservação/conservação/restauração.

Sua trajetória, composta também por alterações no texto ao longo do tempo, garante singularidade dentre o conjunto de documentos. Desde sua adoção em 1979 vem sendo trabalhada para melhor atender as demandas da área, correspondendo diretamente às definições e necessidades do país. Apesar de mudanças consideráveis em seu texto, o nome

²⁹² IPHAN. MAPRO. FCRB. Carta de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2010.

é mantido, o que parece equivocado, considerando as normativas do regimento do ICOMOS, quem adota a carta. Possui conceitos específicos, se diferenciando de outras cartas que nem sempre apresentam definições dos termos.

A carta é representativa pelo aspecto cultural que se impõem, observa-se o diálogo diretivo aos materiais de origem anglo-saxã. A carta faz uso da expressão "*cultural significance*", e posteriormente o ICOMOS, na Austrália, desenvolve uma publicação destinada à análise da significância cultural²⁹³, demonstrando as articulações teóricas e práticas que uma carta patrimonial estabelece.

As temáticas das cartas demonstram um caminhar de diálogo com seu tempo e espaço de criação. Os documentos desejavam transmitir os ideais destinados aos monumentos históricos, aos tradicionais patrimônios, reconhecidamente da cultura clássica ocidental. Aos poucos a transição e a ampliação desta temática são sentidas com a inserção do olhar às cidades históricas, ou mesmo da história de regiões não predominantes, como as Américas, assim como a interface sobre políticas culturais e o significado de um bem patrimonial. O espaço vai sendo ocupado pelos temas da imaterialidade, assim como da cultura popular, agregando maior relevância aos temas subjetivos, como a autenticidade, fortalecendo a subjetividade dos debates preservacionistas e o reconhecimento de outras formas de patrimônio e de sua preservação. Por fim, o revisitar moderno das cartas patrimoniais aos objetos patrimoniais tradicionais se dá num cenário de transições, mas principalmente da reafirmação das novas modalidades de compreensão da preservação do patrimônio.

As Cartas patrimoniais atingiram seu ápice durante a segunda metade do século XX. Durante esses 50 anos, UNESCO e ICOMOS foram as principais organizações de desenvolvimento de documentos de temática patrimonial e preservacionista. A organização dessas duas instituições, com regulamentação e normativas, permitiu seu profícuo trabalho no desenvolvimento, com reconhecimento, de suas cartas. A continuidade dessas organizações, seus trabalhos e publicações, foram imprescindíveis para que outros eventos se constituíssem e dedicassem suas ações também à promoção de documentos como cartas patrimoniais.

Os primeiros documentos se caracterizaram por uma objetividade importante e a referência às principais temáticas do campo, que aos poucos foram sendo aplicadas aos diferentes tipos de patrimônio, se especializando. Além disso, as temáticas vão se ampliando,

²⁹³ Significance 2.0, publicação do Governo Australiano, é um guia para avaliação da significância cultural, apresentando bases para o debate e modelagem para o desenvolvimento deste processo de consideração do valor do patrimônio cultural. A Carta de Burra trás conceituações que serão basilares aos trabalhos na área, estabelecendo um campo fundamentado em suas práticas e debates. RUSSELL, R., WINKWORTH, K. **Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections**. Collections Council of Australia LTD, 2009.

tornando-se mais fluidas. Com a inserção de novas concepções pautando a singularidade do patrimônio cultural, como o bem imaterial, o reconhecimento do patrimônio popular, que representaram, principalmente para a UNESCO, alteração em objetivos e logo nas temáticas, que objetivaram ações sociais e comunitárias, visando a importância para o desenvolvimento social.

Com o alinhamento da UNESCO às frentes sociais, focalizando em perspectivas da Educação, Ciência e Cultura para diminuição das desigualdades sociais, cada vez mais o ICOMOS se estabeleceu como o principal organismo para o desenvolvimento específico do campo da Preservação.

A Conservação surge como opção de uso mais extensiva em parte dos documentos relativos às Cartas patrimoniais e similares ao gênero. Na construção linguística, muitos documentos optam por tratar da Conservação, não de maneira aprofundada no que tange ao seu significado e às possibilidades de atuação frente à Preservação. São usos bastante similares a esse último termo, podendo mesmo ser alterado em todo o texto, sem perda de sentido, por Preservação. Isto é, como na conhecida Declaração de Amsterdam (1975), é possível alterar todos os termos *Conservation*, com mais de 40 aparições, para *Preservation* sem que se altere o sentido do texto. As Cartas Patrimoniais, conforme já mencionado, pretendem apresentar diretrizes e normativas a respeito do patrimônio cultural, e ao longo do tempo tiveram a temática preservacionista como primordial assunto em tratamento. Contudo as mesmas não possuem objetivos de aprofundar o debate conceitual sobre os temas. Alguns documentos podem apresentar maiores detalhes neste âmbito, mas não o farão de maneira extensiva, como não é encontrado em parte significativa dos mesmos.

Esta característica nos faz refletir sobre a opção pelo uso do termo Conservação. É possível que se deseje utilizar o termo que apresenta maior relação com a materialidade, e também por caracterizar medidas mais práticas. Falar de Conservação é falar de Preservação também.

Deparamos-nos com o uso do termo preservação em maior quantidade nas versões das primeiras cartas (Atenas, 1931, e Veneza, 1964) na língua inglesa e o não uso, pela substituição por conservação, nas línguas neolatinas. O uso do termo preservação pelos documentos em inglês surge juntamente à inexistência de conceituação ou mesmo à exposição de temas específicos ao termo. Nas duas cartas citadas, há divisões de temáticas em que os termos conservação e restauração aparecem nos subtítulos, o que não ocorre com preservação.

Independente do uso distinto na língua inglesa e nas línguas latinas, os textos demonstram a escolha por definir e desenvolver diretrizes que contemplem os termos conservação e restauração.

Assim como o processo científico se estabeleceu ao longo da modernidade, o campo da preservação em sua temática de definição conceitual demonstra utilizar conceitos, inseridos em documentos doutrinários, assim como nas atividades práticas, e, posteriormente se dedicar à compreensão em detalhes acerca dos termos, seus conceitos, e da relação que estabelecem entre si. As cartas patrimoniais em sua grande parte não definem os conceitos de Preservação, Conservação, Restauração, ou os termos correlatos que utilizam. Partem de referências de documentos anteriores, utilizam os termos na construção textual, onde é possível deduzir, com maior ou menor clareza, o significado dos termos. São estudos mais recentes que observarão a complexidade do cenário instituído, as bases teóricas significativas, e se ocuparão de compreender a necessidade do estabelecimento de diretrizes mais claras acerca do significado dos termos em uso corrente.

3.3. Riscos e Desastres para o Patrimônio Cultural e sua Preservação

O Campo da Preservação do Patrimônio Cultural modifica-se à medida que conceitos como Patrimônio são alterados. A expansão nos tipos de patrimônio cultural implica numa ampliação de objetos e das próprias atividades da área. O desenvolvimento pelo qual conhecimentos são estabelecidos propiciam também a especificação de subdisciplinas e temáticas. A criação de laboratórios e grupos de pesquisa demonstra a trajetória de campos do conhecimento, as relações estabelecidas, prioridades e condições de trabalho.

Os estudos preservacionistas sobre o Patrimônio em risco e em desastres tomou as páginas web e dos periódicos nos últimos tempos. Apesar do tema particular ser comum à área, vem ganhando nova roupagem diante de acontecimentos na esfera internacional.²⁹⁴ A UNESCO promoveu em 2003 a "Declaração sobre a destruição intencional do patrimônio cultural",²⁹⁵ motivada pela destruição de Budas de Bamiyan no Afeganistão, dois anos

²⁹⁴ É necessário compreender que as escolhas pelos temas base das funções de organizações internacionais devem ser concatenados ao contexto político das nações com maior influência no cenário mundial e refletir a política de organizações correlatas. O cenário de guerras com/no Oriente Médio do início do século XXI marcou também as políticas preservacionistas de órgãos internacionais que promoveram ações direcionadas ao risco de patrimônios culturais em determinadas regiões caracterizadas por confrontos armados. Correlato a esta temática também promoveu-se o controle pelo tráfico ilegal de peças pelo ICOM. Cabe ressaltar que temas como estes se direcionam às experiências nas regiões da Ásia, América latina, África e Oriente Médio.

²⁹⁵ Ver em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17718&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em 24 de fevereiro de 2018.

antes.²⁹⁶ A Declaração cita o crescimento das destruições de patrimônios visando a proposição de medidas de proteção e da responsabilização de atos.

Os desastres são representações de paradigmas estabelecidos no campo da preservação que caminhou por trajetos tortuosos e marcados por tragédias. A primeira Convenção da UNESCO que trata da proteção de bens culturais tem como contexto um caso de alto risco ao patrimônio, o conflito armado. A "Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado", adotada em Haia no ano de 1954, representa a singularidade do tema dos desastres para o campo da Preservação do Patrimônio Cultural.

Reconhecidamente há mudanças profundas advindas das complexidades do mundo no início do século XX que influenciaram diretamente a formação do campo preservacionista. As grandes guerras representaram cenário singular ao pensamento sobre as ações da preservação do patrimônio. A área também recebeu a carga de desenvolvimento tecnológico mundial que caracterizou o período de guerras. E, assim como a Revolução Francesa foi emblemática para a compreensão da singularidade do Patrimônio Cultural ao reconhecimento da história, da memória e da identidade nacional, o pós-guerra foi terreno fértil às reflexões sobre a preservação e as ações da conservação e da restauração.

As cenas de destruição do patrimônio clássico de cidades históricas europeias se tornaram exemplos fundamentais para a nova perspectiva da área, onde a reconstrução pode ser absorvida *in loco* ao ressaltar os aspectos respectivos à recuperação social e identitária no processo preservacionista. O que aparentemente poderia ser uma desventura acaba por ser aceita e valorizada, como é o caso da reconstrução da cidade histórica de Varsóvia.²⁹⁷

Jokilehto afirma que mais de 1200 edifícios históricos foram atingidos na França durante a Segunda Guerra Mundial, muito mais devastadora do que a primeira.

Exemplos como estes promoveram extensos debates sobre as maneiras de reconstrução e preservação, em seu sentido lato. O fato de Varsóvia ter optado pela reconstrução idêntica de seus edifícios históricos não significa que esta opção seja a mais adequada em outros casos, assim como é necessário ressaltar que a existência dos edifícios

²⁹⁶ Sobre Budas de Bamiyan (Buddhas of Bamiyan) e sua destruição: https://www.nytimes.com/2006/12/06/world/asia/06budd.html?pagewanted=2&_r=2&th&emc=th e <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/208rev.pdf>.

²⁹⁷ A cidade polonesa de Varsóvia teve 95% de seus prédios históricos destruídos após a Segunda Guerra. Em 1945, a cidade se tornou a capital da Polônia e se estabeleceu na região um escritório para a reconstrução da cidade conforme sua existência antes do desastre. A justificativa para o caso exemplar de Varsóvia está na singularidade do valor do conjunto arquitetônico urbano para a identidade da população polonesa e sua própria recuperação no período traumático do pós-guerra. Foram compatibilizados aspectos arquitetônicos do antigo conjunto urbano e novas normativas para construções, valorizando a manutenção da estética das antigas fachadas e maior liberdade construtiva no interior das construções, concluídas em 1953. In: JOKILEHTO, J. **A History of Architectural Conservation**. Elsevier: Burlington, 1999. pp. 407-412.

semelhantes ao patrimônio destruído não caracteriza um retorno do bem, e isto deve ser reafirmado. A medida das construções semelhantes e da inserção de novas estéticas foi amplamente discutida e rediscutida em cada caso.

A Carta de Atenas de 1931 se mostrou aquém de resolver as problemáticas estabelecidas às sociedades do pós Segunda Guerra Mundial, onde os limites para a reconstrução de bens destruídos, seguindo parâmetros anteriormente existentes ou modernos, não estavam definidos.²⁹⁸

Apesar das normativas, teorias e experiências existentes no campo preservacionista da época, com foco nas ações da Conservação e da Restauração, não serem suficientes às experiências do pós-guerra, compreende-se que os debates teóricos refletidos na perspectiva da imaterialidade da preservação, compondo a relevância dos valores e a significância do patrimônio cultural para a formação de identidades sociais e memórias coletivas, se mantiveram em fundamental apoio às tomadas de decisão.

As organizações apresentadas no capítulo anterior surgiram também no contexto do pós-guerra, a partir da percepção do papel que esses organismos poderiam conceber na mediação de discordâncias entre as Nações, visando os possíveis conflitos armados. O propósito pela não violência foi unido à valorização por temas voltados aos interesses sociais que acabaram recebendo papel de destaque na formação, como é o caso do Patrimônio Cultural e sua salvaguarda.²⁹⁹

Como parte de suas atividades, os organismos internacionais têm destacado em seus websites os trabalhos sobre patrimônio em risco e em desastre. Como um dos temas relativos às atividades desenvolvidas pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO (*World Heritage Centre*) está a redução dos riscos de desastre no Patrimônio Mundial.³⁰⁰ A organização divulga informações sobre a temática englobando motivações para o desenvolvimento do tema e sua relevância, assim como políticas promovidas, a formação para o assunto, referência bibliográfica e os canais para solicitação de assistência.

²⁹⁸ A Carta de Atenas apresenta como encaminhamento, a partir das declarações dos participantes, que as reconstituições integrais de patrimônios atingidos não eram mais uma opção aceitável no campo, sendo desencorajada, ao mesmo tempo em que as reconstituições e restaurações, caso fossem necessárias, deveriam respeitar as ações em seus elementos históricos e artísticos, sugerindo a não incorporação de estilos modernos. A Carta em sua proposta de desencorajar as reconstruções acaba por não fornecer elementos para avaliação destes casos com maior profundidade. In: PETZET, M. ZIESEMER, J. (Org.). **International charters for conservations and restoration. Monuments and Sites**. Paris: ICOMOS. 2004, pp. 31-36.

²⁹⁹ "3.1. Preservação e Patrimônio Cultural institucionalizado" apresenta a criação da UNESCO, do ICCROM, esclarecendo a trajetória e o contexto em que se estabeleceram.

³⁰⁰ Ver: <http://whc.unesco.org/en/disaster-risk-reduction/>

O documento fundamental às ações da UNESCO, e também fundamento para outras organizações, é a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, anterior à criação do Centro do Patrimônio Cultural³⁰¹. Apesar da temática patrimonial e preservacionista estar presente em documentos reconhecidos anteriormente pela UNESCO, a Convenção,³⁰² por se tratar de material de maior responsabilidade sobre os Estados-Membros, ainda por considerar o Patrimônio em sua vertente ampliada da cultura e da natureza, engloba um complexo de áreas e temas de forma integral aos interesses nacionais. A Convenção apresenta também os procedimentos para composição da lista de patrimônios mundiais reconhecidos pela UNESCO apontando o comprometimento com sua proteção. Ações humanas de violência já fazem parte de um dos tipos de agentes deteriorantes de bens culturais, considerados pela Conservação para a análise dos processos de conservação e prevenção de riscos ao patrimônio, como a depredação ou vandalismo, podendo caracterizar graus de intencionalidade ou não.

O conflito armado compõe este grupo de agentes de deterioração, relativo às ações humanas, contudo possui a potencialidade da completa destruição. Esse aspecto pode ainda ser compreendido pelo caráter de devastação não intencional ou intencional, quando há o objetivo de destruição de um patrimônio. A destruição por conflito, como fato imperativo, ressalta questões fundamentais da Preservação. Por um lado, abre-se o debate do que restou do bem e o que é possível ou deve-se fazer com ele. Por outro, encontrando a intencionalidade do ato destrutivo ao patrimônio, observa-se a potência que possui para a sociedade.

A destruição do patrimônio em situação de conflito, para além da problemática sobre a materialidade do que se encontra em ruínas, traz principalmente o desejo de extinção das referências simbólicas socioculturais que fundamentam a significação de um povo e dos indivíduos para com sua comunidade. A destruição de um patrimônio cultural detém a força de apagar o sentido de vivência numa sociedade, dizimando, ao mesmo tempo, a matéria e o imaterial, um bem propulsor de lembranças individuais, de cidadãos que por ali passavam a olhar, a aguardar, e das memórias coletivas, como um símbolo da História que referencia quem é o povo, e como ele se constituiu.

O poder da identidade sociocultural fora percebido ao longo de muitos anos de história da humanidade. O desejo de submissão de povos por outros já tinha observado a importância do apagamento das referências culturais para a mais efetiva vitória sobre o outro. Todavia, as

³⁰¹ *World Heritage Centre* foi criado em 1992 para coordenar e centralizar as atividades relativas ao Patrimônio Mundial. <http://whc.unesco.org/en/world-heritage-centre/>

³⁰² "3.2. Consolidando conceitos e princípios: cartas patrimoniais", trata dos documentos patrimoniais e apresenta a distinção entre eles, em especial Convenções, Recomendações e Declarações da UNESCO.

guerras do século XX trouxeram à história da humanidade novas potencialidades de destruição, muito mais ágeis e robustas, além das distâncias alcançadas.

É neste cenário que é promovida a "Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado" (*Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict*) em 1954 pela UNESCO, após 9 anos de sua criação. Adotada na cidade holandesa de Haia, a convenção tem como referencial as Convenções, também adotadas nessa cidade, em 1899 e 1907. As Conferências da Paz realizadas em Haia resultaram nos primeiros tratados de nível internacional, de ampla aceitação, sobre costumes de guerra, considerando a apropriação indevida de bens enquanto crime de guerra.³⁰³

Temas debatidos na Conferência de Haia de 1907 retornarão ao debate internacional em 1954 com a "Convenção para a Proteção da Propriedade Cultural em eventos de conflito armado", aparecendo naquele momento a primeira convenção a tratar da proteção ao bem cultural, e também ao patrimônio³⁰⁴, como tema principal das demandas do pós-guerra.

³⁰³ Sobre a temática de conflitos armados, apesar da popularidade das Convenções de Haia, há tratados anteriores que são reconhecidos como referenciais aos temas. As "Instruções para o governo do exército dos Estados Unidos em campo" (*Instructions for the government of armies of the United States in the field*), conhecido como Código Lieber, é considerado documento referencial aos protocolos seguintes que tratam de normas para o conflito armado. Apesar de sua especificidade ao caso norte-americano, o Código Lieber (disponível em: <https://bit.ly/1f66Pfx>) é considerado base para a formulação da Declaração de Bruxelas, que trata de leis e costumes em período de guerra, assim como influência outras legislações e tratados internacionais. In: MERRYMAN, J. H.; ELSEN, A. E. **Law, ethics and visual arts**. New York: Klunwer Law International, 2002. No âmbito do continente americano se destaca o Tratado de Roerich – Pacto de Roerich ou Pacto de Washington, desenvolvido a partir dos debates nas Conferências Pan-Americanas, realizadas desde 1889. O Pacto de Washington teve desenvolvimento especial durante a VII Conferência Pan-Americana, em 1933, quando Nicholas Röerich apresenta proposições acerca da identificação de bens para ataques aéreos, marítimos e terrestres. A assinatura do Pacto ocorre em 1935, sendo ainda disponibilizado para mais assinaturas. In: GUEDES, M. T. F. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol. 26, 2018, pp.18-20. No panorama dos eventos internacionais americanos foram realizados a partir de 1920 os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. O tema da proteção ao Patrimônio esteve presente desde os primeiros encontros. A demonstração de medidas de proteção teve lugar especial no encontro de 1940 em Montevideu, onde realizava-se a apresentação das legislação nacionais existentes e a troca de experiências no tema. A preocupação pelo patrimônio nacional foi destacada nos encontros. In: URIBARREN, M. S. **A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

³⁰⁴ O bem cultural é todo objeto, imóvel, obra, costume e prática advindos como produto da cultura, sendo assim desejável seu reconhecimento pelo valor cultural. O Patrimônio Cultural é o conjunto de bens culturais que em vista de seu valor e significância é aceito como um patrimônio a ser protegido, preservado e conservado, passível dos processos de restauração em alguns casos. A expressão bem cultural acaba por ser largamente utilizada como sinônimo de patrimônio cultural, quando deseja-se tratar do bem cultural protegido, logo possui também uma amplitude de usos e acepções. In: CARSALADE, F. L. Bem. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). No Brasil, a partir das políticas implementadas pelo IPHAN, órgão principal de proteção do patrimônio, a noção de bem cultural esteve direcionada aos bens protegidos e de valor histórico, relativo aos fatos memoráveis da História. Durante os anos 80, com as políticas implementadas na gestão de Aloísio Magalhães, a percepção de bem cultural se transformou com base no reconhecimento do valor social de práticas e produtos populares, ampliando o reconhecimento dos bens imateriais. In: GUEDES, M. T.

Trazendo objetivamente a expressão bens culturais, Maria Tarcila Guedes esclarece que houve a instalação de grupo específico para deliberar sobre a questão, já vista em outros momentos, contudo sem o devido consenso para adoção.³⁰⁵

Os esforços para a promoção da regulação de reconhecimento internacional acerca da proteção de bens culturais no período de guerras teve engajamento por parte da UNESCO principalmente com a Conferência Geral de 1949. As questões da salvaguarda do pós-guerra, incluindo as ações de conservação e restauração, visando a diminuição das perdas já existentes foi ressaltada. O ICOM teve papel de destaque nos estudos para a elaboração do documento que foi adotado em 1954, tendo iniciado os esforços anteriormente com a produção de uma minuta acerca do tema em 1936.³⁰⁶

A Convenção, apoiando-se em que "*that damage to cultural property belonging to any people whatsoever means damage to the cultural heritage of all mankind, since each people makes its contribution to the culture of the world*",³⁰⁷ fundamenta a preocupação com todo e qualquer patrimônio cultural que esteja em risco. Os bens culturais, reconhecidos enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, que contribuem para a formação cultural dos povos do mundo, e o grave risco identificado a partir da destruição alcançada pela tecnologia bélica das guerras da primeira metade do século XX, impulsionaram o status do campo da Preservação

F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). No verbete disponível pelo *The Getty Research Institute, Getty Vocabularies, cultural property* é definido em seu aspecto material, como obras móveis e imóveis de reconhecido valor para uma determinada cultura, geralmente relativo a uma produção de um país. Considera que o conjunto de bens culturais estão incluídos os bens significativos ao Patrimônio Cultural, de valor arquitetônico, histórico, artístico, religioso, entre outros, abarcando edifícios, monumentos, sítios arqueológicos, obras de arte, assim como coleções científicas, bibliográficas e arquivísticas. In: Art & Architecture Thesaurus Online. Cultural property.(verbete) http://www.getty.edu/vow/AATFullDisplay?find=cultural+property&logic=AND¬e=&english=N&prev_page=1&subjectid=300055593. O Glossário de termos do Patrimônio Mundial da UNESCO entende *cultural property* como os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, após sua avaliação de critérios sobre a autenticidade de seu status. In: UNESCO. Cultural Property. Information Document Glossary of World Heritage Terms. Yucatan-Mexico: 1996. In: CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE. <http://whc.unesco.org/archive/gloss96.htm>

³⁰⁵ Maria Tarcila Guedes em seu artigo, A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia, trata da discussão sobre os bens culturais nos protocolos internacionais sobre conflitos armados e a participação do Brasil neste processo por meio de representantes como Rui Barbosa, Renato Soeiro e Afrânio de Melo Franco. In: GUEDES, M. T. F. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol. 26, 2018, pp.1-31.

³⁰⁶ GUEDES, M. T. F. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol. 26, 2018, p.23.

³⁰⁷ UNESCO. Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict.1954. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Tradução da autora - os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem um menospreso ao patrimônio cultural de toda a humanidade, pois cada povo fornece sua contribuição à cultura mundial.

como temática primordial a figurar o primeiro tratado internacional dedicado inteiramente ao tema. Assinada por 103 países, a Convenção teve influência, sobretudo, nas políticas preservacionistas em períodos de paz, visando sua aplicação em proporção mundial.³⁰⁸

A Convenção se desenvolveu junto à elaboração de dois protocolos, o primeiro adotado na mesma data da Convenção, e o segundo em 1999. Destaca-se na proposição a intervenção sobre medidas preservacionistas, em especial no tratamento da prevenção de riscos, registrando não apenas as ações durante o período de conflito, mas também nas medidas em períodos de paz. A determinação na Convenção pela responsabilidade de cada Estado na indicação territorial para os bens culturais e locais de guarda dos mesmos em tempo de paz, visando o compromisso de não ataque a essas áreas, bem como a promoção de medidas concretas de proteção, no Segundo Protocolo, como: a elaboração de inventários; plano de urgência em casos de colapso estrutural ou incêndio; preparo para remoção de bens móveis para áreas de abrigo; indicação de autoridades responsáveis pela proteção dos bens. Estabelece, assim, normas para a salvaguarda patrimonial a serem desenvolvidas regularmente.³⁰⁹

Apesar das não unanimidades apresentadas *a posteriori* sobre as determinações da Convenção, como é o caso da marcação pelo emblema do tratado, para a identificação facilitada de bens, o que em alguns casos se tornou um fracasso pela intencionalidade de destruição do patrimônio, a Convenção trouxe importantes avanços na implementação de medidas de preservação indicando o planejamento e a documentação para a prevenção de riscos, tal como a possibilidade de proteção especial de bens culturais.³¹⁰

³⁰⁸ GUEDES, M. T. F. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol. 26, 2018, p.29.

³⁰⁹ Os artigos 6, 16 e 17 da Convenção tratam da distinção especial para a indicação de bens culturais protegidos, o transporte e locais de guarda, que pudessem ser identificadas em ataques. Apesar de referenciar medidas para a proteção do patrimônio durante um conflito armado, são medidas que devem ser melhor aplicadas no período de paz. Já o artigo 5 do Segundo protocolo indica as medidas concretas para a execução de proteção. In: HLADIK, J. Risk Preparedness Under the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its Second Protocol, Cultural Heritage: Disaster Preparedness and Response, **International Symposium Proceedings**, Hyderabad, India, 23-27 November 2003;

³¹⁰ Artigo 8 trata da proteção especial de bens culturais. Para esta proteção o bem deve se enquadrar uma das três categorias: a) área de refúgio para abrigo de bens móveis em período de conflito armado; b) centro com monumentos; e c) outros bens imóveis de grande relevância. Ademais deve seguir algumas condições como ter sua solicitação apresentada por escrito pelo Chefe de Estado ao Diretor-Geral da UNESCO, não estar próximo de objetivo militar ou ser utilizado para propósito militar, e ter a concordância de sua proteção especial pelos membros. Para conhecimento sobre as dificuldades de implementação das proposições de proteção especial e ainda a distinção com a categoria de proteção aumentada também ver In: HLADIK, J. Risk Preparedness Under the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its Second Protocol, Cultural Heritage: Disaster Preparedness and Response, **International Symposium Proceedings**, Hyderabad, India, 23-27 November 2003;

O cenário de guerras do início do século XX instaurou a necessidade premente de adoção de tratados sobre os costumes e as leis de guerra de maneira mais clara e completa, o que acabou por gerar a emergência na definição da expressão “bem cultural” (*cultural property*), observada por meio da análise dos documentos inicialmente propostos, apresentando a trajetória de elaboração, não esclarecendo os debates existentes, mas sim podendo identificar os esforços para uma aceitação geral.³¹¹ Embora os tratados do século XIX e ainda do início do XX não coloquem a proteção do patrimônio cultural como tema principal, é relevante o reconhecimento da questão junto ao empenho pela formação do direito internacional humanitário. A Preservação possui seus antecedentes em trajetórias como essas, que trouxeram reflexões conceituais diretas, como é o caso do debate conceitual sobre a definição de bens culturais e sobre sua proteção, assim como para os debates práticos, que necessitam da base teórica e legal para aplicação.

A Seção de Normas Internacionais³¹² da Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO (Setor de Cultura), responsável pela aplicação da Convenção de 1954, de Haia, foi responsável também pela elaboração da Declaração sobre a destruição intencional do Patrimônio Cultural (*Declaration concerning the Intentional Destruction of Cultural Heritage*), adotada em 2003. Esse é mais um tratado, agora no contexto do terceiro milênio, que vem motivado por conflitos bélicos. Os anos 2000 registraram o desenvolvimento das guerras mundiais em novos formatos, os quais emergiram com a Guerra Fria.

As características modernas dos conflitos emblemáticas em eventos como os ataques aos edifícios do *World Trade Center*, embora apresentem novidades, óbvias pelos avanços tecnológicos, são desenvolvimentos de elementos existentes na história da humanidade, como a busca pela destruição de monumentos, símbolos culturais dos povos. A predileção pelo tema da destruição intencional do Patrimônio numa declaração da UNESCO é relevante ao representar o poder que o campo da Preservação se encontra no contexto da sociopolítica mundial. O tema escolhido desperta olhares de todo o mundo para os eventos ocorridos principalmente nas regiões do Oriente Médio e da África, de maciça presença da cultura muçulmana. Não obstante as numerosas referências produzidas acerca dos desastres naturais

³¹¹ Para uma análise sobre os tratados Código Lieber, Declaração de Bruxelas, Convenções de Haia de 1899, 1907 e 1954, para compreensão da legislação sobre proteção nos casos de guerra, o que atinge a singularidade na definição de bens culturais. In: MERRYMAN, J. H. Two ways of thinking about cultural property. **The American Journal of International Law**, Washington, v. 80, n. 4., pp.831-853.

³¹² É a única unidade da UNESCO que tem como responsabilidade a administração da legislação internacional de proteção ao Patrimônio Cultural. Sobre o Centro do Patrimônio Mundial (*World Heritage Center*) recaiu a responsabilidade pela aplicação da Convenção de 1972, para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.

para a preservação do patrimônio é a temática do conflito armado, na vertente intencional da destruição, que conquista a centralidade do documento politicamente mais relevante da UNESCO.³¹³

A Declaração de 2003, enquanto uma reação aos crescentes ataques a patrimônios culturais, referencia a principal Declaração da ONU, reafirmando a distinção dos direitos humanos e da dignidade humana pelo viés da identidade cultural que o Patrimônio Mundial representa.³¹⁴ Seu papel torna-se ratificar tratados anteriores, e ademais, exigir medidas objetivas para o seguimento das leis atingidas, por meio de medidas punitivas e o respeito pelas leis internacionais.³¹⁵

A Declaração afirma a necessidade de considerar os conflitos de caráter internacionais e locais para a proteção do patrimônio cultural, além da indicação de que mesmo que nem todas as ações estejam contempladas no tratado deve-se seguir a essência das leis internacionais e dos princípios humanitários:

*Reaffirming that issues not fully covered by the present Declaration and other international instruments concerning cultural heritage will continue to be governed by the principles of international law, the principles of humanity and the dictates of public conscience.*³¹⁶

Há certa liberdade aos Estados para tratamento das questões em conflitos, todavia devem estar alinhados aos instrumentos existentes sobre a preservação do patrimônio.

A identificação de que a destruição intencional do patrimônio está vinculada ao conflito armado sofre alterações observadas no documento e, principalmente, nos relatórios de debates para sua formulação.³¹⁷ Registra-se a necessidade de incluir a questão da destruição intencional do patrimônio em tempos de paz e de guerra, unificando as medidas preservacionistas. A questão reverbera as mudanças nas condições de conflitos no mundo contemporâneo, onde o risco ao patrimônio não se encontra apenas nos cenários de guerra

³¹³ "3.2. Consolidando conceitos e princípios: cartas patrimoniais" desta tese apresenta o sentido da declaração dentre os instrumentos legais da UNESCO, onde temáticas que atingirão um alto patamar de mobilização e temporalidade são trabalhadas. As declarações não possuem adoção vinculada aos votos dos Estados-Membros garantindo que sua singularidade gere prestígio suficiente para sua interferência nas Nações.

³¹⁴ UN. *Universal Declaration of Human Rights*. 1948. <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>; UNESCO. *Declaration concerning the Intentional Destruction of Cultural Heritage*. 2003;

³¹⁵ HILL, C. V. Killing a Culture: the intentional destruction of Cultural Heritage in Iraq and Syria under international law. *Georgia Journal of International and Comparative Law*. Ga. J. Int'L & Comp. L. Vol. 45:191. 2016. pp. 193-219.

³¹⁶ UNESCO. *Declaration concerning the Intentional Destruction of Cultural Heritage*. 2003. Tradução da autora - Reafirmando que as questões não são totalmente cobertas pela presente Declaração e outros instrumentos internacionais relacionados ao patrimônio cultural, continuarão sendo regidas pelos princípios do direito internacional, pelos princípios da humanidade e pelos ditames da consciência pública.

³¹⁷ Vrdoljak apresenta as negociações e os debates ocorridos sobre o desenvolvimento da Declaração por meio da análise dos rascunhos. In: VRDOLJAK, Ana Filipa. *Intentional Destruction of Cultural Heritage and International Law*. *Thesaurus Acroasium*. Vol. XXXV. 2007. Disponível em: http://works.bepress.com/ana_filipa_vrdoljak/3/

declarada. A constituição de instrumentos como a Declaração de 2003, estimulantes ao reconhecimento das leis internacionais, reverbera sobre o debate da soberania das Nações. Apesar do crescimento das diretrizes e normativas acerca da proteção ao Patrimônio Cultural, desde o estabelecimento da Convenção de 1972, essas estabeleceram perspectivas de Estado. A Declaração prevê o fortalecimento da lei internacional de proteção, ressaltando o reconhecimento da perspectiva mundial dos bens culturais. Esse direcionamento reconhece a diversidade humana no Patrimônio Cultural, valor que ressoa para a humanidade em geral, e principalmente para pertencentes aos grupos sem estado, muitas vezes alheios aos debates nacionalistas.³¹⁸

A Declaração conseguiu alcançar um importante objetivo dentre o conjunto de medidas para a proteção do patrimônio em acompanhamento à visão para o respeito à diversidade e às minorias, ao abolir a necessidade de inscrição na Lista de proteção especial, da Convenção de 1954. A submissão para composição da lista dependia do interesse do Estado, o que reverbera no contexto político da Nação, dando todo o poder de proteção ao Governo que muitas vezes é interessado na desvalorização de culturas que não componham sua base de apoio. A retirada deste condicionante garantiu que a escolha para proteção não recaísse aos governantes, fomentando o efetivo apoio a todo e qualquer patrimônio reconhecidamente mundial.

A Preservação do Patrimônio Cultural alcança reflexões primordiais ao desenvolvimento sociocultural da humanidade, como a Declaração de 2003 pode demonstrar. Os valores vinculados ao patrimônio possibilitaram o alcance de uma perspectiva mais humanitária ao campo, onde não se fala apenas de monumentos representativos de eventos históricos fundamentais ao reconhecimento de uma identidade nacional, mas sim, reflete sobre a significação das histórias dos povos para a humanidade, onde todo e qualquer patrimônio é uma criação humana e deve ser reconhecido pelos povos independente de sua relação de origem. O documento que deriva da temática dos cenários de conflito possui constantemente diálogo com os extermínios de povos e suas culturas, as migrações, tão comuns à história, mas tão repletas de não reconhecimentos.

*Mindful that cultural heritage is an important component of the cultural identity of communities, groups and individuals, and of social cohesion, so that its intentional destruction may have adverse consequences on human dignity and human rights.*³¹⁹

³¹⁸ VRDOLJAK, Ana Filipa. Intentional Destruction of Cultural Heritage and International Law. **Thesaurus Acroasium**. Vol. XXXV. 2007, p.10

³¹⁹ UNESCO. *Declaration concerning the Intentional Destruction of Cultural Heritage*. 2003. Tradução da autora - Consciente de que o patrimônio cultural é um componente importante da identidade cultural das comunidades, grupos e indivíduos e da coesão social, a destruição intencional pode ter consequências adversas na dignidade e nos direitos humanos.

Enquanto organismo consultivo ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, e por sua relevância ao campo patrimonial e preservacionista, conforme apresentado durante este trabalho, o ICOMOS também vem abarcando e cada vez mais se dedicando à temática dos riscos e desastres ao Patrimônio Cultural. Simbólico ao tema do patrimônio e guerras foi a elaboração da Declaração de Dresden sobre a Reconstrução de monumentos destruídos pela guerra (*Reconstruction of Monuments Destroyed by War*) em 1982.³²⁰ A cidade alemã foi um dos símbolos da destruição patrimonial causada pela Segunda Guerra Mundial. As áreas urbanas históricas foram um dos primeiros elementos do Patrimônio Cultural a ser objeto do debate da Preservação, pelo destaque às decisões de intervenção que uma reconstrução depende. Para além do que nos oferece o texto da Declaração, está no caso de Dresden a principal fonte de riqueza ao debate. A submissão para a lista do Patrimônio Mundial em 1980 é fracassada pela reconstrução parcial dos principais monumentos da cidade histórica. Posteriormente, assegura sua inscrição pela representatividade de uma interseção cultural, com testemunhos da arquitetura e das festividades da corte, assim como paisagem cultural do início da era industrial. Após cinco anos, em 2009, a cidade perde o posto de Patrimônio Mundial, devido ao não seguimento das condições apresentadas pela UNESCO para sua manutenção, com a construção de uma autoestrada, questão de debates.³²¹

Os desastres escancaram a complexidade existente ao campo da Preservação do Patrimônio ao revelarem tantos aspectos sociais fundamentais ao debate, desde elementos políticos, econômicos, técnicos e religiosos.

Aspectos sociais se fazem presentes também na frente acerca dos desastres naturais, atualmente assunto que os órgãos e agentes do Patrimônio vêm se dedicando, caminhando em paralelo ao gerenciamento de riscos. Em sua generalidade o tema dos desastres que atingem o Patrimônio não é novidade, todavia ganha novos contornos. No caso do ICOMOS, recentemente, são privilegiados casos em referência a desastres naturais. Este tema articula-se ainda a assuntos singulares aos organismos internacionais como as mudanças climáticas e a relevância de populações locais nos processos de proteção ao patrimônio, temas diretamente

³²⁰ A República Democrática da Alemanha, governo de alinhamento com a União Soviética no pós-segunda guerra, organiza simpósio junto ao Comitê Nacional do ICOMOS na Alemanha, para discutir a reconstrução de monumentos destruídos pela guerra, emblemático na cidade de Dresden, adotando a Declaração. Nela são citados demais documentos sobre o tema reconhecidos pelo ICOMOS.

³²¹ Jokilehto em seu artigo sobre a reconstrução de patrimônios mundiais ressalta que a retirada da lista teve caráter político não estando de acordo com os critérios objetivos da avaliação do Comitê, já que a intervenção na paisagem ocorre parcialmente. In: JOKILEHTO, J. Reconstruction in the World Heritage Context. **European Association for Architectural Education**, Rome 28-31 October 2013. <https://engagingconservationyork.files.wordpress.com/2014/02/reconstruction-in-wh-context-rev.pdf>

relacionados ao patrimônio natural e ao reconhecimento da memória e da identidade na perspectiva social do patrimônio cultural.³²²

O ICOMOS tem como atividade principal o assessoramento na temática do Patrimônio em risco, por meio de procedimentos para um "alerta patrimonial", divulgando e apoiando a conservação destes patrimônios, assim como o estabelecimento do Comitê Científico Internacional sobre Prevenção de Riscos (*International Scientific Committee on Risk Preparedness*),³²³ objetivando ações destinadas à proteção de patrimônio em risco em casos de prevenção e ainda de pós-desastres e recuperação; como atividade destacada está a divulgação de relatórios de acompanhamento dos casos existentes visando a troca de experiências para tratamento e para a prevenção dos riscos. Esta última iniciativa teve início nos anos 2000, produzindo relatórios anuais e bianuais acerca de monumentos e sítios em perigo, assim como edições com assuntos especiais correlatos ao tema.³²⁴

As principais organizações apresentadas neste trabalho têm hoje como uma de suas temáticas de atuação os desastres e patrimônio em risco. O ICCROM possui como um de seus trabalhos a prevenção aos riscos ou aprofundamento de desastres "*Disaster-Resilient Heritage*". Compreendendo que terremotos, enchentes e furacões são ameaças que causam grande dano ao patrimônio, o Centro apoia tanto a capacitação de profissionais para o desenvolvimento do gerenciamento de riscos em busca de sua prevenção, quanto o suporte no momento de crises para efetivas e positivas respostas à preservação do patrimônio atingido. É responsável pela elaboração de diversos manuais, principalmente de primeiros socorros, com orientações dos passos a serem seguidos no tratamento após desastre: com o estabelecimento da coordenação dos trabalhos; a análise da situação; a avaliação dos danos e riscos após evento; o estabelecimento de segurança e estabilização; e a recuperação inicial.³²⁵

³²² As atividades desenvolvidas pelo ICOMOS acerca do patrimônio em risco trazem como importante elemento o diálogo com as comunidades locais. A iniciativa "*On the Road*" é um exemplo. O Comitê de Prevenção a riscos desenvolveu documentário após o terremoto em Gorkha, Kathmandu Valley, no Nepal, em 2015, em que histórias inspiradoras de profissionais e cidadãos são apresentadas refletindo acerca da recuperação do patrimônio cultural. https://youtu.be/ZDJO_mT_exY. As relações estabelecidas entre o Patrimônio Cultural e a sociedade é um alinhamento ao qual a UNESCO vem desenvolvendo amplamente em conformidade com seu objetivo principal de atuar em prol das áreas da Educação, Ciências, Sociedade e Cultura.

³²³ Website do Comitê: <http://icorp.icomos.org/>.

³²⁴ O website do ICOMOS divulga algumas publicações especiais como "Cultural heritage and natural disasters: Risk preparedness and the limits of prevention", pelos editores Hans-Rudolf Meier, Michael Petzet e Thomas Will; "The Soviet Heritage and European Modernism" de Jörg Haspel, Michael Petzet, Anke Zalivako and John Ziesemer; "Underwater cultural heritage at risk: Managing natural and human impacts" de Robert Grenier, David Nutley e Ian Cochran. Assim como relatórios acerca do terremoto em Tohoku, no Japão, em 2011, do terremoto no Haiti em 2010, e dos riscos às cidades históricas de Toledo e Cárceres, na Espanha, pelos planos de urbanização. <https://www.icomos.org/en/what-we-do/risk-preparedness/heritage-at-risk-reports>

³²⁵ ICCROM. **First Aid to Cultural Heritage in times of crisis**. Handbook. Rome: ICCROM. 2018. <https://www.iccom.org/themes/disaster-resilient-heritage/first-aid-cultural-heritage-fac/fac-resources>.

O ICOM, principal órgão de representatividade internacional de museus, possui como uma divisão responsável pela questão da segurança, o Comitê Internacional de Segurança em Museus (*International Committee for Museum Security*), com o objetivo de promover a educação, o apoio e treinamento acerca das principais riscos de destruição em museus. Possuindo também grupos de trabalhos nos temas de Segurança Técnica, Prevenção de Desastres e Segurança contra incêndios.³²⁶

Em vista do Simpósio sobre Gestão de desastres do Patrimônio Cultural do ICOMOS em Lima, no Peru, em 2010, foi adotada a Declaração de Lima, impulsionada primordialmente pelas afetações em zonas sísmicas, tendo especialistas peruanos e japoneses papel protagonista no desenvolvimento do evento e do documento. O texto indica a necessidade de preparo para lidar com o evento de terremotos, considerando a existência de diversos bens culturais em áreas sísmicas, e a tendência de destruição de patrimônios atingidos pelas autoridades locais. Apontam a importância da divisão de responsabilidades nas ações de prevenção de riscos.³²⁷

³²⁶ <http://network.icom.museum/icms/L/12/>

³²⁷ Diversos documentos vêm sendo elaborados e adotados pelas organizações, parte em parcerias, para a priorização das questões que tocam os desastres e riscos ao Patrimônio Cultural. Esses documentos são produzidos em níveis distintos, não necessariamente reproduzindo a adoção nos setores mais altos das organizações. Todavia, eventos e cursos organizados por órgãos reconhecidos no campo da Preservação estão atuando para a constituição de normativas objetivas às demandas da área, dentre eles estão: Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, World Heritage Committee, 30th Session, Vilnius, Lithuania, 8-16 July 2006, Paris 2006: http://whc.unesco.org/download.cfm?id_document=6525; Recommendations of the UNESCO/ICCROM/Agency for Cultural Affairs of Japan – Thematic Meeting on Cultural Heritage Risk Management, World Conference on Disaster Reduction, Kobe, 2005: <http://www.icomos.org/australia/images/pdf/Tsunami/Japan%20recommendations.pdf>; Declaration of Quebec, 1st National Summit on Heritage and Risk Preparedness, Quebec City, Canada, 1996. (Stovel, ICCROM 1998); Conclusions and the Recommendations of the International Workshop on Structural and Functional Rehabilitation of Housing in Historic Buildings in Seismic Regions, Mexico City, 1986 (Stovel, ICCROM 1998); Final Recommendations of the International Course on Preventive Measures for the Protection of Cultural Property in Earthquake Prone Regions, Skopje, Yugoslavia, 1985 (Stovel, ICCROM 1998); Declaration on the Impact of Climate Change on Cultural Heritage, International Workshop on Impact of Climate Change on Cultural Heritage, New Delhi (India), 22 May 2007 (ICOMOS News, June 2008); Declaration of Assisi by ICOMOS Scientific Committee for the Analysis and Restoration of Structures of Architectural Heritage, 1998 (Stovel, ICCROM 1998); Council of Europe, Committee of Ministers, Recommendation No. R(93)9 of the Committee of Ministers to Member States on the Protection of the Architectural Heritage against Natural Disasters, adopted by the Committee of Ministers on 23 November 1993 at the 503rd Meeting of the Ministers' Deputies (ICOMOS H@R 2008); Torino Declaration. Resolutions of the First Blue Shield International Meeting, Torino, Italy, 2004: <http://www.ifla.org/VI/4/admin/torino-declaration2004.pdf>; Radenci Declaration, Blue Shield Seminar on the Protection of Cultural Heritage in Emergencies and Exceptional Situations, Radenci, Slovenia, 12-16 November 1998: <http://www.ifla.org/VI/4/admin/emergency.htm>; Kyoto Declaration 2005 on the Protection of Cultural Properties, Historic Areas and their Settings from Loss in Disasters, Kyoto International Symposium 2005 “Towards the Protection of Cultural Properties and Historic Urban Areas from Disaster” held at Kyoto Kaikan on 16 January 2005): <http://www.international.icomos.org/xian2005/kyoto-declaration.pdf>; The Kobe/Tokyo Declaration on Risk Preparedness for Cultural Heritage, Kobe/Tokyo International Symposium on Risk Preparedness for Cultural Properties, 1997;

As publicações sobre gerenciamento e prevenção de riscos têm tido larga produção nos organismos internacionais, onde apresentam desde manuais de práticas até pesquisas científicas sobre o tema.³²⁸

O cenário de relevância que a área de gestão de prevenção de riscos ganhou no campo da Preservação do patrimônio nos últimos anos apresentou como fundamental a criação e o desenvolvimento de outras organizações apoiadoras deste campo, como o Escudo Azul (*Blue Shield International*)³²⁹. A organização internacional não governamental atua sobre a proteção do patrimônio cultural, e principalmente sobre os casos de destruição seja por conflito armado, ou ações humanas ou naturais, semelhante à Cruz Vermelha, mas destinada ao Patrimônio. Seu nome e identidade visual tem como referência o símbolo promulgado pela Convenção de 1954, sobre conflito armado, onde indicou-se a necessidade de identificação internacional de bens culturais visando o não bombardeio a estes bens e áreas.



Emblema Convenção de Haia (1954)



Logo do Escudo Azul

Documentos referentes a tratados e cartas patrimoniais, além das citadas no início deste capítulo, apontaram outras questões sobre a destruição de patrimônios, como a

³²⁸ Para buscas por referências bibliográficas Getty Conservation Institute, Online Bibliography for Museum Emergency Programme: <http://gcibibs.getty.edu/asp/>; e Risk Preparedness; Heritage at Risk, Bibliography, UNESCO-ICOMOS Documentation Centre, Paris:

http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/riskpreparedness.pdf; Algumas referências são Aparna Tandon (Org.). First aid to Cultural Heritage in Times of Crisis. ICCROM 2018; Simon Lambert and Cynthia Rockwell (Org.). Protecting Cultural Heritage in Times of Conflict: Contributions from the participants of the International course on First Aid to Cultural Heritage in Times of Conflict. 2012 ICCROM; UNESCO-WHC 2008, “Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties”, UNESCO Paris <http://whc.unesco.org/en/CC-policy-document/>; Hans-Rudolf Meier, Michael Petzet and Thomas Will (Org.). Cultural Heritage and Natural Disasters: Risk Preparedness and the Limits of Prevention. H@R - Heritage at Risk Especial Edition. ICOMOS 2007; Jigyasu, R. & Masuda, K. 2005, “Proceedings; Cultural Heritage Risk Management”, World Conference on Disaster Reduction Kyoto; Research Center for Disaster Mitigation of Urban Cultural Heritage, Ritsumeikan; Kyoto, Japan; Menegazzi, C. 2004, “Cultural Heritage Disaster Preparedness and Response”, Proceedings of the International Symposium held at Salar Jung Museum, Hyderabad, India, 23-27 November 2003, ICOM Paris: http://icom.museum/disaster_preparedness_book/copyright.pdf; Stovel, H. 1998, “Risk Preparedness: A Management Manual for World Cultural Heritage”, Rome, ICCROM; Feilden, B. 1987, “Between Two Earthquakes; Cultural Property in Seismic Zones”, ICCROM and Getty Conservation Institute; UNESCO-WHC 1983, “Desirability of adopting an international instrument on the Protection of the cultural heritage against natural disasters and their consequences”, Report of the Director General: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000560/056088eo.pdf>;

³²⁹ <https://theblueshield.org/>

Recomendação de 1968, da UNESCO, sobre a Preservação de bens culturais em perigo por obras públicas e privadas (*Recommendation concerning the Preservation of Cultural Property Endangered by Public or Private works*). A Recomendação foi objeto de análise anteriormente,³³⁰ se destacando ao ser o primeiro documento que traz em seu título o termo Preservação. A temática debatida apresenta a necessidade de atenção para as ações humanas que, mesmo sem apresentar a intencionalidade de destruição de um bem, podem ocasionar um desastre a partir da intervenção direta, ou mesmo no entorno do patrimônio, podendo também trazer grandes riscos.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (*Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*) adotada em Paris, no ano de 1972, é até hoje o documento orientador central aos órgãos, grupos e agentes da Preservação do Patrimônio Cultural. Adotada pela UNESCO a Convenção de 1972 é dedicada à conservação dos elementos considerados resquícios de um passado, representantes de produções de povos, e cenários significantes, enquanto símbolos de valor universal. Resultado do esforço iniciado no pós Segunda Guerra Mundial a Convenção do Patrimônio Mundial apresenta em seu preâmbulo a percepção de que os bens "estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica" e que sua destruição "constitui um empobrecimento efectivo do patrimônio de todos os povos do mundo".³³¹

A principal marca da Convenção é o estabelecimento da Lista do Patrimônio Mundial,³³² tendo como primeiro critério o "excepcional valor universal".³³³ Aos 40 anos de

³³⁰ Em "3.2. Consolidando conceitos e princípios: cartas patrimoniais", onde são analisadas as cartas patrimoniais, a recomendação é objeto de reflexão.

³³¹ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 1972. <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

³³² Em 2011 a Lista contava com 936 sítios e monumentos reconhecidos, 725 como Patrimônio Cultural, 183 Natural, e 28 que misturam os dois elementos. Esses registros estão em 153 países, e a Convenção possuía a ratificação de 187 nações. Em 2019 são 1121 bens listados em 167 países. A Lista tem sido ponto de diversas críticas acerca de seus objetivos, usos e alterações da intencionalidade original, assim como a própria constituição do Comitê avaliador. A quantidade excedente de bens culturais na lista, inicialmente com expectativa para até 100 registros, e o crescimento de participantes de perfil político e burocrático, em decréscimo aos especialistas, são justificativas a discordâncias veementes. In: CLEERE, Henry. **The impact of World Heritage Listing. Heritage, Driver of Development**. ICOMOS. Paris: 2011. pp.519-524; e BUCKLEY, Kristal. *The World Heritage Convention at 40: challenges for the work of ICOMOS*, **Historic Environment**, vol. 26, no. 2, p. 41.

³³³ Ver JOKILEHTO, J. **The World Heritage List. What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties**. An ICOMOS study compiled by Jukka Jokilehto, with contributions from Christina Cameron, Michel Parent and Michael Petzet. Hendrik Bäfler Verlag: Berlin, 2008.

existência completados em 2012, a Convenção foi objeto de debates e pesquisas, propiciando o desenvolvimento de reflexões concisas.³³⁴

Após anos do trabalho para implementação apoiando a elaboração de políticas nacionais a UNESCO vem se utilizando da Convenção caminhando com o foco nas comunidades e não mais nos Estados. O evento final em comemoração aos 40 anos da Convenção de 1972 teve como tema "*World Heritage and Sustainable Development: The role of communities*" realizado em Kyoto no Japão. Puderam ser observadas as mudanças ao longo das quatro décadas com especial atenção ao papel cada vez mais importante da cultura e da sociedade, junto ao papel fundamental de grupos sociais locais para a implementação das políticas preservacionistas e patrimoniais para além das autoridades representativas nacionais.³³⁵

Diversos problemas relativos à Preservação e Conservação do Patrimônio estão relacionados a demais questões que atingem a sociedade como a desigualdade, a economia e as mudanças climáticas. Os desastres e riscos que atingem o Patrimônio registram estas condições conforme foi apresentado, guerras, disputas geopolíticas, problemas técnicos, falta de investimentos para a manutenção preventiva, o avanço urbano, e danos naturais. Isto impõe a necessária compreensão das articulações para desenvolvimento mútuo de frentes distintas da cultura e da sociedade, e a implementação de medidas efetivamente eficazes às diversas áreas, em consideração aos direitos e bem-estar social das comunidades locais.³³⁶

A Convenção foi amplamente divulgada e grandes esforços garantiram sua implementação, notável no estabelecimento da Lista do Patrimônio Mundial e em todo seu processo. Contudo há um decréscimo sobre a valorização de "uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva",³³⁷ um dos objetivos instaurados pelo tratado ainda a ser efetivado na prática, um possível caminho para o futuro da Preservação Patrimonial.

A interdependência entre o cultural e o natural no Patrimônio Mundial deve ser aprofundada. Esta relação fundamentou a visão ampliada ao patrimônio, valorizando não

³³⁴ Meskell, Lynn 2013 UNESCO's World Heritage Convention at 40. Challenging the Economic and Political Order of International Heritage Conservation. *Current Anthropology* 54(4):483–494. Rodwell, Dennis 2012 The UNESCO World Heritage Convention, 1972–2012: Reflections and Direction. *The Historic Environment* 3(1):64–85. Willem J. H. Willems. The Future of World Heritage and the Emergence of Transnational Heritage Regimes. *heritage & society*, Vol. 7 No. 2, November, 2014, 105–120. Cameron, Christina. What is the future for the World Heritage Convention?. *Historic environment* 27, no. 2 (2015), pp. 30-40. Buckley, Kristal. 2014, The World Heritage Convention at 40: challenges for the work of ICOMOS, *Historic Environment*, vol. 26, no. 2, pp. 38-52.

³³⁵ BUCKLEY, Kristal. The World Heritage Convention at 40: challenges for the work of ICOMOS, **Historic Environment**, vol. 26, no. 2, p. 41.

³³⁶ BUCKLEY, Kristal. The World Heritage Convention at 40: challenges for the work of ICOMOS, **Historic Environment**, vol. 26, no. 2, p.46.

³³⁷ Artigo 5. <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

apenas a matéria, mas os contextos, criando um olhar comum entre aspectos diferenciados do patrimônio.

Os riscos são inerentes ao patrimônio, tanto em seu aspecto material quanto imaterial, assim como os desastres, que muitas vezes podem ser evitados. Contudo a história nos apresenta que permanecem experiências de proporções e motivações distintas. Conforme apresentado, um patrimônio que sofre com sua destruição não é eliminado em sua materialidade e também em seu valor, mas passam por processos de crise podendo se recuperar, recriar ou mesmo sucumbir. O desejo para sua reconstrução é o principal motivador a fundamentar uma nova fase na história do patrimônio e da comunidade envolvida. O processo de reconstrução, enquanto um processo de preservação, o planejamento e a reconstituição dos aspectos simbólicos e materiais devem caminhar unidos em permanente diálogo privilegiando uma participação dos diferentes atores sociais que se relacionam ao bem cultural.

3.4. Palavras que conservam: riscos e desastres na Preservação

Após a catástrofe sofrida pelo Museu Nacional algumas ações foram tomadas, influenciadas diretamente ao patrimônio atingido. Dentre essas, houve ações que se destinaram diretamente ao campo preservacionista, caracterizando a marca que eventos de desastres implicam à área.

Estritamente ao Museu Nacional, a UNESCO enviou uma equipe de especialistas em situações de desastres para acompanhamento da situação e para apoio às atividades emergenciais. A equipe foi composta por Cristina Menegazzi, UNESCO, e José Luiz Pedersoli, ICCROM. Esta missão, desenvolvida entre os dias 11 e 23 de setembro de 2018, gerou o relatório emergencial, em conformidade com as atividades proporcionadas pela organização.

Um relatório³³⁸ foi desenvolvido, onde se avaliam as ações emergenciais primordialmente relativas ao cuidado com o patrimônio atingido, aos indivíduos envolvidos e encaminha sugestões. Após o histórico da instituição, o relatório define os objetivos que a missão pretende cumprir em dois principais pontos: às primeiras ações de intervenção no Museu Nacional e a promoção para a prevenção nos demais museus da cidade do Rio de Janeiro. O documento acaba por definir bem as duas facetas de impactos do desastre: a

³³⁸ MENEGAZZI, Cristina. PEDERSOLI, José Luiz. Mission Report. 11 to 23 September 2018. Rio de Janeiro, Brazil. O relatório da missão foi encaminhado à Direção do Museu Nacional e à Reitoria da UFRJ.

primeira com maiores detalhes práticos a serem cumpridos e a segunda caracterizada pelos desdobramentos do evento na área.

As ações da missão da UNESCO previram inicialmente a aproximação e o apoio à organização dos órgãos envolvidos e seus responsáveis, os primeiros contatos se deram no âmbito nuclear junto à Direção do Museu e outros personagens da instituição. Posteriormente foi necessária a visita e a inspeção da área atingida e da coleção. Por fim, a missão apresentou às autoridades brasileiras um *check-list* de medidas primárias a serem implementadas em casos como esse, prevendo a segurança do edifício atingido, com controle de acesso e a prevenção contra furtos; a gestão adequada dos detritos; medidas de recuperação ao patrimônio que incluem estabilização e salvaguarda, por meio de inventários, realocação e tratamentos de conservação; a documentação acerca das medidas emergenciais e dos alcances do dano; e a identificação de especialistas para as intervenções iniciais.

Cabe ressaltar que a resposta dos técnicos brasileiros foi imediata e que os especialistas da UNESCO apoiaram as ações em andamento. Tanto os servidores do Museu Nacional e da UFRJ quanto do IPHAN, assim como a rede de profissionais de outros museus, participantes de organizações como o ICOM, se organizaram imediatamente para apoiar a instituição nas ações emergenciais.

As ações da missão da UNESCO acerca da organização dos atores e responsáveis na recuperação e reconstrução do Museu Nacional resultaram na Portaria nº 991 de 27 de setembro de 2018³³⁹ que define as atribuições e competências dos envolvidos onde, por meio da Secretaria Executiva, ao Ministério da Educação cabe coordenar as ações de "preservação e restauração" do Museu Nacional e de seu acervo, contratar ou apoiar tecnicamente e financeiramente às ações citadas por meio da UFRJ, monitorar o planejamento e a execução das ações e coordenar os contatos internacionais para "reconstrução e recomposição" do acervo.

À UFRJ coube a supervisão dos trabalhos de preservação e restauração, a elaboração do planejamento técnico-financeiro das ações, com a ressalva de consideração das diretrizes do IPHAN; a gestão técnica-financeira; a deliberação, junto à Direção do Museu Nacional, do resgate e curadoria do acervo atingido e da fundamentação conceitual à recomposição do acervo; e o desenvolvimento, em conjunto ao MEC, de parcerias com o MinC e suas autarquias, com a UNESCO e com outros órgãos na colaboração ao desenvolvimento positivo

³³⁹ Portaria nº 991, de 27 de setembro de 2018, DOU 28/09/2018 – Edição: 188 – Seção: 1 – Página 31 | Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42826296/do1-2018-09-28-portaria-n-991-de-27-de-setembro-de-2018-42826029.

do "planejamento, da execução ou da supervisão das ações emergenciais de preservação e de restauração do patrimônio e acervo do Museu Nacional".

Assim como essas, outras ações foram desenvolvidas, a partir de diversas reuniões executadas durante os 12 dias em que a missão esteve no Brasil em interlocução com instituições e autoridades como o Museu Nacional, a UFRJ, o IPHAN, o ICOM Brasil, especialistas alemães, o IBRAM, o Cônsul da Itália, o Embaixador da União Europeia, Diretora da UNESCO em Brasília, e reunião com embaixadores.

A missão propôs um plano de ação para o que chama de "recuperação" do Museu Nacional com quatro tópicos principais compostos por: a) Planejamento estratégico que contempla questões como a coordenação, a comunicação e o fortalecimento de capacitações; b) Resgate de acervos, fragmentos arquitetônicos, e o tratamento documental e de conservação; c) Estabilização do edifício, restauração e reconstrução; e d) Reconstituição de coleções, identificação de doações e parceiros, e novas coleções. Os dois primeiros tópicos representaram os principais esforços neste primeiro momento.

As três tarefas principais para a recuperação da instituição se estabeleceram na "consolidação e reconstrução" do edifício histórico, na recomposição das coleções, e no resgate de acervos e ações emergenciais. A missão propôs que a contribuição da UNESCO à recuperação do Museu Nacional estivesse no apoio para o estabelecimento de parcerias técnico-científicas entre instituições e pesquisadores, na inclusão dos setores especializados do Museu nas atividades de celebração do Ano Internacional de Línguas Indígenas em 2019, e no apoio às parcerias institucionais para doação de acervo à instituição.

A missão considerou que a recuperação do Museu Nacional pode ser um modelo de implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos de Desastres em Museus e outras instituições em larga-escala que a UNESCO poderia desenvolver em vista da urgência das necessidades de proteção ao patrimônio.

Nos meses seguintes, definiu-se que a UNESCO seria a gerenciadora do projeto de reconstrução do Paço de São Cristóvão - Museu Nacional, prioritariamente da área interna.

Um dos objetivos da missão da UNESCO tratou da prevenção de riscos em outras instituições no Rio de Janeiro, registrando os impactos do evento na área do patrimônio e sua preservação também sentidos. Diversas instituições correlatas sentiram a necessidade de posicionamento após o incêndio do Museu Nacional, consequências também dos questionamentos advindos da opinião pública, assim como de órgãos fiscalizadores.

Imediatamente após o evento, no dia 04 de setembro de 2018, o IPHAN publica a portaria Nº 366 que trata das diretrizes para os projetos de prevenção e combate ao incêndio e

pânico em bens edificados tombados. O posicionamento do Instituto se dá por sua responsabilidade na proteção ao patrimônio histórico nacional, tendo acompanhado o Museu Nacional, por meio de fiscalizações, durante os anos anteriores.

A portaria 366 foi motivada pelo incêndio do Museu Nacional, publicada dois dias depois do evento. Em seu texto apresenta como uma das justificativas “os recorrentes danos ao patrimônio cultural decorrentes de incêndios, que indicam não estarem estes bens adequadamente protegidos contra este tipo de sinistro”, buscando fundamentar o documento que normatiza os projetos de segurança que necessitam de análise também do IPHAN.³⁴⁰

Outra consequência do impacto que se desencadeia pelo evento foi a solicitação do Ministério Público Federal pelo fechamento de museus federais no Rio de Janeiro, justificada pela não existência de certificado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). Críticas foram apresentadas já que constantemente medidas correlatas não acarretam os efeitos esperados, além da decisão marcada por um imediatismo e a necessidade, em situações como essas, de se conhecer cada caso antes de submeter a esse tipo de posicionamento.³⁴¹

A resposta das instituições, apoiadas pela UNESCO, foi a organização do seminário internacional “Patrimônio em chamas: quem é o próximo” coordenado pelo IBRAM, ICOM Brasil e ICCROM, junto às instituições parceiras Museu Nacional, IPHAN e British Council. O evento realizado entre 26 e 28 de junho de 2019 buscou debater a partir de diversas perspectivas e realidades questões sobre riscos e desastres em patrimônios ocasionados por incêndio, com a apresentação de especialistas e propostas para a mitigação destes riscos, tendo sido realizada também uma visita técnica ao Museu Nacional.

Como resultado do evento foi construída a "Declaração do Rio de Janeiro - sobre redução do risco de incêndio no patrimônio cultural".³⁴² A Declaração surge como resposta a todos os movimentos que o incêndio do Museu Nacional desencadeou, principalmente no âmbito do patrimônio em museus, já que há muitas situações similares em que instituições museológicas se situam em edifícios históricos e possuem um importante acervo. A

³⁴⁰ Portaria nº 366, de 04 de setembro de 2018:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?2kzIdPuJRKzvKvnsxiKKY4M9Ta2XJq5jmdkRolzLITY71lg1niPF-JB7pziWi6OJOvucOuH7GdJMhqqRE71cbnADzpP72w_mhTkmiK3QaBNQmvguZvxj5peWdZJdyL.

³⁴¹ <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/mpf-pede-fechamento-de-seis-museus-federais-no-rio-de-janeiro-1.271500>

<https://br.sputniknews.com/brasil/2018091212196446-fechamento-museus-rio/>

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-09-11/museu-nacional-pge-rj-fechamento.html> (ANEXO VI).

³⁴² Declaração do Rio de Janeiro sobre Redução do Risco de Incêndio no Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro - Brasil - 2019. Organizadores IBRAM, ICOM Brasil e ICCROM: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/DeclaracaoRioJaneiro.pdf>.

declaração registra o alto grau de risco que incêndios representam ao patrimônio, citando casos conhecidos, e ressaltando a necessidade de atuarmos sobre esta questão com urgência nas diversas frentes possíveis, como a preparação para os casos de emergência e o uso de tecnologias apropriadas para a prevenção.

A declaração aborda a necessidade de se inserir o tema do patrimônio nas legislações que tratam de incêndio, assim como a maior rigidez no acompanhamento do gerenciamento da Gestão de Risco. Propõe também o desenvolvimento amplo de pesquisas, por meio da facilitação de levantamento de dados acerca do tema, que possam auxiliar o desenvolvimento de projetos compatíveis às situações existentes, específicas ao patrimônio, e que possam basear justificativas de implementações inclusive no âmbito financeiro. O financiamento também é tema, abordando a necessidade de ampliação e continuidade de recursos disponíveis para elaboração e implementação de projetos de segurança. A declaração sugere a priorização aos prédios históricos para implementação de projetos que contemplem o respeito à "autenticidade e valores estéticos" desses bens culturais, demonstrando que impasses entre responsáveis pela segurança e pelo patrimônio necessitam ser ultrapassados para o desenvolvimento das demandas.

A declaração em muitos pontos ressalta a necessidade de pesquisas pela falta de conhecimento de informações que possam trazer uma efetiva resolução às necessidades. A relação entre instituições e áreas que necessitam de diálogo também é tema já que é comum aos especialistas em segurança o desconhecimento pelas especificidades do patrimônio e que cercam as atuações emergenciais nesses casos. Por fim, a consideração acerca da falta de conscientização sobre o tema é ressaltada na necessidade de ampliar as políticas de educação patrimonial sobre o assunto, e também na proposição de um "Dia Internacional de Prevenção e Proteção contra Incêndios em Patrimônio Cultural".

A Declaração demonstra o impacto que o evento do incêndio do Museu Nacional representa ao campo da Preservação e do patrimônio cultural. Diversas considerações que constituíram a Declaração são representantes da realidade vivida pela instituição. A constatação de que, apesar de grandes esforços serem envidados para a prevenção de um incêndio é possível que não se consiga evitar o acontecimento. Como o exemplo do Museu Nacional, que após anos de intenso trabalho, possuía o planejamento, com recursos para o desenvolvimento do projeto de combate e prevenção a incêndio, sem conseguir tempo hábil para ser implementado, tendo o desastre ganhado essa corrida no tempo. A necessidade de avaliação da viabilidade de execução nos casos emergenciais relembra ainda o triste fato de que não houve água nos hidrantes que atendiam ao edifício histórico do Museu Nacional,

impedindo a execução do trabalho. O impacto da realidade que muitas instituições podem passar, representada no caso do Museu Nacional, impulsionou a proposição de políticas e de conscientização imediatas e amplas como um dia de lembrança à importância do tema, que deve considerar o caráter peremptório de uma catástrofe como essa.

Outros eventos foram produzidos, tendo o incêndio como mote e impulsionador. Assim como o desejo de diversas instituições e suas comunidades em compreender os acontecimentos, os sentimentos dos principais envolvidos, assim como as respostas emergenciais e o planejamento futuro. Todavia não é apenas de eventos que lembrem o desastre que temos vivido, uma das importantes frentes abertas está na maior conscientização sobre a participação da sociedade na proteção a seu patrimônio. Temos observado importante mobilização dos agentes do campo cultural, mas que somente se solidificam pela participação dos indivíduos que desejam defender este campo mesmo que não estejam atuando diretamente nele. Importantes conquistas foram observadas ao final do ano de 2019 em que campanhas de doação atingiram metas representativas em nossa sociedade, a qual não possui uma cultura de ações como essas, demonstrando o respeito, a confiança, e o desejo em participar na constituição de nossa cultura.

O desastre do Museu Nacional impactou diretamente muitas vidas que ali desenvolviam seus trabalhos, alguns há décadas, assim como a memória de cidadãos que possuíam o Museu como seu referencial aos momentos de infância, lembrança familiar, outros como o símbolo de um local grandioso e até afastado, como se permitido apenas para determinados grupos sociais, mas também aproximado àqueles que fazem do Parque da Quinta da Boa Vista o lazer de finais de semana. Muitas mensagens de apoio registravam a tristeza e até pedidos de desculpas por não terem visitado o Museu antes do incêndio. Outros entristecem por estarem programando visitas para as semanas seguintes e alguns ainda registraram a visita nos dias anteriores.

As referências que o patrimônio congrega, as significações que por ele perpassam, acompanhando a vida social de indivíduos, o lamento e a tristeza dos cidadãos, dos cariocas e brasileiros, dos militantes pela cultura e pela educação, reforçam o desejo que os representantes institucionais possuem, assim como os trabalhadores, pesquisadores e alunos de rever o museu em seu pleno funcionamento.

A Preservação possui hoje um campo consolidado para lidar com esses desafios, que possuem cada qual sua especificidade, mas representam primordialmente o desejo de se encontrar novamente um espaço de referenciais de sua história e memória.

A preservação é compreendida como uma das principais funções de um museu. O conjunto de cartas patrimoniais e a trajetória de seu desenvolvimento, composta por seus produtores e contexto de produção, demonstram como este campo conseguiu se tornar autônomo, mas manter diálogo intenso e contínuo às áreas as quais é fundamental. A preservação possui atualmente organismos não governamentais, de representações regionais e internacionais, que desenvolvem atividades específicas e amplas na reflexão de suas questões fundamentais e ainda novidades basilares aos campos que dialogam diretamente tendo o patrimônio como objeto e a preservação como função, como é o caso dos museus.

A Preservação, assim como as disciplinas de Conservação e Restauração, se desenvolveu numa trajetória que abarcou e atende ainda fortemente o campo da arquitetura, conseguindo ao longo do tempo, a união aos tipos correlatos de patrimônio, permitindo o desenvolvimento de princípios basilares que seguem para a especificação a partir das necessidades observadas.

As cartas patrimoniais correspondem aos fundamentos do campo da Preservação, assim como demonstram características deste Campo, a importante relação entre teoria e prática, o fundamental desenvolvimento da subjetivação, e a relação com a sociedade.

Partindo desta análise, representante de uma trajetória de fundamentos, é possível seguir para outras áreas, de maior especificidade, da Preservação. Sua relação com o Patrimônio é irreversível e inquestionável, apenas existindo pela própria existência da ideia de patrimônio, e possuindo ramificações a outros campos e questões específicas. Outros documentos são criados assim como novos agentes emergem para dar conta dos problemas que o desenvolvimento da noção de patrimônio e de preservação, entre outros, são modificados. Ao mesmo tempo em que o mundo vai recebendo novas maneiras de comunicação, informação, e racionalização.

A preservação somente tem sentido a partir das relações que estabelece, e vai se estabelecendo, com outros campos, e assim crescendo em especificidade. As cartas patrimoniais demonstram a possibilidade e a viabilidade histórica em lidar com temáticas a nível mundial assim como as dificuldades dessa missão, mas a preservação necessita ainda se debruçar em temáticas específicas singulares se solidificando como um saber efetivo e necessário para lidar com os problemas do mundo real.

A complexidade das práticas da preservação do patrimônio cultural e o conhecimento das situações em que os bens patrimoniais têm vivido emergiram como importantes temas ao qual o campo da Preservação tem se debruçado. A Gestão de Risco em situações de desastre é um desses singulares temas. Esse tema tem produzido comitês e programas específicos para

atuação e elaboração de documentação que possa auxiliar novos casos a estabelecer rotinas e a prevenir cenários de grave crise.

Um dos temas de atuação do ICCROM é o gerenciamento de risco e Desastre.³⁴³ O ICOMOS também possui como temática fundamental de suas ações o tema patrimônio em risco, possuindo também um comitê internacional para prevenção de riscos.³⁴⁴ O ICOMOS possui hoje a proteção do patrimônio como área de atuação de suas atividades, focada primordialmente na proteção de acervos e coleções.³⁴⁵

³⁴³ Junto à Conservação preventiva, à Ciência do patrimônio, ao patrimônio Mundial, e ao patrimônio e pessoas, o gerenciamento de riscos e Desastres é um dos temas que o ICCROM atualmente se disponibiliza atuar dando importância a seus estudos e ações. <https://www.iccrom.org/section/disaster-resilient-heritage/disaster-risk-management-cultural-heritage>

³⁴⁴ ICORP é o *International Scientific Committee on Risk Preparedness*, do ICOMOS. <http://icorp.icomos.org/>

³⁴⁵ As atividades do ICOMOS de proteção ao patrimônio possuem como uma de suas linhas o suporte à prevenção e ação emergencial de desastres que atinjam museus, mas não se restringem apenas a isso, atuando principalmente acerca da movimentação ilícita de peças de acervos museológicos. As ações de um gerenciamento de desastres tocam principalmente à segurança, tanto das pessoas, trabalhadores e a população em geral que possam ser atingida, mas também às coleções, que em situações como essas se instalam no campo de alto risco, possibilitando o contrabando de materiais diante da situação de crise <https://icom.museum/en/our-actions/heritage-protection/international-observatory-on-illicit-traffic-in-cultural-goods/>
<https://icom.museum/en/our-actions/heritage-protection/emergency-preparedness-and-response/>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

restaurando memórias e identidades

A Preservação do Patrimônio Cultural é área do conhecimento que vem congregando os saberes relativos à proteção do Patrimônio Cultural, conceito ampliado que hoje constitui conjunto de obras de arte, edifícios, monumentos, tradições, acervos de diversas características, e paisagens. Enquanto se configura como um campo de extrema relevância para outras áreas, como a História, a Museologia, a Arquivologia, a Arquitetura, as Artes, é também área de complexa definição e de conceituação ampliada.

Políticas Públicas no âmbito da Cultura têm abarcado o desenvolvimento do campo da Preservação. Sua perspectiva imaterial permitiu o avanço da relevância a quase todos os setores das artes e das humanidades, assim como, o desenvolvimento de especificidades práticas, como as medidas de Conservação e Restauração, que cada vez mais pautadas no conhecimento científico das características de alterações físico-químicas dos materiais e seus agentes, despertam o interesse dos campos das ciências naturais e exatas.

A gama de estudos possíveis na área e as expressivas demandas urgentes no cotidiano das sociedades sobre soluções a serem implementadas, tornam os holofotes a si. Os avanços tecnológicos que vêm permitindo a longevidade de bens culturais é também objeto de reflexões sobre a finalidade que suas ações destinam ao patrimônio. Os questionamentos relevantes desejam compreender o que se protege de fato. Que sentido a Preservação, enquanto saber possui a humanidade, garantindo sua relevância e sua continuidade.

A quem se depara com os movimentos da Preservação, a percepção de dois primordiais sinais são absorvidos: a ação sobre um objeto e a variedade de significados. Estes dizem respeito à dualidade característica do saber, a materialidade e a imaterialidade. A prática da área é a origem de sua formação, definida principalmente pelo restauro, ações de intervenção em um bem. Esta mesma prática também originou os primeiros debates aprofundados que iniciaram a consolidação da área, sendo os esforços de conceituação simbólicos para esta fase, como é o caso do verbete de Eugène Viollet-le-Duc, "*Restauration*", do *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française*.

As diversas teorias, ideias e princípios apresentados durante esse trabalho vêm demonstrando a força que a dicotomia entre o abstrato e o concreto, o material e o imaterial, o

objetivo e o subjetivo, e a prática e a teoria possuem constantemente na formação do campo da Preservação e no desenvolvimento de suas disciplinas. De formas distintas, essa dialética foi compreendida e demonstrada, mesmo na consideração de conceitos diferentes e de objetos variados, ela esteve presente mantendo um equilíbrio na construção do conhecimento.

A Preservação é feita por palavras que restauram sentimentos. Fascinante é a Preservação, em sua perspectiva conservacionista voltada à materialidade, de atuações cada vez mais científicas, ter em seus elementos subjetivos o aspecto primordial de sua finalidade. O momento de avanços tecnológicos, por um lado, e a crise socioeconômica por outro são primordiais ao enfrentamento das reflexões restritas e exíguas. Um olhar profundo e ampliado ao viés teórico e subjetivo da Preservação é fundamental para a compreensão da singularidade do tema, assim como mais um passo à revigoração do campo e à reflexão das práticas e experiências futuras.

Não se deve afastar das reflexões acerca da subjetividade e da imaterialidade. O campo da Preservação se estabeleceu e se desenvolve com muito vigor e importância, sendo uma das principais, quiçá não a principal, área do Patrimônio Cultural. Este trabalho buscou demonstrar a singularidade da significância e valorização memorial e identitária social para a Preservação. Todavia, defendemos também a excepcionalidade do aspecto material para este campo. Apesar da Preservação hoje ser composta, e desejar falar amplamente sobre a imaterialidade, observamos o papel primordial que a materialidade possui nos antecedentes da formação da teoria da Preservação - Assim também a substância científica deste campo.

É de extrema relevância termos conquistado o espaço do patrimônio imaterial, assim como seu desenvolvimento, permitindo o reconhecimento para as práticas do campo. Contudo, há um desejo social sobre a materialidade, principalmente quando se refere ao campo da memória e da identidade social. Se pudéssemos tornaríamos os patrimônios imateriais matéria, assim como tentamos fazê-lo constantemente, por meio de fotos, vídeos, áudios, desenhos entre outros. Lembro também que o patrimônio imaterial possui matéria, geralmente viva e de limitado controle, são pessoas, adereços, instrumentos e paisagens que só fazem sentido quando se encontram e do qual não podemos paralisar esse encontro, a não ser numa foto. A beleza da Preservação se encontra nessa busca constante pelo que sabemos ser o impossível, manter a fotografia na mente, com seu cheiro, seu gosto, suas cores e seus movimentos.

O Patrimônio Cultural na atualidade pode ser compreendido como linguagem. Aproximando-nos da ideia de que os museus das sociedades ocidentais buscam aproximar a linguagem da experimentação sensorial, em processo longo de esvaecimento desde a

modernidade, podemos utilizar o Patrimônio Cultural neste contexto, onde a sociedade é impulsionada pela vontade de alcançá-los e obtê-los. Esses são considerados "objetos de desejo" por se constituírem como materiais de outros tempos. A configuração a que lhes remetem aspecto primordial é o afastamento de uma realidade, isso garante sua autenticidade. O processo que compreende sua configuração de "objeto de desejo" por parte de outra realidade, a qual devemos buscar, é o mesmo que nutre a existência deste distanciamento, impossível de ser atingido plenamente. Os patrimônios podem ser compreendidos como linguagem possuidora de presença e de ausência, sua forma e seu significado. E é essa relação, formadora da linguagem, que mantém o desejo pelo bem.

A Preservação, em sua teoria e prática, é processo que finaliza em um novo objeto, com certa aparência de antigo. Essa linguagem permeia tanto a configuração do signo quanto a relação com a perda. O signo possui significante e significado. O significante é a forma, a presença física, o formato. O significado é o conteúdo, o conceito, a compreensão. O sistema de formação de um signo é permeado por lógicas distintas regentes destes dois entes, significante e significado. Devido a suas especificidades, não funcionam em direta correspondência, podendo, significante e significado, se encontrar em períodos distintos de seu estabelecimento. A forma que um signo toma pode estar mais ou menos relacionada ao entendimento que ele possui. As mudanças que sofrem, apesar da influência que estabelecem mutuamente, não caracterizam homogeneidade.

A Preservação é a busca pela diminuição das distâncias que o signo (bem) possui. A manutenção de seu significante e de seu significado se justifica e se impõem pelo desejo e pelo afastamento. Ideia presente nas narrativas criadas para a construção de um discurso sobre o patrimônio nacional.

História, memória, valor e identidade são penetradas pela Preservação. As temáticas se encontram em reflexão constante na contemporaneidade onde valores socioculturais são distorcidos e recompostos. Urge a compreensão para processos desta natureza, que envolvem valorização, materialidade e identificação, constituintes das relações sociais e humanas.

Compreender os conceitos que atuavam sobre e a partir das práticas aplicadas foi primordial à concepção do estado em que o campo da Preservação foi desenvolvido. Isto estabelece uma questão fundamental ao desenvolvimento humano. Paradigmas foram sustentados nos aspectos da materialidade e da imaterialidade, todavia se influenciaram mutuamente. Ações de restauro junto às normativas da área, ou reflexões sobre práticas em oposição ao que se praticava, demonstram os diversos formatos de interação dos aspectos que constituíram o conhecimento. Os esforços para definir as diretrizes de ação e compreensão,

pautadas pelas cartas patrimoniais e outros documentos, alimentaram também as intenções de apreensão sobre as disciplinas da área de conhecimento e a conceituação das mesmas, assim como a compreensão dos conceitos fundamentais a todo o campo.

A acepção sobre os termos fundamentais do campo da Preservação se faz necessária à reflexão sobre seu estado, sobre os modos de apreensão e sobre o uso desse saber. O caráter sociocultural da Preservação do Patrimônio Cultural indica a conveniência para sua apreensão junto a uma abrangência às demais esferas sociais.

Encaminhamos ao século XXI com importantes avanços ao campo da Preservação do Patrimônio Cultural, ampliados pela possibilidade de alcance das trocas de experiências e do reconhecimento da área por outros campos do saber e do desenvolvimento humano. A constituição das noções de Patrimônio e da Preservação e Conservação são devedoras do desenvolver da modernidade e principalmente da formação dos Estados-Nação e da força da identidade nacional. A criação de sentido para a união dos povos se deu com as ideias de memória, História, Patrimônio e sua proteção, estabelecendo um significado coletivo e um sentido individualizado.

Os limites existentes para o sucesso da estrutura do Estado-Nação estão expostos. Não é uma negação à nação, mas a intenção de assumir que essa não dá conta dos problemas a serem tratados. O Patrimônio e sua Preservação devem colaborar para o desenvolvimento de melhores ideais para os significados que o mundo exige. Desde a segunda metade do século XX, os organismos vêm pautando a construção de conceitos mais amplos ao Patrimônio, baseados na relevância de contextos para a significância de bens. Assim, paisagens passam a valer mais do que bens isolados, e a natureza é contemplada também como um patrimônio cultural. As paisagens são compostas ainda por práticas e costumes, de valores imateriais e intangíveis.

O Patrimônio chega ao século XXI sendo principalmente mundial, o que não exclui seu valor local e até mesmo nacional, contudo pertence ao desenvolvimento humano, e deve ser protegido para todo e qualquer indivíduo social, independente de sua origem. No desenvolvimento de processos e decisões sobre o Patrimônio, deve ser assegurada a participação da população local e, para além dos interesses governamentais, o Patrimônio Mundial é um reconhecimento fundamental em um contexto global de migrações, desigualdades, e minorias que tiveram sua participação diminuída no reconhecimento cultural.

Sem abrir mão do valor histórico das formações nacionais, hoje, o Patrimônio, por sua responsabilidade para com a sociedade e com a cultura, deve se reconhecer como um símbolo para a humanidade, alcançando todo e qualquer indivíduo social. O Museu Nacional,

enquanto um símbolo do Patrimônio Cultural, detentor de histórias políticas, locais, científicas, institucionais, culturais e patrimoniais, marcado por um recente evento de desastre, deve trazer a sua reconstrução a perspectiva mundial, considerando também as repercussões internacionais do desastre vivido.

A responsabilidade para com a memória nacional é pungente, todavia sua reconstrução necessita de impulsos contemporâneos, não apenas nas escolhas das partes a reconstruir, mas também como uma linha orientadora. O estímulo, em articulação com a atualidade, permitirá ao Museu Nacional o estabelecimento de identificação que ultrapasse os limites locais e nacionais, podendo fundamentar novas modelagens de museus de história natural no mundo. O Museu Nacional, trazendo a história do Brasil e das cortes europeias na América, das instituições museológicas e científicas, e do desenvolvimento científico, de museus de história natural, patrimônios culturais e sua preservação, poderá constituir uma importante rede complexa de cultura e educação para a sociedade. Será fundamental estabelecer a interface regional-internacional na fundamentação da reconstrução do Museu, lembrando do artigo 5º da Convenção de 1972, onde a existência de um Patrimônio Mundial não está desarticulada da valorização local do bem.

A Preservação constitui-se pelo constante diálogo entre diversas áreas que compõem características tecnológicas e humanísticas próprias. Como revisitado por esta pesquisa, conceitos característicos de outras disciplinas são fundamentais para sua formação, tanto em seus aspectos sócio-históricos quanto epistemológicos, como as ideias de Memória e de Patrimônio. Ao defrontar-se sobre a trajetória da área, a forma como se expressa em sua prática, e os conceitos fundantes e orientadores, um espaço de debate se estabelece, em busca da reflexão sobre a Preservação enquanto campo do conhecimento e sua relevância social.

O debate acerca da relação entre a Preservação, o Patrimônio, o Valor, a Memória e História ressalta a simbiose entre material e imaterial, desencadeando reflexões sobre a relação com a História, a formação de identidades, referência de valores e a construção de memória.

História, Patrimônio e memória são instâncias discursivas, se influenciam mutuamente na construção de novos significados pela contínua relação que seus termos encerram.

A Revolução Francesa marca a modernidade por já utilizar-se do moderno conceito de História. Seus contemporâneos puderam compreendê-la com a visão de uma História globalizante, entendendo-se como atores da História, personagens de um acontecimento que trará consequências ao mundo.

A partir desse momento, a temporalização é produzida pelas relações humanas, e o tempo histórico é o tempo por excelência, um tempo marcado pelo progresso e pela evolução das experiências do homem no mundo. O que foi vivido é entendido como História, assim como o futuro é entendido como uma evolução dos eventos históricos. Porém o que foi vivido não é mais exemplo a ser repetido na expectativa de novamente alcançar os objetivos do passado no presente.

Dessa forma é necessário um estudo específico para as referências que se apresentam tão distantes do que é vivenciado. Uma fenda entre o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa" foi produzida, provocando um distanciamento entre as noções de passado, presente e futuro. A História surge como ciência fundamental para a construção da ideia de nação, o papel da memória está inserido nos recursos de que Estados Nacionais, em constante formação, têm utilizado para o mesmo fim. O Patrimônio se encontra junto aos processos em constante modificação.

A manifestação da noção de Patrimônio, como um bem coletivo ligado à ideia de nação, revela-se primeiramente em uma direção histórica e por meio do sentimento de perda. As marcas do passado precisavam ser protegidas, um passado que não mais voltaria para deixar os mesmos vestígios.

O Renascimento marcou a formulação e a utilização das categorias de patrimônio histórico e artístico, que regem a fundamentação da preservação dos bens. A estratégia da construção da nação através da preservação concretiza a ideia da prática preservacionista de forma ideológica, e a intervenção do Estado propicia sua prática. Serão os valores culturais de caráter histórico e artístico elementos primordiais na rede de significados tecida.

A Revolução Francesa marca uma modificação no que tange as práticas institucionais. Diante das ameaças de destruições por movimentações sociais, como os advindos da própria Revolução, a preservação se tornar um problema público. Já considerados monumentos históricos e artísticos, os bens foram sendo vinculados ao interesse político da nação. Dessa forma, ao final do XVIII, quando o Estado assume de forma legal a proteção de certos bens considerados representantes da nação, se consolida de fato o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Com a necessidade de analisar e conservar um edifício, por ser considerado um testemunho, um documento histórico, e também uma obra de arte, os novos conceitos de monumento histórico, de Patrimônio e de Preservação são possíveis. A partir do conceito de monumento histórico e artístico a ideia de Patrimônio adquiriu significado social como uma herança cultural coletiva.

Os bens foram considerados documentos da nação, ganhando significado não só cultural, mas também político. O termo Patrimônio foi utilizado no intuito de revelar a ideia de uma posse coletiva fazendo parte da cidadania, pois esses bens eram agora de interesse dos cidadãos, propriedade da nação. Através da criação do novo estatuto de confisco de bens e da necessidade de ressignificar esses bens, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional foi constituído.

A Preservação como atividade foi constituída e continuada pela participação dos interesses políticos que se engendraram aos interesses culturais a partir de uma justificativa ideológica, a de nação.

A História pauta questões fundamentais acerca da relação com o passado e com o transcorrer do tempo para o fazer das ciências que cercam o Patrimônio. Disciplinas como a Conservação representam uma relação direta com a sociedade, permeando as decisões sobre símbolos sociais, representados por objetos de museus até as cidades.

Os termos identidade e nação podem não estar tão diretamente associados ao campo da Preservação, contudo, com olhar mais atento, percebe-se que o período em que os conceitos se formam, as ideias de identidade e nação são fundamentais aos valores propiciados. O conjunto de símbolos, referenciais, expressões e dados compõem a compreensão acerca do significado de identidade.

Focalizando a perspectiva das ciências humanas, a identidade se tornou tema caro a diversas disciplinas, considerada por sua relevância sobre o diálogo acerca da constituição social e individual: a partir das referências de uma sociedade, a Sociologia concebeu a formação da identidade de indivíduos; a Psicologia concebe a identidade em referência ao indivíduo e sua formação. Qualidades, crenças e personalidade perfazem uma identidade própria ou mesmo características de indivíduos em um grupo. A contemporaneidade desenvolveu outras maneiras de conceber o tema como a identidade de gênero, em perspectiva com o campo da Psicologia, onde se considera a identificação de um indivíduo aos hábitos, costumes e sensações de um gênero.

Os campos da Preservação e do Patrimônio se propagam imbuídos do que os agentes desejavam criar enquanto justificativa aos olhos dos vivos. A justificativa à emergência do Patrimônio se dá pelo reconhecimento promovido por ele aos que pertencem àquele espaço e àquela História, em um processo de formação de identidade especialmente nacional.

O distanciamento entre História e Memória estabeleceu a necessidade da constituição dessas de maneira solidificada e direcionada às relações que efetuam, buscando que tanto uma quanto a outra permanecessem em seus papéis fundamentais ao reconhecimento de um povo.

O cenário era formado pelos Estados-Nações, que careceram da construção da identificação entre os indivíduos e o povo, uma Nação.

Forma-se concatenadamente, sob um esforço político, cultural, social, intelectual, a modelagem entre a História como disciplina, que fundamenta e guarda os acontecimentos sociais, a Memória, que guarda lembranças e sensações pulsantes nos indivíduos sociais, o Patrimônio, que concebe o lugar de memória e valor histórico, para a formação de uma identidade nacional possuidora de discursos históricos, memoriais e patrimoniais.

Ao dialogar diretamente com Patrimônio, Memória e História, a Preservação toma uma dimensão fundamental sobre a humanidade. Apenas o humano é capaz de lembrar. A memória é uma essencial dimensão humana e sua escolha por preservar é o reconhecimento de sua humanidade.

O trabalho a ser desenvolvido pelo Museu Nacional se encaminha a um projeto de preservação onde diferentes medidas serão implementadas. A reconstrução será a principal delas quando se reflete sobre o patrimônio arquitetônico. O restabelecimento da edificação é um processo complexo que caminha juntamente às escolhas acerca de sua função e seus usos. Algumas destas questões já estão bem encaminhadas, como a destinação de todas as áreas para o complexo museológico, isto é, áreas expositivas e espaços de apoio às atividades diretamente relacionadas à exposição. O respeito e a valorização da história do edifício e das memórias existentes também é ponto pacífico, por exemplo no estabelecimento de circuitos expositivos sobre a história da ocupação do palácio pela Família Real e Imperial Brasileira, e os processos históricos relativos a esta época e local. Por outro lado ainda haverá avaliações e debates acerca do modo como esta valorização será efetivada, principalmente nas áreas detentoras de grandes registros artísticos e históricos, mais drasticamente afetadas, como as salas históricas do Trono e dos Diplomatas.

Une-se a esse processo de reconstrução, principalmente as medidas de reabilitação, que considerarão a complementação de projetos que levem em consideração modernas estruturas complementares nunca existentes, relativas também à função de museu. Projetos de climatização, segurança, acessibilidade são alguns exemplos.

A Preservação do Patrimônio Cultural é campo de extensa atuação e amplas relações disciplinares. O debate conceitual que estabelece sua formação é primordial a sua compreensão e à definição de suas práticas. Apesar da publicização de suas propostas e do estabelecimento de seus métodos preventivos, ainda há substancial obstáculo às políticas e aplicações preservacionistas, tanto por dificuldades pragmáticas quanto pelas limitações epistemológicas variáveis.

Os casos de patrimônios culturais em risco e em situação de desastre representam visões particulares em cenários extremos, de caráter emergencial e de aprofundamentos diferenciados. O caso do Museu Nacional é exemplar, ao permitir revisitar situações de certa similaridade e debate específico a partir da necessidade de fundamentar ações e escolhas emergenciais e planejadas para a reconstrução de patrimônio cultural nacional. Permitindo ainda a reflexão do campo preservacionista na esteira das relações e práticas sociais.

Conforme já exemplificado durante o trabalho, é possível observar desdobramentos das questões patrimoniais e preservacionistas nas esferas políticas, considerando o capital simbólico que este tema, enquanto um elemento da temática cultural, encerra.

No âmbito do patrimônio em desastres, vimos que as grandes guerras do século XX foram paradigmáticas para o campo da Preservação de maneira geral, mas em particular às experiências de patrimônio em risco e sua destruição. Na primeira década deste século se promoveu a "Declaração sobre a destruição intencional do patrimônio cultural", reafirmando a preocupação e a existência dessas situações ainda em nossos tempos. Os debates se voltavam primordialmente às guerras no oriente médio, como no caso dos Budas de Bamiyan, localizados na região do Afeganistão, onde sua destruição motivou a Declaração da UNESCO. Contudo, o início do ano de 2020 foi marcado pelo acirramento de conflitos entre os EUA e o Irã. Devido à morte de um general iraniano, por um ataque norte-americano, o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, declarou a possibilidade de ataques ao patrimônio cultural do Irã. A postagem no twitter do Presidente norte-americano informou que o país já identificara 52 áreas de grande importância ao Irã e à cultura iraniana, e que poderiam atacar forte e rapidamente numa ameaça às possíveis retaliações aos EUA pela morte do general.³⁴⁶

O Presidente recebeu diversas críticas e teve de ser lembrado de que esse tipo de ação é um crime de guerra. Infelizmente, a afirmação apenas expõe situações existentes em nosso tempo, geralmente não evidenciadas publicamente. Todavia é singular observarmos o interesse na destruição do patrimônio cultural em pleno século XXI, registrando a consolidação do poder do Patrimônio em nossas sociedades, caracterizado pelos processos históricos e memoriais de grande influência para a identidade social. A submissão de um povo se encontra na perda de seus símbolos e referenciais, cessando o sentido de sua história e vida.

³⁴⁶ <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-51014237>
<https://www.theguardian.com/world/2020/jan/07/condemn-trumps-threat-to-irans-cultural-heritage>
<https://edition.cnn.com/2020/01/07/middleeast/trump-iran-unesco-cultural-sites-intl/index.html> (ANEXO VII).

Este trabalho buscou demonstrar a relevância do campo da Preservação do patrimônio cultural para a humanidade e as relevantes interfaces com áreas das ciências humanas, permitindo reflexões de temas comuns, chamando a atenção para possíveis aplicações para a valorização e desenvolvimento humano.

A Preservação se estabelece pela relação entre conceitos e práticas para a proteção do bem e de seu valor. A compreensão dos conceitos e sua interação formarão as bases teóricas para atuação preservacionista, a partir das relações conceituais, que fundamentam as ações preservacionistas por meio do diálogo entre conceitos basilares, principalmente sendo alicerce à significância e ao valor de um bem.

Sendo a relação entre teoria e prática principal fomento à formação da Preservação, os casos em que representem processos de preservação do Patrimônio são frutíferos à melhor compreensão desta relação. As reflexões e escolhas conceituais demonstram como ocorrem os processos preservacionistas, em Conservação e Restauração, assim como os planejamentos acerca da Reconstrução do Museu Nacional, especificamente um caso de patrimônio em desastre.

Este trabalho compreende a Preservação do Patrimônio Cultural como o campo do conhecimento que se dedica à proteção de bens culturais. Esses possuem valores importantes para a história e para a memória sociais. Por meio deles, compreendemos as trajetórias das comunidades e sociedades que se relacionam ao bem; Assim como, ao compreendermos nossa história, entendemos quem somos.

As identidades que as sociedades possuem se formaram numa trajetória em que o Patrimônio esteve presente, inicialmente numa função memorial e, posteriormente, com o objetivo de construção das subjetividades históricas. A Preservação do Patrimônio caminhou lado a lado dessa história, onde sua missão ressalta a potência patrimonial caracterizada pela relação entre a materialidade e a imaterialidade que todo bem cultural possui. A Preservação se dará tanto sobre os elementos físicos de um bem como sobre os valores e os significados deste bem cultural para a sociedade. O processo de formação da Preservação, de suas práticas e teorias, ao longo do tempo, foi permeado pelos elementos de outros campos, como o da História e o do Patrimônio. Esses campos se relacionaram e intercambiaram aspectos de seu desenvolvimento. Desta maneira é possível observar as características do desenvolvimento de áreas das humanidades pelo conhecimento da Preservação.

A característica dialética fundamental para a formação e para o desenvolvimento da Preservação, relativa à contínua relação entre a dimensão objetiva e subjetiva da área, demonstra a capacidade que a Preservação possui para a construção de aspectos como a

identidade social. Além da identidade, os valores patrimoniais formados e impulsionados também pela Preservação implicam diretamente no reconhecimento de quem nós somos, dos valores que nos atingem e dos significados que consideramos para nossa vivência social.

A Preservação se caracteriza principalmente pela relação que estabelece entre dimensões consideradas opostas como o concreto e o abstrato, o objetivo e o subjetivo, a materialidade e a imaterialidade, e a prática e a teoria. Essas são dimensões comumente encontradas no desenvolvimento da área e das atividades respectivas a ela. Compreender estes elementos é fundamental para o conhecimento da formação do campo da Preservação, já que se estimulam de maneira recíproca.

Essa característica ressalta a singularidade da Preservação para a sociedade, reafirmando essas dimensões dialéticas como constituintes de nossa humanidade. Nossas experiências sensoriais e emocionais perpassam aspectos do concreto e do abstrato, para a formação de nossas ideias, experimentações e lembranças.

Considerando o complexo campo que a Preservação representa, uma importante possibilidade de compreensão de sua condição é o debate conceitual das ideias que a compõem, conforme largamente demonstrado.

Definir concepções singulares ao campo, estabelecendo uma análise sobre suas formações e as relações que se instituem, permitiu alcançar um entendimento sobre os conceitos primeiros da área, suas influências ao longo do tempo, assim como a relação que a Preservação vem estabelecendo junto a outras áreas.

Esse é também um exercício importante para a construção contínua da Preservação. É necessário que estejamos perenemente refletindo sobre quem somos, a partir da compreensão sobre o que fizemos e para onde desejamos seguir. É imprescindível à Preservação, enquanto um campo que atua sobre elementos que baseiam valores sociais, símbolos memoriais e identidades humanas, refletir profundamente sobre os fundamentos de suas atividades no passado, presente e futuro.

Reflexões como essas foram fundamentais ao desenvolvimento do trabalho preservacionista, fortemente marcado pelas especificidades de cada caso. A compreensão de conceitos, suas relações, a influência de demais áreas, num conjunto de aspectos que caracterizam a condição humana e social, é essencial para as ações mais adequadas de preservação.

Desta maneira a compreensão das distintas vertentes que a **Preservação** estabelece e assim como suas disciplinas, permitiu a clareza da missão e função da área: conservar os valores e significados sociais que um patrimônio cultural detém. **Conservação e Restauração**

são compreendidas atualmente como disciplinas da Preservação, mas ao longo do desenvolvimento da área foram definidas de maneiras distintas, e primordiais à fundamentação do campo.

A trajetória da concepção acerca do **Patrimônio** nos esclarece o objeto ao qual a área se dedica, e pelo qual deveremos prezar. Partindo do pressuposto que o conceito de **Monumento**, representativo a toda e qualquer comunidade para a experiência viva memorial, perdeu espaço no desenvolvimento das sociedades para o patrimônio, inicialmente histórico, refletindo principalmente o processo subjetivo e de afastamento do bem cultural. Diferente do Monumento, o Patrimônio se torna um bem de significância após uma transformação de seus usos e de seus valores, alinhando-se aos processos da modernidade.

A reflexão sobre o conceito de **valor** permitiu compreender de maneira manifesta a relevante dimensão subjetiva da área, entendendo-o como um elemento dessa concepção intuitiva. Além de elucidar a representação do Patrimônio, o valor é fundamental para as escolhas, inclusive práticas, do processo de preservação do bem cultural. Desde os teóricos clássicos da Preservação, especialmente nas ideias de Camilo Boito, os valores histórico e artístico se tornaram fundamentais à percepção dos elementos que influem ao Patrimônio. O desenvolvimento do conceito de valor, marcado primordialmente pela obra de Alöis Riegl, e atualmente pela definição da UNESCO sobre o "valor universal excepcional", permanecem tendo bases nos dois aspectos inicialmente firmados. A definição atual permite a ampliação conceitual corroborando com os princípios de diversidade cultural da contemporaneidade.

Perpassando as áreas e a formação dos conceitos de Preservação, Patrimônio e Valor, estão a **História** e a **Memória**, representam um importante processo da constituição das sociedades e de sua formação identitária. As funções da memória e da História influenciam diretamente os campos analisados, primordialmente ao estabelecer um novo processo de compreensão social na modernidade com base em desenvolvimentos subjetivos para a concepção de nossa história e outros conhecimentos.

A formação da Preservação se dá também por ações no campo do conhecimento por meio de agentes deste campo e de seus produtos, como representação das práticas estabelecidas. Assim, além dos debates conceituais é possível analisar o desenvolvimento da área por estes elementos, relevantes à formação da Preservação. Da mesma maneira é significativo relacionar os diferentes elementos da formação, trazendo a reflexão conceitual para as esferas dos agentes e de seus produtos.

Desta forma, a contemporaneidade foi marcada pelo desenvolvimento da Preservação a partir de organizações, internacionais e nacionais, que desenvolveram uma prática característica da área, estabelecendo produtos específicos da Preservação.

A compreensão da formação de organizações internacionais como a **UNESCO**, o **ICOMOS**, e o **ICCROM**, revelarão o contexto sócio-histórico em que a Preservação foi fundamentada nas últimas décadas, assim como a análise sobre a trajetória do **IPHAN**, o mais relevante instituto nacional para a preservação do patrimônio cultural, inclusive de criação anterior aos organismos internacionais. Além da história que caracteriza esses órgãos na atuação do campo, eles também trazem singulares práticas para a compreensão da formação da Preservação. As cartas patrimoniais emergiram como um dos principais elementos da Preservação, um produto do campo instituído principalmente pelos organismos agentes da área.

As cartas patrimoniais trazem consigo um exemplar conjunto de aspectos para análise do campo da Preservação. Representam fatores da trajetória das sociedades e dos organismos que a compõem, assim como marcas das práticas, teorias e embates da área, e também as reflexões conceituais, objeto deste trabalho. Desta maneira, a análise das cartas patrimoniais revelou a presença dos conceitos das teorias clássicas da Preservação, como no caso das propostas de Brandi, fundamentais à Carta do Restauro italiana, e presente na Carta de Veneza. Também contribuiu para a compreensão das práticas das organizações apresentadas, da trajetória que o campo da Preservação segue, contemplando aspectos sócio-históricos de nações e comunidades, assim como aspectos práticos e teóricos da área, contribuindo para a contínua constituição das bases fundantes da Preservação.

A análise das relações conceituais, inicialmente apresentadas na seção "**2.1. Preservação-Conservação-Restauração: a intervenção e a conciliação**" juntamente a sua aplicação na seção "**3.2. Consolidando conceitos e princípios: cartas patrimoniais**", demonstram o surgimento sobreposto dos conceitos da Preservação que à medida do desenvolvimento da área vão se instituindo de maneira complementar.

Portanto, é possível observar os elementos analisados por esse trabalho nas experiências atuais da Preservação. É necessário nos aproximar de uma temática mais específica e compreender seu desenvolvimento e características relativas aos fatores que constituem a área.

Neste trabalho iniciamos algumas reflexões ao caso do Museu Nacional, um exemplo de patrimônio que passou por um desastre e segue um planejamento específico de Preservação.

A temática do patrimônio em risco e em desastre para a Preservação foi analisada, considerando as trajetórias no campo, como as práticas dos órgãos, suas experiências e os materiais que fundamentam esse tema. As implicações imediatas e de médio prazo, no contexto social e político de um patrimônio em desastre como o Museu Nacional, demonstraram as adversidades no campo político para a cultura, assim como o impacto do evento no campo patrimonial.

Essas reflexões permitiram um debate para possíveis considerações no contexto da Preservação de um patrimônio após um evento de catástrofe, analisando ações desenvolvidas, ressaltando elementos que podem compor este processo e refletindo sobre suas implicações para a memória e identidade sociais.

Por fim, ressaltamos que o exemplo do Museu Nacional representa os debates desenvolvidos neste trabalho ao demonstrar as relações que a Preservação do Patrimônio Cultural estabelece junto aos valores, à história, à memória, considerando que esses são fatores fundamentais à formação da identidade social, e também da compreensão de quem somos e de quem almejamos ser. O que precisamos preservar para ser quem desejamos?

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & DOS SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, Memória e Esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dez 2007, pp. 95-111.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989;
- ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e Memória Cultural. **Revista Oral**. v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun. 2016.
- BANN, Stephen. **As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994.
- BIENE, Maria Paula van. **O Paço de São Cristóvão, antigo palácio real e imperial e atual palácio-sede do Museu Nacional/UFRJ: a definição de uma arquitetura palaciana**. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense: Papyrus, 1996b.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, M. Gostos de Classe e estilos de vida. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**. n. 5, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983, p. 124-125.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 2ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.
- BUCKLEY, Kristal. The World Heritage Convention at 40: challenges for the work of ICOMOS, **Historic Environment**, vol. 26, no. 2, pp. 38-52.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. vol.16, no.44, São Paulo Jan./Apr. 2002.
- CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Rev. Instituto de Estudos Brasileiros**. no.58, São Paulo: junho, 2014.
- CARBONARA, Giovanni. I trent'anni di una buona carta del restauro. **Restauro**, Napoli, 1995, v. 24, n. 131-132, p. 57-60.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **Preservação da Arquitetura Moderna: edifícios de escritórios construídos no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960**. Tese (Doutorado em História da Arquitetura e Fundamentos do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação e restauração de acervos em papel no Brasil**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **Do restaurador de quadros ao conservador restaurador de bens culturais: o *corpus operandi* na administração pública brasileira de 1855 a 1980**. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em artes). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CERTEAU, Michel de. Um lugar comum: a linguagem ordinária. In: **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA, jan/abr, vol.5, n.11, pp.173-191, 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

CLARK, Kenneth. **The Gothic Revival - an Essay in the History of Taste**. London: Constable, 1950.

CLEERE, Henry. The impact of World Heritage Listing. **Heritage, Driver of Development**. ICOMOS. Paris: 2011. pp.519-524.

COLLINGWOOD, Robin. **A idéia de História**. Lisboa: Presença, 1981.

CORDARO, Michele. Sull'inutilità di una nuova carta del restauro. **Restauro & città**, Veneza, n.11-12, 1989.

CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Museu Nacional: 200 anos de história, In: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Ana Lourdes de Aguiar Costa & Eneida Braga Rocha de Lemos. (Orgs.). Brasília, DF: Ibram, 2018.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa & MARTINS, Mariáh dos Santos. O Museu dá samba: comemorações do Bicentenário do Museu Nacional/UFRJ. In: **Ciências Humanas e a Dimensão Adquirida através da Evolução Tecnológica**. Denise Pereira (Org.). 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

DANTES, M. A. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DOUGLAS-JONES, Rachel. *et al.* Science, value and material decay in the conservation of historic environments. **Journal of Cultural Heritage**. (21) 2016, p. 823-833.

DROIT, Roger-Pol. **Humanity in the making: Overview of the intellectual history of UNESCO 1945-2005**. Paris: Unesco. 2005.

DUARTE, L.F. D. & ARANHA FILHO, J. M. Um museu de história natural na encruzilhada. A fundamentação conceitual para uma nova exposição no Museu Nacional. In: BITTENCOURT, BENCHETRIT & TOSTES (eds) **História repensada: o dilema dos Museus**. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, pp. 197-218.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Enciclopédia EINAUDI. vol.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984.

Enciclopédia EINAUDI. vol. 31 - Signo.Lisboa, Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1995.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008,

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

- GARIN, E. **La cultura del Rinascimento**. Saggiatore, Milão, 2012,
- GIACHERY, E. Boito, Camillo. MIANO, Giuseppe. **Dizionario Biografico degli Italiani**, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1969, vol. 11.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GIOVANNONI, Gustavo. Boito, Camillo. In: **Enciclopedia Italiana**, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1930, vol.7.
- GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Souza; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018. <http://www.uel.br/revistas/informacao>.
- GONÇALVES, José. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. **Os Domínios da Memória - um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos 'campi' da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação'**. Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.479 f.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil. Ciência e Educação nos Museus**. 1870-1915. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol. 26, 2018. pp. 1-31.
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).
- HALBWACH, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2a. ed. São Paulo: Centauro. 2013.
- HILL, Caitlin. V. Killing a Culture: the intentional destruction of Cultural Heritage in Iraq and Syria under international law. Georgia **Journal of International and Comparative Law**. Ga. J. Int'L & Comp. L. Vol. 45:191. 2016. pp. 193-219.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HLADIK, J. Risk Preparedness Under the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its Second Protocol, Cultural Heritage:

Disaster Preparedness and Response, **International Symposium Proceedings**, Hyderabad, India, 23-27 November 2003;

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. do inglês por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador (1821). Tradução Pedro Spinola Pereira Caldas. **Anima: História, teoria e cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2001, pp.79-89;

ICCROM. **First Aid to Cultural Heritage in times of crisis**. Handbook. Rome: ICCROM. 2018. <https://www.iccrom.org/themes/disaster-resilient-heritage/first-aid-cultural-heritage-fac/fac-resources>.

ICOMOS. ICOMOS, a quarter of a century, achievements and future prospects. **9th General Assembly and International Symposium**. Lausanne, Switzerland, October 6th - 11th. 1990.

ICOMOS. **Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites**. 2017.

ICOMOS. Thirty Years of ICOMOS. **Scientific Journal**.1995.

ICOMOS. **What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties**. An ICOMOS study compiled by Jukka Jokilehto, with contributions from Christina Cameron, Michel Parent and Michael Petzet. Hendrik Bäßler Verlag: Berlin, 2008.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Elsevier: Burlington, 1999.

JOKILEHTO, Jukka. ICCROM's First Fifty Years. **Museum international**, vol. LXI(61), nº 3 / 243. UNESCO: 2009.

JOKILEHTO, Jukka. Papel del ICCROM en el Patrimonio Mundial. **Revista del patrimonio mundial**, 63, 2012.

JOKILEHTO, Jukka. Reconstruction in the World Heritage Context. **European Association for Architectural Education**, Rome 28-31 October 2013.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Companhia Editora Nacional. 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Paidós, 1993.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, v. 1, p. 9-25.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. 3ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008, v. , p. 9-28.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista** (Impresso) , São Paulo, v. 18, p. 193-227, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista do IEEE América Latina**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 1-11, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões de restauro na Itália: atualizando o debate. **Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 18, n. 30, pp.228-249, 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a Teoria da Restauração. **Pós**. n. 21. São Paulo, junho de 2007.

LEFEBVRE, Georges. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Martinez Roca, 1974.

LIEBER, Francis. **Instructions for the Government of Armies of the United States in the field**. New Haven: Avalon Project Yale University, 1863. Disponível em: <https://bit.ly/1f66Pfx>. Acesso em: 17 de dezembro 2016.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 2a Ed. 2009.

LORAU, Nicole. **A invenção de Atenas**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. New York: Cambridge University Press, 1995. Tradução espanhola, Akral.

MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria. **Historia de la Conservación y la Restauración**. Madri: Tecnos: 1997.

MARTINS, M. S. NARA JR, J. C. BIENE, M. P. A caminho de nossa história: revitalização do patrimônio cultural no bicentenário do Museu Nacional. **Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais**. 15 a 18 de maio de 2018. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MARTINS, M. S & ASSIS, J. F. A Perseverança da Memória nos escombros do Esquecimento: Constituições e construções históricas do Patrimônio a partir de uma consideração das salas do trono e do corpo diplomático do Museu Nacional. **Anais do 16 Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia**, 15 a 18 de outubro de 2018.

MERRYMAN, John Henry; ELSER, Albert E. **Law, ethics and visual arts**. New York: Klunwer Law International, 2002.

MERRYMAN, John Henry. Two ways of thinking about cultural property. **The American Journal of International Law (Washington)** v. 80: 4, p. 831-853, 1986.

MIRANDA Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORA, Ferrater. **Diccionario de Filosofía Q-Z**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004,

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford; Burlington, MA: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

MUSEU NACIONAL/ UFRJ. **Programa de Revitalização do Museu Nacional**. Documento de lançamento do Programa por ocasião da reunião interministerial de 22 de outubro de 2003. Palácio Gustavo Capanema, MEC, Rio de Janeiro/RJ.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, 1993.

PAGANI, Carlo. **O valor da formação profissional para o patrimônio cultural**. 2017. Tese (Doutorado Políticas Públicas e Formação Humana). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

PETZET, M. ZIESEMER, J. (Org.). **International charters for conservations and restoration. Monuments and Sites**. Paris: ICOMOS. 2004.

PETZET, Michael. Principles of Conservation / Introduction to the International Charters and Principles 40 Years after the Venice Charter. In: ICOMOS. **International charters for conservations and restoration**. 2004.

PHILIPPOT, Paul. Historic preservation: Philosophy, Criteria and Guidelines I. In: PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.) **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

PHILIPPOT, Paul. The phenomenology of artistic creation according to Cesare Brandi. In: BRANDI, Cesare. **Theory of Restoration**. Firenze: Nardini, 2005, p. 27-41.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso pela Dignidade do Homem**. Trad. Antonio A. Minghetti. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

PINHEIRO, M. L. B. William Morris e a SPAB. **Rotunda**. nº 3. Campinas:CPAB. 2004.

PLATÃO. **Fedro ou da Beleza**. trad. Pinharanda Gomes. 6. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PLATÃO DIÁLOGOS. **Teeteto & Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

PONGE, Robert (Org.). **1968, o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal, 1998.

PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.) **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

RANKE, Leopold von. As grandes potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **Ranke**. São Paulo, Atica, 1979. p. 146-80.

RIBEIRO, Cecília. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.03, Vitruvius, fev. 2016

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Edições 70. 2013.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 1ed.Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

RUSSELL, R., WINKWORTH, K. **Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections**. Collections Council of Australia LTD, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

STEWART, Susan. **On longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.

UN. **Yearbook of United Nations 1946-47**. Department of public information, United Nation Publications: Lake success, New York, 1947.

UNESCO. **Basic texts**. Paris: Unesco, 2018.

URIBARREN, Maria Sabina. **A atuação da ‘Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos’ da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VALDERRAMA, F. **A History of UNESCO**. Paris: Unesco, 1995.

VAROLI-PIAZZA, R. ICCROM and Italy. **Museum international**, vol. LXI(61), nº 3 / 243. UNESCO: 2009.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française**. Paris: V. A. Morel & C.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 4ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006.

VRDOLJAK, Ana Filipa. Intentional Destruction of Cultural Heritage and International Law. **Thesaurus Acroasium Vol. XXXV**. 2007. Disponível em: http://works.bepress.com/ana_filipa_vrdoljak/3/

WIECZOREK, Daniel. Introduction du traducteur. In: RIEGL, **Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse**. Paris, Seuil, 1984.

YATES, Francis A. **A Arte da Memória**. Trad. Flavia Blancher. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ZUCCARO, Rosalba. Brandi, Cesare. **Enciclopedia Italiana - V Appendice**, Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 1991, App. IV, I.

12 de janeiro de 2020

[Início](#) » [Notícias](#) » [Decreto](#) » **Decreto institui Grupo Interministerial sobre Museus Federais**

Decreto institui Grupo Interministerial sobre Museus Federais

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de dezembro, o [Decreto Nº 10.175](#) que institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais. O Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo a elaboração de estudos e proposição de medidas para a gestão dos museus, visando o aprimoramento da organização, gestão e preservação dos museus federais.

O Decreto é fruto de um esforço conjunto do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) com a Casa Civil da Presidência da República, e visa fortalecer o papel do Ibram, ampliando o alcance das suas atribuições legais e a sua atuação na resolução dos problemas dos museus federais. Ao Ibram caberá o assessoramento técnico quanto à implementação de questões específicas previstas no [Estatuto dos Museus](#), e à Casa Civil caberá a articulação junto aos Ministérios que possuem museus em suas estruturas administrativas.

O Grupo Interministerial será composto por representantes do Ibram, da Casa Civil, do Ministério do Turismo, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, do Ministério da Defesa, do Ministério da Educação, do Ministério do Meio Ambiente e da Advocacia-Geral da União. Os nomes de cada um desses representantes, e respectivos suplentes, serão indicados ainda esta semana.

O formato do Grupo de Trabalho (GT) prevê a atuação de dois grupos técnicos – um específico para a elaboração de um plano de ação voltado para os museus das universidades públicas federais, e outro para a elaboração de propostas para a implementação do Sistema de Inventário Nacional de Bens Musealizados, Plano de Gestão de Riscos, a elaboração e atualização de Planos Museológicos, a atualização da base de dados do Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos, e o gerenciamento da aplicação e da execução dos recursos orçamentários e financeiros.

A criação do GT teve como ponto de partida o [Acórdão nº 1243/2019](#) do Tribunal de Contas da União que recomendou ao Ibram, após o incêndio do Museu Nacional (UFRJ) ocorrido em setembro de 2018, a coordenação de um grupo de trabalho que identificasse os museus federais sujeitos a riscos mais acentuados.

Em julho deste ano, o Ibram enviou um ofício para todos os Ministérios solicitando a confirmação de quais museus fazem parte das suas respectivas estruturas, juntamente com a indicação de pontos focais em cada um desses museus.

Atualmente, existem 458 museus federais mapeados no [Cadastro Nacional de Museus](#), dos quais 30 são ligados administrativamente ao Ibram. Tal contato, teve como objetivo estreitar o relacionamento com os



Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo

Órgão, criado após a extinção do Ministério da Cultura, ficava na pasta da Cidadania. Filho do pastor RR Soares é um dos nomes avaliados para assumir o posto.

Por Vitor Sorano, G1

07/11/2019 06h36 - Atualizado há um ano



Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (à esquerda), e presidente Jair Bolsonaro em reunião em Brasília, em 4 de abril — Foto: Marcos Correa/Presidência da República

O presidente **Jair Bolsonaro** transferiu a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, comandada por Marcelo Álvaro Antônio. A mudança foi feita por **decreto publicado nesta quinta-feira (7)** no "Diário Oficial da União".

A Secretaria de Cultura foi criada para substituir o Ministério da Cultura (MinC), que foi extinto no início da gestão do presidente. O **G1** entrou em contato com a Presidência da República para saber o motivo da mudança mas, até a última atualização desta reportagem, não havia resposta.

- **Secretário de Cultura é exonerado após 2 meses no cargo**
- **Secretário de Cultura deixa o cargo após suspensão de edital com séries de temas LGBT**

Com a mudança, passam a ser de responsabilidade do Ministério do Turismo:

- Política nacional de cultura
- Regulação dos direitos autorais
- Proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Apoio ao Ministério da Agricultura para a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas
- Desenvolvimento de políticas de acessibilidade cultural e do setor de museus

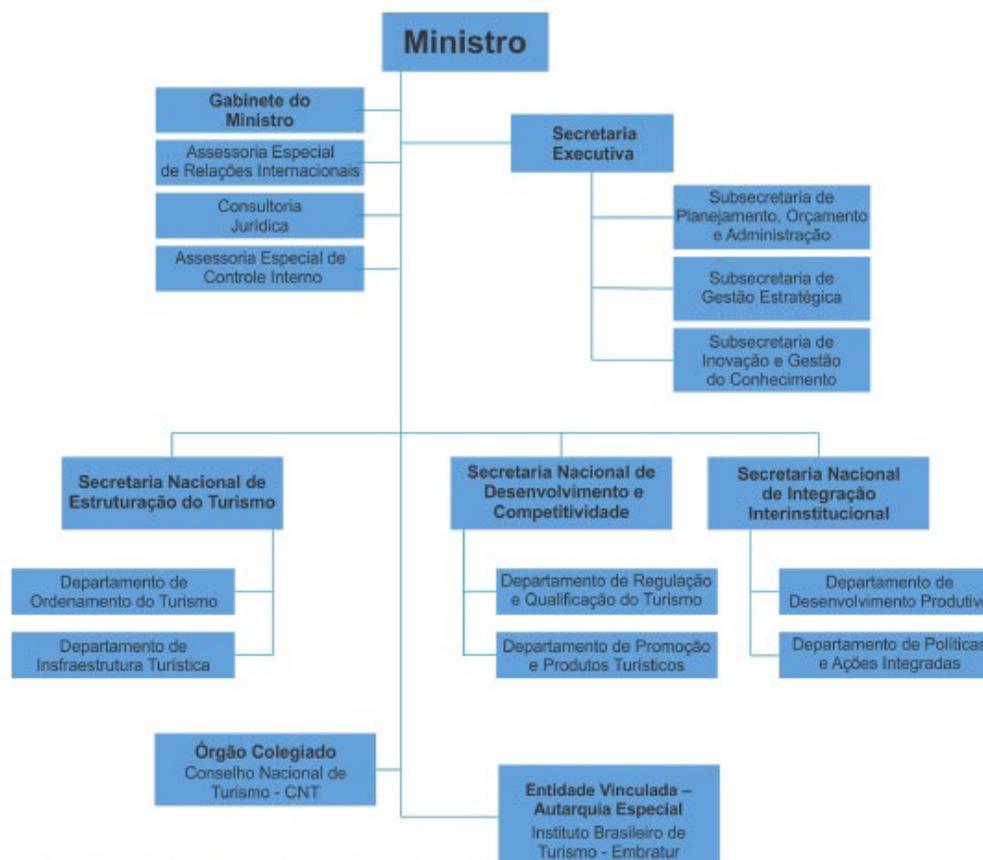
O decreto também transfere para o Ministério do Turismo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, responsável por emitir pareceres sobre os pedidos de artistas que buscam financiamento por meio da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como **Lei Rouanet**.

ANEXO III

Organograma do Ministério do Turismo (/institucional/organograma.html)

Publicado: Terça, 07 de Abril de 2015, 10h31 | Última atualização em Segunda, 04 de Fevereiro de 2019, 17h46

Tweetar



(/images/organograma/Organograma-04-02-2019.png)

ANEXO IV

Governo renova quadro na cultura e articula projeto mais conservador

Trocas incluem o comando da Secretaria do Audiovisual, da Fundação Palmares, de responsável pela Rouanet e da Ancine



Reunião com Katiane de Fátima Gouvêa (no centro, sem óculos) e ministro Osmar Terra em junho - Anna Virginia Balloussier/Folhaprees

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO Bolsonaro tem uma nova secretária do Audiovisual. É Katiane de Fátima Gouvêa, membro da Cúpula Conservadora das Américas, que realizou sua primeira conferência em dezembro, ciceroneada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Sua nomeação faz parte de uma mudança volumosa no quadro da cultura, iniciada semanas após [Roberto Alvim](#) assumir a subpasta, hoje subordinada ao Ministério do Turismo. [Além do de Gouvêa](#), foram publicados no Diário Oficial desta quarta (27) outros cinco nomes para cargos na secretaria. Alguns desses novos integrantes já deram declarações controversas sobre a área da cultura.

Chegam ao governo secretários responsáveis pela promoção de diversidade cultural, de fomento e incentivo à cultura (à frente da Lei Rouanet), de economia criativa e da Fundação Palmares, além de um secretário adjunto especial.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/governo-renova-quadro-na-cultura-e-articula-projeto-mais-conservador.shtml>

27.nov.2019 às 19h38

Atualizado: 2.dez.2019 às 10h58

Nomeações da Secretaria de Cultura de Roberto Alvim preocupam produtores culturais

Perfil mais conservador da pasta pode, segundo os profissionais, dificultar aprovação de projetos considerados mais ousados

Ubiratan Brasil, O Estado de S.Paulo
28 de novembro de 2019 | 15h06

As mudanças promovidas pelo secretário de Cultura, **Roberto Alvim**, em sua pasta acentuaram o perfil mais conservador para a área, fato que colocou produtores de conteúdo cultural em alerta. “Projetos que tratam de assuntos como diversidade cultural ou mesmo que tenham artistas trans terão mais chances de serem vetados com essa nova administração”, comentou um poderoso produtor ao **Estado**, sob a promessa de anonimato. “Além da dificuldade em conseguir aprovação para as leis de incentivo, esse mesmo projeto terá dificuldade em obter patrocínio, pois muitas empresas temem associar sua marca a produtos que não agradam ao governo.”

O comentário refere-se principalmente à mudança na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, órgão que dita as diretrizes gerais dos mecanismos de fomento, como a **Lei Rouanet**. O novo responsável é **Camilo Calandrelli**, professor e cantor de ópera e um dos fundadores do Simpósio Nacional Conservador de Ribeirão Preto. “Ele é do meio artístico, entende dos problemas da área, mas tem uma visão conservadora, o que deverá refletir na escolha de projetos com conteúdo mais conservador”, continua o produtor.

Calandrelli é um dos nomes anunciados oficialmente na quinta-feira, 28, pela Secretaria da Cultura, agora vinculada ao Ministério do Turismo. Todos são mais alinhados com o perfil ideológico cristão e conservador de Alvim que, por sua vez, é coerente com o pensamento do presidente Jair Bolsonaro – antes, era um perfil mais técnico que definia a escolha dos nomes.

Katiane é membro da Cúpula Conservadora das Américas que já pregou, entre outras questões, a promoção de filmes que destaquem valores patrióticos e de preservação da família – ela também esteve ligada a um documento que incentivou Bolsonaro a extinguir a **Ancine**, a Agência Nacional de Cinema.

Já o novo presidente da Fundação Palmares utilizou as redes sociais para divulgar opiniões polêmicas, como atacar o movimento negro e minimizar o racismo no Brasil, considerado por ele como “nutella”: “Racismo real existe nos EUA. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda”, escreveu Sergio Camargo, que defendeu ainda a extinção do **Dia da Consciência Negra** (“É uma vergonha e precisa ser combatido incansavelmente até que perca a pouca relevância que tem e desapareça do calendário”).

Tais comentários repercutiram entre partidos políticos. O PSOL, por exemplo, apresentou uma representação na Procuradoria-Geral da República a fim de solicitar a anulação da nomeação de Camargo para a presidência da Fundação Palmares. No documento, o partido alega que a nomeação é “absolutamente antijurídica e contrária ao interesse público, uma vez que sua trajetória, historicamente, é radicalmente contrária aos interesses que a Fundação busca defender”.

Também contrária à nomeação do jornalista colocou-se a **Fraternidade Universalista da Divina Luz Crística**, que abriu um abaixo-assinado, na manhã de quinta-feira, 28, pedindo a anulação da nomeação – até 23, 2/12, já havia mais de 60 mil assinaturas.

Classe artística e políticos reagem às novas nomeações na Funarte e na Biblioteca Nacional

Maestro Dante Mantovani, indicado para a Funarte, disse que o rock induz às drogas, ao aborto e ao satanismo; Rafael Nogueira, da Biblioteca Nacional, é simpatizante da monarquia; veja a repercussão

2 DEZ 2019

18h17

As novas nomeações do governo federal na área da cultura, nesta segunda-feira, 2, causaram uma reação do setor nas redes sociais e também de políticos, a maioria deles criticando os novos diretores.

O maestro Dante Mantovani, de 35 anos, foi nomeado como novo presidente da Funarte. Mantovani mantém um canal no YouTube, em que faz vídeos sobre música e responde a perguntas de seus seguidores. Em um dos vídeos, ele diz que o "rock ativa as drogas, que ativam o sexo livre, que ativa a indústria do aborto, que ativa o satanismo".

Rafael Nogueira, nomeado para a Biblioteca Nacional, diz ser "professor de filosofia, história, teoria política e literatura, aspirante a filósofo e a polímata", e se identifica com os valores de Olavo de Carvalho e se diz a favor da monarquia.

As mudanças promovidas pelo recém-nomeado secretário de Cultura, Roberto Alvim, geraram reclamações, na semana passada, inclusive de deputados governistas, por conta dos indicados políticos tinham sido demitidos.

As nomeações fazem parte de uma série de trocas promovidas pelo novo secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, para quem Bolsonaro afirma ter dado total liberdade para montar a sua equipe.

Na semana passada, Alvim nomeou Sergio Nascimento de Camargo para a presidência da Fundação Palmares, que já afirmou nas redes sociais existir um "racismo nutella" no Brasil e que a escravidão foi "benéfica para os descendentes".

Alvim afirma que só irá falar à imprensa sobre trocas na cultura após finalizar as nomeações. Antes da sua nomeação como secretário especial, Alvim falava em montar uma "máquina de guerra cultural".

<https://www.terra.com.br/diversao/classe-artistica-e-politicos-reagem-as-novas-nomeacoes-na-funarte-e-na-biblioteca-nacional,d5ccdfcd6cf9e00fc5361c19223b246iguc9ehn.html>

ANEXO V

As polêmicas de Roberto Alvim no governo Bolsonaro

Após discurso parafraseando ministro da Propaganda de Hitler, secretário da Cultura perde o cargo; entenda os episódios que geraram repercussões negativas desde que Alvim entrou para o governo Bolsonaro.



Por BBC

17/01/2020 13h04 · Atualizado há 10 meses



Secretário da Cultura Roberto Alvim cita frase de Joseph Goebbels em discurso

O vídeo em que o secretário da Cultura do governo Jair Bolsonaro, Roberto Alvim, faz um discurso com as mesmas palavras de uma fala de Joseph Goebbels, o ministro da Propaganda na Alemanha nazista, foi a mais recente atitude do secretário a gerar repercussões negativas desde que o ex-dramaturgo assumiu o cargo.

<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/01/17/as-polemicas-de-roberto-alvim-no-governo-bolsonaro.ghtml>



Logo após divulgar a filmagem, Alvim disse que a semelhança se trata de uma "coincidência retórica" e depois que "a frase em si é perfeita". Mas a repercussão, que incluiu críticas inclusive de membros do governo, levou à perda do cargo, anunciada por ele próprio em uma postagem no Facebook.

"Do fundo do coração: perdão pelo meu erro involuntário. Mas, tendo em vista o imenso mal-estar causado por esse lamentável episódio, coloquei imediatamente meu cargo a disposição do Presidente Jair Bolsonaro, com o objetivo de protegê-lo", escreveu. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), havia pedido o afastamento de Alvim pouco antes do anúncio de sua demissão. "O secretário da Cultura passou de todos os limites. É inaceitável. O governo brasileiro deveria afastá-lo urgente do cargo", escreveu em sua conta no Twitter.

Acusações de censura no teatro

Após Alvim assumir a direção do Centro de Artes Cênicas da Funarte, artistas de teatro disseram que estavam sofrendo censura do diretor, que proibiu a peça Res Pública 2023, que iria ocupar uma sala do Complexo Cultural Funarte SP. O espetáculo, sobre jovens que sofrem dificuldades financeiras e perseguição em um futuro próximo, chegou a ter a estreia agendada.

Ao jornal O Globo, Alvim, disse que o critério para o veto foi "puramente artístico". "A peça não foi aprovada porque me pareceu que não havia nela alusão estética, apenas um discurso político", disse ele ao jornal, em outubro. "Isso não se chama censura e sim curadoria. Nunca proibi que a peça fosse exibida em outros lugares e até acho ótimo que ela seja."

Ataque a Fernanda Montenegro



The
Intercept_
Brasil



FAÇA
PARTE



29

Montagem: João Brizzi/The Intercept Brasil

DOCUMENTO CONFIDENCIAL MOSTRA QUE CULTURA VAI CONTINUAR PREGANDO IDEIAS NAZISTAS MESMO SEM ROBERTO

Orientação a órgãos como a Ancine, Funarte e Iphan é se alinhar aos objetivos nacionalistas, religiosos e de ‘luta contra o que degenera’.



Amanda Audi

17 de Janeiro de 2020, 20h28

ROBERTO ALVIM FOI DEMITIDO da Secretaria Especial da Cultura após copiar um discurso do chefe da propaganda nazista, Joseph Goebbels. Mas

<https://theintercept.com/2020/01/17/cultura-ideias-do-nazismo-roberto-alvim/>

MPF pede fechamento de seis museus federais no Rio de Janeiro

Segundo órgão, os imóveis não têm certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros

11/09/2018 | 19:18 Atualizado 19:25
AE



Oito dias após o [incêndio que destruiu](#) o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) no Rio pediu à Justiça Federal nesta segunda-feira, que determine a interdição imediata de seis museus que funcionam na cidade sob administração federal: Museu Nacional de Belas Artes, Museu da República, Museu Histórico Nacional, Museu Villa-Lobos, Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude.

Efeito Museu Nacional': por que MPF exige fechamento de museus federais do Rio?

BRASIL 17:40 12.09.2018 (atualizado 18:14 12.09.2018) [URL curta](#)

0 4 1

O Ministério Público Federal pediu na última terça-feira o fechamento de seis museus federais que funcionam no Rio de Janeiro, alegando que os mesmos estariam sem alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros. A medida, no entanto, foi negada por uma juíza, que considerou a opção demasiadamente drástica. Afinal, quem está com a razão nesse caso?

De acordo com a magistrada Geraldine Pinto Vidal de Castro, da 27ª Vara Federal do Rio, o fechamento dos Museus da República, Nacional de Belas Artes, Histórico Nacional, Villa-Lobos, da Chácara do Céu e do Açude poderia provocar um prejuízo maior tanto para a população quanto para os funcionários dos mesmos. Sendo assim, ela acatou parcialmente o pedido do MPF, solicitando ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) a comprovação das ações já realizadas no âmbito da gestão de riscos e também um cronograma para a regularização do funcionamento de cada instituição. Além disso, cobrou, tanto do Ibram quanto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a realização de inspeções nos edifícios, com a elaboração de laudos técnicos sobre as condições das instalações elétricas e hidráulicas.

Procuradoria do RJ pede interdição de seis museus federais sem alvará

Por iG São Paulo | 11/09/2018 18:00

Home iG > Último Segundo > Brasil

Tamanho do texto - +

Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Museu Villa-Lobos, Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude não têm plano de segurança de incêndio e antipânico para emergências

ANEXO VII

Trump under fire for threat to Iranian cultural sites

🕒 6 January



AFP

Naqsh-e Jahan Square, in the city of Isfahan, is one of two dozen Unesco World Heritage sites in Iran

US President Donald Trump has faced growing criticism over his threats to attack Iran's cultural sites.

Mr Trump made the threats amid fallout from the US assassination of Iranian commander Qasem Soleimani.

The president said cultural sites were among 52 identified Iranian targets that could be attacked if Iranians "torture, maim and blow up our people".

But the UN's cultural organisation and UK foreign secretary were among those to note that such sites were protected.

Condemn Trump's threat to Iran's cultural heritage

Academic researchers of Iranian history, archaeology, art and culture, based in national museums and universities across the world, react in horror to the US president's threat to target Iranian sites

Letters

Tue 7 Jan 2020 18.22 GMT

CNN travel



Iran's cultural treasures have been threatened by Trump. Here are some of its most important sites

By Sheena McKenzie, CNN

🕒 Updated 1236 GMT (2036 HKT) January 7, 2020